



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LILIAN DA ROSA

**TERRA E ILEGALIDADE: AGRICULTURA DE MACONHA EM ALAGOAS E
PERNAMBUCO (1938-1981)**

**CAMPINAS
2019**



LILIAN DA ROSA

**TERRA E ILEGALIDADE: AGRICULTURA DE MACONHA EM ALAGOAS E
PERNAMBUCO (1938-1981)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Economia, na área de História Econômica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ligia Maria Osório Silva

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA PELA ALUNA LILIAN DA ROSA
E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LIGIA MARIA OSÓRIO SILVA

**CAMPINAS
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

R71t Rosa, Lilian da, 1986-
Terra e ilegalidade: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco
(1938-1981) / Lilian da Rosa. – Campinas, SP: [s.n.], 2019.

Orientadora: Ligia Maria Osório Silva.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Maconha - cultivo. 2. Propriedade territorial. 3. Ilegalidade. 4. História
econômica. I. Silva, Ligia Maria Osório, 1943-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Land and illegality: marijuana agriculture in Alagoas and
Pernambuco (1938-1981)

Palavras-chave em inglês:

Marijuana - Planting (Plant culture)

Land tenure

Illegality

Economic history

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutora em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Ligia Maria Osório Silva [Orientadora]

Henrique Soares Carneiro

Paulo Cesar Pontes Fraga

Vicente Eudes Lemos Alves

Fernando Cezar de Macedo Mota

Data de defesa: 16-12-2019

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-6901-4476>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/2470369322446101>

COMISSÃO JULGADORA – TESE DE DOUTORADO

Candidato: Lilian da Rosa. RA: 121758

Data da Defesa: 16/12/2019

Título da Tese: “Terra e ilegalidade: agricultura de maconha em Alagoas e Pernambuco (1938-1981)”

Prof^a. Dr^a. Ligia Maria Osório Silva – Presidente, IE/UNICAMP

Prof. Dr. Henrique Soares Carneiro – FFLCH/USP

Prof. Dr. Paulo Cesar Pontes Fraga – ICH/UFJF

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves – IG/UNICAMP

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota – IE/UNICAMP

A ata de defesa, com as respectivas assinaturas dos membros da Comissão Julgadora, encontra-se no processo de vida acadêmico da aluna.

Agradecimentos

Nesses quase cinco anos de Doutorado, contei com o auxílio de muitas pessoas e instituições. Assim, sou extremamente grata:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES), código de financiamento 001, que me concedeu uma Bolsa de pesquisa e me possibilitou uma dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Aos funcionários do Instituto de Economia da Unicamp, em especial, ao pessoal da Secretária de Pós-graduação pelo compromisso e disposição em ajudar e orientar os alunos nas mais variadas questões, bem como, aos funcionários da biblioteca que transformavam o dia-a-dia mais leve e a biblioteca em um espaço extremamente agradável.

Aos professores do Instituto de Economia pelo conhecimento compartilhado e pelas possibilidades de novas descobertas.

À Ligia por ter me concedido a liberdade de trilhar meus próprios percursos de investigação, sem nunca ter deixado de me incentivar e trazer luz nos momentos de dúvidas.

À Milena por lá atrás ter me aberto as portas do mundo acadêmico. Sou grata ainda pelo grupo de estudos de Historiografia e História Econômica e pelas discussões metodológicas que também nortearam este trabalho.

Aos professores Henrique Carneiro e Fernando Macedo pelas importantes contribuições na banca de qualificação e na banca de defesa. Ao Vicente e ao Paulo Fraga pelas pertinentes considerações na banca de defesa. À Vanessa Jurgensfeld, ao Maurides Ribeiro, à Milena Fernandes e ao Nelson Cantarino pela disponibilidade como suplentes.

Ao Thiago por toda ajuda na construção deste texto. Pela paciência e companheirismo ao longo desses anos.

À Taciana pelas conversas que orientaram alguns rumos do trabalho, indicações de referências e por, desde o início da pesquisa, insistir que eu devia centrar a análise “apenas na agricultura de maconha”.

Ao Petty pelas várias horas de conversas sobre o “pito do pango” e o contexto histórico da proibição.

À Marina pelas conversas sobre o Nordeste e por ter me apresentado o sítio Histórico de Olinda em pleno carnaval.

Ao Jonatas Carvalho e ao Marcílio Brandão por responderem meus e-mails e sanarem algumas dúvidas que surgiram ao longo da pesquisa.

Às mulheres que me tornaram mais “forte” em meio às turbulências da vida: Andréia, Juliane, Taciana, Anisha e Débora. Gratidão pela solidariedade e por reforçarem minha fé na humanidade.

À Juracilda e ao Wilmar por um dia terem me recebido e orientado meus primeiros passos no mundo da pesquisa. Gratidão ainda pela estadia e pela construção de uma sociedade mais igualitária.

Aos colegas da Pós-graduação que indicaram fontes, referências bibliográficas, que esclareceram dúvidas, que emprestaram os ouvidos e dividiram uma cerveja na mesa do bar. Vocês tornaram a vida mais leve e este trabalho um pouco mais consistente.

Às mulheres do grupo de estudos Mulheres e Ditadura Militar (MUDI) pelas leituras, debates e sugestões, tem muito de vocês ao longo dessas linhas. Sou grata ainda pela amizade e cuidado.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (LEIPSI) pelo debate de temas tão caros à nossa sociedade de forma descontraída e leve.

Aos colegas do Observatório dos Conflitos Rurais em São Paulo pelas discussões sobre questão agrária e conflitos no campo.

À família pela torcida e apoio, ainda que, muitas vezes, à distância.

Agrava-se, contudo, o emprego da maconha, com sua maior área de cultura no Vale do São Francisco. Torna-se difícil a vigilância sobre a herba pois a quem a cultive como planta de jardim, no quintal, ou até em jarros.

25/01/1955 - Jornal Diário de Pernambuco

RESUMO

Esta tese mapeia algumas permanências e rupturas relacionadas à planta da *Cannabis* no século XX e analisa as transformações socioeconômicas da agricultura ilegal de maconha no agreste e no sertão pernambucano, de 1938 a 1981. Constatou-se que no início do século XX, o cultivo de *Cannabis* era realizado nos municípios próximos ao litoral, principalmente nos do Estado de Alagoas, onde a maconha era consumida pela população local como um psicoativo. Na década de 1930, o Estado brasileiro sancionou um conjunto de leis que proibiram seu cultivo, uso e comércio e instaurou políticas públicas de repressão visando o extermínio dessa planta, por meio de práticas de erradicação. Entretanto, essas tentativas de extermínio pouco a pouco, por efeito balão, desencadearam um movimento de transferência das áreas de cultivo ilícito do agreste alagoano para o sertão pernambucano, onde essa agricultura encontrou condições adequadas para a sua consolidação nos primeiros anos da década de 1980. Embora ilegal, a agricultura de *Cannabis* necessitava de terra e do processo de trabalho para a sua produção. Por conta disso, a tese adentra a esfera da produção e analisa os estratos sociais envolvidos com essa agricultura ilícita, os meios de produção, bem como as representações produzidas pelos jornais da época em torno dos envolvidos. Para tal, a pesquisa se baseou em um conjunto de fontes primárias, tais como a legislação, os planos de desenvolvimento econômico, as mensagens presidenciais, os jornais oficiais e de temática livre, entre outros.

Palavras-chave: Agricultura de Maconha; Terra; Ilegalidade; História Econômica.

ABSTRACT

The present thesis outlines the permanencies and the ruptures related to the Cannabis plant in the twentieth century and analyzes the socioeconomic changes of illegal marijuana agriculture in the States of Alagoas and Pernambuco, from 1938 to 1981. In the early twentieth century, Cannabis agriculture occurred mainly in municipalities near the coast, especially in the State of Alagoas, where local population had been consuming marijuana as a psychoactive. In the 1930s, the State of Brazil sanctioned a set of laws to prohibit its cultivation, use and trade and established public policies of repression aimed to eradicate this plant. However, these extermination attempts, by balloon effect, triggered the transference of illicit crop areas from Alagoas to Pernambuco, where this agriculture found adequate conditions for its consolidation in the early 1980s. Although illegal, marijuana agriculture required land and the labor process for its production. Because of this, the thesis also addresses the sphere of production and so analyzes the social strata involved with the illegal agriculture and the means of production, as well as the representations, around those involved, produced by the period newspapers. To this end, the research consulted a set of primary sources, such as legislation, economic development plans, presidential messages, official and themed newspapers, among others.

Keywords: Marijuana Agriculture; Land; Illegality; Economic History.

Lista de Ilustrações

Figura 1.1: Trajetória geográfica da <i>Cannabis</i>	27
Figura 1.2: Cachimbo supostamente usado para fumar diamba.....	43
Figura 1.3: Propaganda de cigarros Indianos <i>Grimault</i> em 1868.....	48
Figura 2.1 Açudes públicos construídos pelo IFOCS (1930-1939).....	72
Figura 2.2 Açudes públicos construídos pelo DNOCS (1945-1964).	79
Figura 2.3: Açudes públicos construídos pelo DNOCS (1964-85)	97
Figura 2.4: PIB dos Municípios – preços constantes.....	103
Figura 3.1: Capa do Diário de Pernambuco com a chamada de que a CNFE preparava nova batida no setor de repressão à maconha.....	122
Figura 3.2: Dois caminhões carregados de maconha e sacos onde a maconha estava acondicionada	126
Figura 3.3 Nota sobre apreensão de maconha pronta para consumo.....	127
Figura 3.4: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, na década de 1950.....	130
Figura 3.5: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, nas décadas de 1950 e 1960.....	139
Figura 3.6: Solo e vegetação característicos da caatinga durante o período das chuvas.	156
Figura 3.7: Plantios de maconha no braço esquerdo do açude Barriguda.....	157
Figura 3.8: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, entre 1950 a 1981	158
Figura 3.9: Geografia do rio São Francisco, com destaque para a grande quantidade de ilhotas ao longo dos trechos do rio.....	160
Figura 4.1: Frequência de notícias sobre maconha.....	167
Figura 4.2: Reportagem do Diário de Pernambuco sobre a participação de políticos.....	176
Figura 4.3: Casa do coronel José Sabino	206

Lista de Tabelas

Tabela I.1: Jornais consultados como fonte de pesquisa.	19
Tabela 1.1: Principais plantas de Pernambuco que poderiam substituir o cânhamo.	36
Tabela 1.2: Licitações do Hospital de Alienados de Tamarineira.	49
Tabela 2.1: Barragens construídas em cooperação com a iniciativa privada.	73
Tabela 2.2 Usinas do Rio São Francisco construídas no governo militar	95
Tabela 2.3: Projetos de irrigação no Vale do São Francisco (1968-1984)	98
Tabela 3.1: Perfil social dos 46 viciados e traficantes.	116
Tabela 3.2: Perfil de trabalho dos 46 viciados e traficantes.	116
Tabela 3.3: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1950.	131
Tabela 3.4: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1960.	140
Tabela 3.5: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1970.	153
Tabela 3.6: Quantidade de cultivos de maconha destruídos nos anos de 1980 e 1981.	159
Tabela 4.1 Estabelecimentos registrados em Pernambuco na década de 1950	169
Tabela 4.2 Distribuição da organização social do campo nordestino entre 1950 e 1960.	170
Tabela 4.3: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1957 a 1981, que relatavam a participação de pessoas influentes.	185
Tabela 4.4: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1948 a 1981, que relatavam a participação de pequenos produtores.	193
Tabela 4.5: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1948 a 1981, que relatavam a participação de mão de obra assalariada	196
Tabela 4.6: Preço, em cruzeiros, de produtos de lavoura temporária.	199

Lista de Abreviaturas

AI-1	Primeiro Ato Institucional
CE	Comissão Estadual
CEFES	Comissões Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNFE	Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DIC	Polícia Civil
DIN	Departamento Nacional da Imigração
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DSND	Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento
DSP	Departamento de Segurança Pública
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco
ESG	Escola Superior de Guerra
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finor	Fundo de Investimento do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCOS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INP	Instituto de Pesquisas Espaciais
INTERBA	Instituto de Terras da Bahia

IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
IPA	Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PDN	Plano de Desenvolvimento do Nordeste
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLINTER	Serviço de Polícia Interestadual
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROVALE	Programa Especial para o Vale do São Francisco
RFC	Real Feitoria do Linho Cânhamo
SENTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento Amazônico
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 OS USOS TÊXTIL, PSICOATIVO E TERAPÊUTICO DA CANNABIS	25
1.1 OS USOS DA CANNABIS NO BRASIL	28
1.1.1 Aplicação industrial do linho cânhamo: primeiras tentativas	29
1.1.2 Modernização e novas tentativas econômicas para o cânhamo: uso têxtil	37
1.1.2.1 Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta.....	39
1.1.2.2 Companhia Fábrica Yolanda S. A.	40
1.1.3 Uso psicoativo da maconha.....	41
1.1.4 Uso terapêutico da Cannabis.....	47
1.2 A PROIBIÇÃO EM MARCHA.....	51
1.2.1 A proibição parcial.....	54
1.2.1.1 A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE)	55
1.2.2 Os avanços da proibição	57
2 NORDESTE SERTANEJO: TERRA, SECA E SUBDESENVOLVIMENTO	61
2.1 POLÍTICA DE SOCORRO CONTRA AS SECAS: OBRAS E SERVIÇOS.....	69
2.1.1 Frentes de trabalho.....	70
2.1.2 Serviço Agroindustrial	74
2.1.3 Vale do São Francisco: novas perspectivas	76
2.2 “TEMPO DE TRANSFORMAÇÃO”: EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL	81
2.2.1 Os rumos da transformação: I e II Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste	83
2.3 DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA.....	86
2.3.1 A construção do “Brasil Potência”: ação do Estado para a modernização do campo	92
2.3.2 As hidrelétricas do São Francisco e os projetos de irrigação	95
2.4 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E O ESCÂNDALO DA MANDIOCA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANTIO DE MACONHA NO SERTÃO	105

3 GUERRA À “ERVA MALDITA”	110
3.1 A ATUAÇÃO DA CNFE, A CRIAÇÃO DAS COMISSÕES ESTADUAIS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO	112
3.1.1 Convênio Interestadual da Maconha: o Nordeste contra a “diambomania” ...	114
3.1.2 A destruição dos cultivos na década de 1950	119
3.2 A MACONHA NO CONTEXTO DA DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL	132
3.2.1 A destruição dos cultivos na década de 1960	136
3.2.2 Produtor, traficante e usuário: os novos inimigos da Pátria	142
3.2.3 A destruição dos plantios na década de 1970	147
3.2.4 A consolidação do cultivo no Sertão	157
4 TERRA, PODER E ILEGALIDADE.....	164
4.1 TERRA, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO	168
4.1.1 Proprietários	171
4.1.2 Parceiros e arrendatários	172
4.1.3 Trabalhadores assalariados.....	174
4.2 TERRA E TRABALHO: OS ESTRATOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE MACONHA.....	175
4.2.1 A “política maconhada”: políticos, coronéis e grandes proprietários de terra	175
4.2.2 O “matuto desinformado”: parceiros, arrendatários e pequenos proprietários	186
4.2.3 “Os operários da maconha”: o trabalhador assalariado	193
4.3 NEGÓCIO ILÍCITO	196
4.3.1 O preço de mercado e o risco da atividade ilícita	198
4.3.2 Os impactos da agricultura ilícita de maconha na vida sertaneja	202
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	211
REFERÊNCIAS	215

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2018, o jornal *El País* publicou uma reportagem com o subtítulo “grandes bancos e empresas de bebidas dão seus primeiros passos para entrar de cabeça no negócio da *Cannabis* e disparam as expectativas do setor”. A imagem de capa exibia um *outdoor* que oferecia um serviço de entrega de maconha. A matéria, de modo geral, discutia o potencial econômico da *Cannabis* e trazia o exemplo da *Tilray*, empresa canadense produtora de medicamentos à base dessa planta. A notícia enfatizava que a referida empresa começara a negociar as suas ações na *Wall Street* em julho daquele ano. Na ocasião, essas ações foram cotadas a 17 dólares. Dois meses depois, na semana da publicação do jornal, elas estavam acima de 130¹.

O *outdoor* da fotografia de capa ficava na cidade de Los Angeles, no estado da Califórnia, onde o uso medicinal da *Cannabis* foi legalizado em 1996. Em 2016, através da Proposição 64, esse mesmo estado ampliou a permissão para o uso recreativo². Embora a Califórnia tenha sido um dos primeiros estados norte-americanos a legalizar esse uso adulto, outros como Colorado, Oregon, Massachusetts, Washington, Maine, Michigan e Nevada posteriormente criaram leis para esse fim³. Fora dos Estados Unidos, a maconha é legalizada no Uruguai desde 2014 e no Canadá desde 2018. Países como Itália, Portugal e Espanha não a legalizaram, mas já a descriminalizaram. Por outro lado, em muitos países, essa planta ainda é ilegal ou sofre restrições. Apesar disso, devido as suas propriedades terapêuticas, industriais e entorpecentes, o debate em torno de uma possível legalização, muito além de meras questões econômicas, gera discussões acaloradas entre os setores da sociedade civil.

Um historiador de ofício, mesmo que na maior parte do tempo se debruce sobre o passado, normalmente elege seu objeto de interesse em consonância com as questões do presente (BLOCH, 2001). Nesse sentido, o debate em torno da legalização da maconha motiva esse profissional a investigar o modo como a humanidade vem se relacionando com a *Cannabis* ao longo das gerações. Isso leva a um arcabouço de temas que vai desde a sua trajetória geográfica, passando pelos seus diferentes usos, até os determinantes e as consequências de sua

¹ Wall Street é atraída pela maconha. EL PAÍS, 30 de setembro de 2018. Material informatizado.

² Submission of Amendment to Statewide Initiative Measure - Control, Regulate and Tax Adult Use of Marijuana Act, No. 15-0103. Disponível gratuitamente em: [https://oag.ca.gov/system/files/initiatives/pdfs/15-0103%20\(Marijuana\)_1.pdf](https://oag.ca.gov/system/files/initiatives/pdfs/15-0103%20(Marijuana)_1.pdf).

³ Além dos Estados citados no texto que descriminalizaram o uso adulto, segue adiante os Estados que legalizaram apenas o uso medicinal da *Cannabis*: Florida, Arizona, Novo México, New York, Oklahoma, Louisiana, West Virginia, Pennsylvania, Minnesota, North Dakota, Montana, Utah, Illinois, Hawaii e Arkansas. Informações disponíveis em: <https://www.governing.com/gov-data/safety-justice/state-marijuana-laws-map-medical-recreational.html>.

proibição. Como resultado de seu tempo, este trabalho evidentemente não foge dessa perspectiva; ao contrário disso, procura se apropriar dela, mas sempre atento aos anacronismos e vícios que podem contaminar a narrativa histórica.

De certo modo, elaborar uma tese que aborda a temática da maconha em um período tão recente é um desafio, não apenas por todas as questões éticas e políticas que permeiam a temática, mas também pela dificuldade no acesso às fontes, já que grande parte da documentação oficial produzida dentro do recorte cronológico da tese está dispersa entre várias instituições do Brasil. Dentre essas fontes, estão, por exemplo, os processos judiciais produzidos pelas Comarcas do interior do Estado de Pernambuco (Cabrobó, Petrolina e Floresta) e Comarcas do interior do Estado de Alagoas (Santana do Ipanema e Palmeira dos Índios), bem como os registros oficiais de autoridades locais que atuam no combate ao cultivo da maconha. Outros exemplos são os produzidos pelas Comissões Estaduais de Entorpecentes (CEFEs) e pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE), que atualmente estão sob custódia do Itamaraty. Dessas comissões, a documentação produzida até 1950 foi arquivada no Rio de Janeiro, enquanto a produzida a partir desse ano, com a transferência da sede do Itamaraty para Brasília, passou a ser arquivada nesta cidade. Assim, as distâncias que separam todos esses documentos, por não estarem digitalizados, dificultam o acesso a eles.

Além disso, muitos daqueles produzidos ao longo da Ditadura Civil-militar ainda não estão sob a custódia de arquivos públicos, mas de instituições como a Polícia Federal e o Exército. Quando solicitados por meio oficial, essas instituições negaram o acesso aos seus documentos produzidos nesse período, mesmo com a existência da Lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. A justificativa para denegá-los foi de que os tais registros foram perdidos ou extraviados. Por conta disso, alguns pontos da pesquisa apresentam lacunas, como no caso das operações Jaguar I, II e III, Pebá, Despedida e Nero, todas operações para a destruição de cultivos de maconha, comandadas pela Polícia Federal em conjunto com o IV Exército de Pernambuco, no final da década de 1970.

A despeito dessas limitações, felizmente já existe uma massa documental de acesso livre, através da internet, que serviu de base para esta pesquisa. Esses documentos vão desde atas de empresas que produziam linho cânhamo, documentos da Sudene, Leis e Decretos do governo Federal, Leis e Decretos dos Estados de Pernambuco e de Alagoas, os relatórios da CNFE e das CEFEs, entre outros. Geralmente, esses “documentos oficiais”, quando existem, são de uso frequente para a produção de narrativas históricas e, portanto, foram mapeados e analisados para a execução do presente estudo.

Além dessa documentação, foram utilizadas notícias de jornais oficiais e temáticos

como fontes complementares de pesquisa. A utilização da imprensa pode ser considerada um “manancial” dos mais lautos para o conhecimento do passado, pois “possibilita ao historiador acompanhar os percursos dos homens através do tempo”. Ou seja, esse tipo de fonte também pode ser um meio para propor uma narrativa histórica da política e da sociedade de uma determinada época. Dessa perspectiva, os jornais, por registrarem em suas páginas diversos aspectos sobre os costumes, a economia e as práticas sociais, oferecem um vasto material para o estudo da vida cotidiana. Nesse tipo de abordagem, o pesquisador pode recorrer às colunas sociais, às ilustrações, às caricaturas e às análises socioeconômicas. (CAPELATO, 1988).

Convém notar que apesar da utilização da imprensa como fonte de pesquisa tenha se popularizado a partir de 1970 com o movimento da Nova História, sua importância como fonte documental já havia sido reconhecida por autores de correntes teóricas anteriores. Eric Hobsbawn, por exemplo, sustenta que o historiador, ao realizar suas conjecturas sobre o século XX em diante, não tem mais como ignorar os registros da imprensa diária e os relatórios econômicos e estatísticos de órgãos oficiais dos diversos governos e de entidades internacionais (HOBBSAWN, 1995).

No Brasil, Gilberto Freyre lançou as bases metodológicas para a utilização de jornais como fontes de pesquisa⁴, com um trabalho apresentado em 1934, que foi em 1970 republicado na forma de livro, com o nome “*Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*”. Esse livro analisa a sociedade patriarcal escravocrata brasileira a partir dos anúncios de jornais – cerca de 10.000 anúncios sobre venda, troca, compra e fuga de escravos publicados em jornais que circularam durante o Brasil Império. Através de informações como características físicas, marcas no corpo que podiam indicar a nação de origem, marcas de violência cotidiana, a função que o escravo desempenhava e se o mesmo era boçal⁵ ou ladino⁶, Freyre discorreu não apenas sobre a antropologia física e cultural dos africanos, mas também sobre as enfermidades, a violência e os vícios que os acometiam. Além disso, o autor também capturou desses anúncios alguns aspectos da vida econômica, bem como as patologias sociais, e com isso propôs uma interpretação social, psicológica e econômica dessa sociedade escravocrata (FREYRE, 2010).

Por outro lado, os jornais também podem ser considerados fontes de pesquisa sob a ótica de testemunho histórico, ou seja, um agente participativo na construção da própria história, dado que na produção de uma notícia o “objeto” é desenhado conforme o interesse, a

⁴ Nelson Werneck Sodré (1966) foi o primeiro autor brasileiro a escrever sobre a história da imprensa do Brasil a luz de uma teoria marxista. Sua obra aborda o período de 1808 a 1960 e traz informações detalhadas sobre a imprensa nesse período.

⁵ Escravos não integrados totalmente na sociedade; não sabiam a língua e não estavam habituados aos costumes locais.

⁶ Escravos já integrados na vivência social, falavam o idioma e estavam habituados aos costumes.

emoção e o pensamento de uma época e conforme às perspectivas morais dos redatores, que ao escrever uma reportagem visam atingir um determinado público (LUCA, 2005).

Ciente disso, na busca por fontes sobre a produção de *Cannabis* no Brasil, o presente estudo se deparou com diversas notícias em jornais de interesse produzidas ao longo de um período de 140 anos. Os jornais atualizavam constantemente os seus leitores sobre os principais acontecimentos locais. Por exemplo, a *Cannabis* para os usos industrial e terapêutico, entre 1860 a 1940, ganhou espaço nas seções de economia e de anúncios a pedidos: era comum que as atas e os relatórios de empresas de linho cânhamo fossem divulgadas nos jornais e também era comum os anúncios de venda de cigarros à base de *Cannabis indica*, bem como editais para hospitais psiquiátricos que solicitavam um extrato de fluído da mesma planta. Outro exemplo, entre 1940 a 1980, a *Cannabis* como uso psicoativo aos poucos passou a veicular em diferentes seções, da capa ao último caderno. Em notícias sobre apreensão e destruição de plantações constam os valores, as quantidades envolvidas, os nomes de proprietários de plantios, os nomes de proprietário de terra, entre outras informações pertinentes. Como forma de sistematizar esses dados, foram mapeadas todas as notícias entre 1860 a 1981 disponíveis em 5 periódicos com um bom volume de reportagens sobre os diferentes usos da *Cannabis*. São eles:

Tabela I.1: Jornais consultados como fonte de pesquisa.

Jornal	Estado	Período analisado	Tipo
Diário Oficial ⁷	Alagoas	Década de 1960	Oficial
Diário Oficial ⁸	Pernambuco	1930 a 1981	Oficial
Jornal Pequeno ⁹	Pernambuco	1954 a 1963	Temática livre
Última Hora ¹⁰	Pernambuco	1963	Temática livre
Diário de Pernambuco ¹¹	Pernambuco	1930 a 1981	Temática livre

Dentre estes, vale ressaltar que os jornais de temática livre eram voltados a elite da sociedade pernambucana. Em particular, o Diário de Pernambuco se destaca dos demais devido a sua longa existência. Foi criado em 1823 com o propósito de ser um periódico voltado a

⁷ O site do Diário Oficial do Estado de Alagoas está indisponível desde 2018, sob justificativa de melhorias.

⁸ Disponível gratuitamente em <https://www.cepe.com.br/>.

⁹ Todas as edições estão disponíveis gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹⁰ Todas as edições estão disponíveis gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

¹¹ Todas as edições estão disponíveis gratuitamente no site da hemeroteca da Biblioteca nacional: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

anúncios, comércios e leilões. Com o passar do tempo, transformou-se em um jornal de temática livre e é considerado o mais antigo da América Latina ainda em circulação. Também vale ressaltar que a busca por notícias sobre *Cannabis* não se restringiu a um único termo, dada a suas diferentes denominações ao longo do tempo. Assim, também foram pesquisadas as palavras, cânhamo, liamba, diamba, pito do pango, riama, meconha e maconha.

Naturalmente, tanto as notícias de jornais quanto outras fontes documentais devem ser utilizadas com cautela e requerem métodos de análise específicos de acordo com cada tipo de registro. Nesse processo, o historiador deve conhecer como funciona a instituição que o produziu, para melhor compreender o contexto em que o mesmo foi elaborado e para assim minimizar as chances de cometer anacronismos. Por um lado, cruzar fontes, cotejar informações, justapor documentos, relacionar textos e contextos, identificar mudanças e permanências, entre outros procedimentos, tudo, de certa forma, contribui para a produção de uma obra sintonizada com o seu tempo e com o recorte cronológico escolhido (BACELLAR, 2006). Por outro lado, uma metodologia adequada é de suma importância para a análise e a interpretação dos registros, pois ajuda a identificar sinais ou indícios marginais, muitas vezes negligenciados, que contribuem para a revelação e o entendimento de uma realidade histórica. Nesse sentido, outras opções metodológicas também serão melhor explicitadas em cada um dos diferentes capítulos da tese.

Ainda é válido destacar que este trabalho só ganhou vida, tal como é apresentado, no início do terceiro ano do doutorado, após uma exaustiva pesquisa em arquivos localizados em Recife, Petrolina e Salvador. O projeto inicial pretendia analisar os Reflexos da Ditadura Civil-Militar brasileira nos conflitos agrários do Nordeste. Como pensar esses conflitos exigia a análise e a compreensão específica de alguns municípios do Estado, ocorreu que, no processo de investigação das fontes, estas revelaram uma nova perspectiva para ser investigada no campo da história. Ao aceitar o novo desafio, optou-se, então, por enveredar no que seria apenas um tópico na tese anterior e por transmutá-lo em tema central do estudo. Com isso, esta tese elegeu o seguinte objetivo de pesquisa: analisar o cultivo ilegal da maconha no sertão de Pernambuco.

A temática do cultivo da *Cannabis* no meio rural suscita duas discussões associadas a crimes agrários. A primeira se relaciona com o processo de ocupação do território e com a histórica falta de controle do Estado sobre as terras públicas e privadas, ainda que tenham vigorado diversas regulamentações ao longo do tempo. Sabe-se que do processo de ocupação e consolidação da estrutura fundiária no Brasil emergiram inúmeros casos de apossamento ilegal e grilagem que suscitaram vários conflitos rurais, alguns deles inclusive com o extermínio de comunidades indígenas, pequenos proprietários e posseiros. Então, de certo modo, ao trabalhar

com esta perspectiva, expõe-se uma das facetas da história agrária brasileira. A segunda, por sua vez, remete especificamente à prática da agricultura ilegal de *Cannabis* em terrenos com situações jurídicas diversas: ilhas, propriedades privadas, terras devolutas, entre outras. O motivo que levou os produtores ilegais a escolherem esses espaços e os conflitos decorrentes dessa opção são importantes questões a serem respondidas.

A agricultura ilegal da *Cannabis* se insere no campo da pesquisa histórica devido às condições em que ocorre. Ao constatar que o seu plantio, uso e comércio são proibidos no Brasil desde 1938, busca-se entender as determinações que possibilitam a existência de uma área no sertão de Pernambuco que, a despeito da lei, planta e comercializa maconha.

Pesquisadores sobre o tema, como Gustavo Maia Gomes, em *Velhas Secas em Novos Sertões*, defendem que o “escândalo da mandioca” pode ser considerado o marco inicial para o que hoje é conhecido como Polígono da Maconha. Nos anos de 1979 a 1981, a União financiou agricultores para plantar mandioca, com a finalidade de produzir um derivado que fornecesse um combustível novo. Para esse fim, o Estado facilitou o repasse de crédito através do Banco do Brasil a juros baixos. Entretanto, o dinheiro não era aplicado na plantação dos tubérculos e, sim, desviado através de um esquema de corrupção entre funcionários do banco e fazendeiros locais – cerca de Cr\$ 1,5 bilhões¹². Após denúncias sobre esse esquema, o Banco Central mandou uma auditoria para Floresta (PE) e deu-se início às investigações. Alguns anos mais tarde, as famílias envolvidas nesse escândalo foram desapropriadas e suas terras passaram para o controle da União. De acordo com os adeptos dessa explicação, enquanto ocorria o processo jurídico que levou a desapropriação, esses territórios se tornaram espaços oportunos para a ação de traficantes que passaram a financiar as lavouras de sementes.

Já a obra de Ricardo Vargas Meza, *Drogas, conflito armado na Colômbia e segurança global*, defende que, na década de 1980, ocorreu o aumento da repressão ao plantio de *Cannabis* próximo as estradas; fato que, por conseguinte, causou o deslocamento das plantações para áreas do sertão da Bahia e de Pernambuco e áreas de difícil acesso do Maranhão (MEZA, 2005). Ana Maria Motta Ribeiro, em *O polo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo da maconha na agenda*, destaca que no imaginário popular o polígono da maconha é reflexo de duas políticas de governo. A primeira é o já citado escândalo da mandioca. O segundo, por sua vez, está relacionado aos projetos de desenvolvimento econômico para a região, especialmente a construção das barragens de Sobradinho, em 1979, e Itaparica, em 1987. Essas obras provocaram a transferência e a desestruturação do

¹² Programa de incentivo agrícola criado pelo Governo Federal em 1973.

modo de vida de milhares de famílias de sertanejos – levadas, com o passar do tempo, a se dedicar ao cultivo da *Cannabis* como meio de subsistência.

O sociólogo Paulo Cesar P. Fraga, por sua vez, possui uma vasta produção sobre os reflexos da maconha na região do Submédio Pernambucano. Seus trabalhos focam, sobretudo, nos impactos sociais e econômicos da produção ilícita na vida dos trabalhadores rurais nordestinos envolvidos nessa atividade ilegal a partir da década de 1980 até o período atual. De acordo com suas análises, a agricultura ilícita no São Francisco, expressa uma série de contradições socioeconômicas de uma região considerada uma das mais carentes do Brasil. Em sua perspectiva, a *Cannabis* é uma fonte de renda que, inclusive dinamizou a economia dos municípios envolvidos – abertura de instituições bancárias e diversificação do setor terciário, algo incomum na realidade do semiárido nordestino. Por outro lado, essa produção também expressa uma série questões que se expressam, sobretudo, no aumento da violência e do encarceramento da população local (FRAGA, 2019; FRAGA e IULIANELLI, 2011; FRAGA, 2007).

A presente tese, por sua vez, defende que em 1981, ano em que ocorre o escândalo da mandioca o cultivo de *Cannabis* no sertão pernambucano já possuía uma estrutura e uma extensão territorial bem consolidada – cujas origens remontam a década de 1970. Por razões que serão explicadas ao longo do texto, nas décadas de 1950 e 1960, os principais centros produtores de maconha localizavam-se no vale do baixo São Francisco e na divisa entre Alagoas e Pernambuco. Na década de 1970, a maconha se interiorizou no sertão pernambucano e concomitantemente passou a ser produzida para atender uma demanda de mercado em escala bem maior, se comparada às décadas anteriores. A partir de 1980, então, mesmo que ilegal, o comércio e a produção de maconha só se intensificaram e modernizaram: o plantio em diferentes terras (ilhas, propriedades particulares, terras devolutas), a utilização de insumos, uma rede de irrigação e um circuito ilegal estruturado desde o agricultor até o financiador.

É claro que o esboço acima indica só algumas linhas gerais do que se pretende com este estudo, uma vez que analisar o cultivo da *Cannabis* no sertão pernambucano requer, na prática, apreender a problemática da maconha para além do espaço urbano, o que contribui tanto para o campo de pesquisa das drogas quanto para o da história agrária. De modo geral, os problemas de fundo que orientam essa pesquisa fornecem uma tentativa de interpretação, embasada em teorias de história, para esse fenômeno social da maconha, ao passo que até o momento os trabalhos científicos que versam sobre essa temática se apoiam sobretudo em metodologias oriundas da sociologia ou da antropologia.

A periodização da pesquisa se estende de 1938 até 1981, embora o Capítulo 1 realize uma significativa digressão para contextualizar os eventos de interesse que ocorreram até

o início desse período. No ano de 1938, o cultivo, a venda e o uso da maconha foram legalmente proibidos, fato que representou uma ruptura política, social e econômica nos modos de exploração e utilização da *Cannabis*. O ano de 1981, por sua vez, marca o reconhecimento de todos os elementos de um espaço geográfico que na década de 1990 receberá a denominação “polígono da maconha”, com o *status* de principal região produtora do Brasil.

A delimitação temporal – 1938-1981 – é estranha se comparada aos moldes como são pensadas as teses de história atuais, geralmente caracterizadas por recortes curtos. Contudo, nesta tese, o período amplo se justifica para que as questões colocadas sejam adequadamente respondidas, principalmente porque os trabalhos de história em que se apoiar ainda são escassos. Para conduzir a pesquisa, o texto discute também três diferentes usos da maconha ao longo da história do Brasil: o industrial; o uso terapêutico, cujo predomínio é anterior a proibição de 1938; e o uso psicoativo, cuja origem é difícil precisar, mas, ao que tudo indica, parece remontar a Colônia, e cuja prática, mesmo em tempos de proibição, permanece desde de então.

A tese se divide em 4 capítulos, brevemente resumidos a seguir. O Capítulo 1 faz uma revisão sobre a história da maconha no Brasil, com o objetivo de entender de que maneira ela adentrou o território do estado de Pernambuco. Grande parte dos trabalhos afirmam que a planta fazia parte da sociedade açucareira. No entanto, ao longo da investigação, essa hipótese não se sustentou, o que, por conseguinte, originou outra interpretação, cuidadosamente detalhada com o desenrolar da tese. Além disso, esse primeiro capítulo apresenta os diferentes usos da maconha durante os séculos XVIII, XIX e XX, buscando entender, a partir desses usos, as circunstâncias que levaram a sua proibição e a sua ascensão na política de drogas no século XX.

O Capítulo 2 explora as peculiaridades geomorfoclimáticas do sertão nordestino e o modo como os homens se organizaram nele. Além disso, o capítulo analisa as principais políticas públicas voltadas ao crescimento e ao desenvolvimento da região Nordeste, principalmente as destinadas ao sertão. Grande parte dessas políticas eram propostas para contornar “os problemas advindos das secas” que fustigavam vastas áreas do sertão e causavam levantes e migrações de “flagelados”. O sertão de Pernambuco recebeu várias dessas políticas durante a Era Vargas e a Ditadura Militar. Contudo, a sistematização desses projetos assistencialistas não trouxe os resultados esperados e grande parte dos sertanejos continuaram desassistidos e por isso susceptíveis a se tornar mão obra na agricultura ilícita de maconha.

O Capítulo 3 analisa as tentativas do Estado para combater o cultivo da maconha. Desde de a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, na década de 1930, até a participação da Polícia Federal, no final da década de 1970, aconteceu uma série de planos e medidas de combate ao cultivo da “herva maldita” no Nordeste. Em contrapartida, nesse

mesmo período, os traficantes e os plantadores de maconha também adotaram estratégias para fugir da repressão. Dentre estas, a interiorização dos cultivos no sertão pernambucano é a de maior interesse para essa tese.

Por fim, o Capítulo 4 adentra a esfera da produção ilegal de maconha e realiza uma proposta interpretativa sobre a organização e a dinâmica da economia e da sociedade em torno do seu plantio ilícito – a partir de notícias publicadas em jornais da época, principalmente, no Diário de Pernambuco. Nesse sentido, esse último Capítulo busca entender os aspectos sociais e econômicos relacionados à agricultura ilícita e expor as representações e as narrativas criadas pelos jornais em relação aos homens envolvidos com a mesma.

1 OS USOS TÊXTIL, PSICOATIVO E TERAPÊUTICO DA *CANNA-BIS*

Ao longo da história, a maconha suscitou e continua a suscitar grandes debates na sociedade. Atento a isso, este trabalho se propõe a investigar a presença da *Cannabis* no Estado de Pernambuco, não como um simples encadeamento de fatos, mas sim como a história da atuação dos homens sobre essa planta naquela região. De modo geral, a humanidade cria, recria e transforma o meio em que vive conforme seus interesses, crenças e valores de época. De certa forma, a maconha também é um substrato desses processos humanos.

De acordo com os registros que se têm, o cultivo de maconha é provavelmente uma prática muito antiga, existente em diferentes sociedades. Conforme a região e o tempo, a planta acumulou diversos sinônimos – birra, diamba, liamba, riamba, marica, maconha, meconha, moconha, cânhamo, pito do pango, fumo de angola, marijuana, banguê, *skunk*, *hemp*, *haxixe*, *chanvre*, *kanebosc*, *dagga*, *kif*, *hasish*, *kancha*, *mbange*, *la santa rosa*, *zamal*, *charas*, ganja, dirijo, herva, erva do diabo dentre tantos outros nomes – como testemunhos desse passado, uma longa permanência associada a finalidades distintas: medicinal, industrial, econômica e cultural.

Embora os pesquisadores não esclareçam sua procedência exata, alguns indícios arqueológicos, datados com mais de 6000, sugerem que ela seja originária da Ásia Central, mais precisamente do território conhecido atualmente como China, onde as sementes de cânhamo eram utilizadas para a alimentação e as fibras dessa planta para a fabricação de produtos têxteis (LI, 1974). Além disso, Robinson também aponta a presença da *Cannabis* no território da atual América do Norte, mais precisamente na região de *Mount Builders*, que remontaria a 400 a.C. Ainda assim, a maior parte dos registros antigos é da China. Durante a dinastia *Han*, descobriu-se que as fibras de *Cannabis*, quando esmagadas com cascas de amoreira, poderiam ser usadas na fabricação de papel. De fato, essa descoberta possivelmente facilitou o registro escrito, uma vez que o papel a base de cânhamo era flexível, resistente e fino – características que o tornavam largamente utilizado em documentos oficiais e em cópias de livros (ROBINSON, 1999).

Os chineses foram os primeiros a utilizar as fibras de cânhamo, mas seu uso se estendeu a grande parte do oriente. A tradição Brâmane acreditava que “ele agilizava a mente”, aumentava a expectativa de vida e ampliava a libido (MACRAE, 211). Na tradição

Hindu, considerava-se o cânhamo como um elo com o sagrado, a tal ponto que Shiva e banguê eram tidos como um único ser. Como nos demais lugares, a planta do cânhamo também era cultivada para combater amplos tipos de males que acometiam a saúde dos homens. (ROBINSON, 1999).

Aos poucos, a planta se espalhou pelo continente africano e, posteriormente, pelo europeu, primeiro na porção oriental e depois na ocidental. Registros indicam que, uma vez na Europa, por volta dos séculos XVI e XVII, as sementes da maconha eram trituradas a fim de produzir um tipo de óleo para acender lamparinas, as quais, por sua vez, ao iluminar a escuridão da noite, facilitavam a vida cotidiana dos homens. A planta também era utilizada como remédio para curar dores de orelha, dores nas juntas, hemorragias, cólicas, diarreias, queimaduras e até mesmo alguns tumores. Em outros casos, ela garantia bons resultados contra a “inchação das mamas ou contra a gota causada por friagem” (CARNEIRO, 2002, p. 208-212). Como na China, ela se tornou matéria-prima na fabricação do papel para livros e documentos e na fabricação de telas, usadas sobretudo por pintores renascentistas (BARROS e PERES, 2011). Apesar dessas utilizações, sua principal aplicação na Europa Ocidental foi de fato a produção têxtil, de grande valor econômico para o continente. A fibra do cânhamo era uma das principais matérias-primas utilizada para a confecção de cordoarias e vestuário.

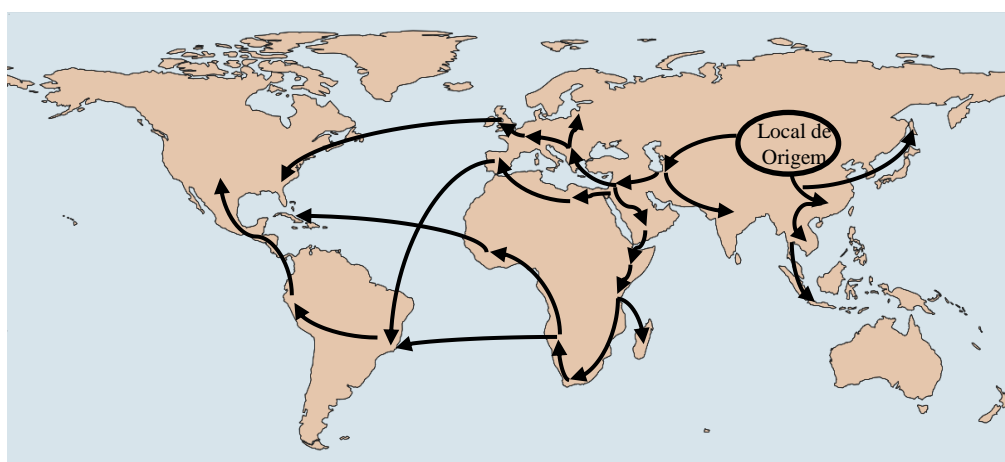
A planta figurava em festivais e rituais da Europa medieval. Na França, os camponeses dançavam durante o carnaval da quaresma para o seu *chanvre* crescer bem. Nas regiões montanhosas dos Vosges, eles realizavam um ritual de dança com o mesmo propósito. No festival da vagem, em Lorena, os camponeses prediziam que o crescimento do cânhamo, na época da colheita, seria comparável às alturas do rei e da rainha. Se a última fosse mais alta que o anterior, o cânhamo fêmea cresceria mais do que o macho e vice-versa.

Para os europeus, o processo de manufatura do cânhamo deveria ser realizado com precauções, uma vez que, de acordo com a crença da época, causaria riscos à saúde caso a planta não fosse manuseada corretamente. Eruditos proibiam macerar o cânhamo próximo dos rios, pois ele era um veneno perigoso que poderia contaminar todos que utilizassem aquela água. Segundo consta, o cânhamo era tão venenoso que até mesmo os melhores antídotos, ainda que tomados a tempo, poderiam não salvar a vida da vítima. Além disso, os tais eruditos alertavam sobre os riscos de respirar as poeiras do cânhamo durante a maceração a seco. (CARNEIRO, 2002). Carneiro (2002) também recuperou escritos de Frago (1527), que sugerem que as comunidades ocidentais reconheciam nos efeitos da planta sobre o corpo algo de perigoso à saúde, compreensão totalmente oposta à dos indianos, por exemplo. É

possível que essas diferentes percepções ocorressem devido a um certo desconhecimento sobre a natureza da planta, como pode ser percebido em outro exemplo, também da mesma época, que ressaltava que o banguê oriental era uma planta semelhante ao cânhamo, embora com sementes um pouco menores e mais escuras, talos mais lenhosos e quase sem cascas. Os indianos consumiam suas folhas e sementes para realizar atos ímprobos, enquanto o cânhamo não guardava esse tipo de associação.

Esses relatos indicam que as pessoas daquele tempo não relacionavam os diversos usos citados acima como sendo de uma mesma variedade de planta. Ainda nesse período, a Europa florescia para o comércio de longa distância e para a descoberta de novas ilhas e porções territoriais. A conquista, ou mesmo a descoberta, de novos espaços aconteceu lentamente entre os séculos XIV e XVII. Durante esse período, ocorreram trocas, comércios, embates, mortes e diásporas e, por conseguinte, novos assentamentos. Nesse transcurso, os homens levavam consigo todos os artefatos que lhes eram essenciais, bem como os vegetais que tinham algum valor econômico, social ou cultural. Assim, as plantas de cultivo viajavam e alteravam a vida dos homens. Portanto, não causa surpresa o fato de que as plantas do velho mundo logo chegarem ao novo e – tal como o café, a cana-de-açúcar, a pimenta, o arroz e o trigo (BRAUDEL, 1995) – a maconha também participou desse processo. Ela esteve presente no próprio processo dos descobrimentos, uma vez que as cordas e os tecidos das naus e das caravelas utilizadas na época eram produzidos com as fibras do cânhamo (CARLINI, 2006). A Figura abaixo revela as possíveis rotas que contribuíram para a dispersão da Cannabis pelo mundo.

Figura 1.1: Trajetória geográfica da *Cannabis*



Fonte: Adaptado de (BARNEY, 2014).

1.1 OS USOS DA *CANNABIS* NO BRASIL

É motivo de controvérsia entre os pesquisadores o modo como a planta da maconha adentrou a América Portuguesa. Existem diferentes construções teóricas em torno desse fato, o que, em geral, caracteriza uma temática em plena disputa. Uma versão oficial, produzida pelo governo brasileiro na metade do século XX, defendia que a maconha começara a chegar na Colônia através dos negros escravizados. Essa hipótese foi rapidamente aceita e elaborada por importantes médicos brasileiros dessa época que buscavam construir uma memória nacional sobre o tema. De acordo com seus autores, os escravos trouxeram as sementes da *Cannabis* “em bonecas de pano amarradas na ponta das tangas” e o seu uso era uma forma de vingança da “raça subjugada” por sua liberdade ter sido usurpada. Com o passar do tempo, a maconha se difundiu entre os plantéis e também entre os pobres – soldados de baixo escalão, barqueiros, entre outros (BOTELHO e PERNAMBUCO, 1924; DÓRIA, 1958). Notoriamente, essa primeira versão convenceu, e ainda convence, alguns pesquisadores que, mais recentemente, trabalham com um viés antiproibicionista (CARLINI, 2006; MOREIRA, 2007).

No entanto, essa versão pode ser questionada a partir de estudos já bem consolidados sobre o tráfico negreiro. Aparentemente, os autores que a defenderam, e mesmo o Estado, desconsideravam o funcionamento do sistema escravista. Um indivíduo capturado em sua tribo natal era rapidamente apartado de sua comunidade com o objetivo de “dessocializá-lo”. Na sequência, ele passava por um processo de “despersonalização” no qual o cativo era transformado em mercadoria. Esse processo se completava com o seu envio para lugares afastados de sua terra natal. Só depois dessas três etapas é que ele era tragado pelo circuito mercantil, que acentuava ainda mais sua “despersonalização” e sua “dessocialização”. Nos primeiros séculos após o descobrimento, o cativo podia ser objeto de pelo menos cinco transações desde sua partida da aldeia africana até sua chegada nas fazendas da América Portuguesa. Além disso, ao levar em conta os tempos de espera para embarcar, que por vezes alcançava cinco meses, e o de travessia atlântica, geralmente dois meses, constata-se que os escravos já estariam suportando cerca de um ano de cativeiro ao desembarcarem no Brasil. Depois do desembarque, mais uma vez eles eram vendidos. Quando finalmente chegavam na fazenda, eram amarrados e açoitados rigorosamente, uma forma de subjugar-los ao seu novo papel naquela sociedade (ALENCASTRO, 2000). Afinal, diante de tais ultrajes, como eles conseguiam trazer essas plantas ou sementes?

Outra hipótese sobre as possíveis formas de entrada da maconha em território

brasileiro defende que a planta foi introduzida via projetos de desenvolvimento do próprio Estado português, como uma forma de garantir poder geopolítico e econômico. No último quartel do século XVIII, as minas auríferas sinalizavam falência e, nesse contexto, o incentivo ao plantio do Cânhamo para a fabricação de velas, cordas e tecidos pode ser interpretado como uma tentativa de exploração colonial para garantir novas arrecadações (WEHLING, 2009; MIRANDA, 2000; BRANDÃO, 2014; SAAD, 2013).

Entretanto, ressalta-se que essas duas versões não são conclusivas. É possível que a planta tenha adentrado por outros meios e, com o passar do tempo, foi sendo socialmente difundida e adotada em diferentes práticas e contextos, tais como: a aplicação têxtil do cânhamo; o uso clínico da *Cannabis indica*; e o uso psicoativo da diamba (ou liamba)¹³, *Cannabis sativa*. Apesar de atualmente se ter clareza de que essas distintas utilizações estavam relacionadas ao mesmo gênero de planta, os registros de época sugerem que, tal como ocorreu em outros lugares do mundo, os homens do Brasil, em regra, não se atinaram para isso. Embora as plantas apresentassem semelhanças, na prática eram encaradas como diferentes. Também vale destacar que provavelmente ocorreram outros tipos de usos e aplicações; porém, optou-se por investigar e analisar aqueles que pareceram mais significativos, sobretudo por ter influenciado a sanção de Leis e provocado conflitos sociais, políticos e econômicos, todos eventos históricos que esta tese se propôs a desemaranhar, ainda que parcialmente.

1.1.1 Aplicação industrial do linho cânhamo: primeiras tentativas

A Europa vivia uma intensa disputa pelo controle das colônias e das suas riquezas naturais. Essa competição se acirrava com a emergência da indústria têxtil manufatureira baseada no linho de Riga – matéria-prima utilizada mais do que o algodão. As principais fornecedoras de Riga eram a Alemanha, a Irlanda, a Suécia, a Holanda e a América Setentrional e a França. O desenvolvimento dessa indústria exigia uma quantidade crescente desse linho e, com a oferta estagnada, os preços desse produto se elevavam, o que cada vez mais onerava o Estado português (WEHLING, 2009).

Ao mesmo tempo, Portugal via suas reservas metálicas diminuir ao passo que as minas na colônia brasileira sinalizavam falência. Acrescenta-se a isso as ameaças devido à instabilidade política na Europa. Para tentar sanar parte dos problemas, a partir de 1722, a

¹³ Para uma leitura complementar sobre os usos da maconha no Brasil, a partir de outro referencial teórico, ver a segunda parte do capítulo 1 da tese de (BRANDÃO, 2017).

Coroa portuguesa realizou uma série de reformas, dentre as quais se destacam: a criação de museus naturais; a reforma de suas universidades; a reorganização administrativa; e o incentivo à agricultura. Esta última teve desdobramentos diretos em sua colônia na América. A partir da leitura das ordens régias, cartas e outros documentos produzidos na época, infere-se que a Coroa se empenhou em elaborar manuais agrícolas voltados a orientar a prática de cultivos para a produção de fios e tecidos em solo colonial (ALVES, 2007).

O estímulo ao cultivo do linho cânhamo, tanto na metrópole quanto nas terras colônias¹⁴, vinha ao encontro da grande demanda por matérias-primas para a confecção de tecidos, velas e cordoarias (SAAD, 2013). A Coroa Portuguesa incentivou, em um primeiro momento, empreendimentos particulares que se dedicariam ao cultivo e a manufatura do cânhamo na porção meridional da colônia. O primeiro projeto foi implantado na ilha de Santa Catarina, quando o governador Gomes Freire de Andrade recebeu, em 1747, sementes da planta para distribuir entre a população açoriana recém-chegada na ilha de Florianópolis (WEHLING, 2009). Nesta primeira iniciativa a Coroa tinha dois objetivos: (1) produzir fibras que abasteceriam tanto o mercado interno quanto o mercado metropolitano; (2) fixar a população açoriana recém-chegada naquela região.

Esses imigrantes inicialmente se dedicaram à produção do linho cânhamo, de outras variedades de linho, do trigo e da extração de pinheiros. No entanto, diversos fatores contribuíram para que a iniciativa da produção do cânhamo fracassasse. Embora não haja consenso entre os historiadores seguem abaixo algumas hipóteses¹⁵:

- (a) A dificuldade de adaptação dos colonos, em conjunto com o desinteresse deles nesse tipo de produção.
- (b) As más condições das sementes disponibilizadas.
- (c) Os terrenos e o clima impróprios ao cultivo.
- (d) O baixo preço pago pelo produto.
- (e) As dívidas com a Coroa.
- (f) As Cobranças de impostos e o constante recrutamento militar.

¹⁴ Uma primeira versão do texto referente a produção do cânhamo no Brasil está publicada nos anais do IX Encontro de Pós-Graduação em História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas que aconteceu na USP. Campus de Ribeirão Preto, em junho de 2018. Este material está disponível gratuitamente em: http://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/DA%20ROSA.%20CULTIVO%20DO%20C%3%82NHAMO%20NO%20BRASIL.pdf.

¹⁵ Hipóteses trabalhados por (SACHET e SACHET, 1997) (SILVA, 2008).

Com tantos desestímulos, o projeto de cultivo do cânhamo na ilha de Santa Catarina fracassou, uma vez que os colonos não se inseriram na mesma lógica do estado português e, por diversos motivos, abandonaram a produção. No entanto, a Coroa não desistiu desse projeto, transferiu-o para a Capitania do Rio Grande de São Pedro em 1764. Por carta, o Vice-rei determinou ao Governador que recebesse Antônio Gonçalves Pereira de Faria, homem que estabeleceria uma fábrica na fazenda da Serra. Para isso, foram postos à sua disposição 12 ou 15 lavradores e quantos índios fossem necessário para dar início a sementeira. Contudo, novamente o empreendimento não teve êxito (MIRANDA, 2000), pois o projeto não rendeu os frutos esperados.

Depois do fracasso no Rio Grande, a Coroa tentou novamente na Capitania de Pernambuco. Em correspondência enviada para Lisboa, datada de 13 de janeiro de 1785, o governador dessa Capitania, José César de Meneses, confirmou o recebimento de sementes de linho cânhamo e de linho donzela, assim como o de exemplares de uma publicação que tratava dos métodos de cultivo. Ambos seriam distribuídos a pessoas “inteligentes e cuidadas” residentes em diversas localidades com intuito de conhecer em quais terrenos as sementes se adequariam melhor. A despeito desse documento oficial, não se sabe se as sementes foram de fato doadas aos agricultores; porém, mesmo que cultivadas, sabe-se de outras correspondências oficiais que essa tentativa também não atingiu o objetivo esperado (ALVES, 2007).

Ainda em outro ofício endereçado ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Dom Tomas José de Melo afirmou, em 1788, logo que assumiu o governo de Pernambuco, que entrou em contato com os ouvidores das Capitanias da Paraíba e de Alagoas e que solicitou informações sobre as sementes de cânhamo que haviam sido remetidas para aqueles lugares com o objetivo de distribuí-las aos lavradores. O ofício indica que, em resposta a sua inquirição, os ouvidores informaram “que naquelas comarcas não se produziu nada, pois as sementes chegaram velhas e podres”. No mesmo ofício, o governador solicitou da Coroa novas sementes em boa qualidade para que fossem redistribuídas aos “mais inteligentes” e “experientes”, os quais poderiam se dedicar a produção do linho (ALVES, 2007).

Alguns meses mais tarde, Dom Tomas de Melo escreveu à Coroa para solicitar mais sementes. Ele alegava que as comarcas novamente as receberam em estado de deterioração. O tom dessa outra correspondência sugere que o então governador se mostrava um tanto quanto desiludido com os insucessos em tornar o cânhamo produtivo, uma vez que, na Capitania de Pernambuco, eram “raríssimas” as pessoas “curiosas” e dispostas a fazer expe-

riências com sementes estranhas (ALVES, 2007). Os adjetivos que qualificam esses agricultores tidos como ideais, bem como a distribuição dos manuais técnicos, sugerem que a cultura do linho cânhamo não era tão próxima das culturas conhecidas na colônia. Ou seja, o desenvolvimento desse cultivo aparentemente exigia que os agricultores se aprimorassem para além das técnicas tradicionais.

Até onde se sabe, essa foi a última tentativa de inserir essa cultura agrícola na região Norte¹⁶ da Colônia. Depois disso, a coroa se voltou mais uma vez para as porções meridionais e, um ano mais tarde, em 1799, a Junta da Fazenda Real do Rio de Janeiro enviou para a Provedoria do Rio Grande do Sul sementes e modelos de instrumentos a serem distribuídos aos lavradores escolhidos. Também foram encaminhadas aos agricultores instruções sobre a forma de preparo de sementeiras e cultivo do linho cânhamo, com o objetivo de garantir o sucesso do empreendimento (MIRANDA, 2000).

Na prática, todas essas tentativas da Coroa em que os seus súditos eram os responsáveis pelo cultivo restaram infrutíferas. Apesar dos esforços da Coroa, os colonos não dispuseram tempo e dedicação à essa cultura agrícola. Essa falta de interesse provavelmente ocorreu por motivações regionais. No caso do Norte, voltado para a monocultura da cana-de-açúcar em modelo de *plantation*, é possível que a estrutura social e econômica secular impediu que o cânhamo fosse inserido como cultivo agrícola, dado que quase todas as terras eram utilizadas exclusivamente para o cultivo da cana. No caso da região Sul, em especial da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, parte do corpo social começava a se dedicar a economia da pecuária, uma atividade que também estava estruturada em grandes extensões territoriais e se mostrava economicamente vantajosa. Ao mesmo tempo, a necessidade de trânsito dos peões produzia uma sensação de liberdade em seu imaginário. Um terceiro fator, comum a todos, que ajudam a elaborar hipóteses para a resistência dos colonos ao cultivo do cânhamo, está diretamente relacionada as condições em que as sementes eram distribuídas, muitas vezes já improdutivas devido ao armazenamento precário ao longo da viagem atlântica. É possível que, diante destas condições, qualquer outra prática agrícola melhor estruturada fosse mais rentável e, por isso, atraísse a atenção dos agricultores.

Apesar de todos esses reveses, a Coroa não abandonou o projeto e, alguns anos mais tarde, o Estado se tornou o principal responsável pelo empreendimento. A capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul foi de novo escolhida para levar o negócio a cabo. Possi-

¹⁶ A região Nordeste, tal como conhecemos, foi sendo delineada desde 1870 para se consolidar no início do século XX. Questão que será melhor trabalhada no capítulo 2.

velmente, a escolha da porção meridional se devia a propósitos geopolíticos, já que a agricultura do cânhamo contribuiria para que o Estado português aumentasse sua presença em uma região de fronteira (WEHLING, 2009), que historicamente sempre foi disputada com o governo espanhol. Neste contexto, em 28 de julho de 1783, o Vice-rei Marquês de Lavradio sancionou um decreto que fundava a Real Feitoria do Linho Cânhamo (RFC). Sua implantação foi no rincão de Canguçu,¹⁷ próximo a Lagoa dos Patos, pois facilitaria o transporte e o escoamento da produção para o Rio de Janeiro.

No início, a Feitoria era administrada pelo padre Francisco Rodrigues Prates Xavier, que contava com uma equipe de apoio. Entre os membros dessa equipe estavam os irmãos, e soldados do Regimento de Bragança, João e Mathias Martins, já experientes em lavouras de cânhamo na Europa (JOHANN, 2010). O empreendimento se dava nos moldes de um típico regime de *plantation* e contava com aproximadamente 20 casais de cativos, pertencentes a fazenda real de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. “Com esse estabelecimento, o governo metropolitano objetivava desenvolver a cultura do cânhamo e, ao mesmo tempo, criar um centro produtor de sementes, a partir do qual a cultura fosse disseminada entre os lavradores privados” (MIRANDA, 2000). Ou seja, os esforços da Feitoria se concentravam no plantio, não na produção de cordoarias, de tecidos ou de qualquer tipo de material beneficiado, salvo algumas experiências (MENZ, 2005).

Nos primeiros anos, o cânhamo era cultivado de forma intermitente. Em 1786, por exemplo, a Feitoria contava com 50 alqueires de sementes de linho e 3 1/4 de linho “donzela”, colhido para preparar as sementeiras (MENZ, 2003, p. 7). No ano de 1788, a Real Feitoria ganhou um novo inspetor, Antônio José M. M. Sarmento. Durante sua administração, ele optou por transferir o estabelecimento para o Faxinal do Courita, próximo de Porto Alegre e do Rio dos Sinos, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção. Além disso, ele também recebeu 53 escravos - 12 homens e 39 mulheres - confiscados¹⁸ de contrabandistas, o que contribuiu para um aumento na produção. O rendimento anual passou de 111 arrobas em 1785 para 329 arrobas e 16 libras no ano de 1789. Grande parte do cânhamo produzido foi enviado para o Rio de Janeiro (MENZ, 2005).

A historiografia diverge sobre os motivos que levaram a mudança de local da Real Feitoria. Uma primeira corrente afirma que em poucos anos a produção do linho cresceu

¹⁷ Nesse período Canguçu era Freguesia de Rio Grande.

¹⁸ Escravos de confisco: aqueles que a Coroa confiscava de alguma espécie ilegal de contrabando, e tornava-os patrimônio do Estado.

e o espaço físico em Canguçu já não era suficiente para comportar a área cultivada e o rebanho bovino pertencente a Feitoria. Diante desse quadro, seus administradores optaram pela transferência para outra região com mais espaço e que atendesse as demandas que o empreendimento necessitava (WEHLING, 2009). Outra corrente vai na linha oposta e ressalta que, na verdade, os motivos que causaram a transferência para o Faxinal do Courita foi o fracasso do empreendimento devido à má qualidade do solo do rincão de Canguçu, considerado impróprio para a produção do cânhamo (MENZ, 2005). Uma terceira corrente ressalta os aspectos políticos como os responsáveis, uma vez que Canguçu se situava em região muito próxima à fronteira e, portanto, mais suscetível a ataques inimigos. De acordo com essa opinião, a mudança de local foi uma estratégia para proteger o empreendimento (SILVA, 1999).

A Real Feitoria do Linho Cânhamo funcionou por cerca de 40 anos. Em 1824, o estabelecimento foi extinto por decisão do governo imperial e suas terras foram destinadas aos imigrantes alemães que ali chegaram naquele ano. De certo modo, o novo momento político caracterizado pelo Império brasileiro (1822-1889) priorizava outros projetos políticos e econômicos e a Real Feitoria aparentemente não se incluía nestes. Os escravos existentes foram enviados ao Rio de Janeiro (MENZ, 2005). Os motivos de seu fechamento não são consensuais. Seguem alguns deles:

- (a) Os solos impróprios e a inexperiência no cultivo do cânhamo, aliado a falhas administrativas;
- (b) Novamente a falta de interesse dos colonos em adquirir e cultivar as sementes de cânhamo (WEHLING, 2009);
- (c) A autonomia que os cativos conquistaram, especialmente se comparada à situação dos demais escravos do período. Isso facilitou para que eles se organizassem em núcleos familiares estáveis e permitiu a formação de uma rede de solidariedade que ganhava força sobretudo em momentos de conflitos com os administradores. Por assim dizer, os escravos souberam explorar os problemas administrativos da Feitoria para inviabilizar o regime de *plantation* no qual estavam inseridos (MENZ, 2003).

Além da Real Feitoria em São Pedro do Rio Grande do Sul, a Coroa tentou implantar a produção do cânhamo em outras capitanias. Por exemplo, em 1784, no Pará, o

governador relatou, com poucos detalhes, certos problemas relacionados a produção do cânhamo. Como providência, naturalistas foram enviados para permanecer um tempo no local e investigá-los e solucioná-los. Outro exemplo ocorreu na Capitania do Espírito Santo. Em 1780, o governador Inácio João Monjardim recebeu uma caixa contendo sementes de cânhamo. Para diversificar a produção agrícola, o então governador distribuiu as sementes entre os agricultores para que estes se responsabilizassem pelo cultivo (SANTOS e VIDAL, 2009). Contudo, não se sabe ao certo os desdobramentos dessa iniciativa, nem mesmo para quantos trabalhadores as sementes foram doadas ou se elas germinaram.

Alguns anos mais tarde, já início do século XIX, a Coroa encomendou do médico brasileiro Manoel Arruda da Câmara¹⁹ um estudo sobre a fauna, a flora e sobretudo as possíveis riquezas naturais existentes nas capitanias do Norte. O resultado de sua investigação deu origem a *Dissertação sobre as Plantas do Brasil, que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta de Cânhamo*, publicado em 1810 pela Imprensa Régia. Conforme o título sugere, o autor destacou a falta de cânhamo na região e mapeou as plantas que, em substituição a este, poderiam ser empregadas na produção de tecidos, algumas delas, inclusive, mais fibrosas em sua opinião. Uma peculiaridade desse estudo é que já identificava o cânhamo como uma planta da espécie *Cannabis sativa*. Na Tabela 1, segue a relação das principais plantas localizadas em Pernambuco que, de acordo com o estudo, facilmente substituiriam o cânhamo na fabricação de tecidos. Além disso, Câmara acrescentou uma explicação acerca dos métodos de extração do algodão e acerca dos terrenos mais propícios para essa cultura (CÂMARA, 1810)²⁰. Notadamente, entre as plantas regionais que receberam uma descrição minuciosa pelo autor estão os vários tipos de bromélias.

De modo geral, o autor elencou uma série de vantagens dessas plantas de fibras flexíveis que, por crescerem naturalmente no ambiente, já estavam adaptadas ao solo e ao clima da região. Além disso, algumas delas já eram utilizadas por comunidades tradicionais. A despeito de todo esse estudo detalhado, até onde se sabe, a coroa não realizou investimentos significativos na produção de cordoarias e tecidos a partir das fibras dessas plantas.

¹⁹ Manuel Arruda da Câmara nasceu em 1720 na cidade de Pombal. Estudou na França e em Portugal. Retornou ao Brasil em torno de 1796 a pedido da Coroa, mais especificamente para Pernambuco, onde passou o restante de sua vida (morreu em 1810) se dedicando aos registros da botânica, da mineralogia e agricultura e da pecuária. Atualmente é considerado um naturalista brasileiro (DEAN, 1996).

²⁰ Este material está disponível na Biblioteca digital da Câmara dos Deputados de Pernambuco: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22579>. Consulta em 27/06/2017.

Tabela 1.1: Principais plantas de Pernambuco que poderiam substituir o cânhamo.

Nome popular	Nome científico	Descrição
Caroá ou Crauá	<i>Bromélia variegata</i> ²¹	Espécie da família das bromélias. Foi localizada em abundância na caatinga. Suas folhas fornecem fibras que poderiam ser utilizadas na produção de tecidos, cordas, redes de pescas, produtos artesanais, entre outros.
Crautá de rede	<i>Bromélia sagenária</i>	Encontrada em terrenos úmidos, próximos à praia. A fibra da planta dos terrenos férteis é comprida, porém mais grosseira. Possui um verniz natural que impossibilita o total branqueamento do tecido. É próprio para amarras e cordas.
Anana's manso	<i>Bromélia ananás</i>	Planta adaptada em diferentes tipos de solo e clima. Seu fruto pode ser utilizado como alimento. Já suas folhas podem ser utilizadas na produção de linho, tal como feito pelas comunidades indígenas. Próprio para produzir tecidos de qualidade superior.
Anana's de Agulha	<i>Bromélia muricata</i>	Planta localizada apenas no sul de Recife e ainda não havia sido explorada na produção de tecidos.
Caroatá Assú ou Piteira	<i>Agave vivípara</i>	As folhas da planta foram utilizadas pelos holandeses (no período da invasão Holandesa em Pernambuco) na produção de panos. Depois da expulsão dos holandeses suas fibras caíram em desuso.
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>	Planta abundante na costa das praias. O linho era extraído da casca do coco. Para tal, ele passava por um processo de batidura e maceração. Suas fibras eram empregadas principalmente na fabricação de redes de pesca.
Aningá	<i>Arium liniferum</i>	Nasce em abundância em terrenos alagadiços. As substâncias de seu tronco eram utilizadas principalmente para limpar metais. No entanto, experiências mostravam que suas fibras também poderiam ser empregadas na produção de tecidos.

Fonte: (CÂMARA, 1810).

Em síntese, todos os exemplos até aqui expostos revelam mais a falta de pesquisa sobre a temática da *Cannabis* do que as especificidades dessas iniciativas. Ou seja, existe uma grande lacuna na historiografia brasileira acerca do entendimento sobre os projetos de produção do cânhamo levados a cabo pela Coroa Portuguesa, tanto em relação às iniciativas próprias do Estado quanto em relação aos incentivos para os colonos particulares. Dos registros trabalhados, infere-se que ao menos ocorreram várias tentativas. No entanto, alerta-se para a necessidade de compreender o papel dessa cultura dentro da lógica do sistema

²¹ O autor errou a classificação científica da planta. Atualmente ela é denominada cientificamente: *Neoglasióvia variegata*.

mercantilista. Sabe-se que no contexto do pacto colonial, a colônia de exploração apresentava um caráter essencialmente comercial, ou seja, por um lado produzia e enviava produtos tropicais e metais nobres para a metrópole e por outro adquiria produtos manufaturados desta. Esse comércio exclusivo se pautava no estabelecimento de preços vantajosos para a balança comercial portuguesa e colaborava para garantir as margens de lucros da burguesia local (NOVAIS, 2001). O cultivo do cânhamo, por sua vez, foi implantado na colônia e na metrópole ao mesmo tempo. Aparentemente o empreendimento não alcançou os objetivos desejados, mas antes de tirar conclusões precipitadas sobre isso, seria interessante investigar a proporção dos investimentos realizados na Colônia e em Portugal e compará-los com as de outras culturas que alcançaram destaque, como a cana de açúcar e o algodão. De certa forma, o estudo do cânhamo inserido na lógica do pacto colonial é relevante porque lança uma luz para entender as políticas e os incentivos da Coroa na promoção de uma cultura agrícola que aparentemente não se enquadrava nos moldes tradicionais do referido pacto.

Contudo, é possível que esses projetos voltados à produção do cânhamo, tenham contribuído para que ele se espalhasse em diferentes regiões do Brasil. Por exemplo, no ano de 1824, Georg Heinrich von Langsdorff em expedição à província de Minas Gerais, mais especificamente à vila de São João del-Rei, ressaltou que a extração do ouro era diminuta. No entanto, havia uma agricultura próspera baseada na produção do tabaco, do algodão, do açúcar e do café, bem como do linho cânhamo, a partir do qual se produzia tecidos (SILVA, *et al.*, 1997).

1.1.2 Modernização e novas tentativas econômicas para o cânhamo: uso têxtil

A partir do Segundo Reinado, 1840-1889, o Império brasileiro passou por um processo de reestruturação política e econômica. No campo político, Dom Pedro II centralizou o poder, ao mesmo tempo que rearranjou a estrutura financeira para o câmbio se adequar ao padrão ouro. Além disso, a emergência de normativas jurídicas, como a Lei Eusébio de Queiros, a Lei de Terras e o Código Comercial, todos de 1850, suscitou uma profunda transformação socioeconômica. Os recursos disponíveis, antes investidos na compra de escravos, foram investidos em outros setores econômicos, como o ferroviário, o varejista, o bancário, entre outros. Esses novos investimentos, por sua vez, contribuíram para a dinamização da economia e da sociedade. De modo geral, a política de desenvolvimento econômico articulava o crescimento de um mercado nacional com diferentes setores: o agrícola, o fabril e o mercantil (SILVA, 2008).

Ademais, na segunda metade do XIX, o algodão e o açúcar, importantes produtos de exportação, enfrentavam forte concorrência externa. Diante disso, a elite imperial e o Estado buscavam alternativas econômicas para superação da crise: estimulavam a introdução de novas culturas agrícolas e, em paralelo, investiam no crescimento industrial. Focavam na implementação de técnicas industriais e maquinarias modernas. Nessa conjuntura, o cultivo de cânhamo para fins industriais se tornou economicamente viável.

No caso de Pernambuco, o cânhamo começou de fato a integrar a indústria têxtil no último quartel do século XIX. Conjectura-se que essa inserção estava diretamente associada com as especificidades vividas pela Província pernambucana nesse período. O complexo açucareiro passava por uma estagnação e a latência da crise foi tal que os senhores de engenho locais se viram obrigados a modificar alguns aspectos do seu setor produtivo. Uma consequência marcante é que boa parte dos engenhos se transformaram em usinas. Além disso, o processo de modernização não se restringiu ao setor usineiro: a nova conjuntura transbordou para o setor de transportes e levou a melhorias nas instalações portuárias de Recife. Esse cenário estimulou uma acentuada urbanização que, por sua vez, colaborou, ainda que indiretamente, para o desenvolvimento de outras atividades industriais, o que favoreceu uma diversificação da produção. Assim, novos setores econômicos como o têxtil ganharam força (OLIVEIRA, 2011) e a cidade de Recife, por conseguinte, começou a abrigar um número significativo de instalações industriais desse ramo.

Nesse contexto de expansão e de consolidação, alguns empresários pernambucanos logo começaram a utilizar as fibras do cânhamo como matéria-prima para a produção têxtil. De certo modo, eles provavelmente se apoiavam em experiências de outras Províncias, como a de São Paulo – na qual se confeccionava com essas fibras as sacarias de café (SAES, 2008). Além disso, nesse mesmo período, alguns países – a Inglaterra, o Egito e a Índia, por exemplo – também apostavam nessa produção²², fato que pode ter influenciado a decisão desses industriais. De forma abrangente, sabia-se que o linho cânhamo era utilizado para a fabricação de tecidos ou de produtos derivados de barbantes: como as cordas, os cabos, os sacos, os fios de sapateiro, os fios de fogueteiro e os fios de velas.

Um testemunho ocular declarou que na metade do século XIX já existia uma tecelagem de cânhamo e juta denominada R. Addobatti & Cia (PINTO, 1940). Porém, afora o nome, ele não forneceu mais informações sobre ela, sequer sobre sua localidade. Não obstante, o presente trabalho conseguiu mapear com mais detalhes três fabricas dessa natureza.

²² Hipótese estabelecida a partir da realidade concreta daquela sociedade. Os jornais pernambucanos, da época, sempre faziam matérias sobre o cultivo do cânhamo em outros lugares do mundo.

A primeira, a Companhia Fábrica de Estopa S.A., foi inaugurada em 1891. Seu prédio se localizava na rua Floriano Peixoto nº 662, em Recife. Com capital de 1.500:000\$000, funcionava com 117 teares e empregava 210 funcionários. No entanto, as buscas por outras informações restaram infrutíferas. Documentos da época declaram que ela se manteve como única competidora nesse mercado até 1903, quando surgiu a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta²³, cujos registros são mais abundantes e em razão disso pormenorizados na sequência da exposição.

1.1.2.1 Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta

Em 1903, um grupo de empresários fundou, em Recife, também na rua Floriano Peixoto, a Companhia Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta, que se configurava como Sociedade Anônima. De acordo com o artigo 3º do seu estatuto, o fim que se destinava a Companhia era fiar e tecer juta, cânhamo e outras fibras, e fabricar sacos²⁴, os quais se empregavam no embalado do café, da mamona, do açúcar, de cereais e de outros produtos comerciais da época. O prédio dos maquinários e o galpão de estocagem ficavam na mencionada rua pois era nessas mediações que havia um amplo espaço urbano para esse tipo de instalação. Já o escritório administrativo se localizava no centro (LUZ, 2008). Ainda de acordo com artigo 4º, o prazo para a sua duração seria de 40 anos prorrogáveis por deliberação da assembleia geral de seus acionistas²⁵. Conforme o artigo 5º, o capital da companhia era de 400: 000\$000 divididos em 2.000 ações de 200\$000 cada uma²⁶, que poderia ser aumentado também por deliberação. Nas fontes consultadas, não fica explícito os meios pelos quais a fábrica obtinha o cânhamo. Logo, não é possível saber se a opção por instalar as maquinarias e galpões nas “franjas da cidade” era porque a Companhia requeria o espaço para cultivá-lo ou simplesmente para estocá-lo quando adquirido do produtor. Por falta de informações mais acuradas, é inclusive admissível a concomitância entre o plantio e a compra.

O Relatório do primeiro ano de atuação da Fábrica informava aos seus acionistas que, em fevereiro de 1903, as primeiras produções nas máquinas de tear começaram de forma parcial e experimental; mas que, no fim de março daquele ano, ela produziu 54 peças de

²³ Vários. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Nº. 27 de fevereiro de 1980, p. 3.

²⁴ Publicações a pedido: Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta - Estatutos. **Diário de Pernambuco**. 18 de jan. 1903, p. 02.

²⁵ Publicações a pedido: Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta - Estatutos. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 18 de jan. 1903, p. 02.

²⁶ Publicações a pedido: Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta – Estatutos. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 18 de jan. 1903, p. 02.

pano e 13.250 sacos. Os motores e aparelhos de gás, bem como a máquina de tecelagem e de preparo do pano, eram o que havia de mais moderno e aperfeiçoado. A fábrica fora inaugurada com 40 teares e poderia, com pouco dispêndio, colocar mais 20 em uso sem causar sobrecarga nos equipamentos existentes. Além disso, o edifício, as dependências, as máquinas, os fios e os panos – ou seja, praticamente toda fábrica e sua produção – eram protegidas por seguro contra incêndio, na importância de R\$ 240:000\$000²⁷.

Ao que tudo indica, a Fábrica teve êxito logo em seus primeiros anos de atuação. Em 1908, segundo consta, a Companhia até ganhou medalha de bronze em exposição nacional ao concorrer na categoria fios e tecidos de linho, cânhamo, juta e aramina²⁸. Parte desse bom desempenho possivelmente estava associado a uma certa demanda da época. Além do mercado local, a produção se dirigia a outros estados, como sugere as seguintes notícias. No dia 24 de novembro de 1904, no iate Itajay, 116 peças de juta e 1880 Kg de estopa dessa fábrica foram enviadas para a Paraíba²⁹. Já no dia 29 de novembro de 1904, também no iate Itajay, mais 356 Kg de estopa se destinavam ao mesmo estado³⁰. Esses exemplos colaboram com a hipótese de que a produção de sacarias de cânhamo e juta fomentaram, ainda que por um curto período, um comércio inter-regional. Entretanto, a Fábrica funcionou somente até o fim de 1931, ano em que abriu processo de falência. Não foram encontrados os motivos que levaram ao encerramento de suas atividades.

1.1.2.2 Companhia Fábrica Yolanda S. A.

Em 1925, a Companhia Fábrica Yolanda, localizada na avenida José Rufino nº13, entrou para o mercado de produção têxtil. De acordo com o artigo 1º de seu estatuto, o objetivo da companhia era a exploração de tecidos de cânhamo, juta barbantes, cordoalhas e seus derivados. Segundo o artigo 3º, sua sede era a cidade de Recife, estendendo suas operações a todo o Brasil³¹. Já o artigo 4º salientava que seu prazo e duração seria de trinta (30) anos a contar da data da escritura de sua constituição definitiva, podendo esse prazo ser

²⁷ Publicações a Pedido: Relatório da Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta. **Diário de Pernambuco**. 14 de abr. 1904, p.02.

²⁸ Conforme registros encontrados no *Almanak Laemmert*. Disponível online gratuitamente em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>. Página 2379. Observação: a aramina é cientificamente conhecida como malva *Urena lobata* L.

²⁹ Commercio. **Diário de Pernambuco**. 25 de novembro de 1904, p.04.

³⁰ Commercio. **Diário de Pernambuco**. 30 de novembro de 1904, p.04.

³¹ Publicações Particulares: Companhia Fábrica Yolanda S.A. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 28 de mar. 1937. p, 25 e 26.

prorrogado por deliberação da Assembleia Geral³². Conforme o artigo 5º, o capital da companhia era de 4 mil contos de réis (Rs. 4.000:000.000), integralizado desde logo, sendo parte, no valor de quinhentos contos de réis (Rs. 5.000:000.000)³³. Quando iniciou suas atividades, a Fábrica possuía 100 teares e empregava 350 funcionários³⁴.

Tal como a Fábrica de Tecidos Cânhamo e Juta, não foram encontradas informações sobre como a Yolanda obtinha sua matéria-prima, ou seja, se plantava o cânhamo ou se o comprava de agricultores. O lucro líquido dessas fábricas, ou mesmo o valor do cânhamo e dos seus derivados no mercado nacional, são ainda desconhecidos, sobretudo por carência de fontes confiáveis que revelem o balanço mensal ou anual desses empreendimentos.

Além da iniciativa desses empresários, o governo provavelmente corroborou com o cultivo do cânhamo em Pernambuco. Um exemplo disso é o anúncio da Inspetoria Agrícola Federal do 5º distrito de Recife, que em 25 de novembro de 1924 tornava público que a entidade estava distribuindo sementes de milho, de feijão e de cânhamo. Estas podiam ser retiradas mediante o preenchimento de um formulário disponibilizado na mesma repartição. A chamada servia sobretudo para informar os agricultores registrados no Ministério da Agricultura³⁵. Esse tipo de ação, mesmo que de forma indireta, favorecia a produção de matéria-prima para as fábricas de cânhamo.

No entanto, esses projetos de desenvolvimento do linho cânhamo aos poucos entraram em decadência e boa parte dessas fábricas fecharam. Muito disso ocorreu devido à nova conjuntura nacional que se instaurava a partir da década de 30 – assunto postergado para a seção 2 deste capítulo. Até o momento, apenas o aspecto têxtil da *Cannabis* foi ressaltado. Porém, como visto no início do capítulo, a planta tem diferentes usos. Na sequência, sua propriedade psicoativa é discutida com um pouco mais de detalhes.

1.1.3 Uso psicoativo da maconha

[...] o tabaco, para os senhores; a maconha – plantada, nem sempre clandestinamente perto dos canaviais – para os trabalhadores, para os negros, para a gente de cor; [...] (FREYRE, 1951, p. 15).

³² Publicações Particulares: Companhia Fábrica Yolanda S.A. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 28 de mar. 1937. p, 25 e 26.

³³ Publicações Particulares: Companhia Fábrica Yolanda S.A. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 28 de mar. 1937. p, 25 e 26.

³⁴ Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Nº. 67. 27 de fev. 1980, p. 3.

³⁵ Várias. **Diário de Pernambuco**. 21 de nov. 1925, p 3.

Gilberto Freyre, ao analisar a colonização monocultora do Nordeste açucareiro tal como foi estruturada, enfatizou que a produção do açúcar em Pernambuco ocupou cerca de $\frac{3}{4}$ da zona da mata, a mais fértil da região. Isso, por conseguinte, dificultou o cultivo de sementes e a emergência de pequenas culturas agrícolas úteis para o desenvolvimento daquela sociedade. Nem por isso uma parcela significativa desta deixou de se empenhar no cultivo de plantas voltado à produção de psicoativos, favoráveis à volutuosidade. Ainda segundo o autor, para encher de langor os meses de ócio próprios da cultura canavieira, os senhores toleravam o plantio da maconha e do tabaco em meio aos canaviais³⁶. Caso contrário, um longo interím sem entretenimentos poderiam resultar em convulsões sociais e ameaças à estabilidade dos grandes senhores de terras e de açúcar. (FREYRE, 1951). Contudo, o autor não revelou maiores detalhes acerca da vida material desses trabalhadores, escravos e homens de cor que faziam uso da maconha no período colonial, apenas acrescentou que a planta, importada da África, era bastante utilizada pelos homens do Norte agrário (FREYRE, 1951).

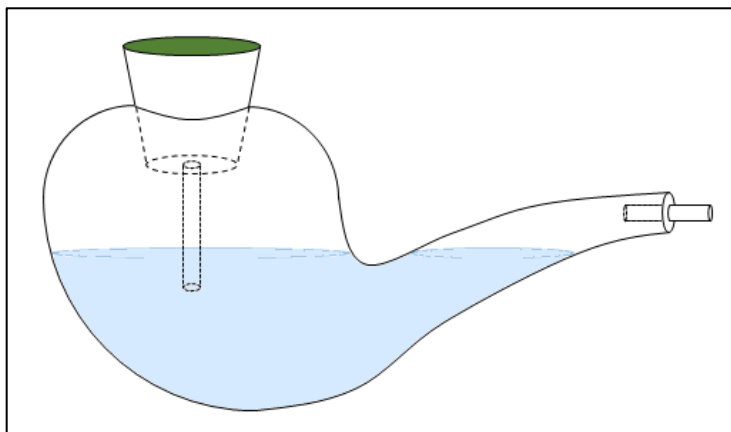
Gilberto Freyre foi um dos interpretes do Brasil que abordou a maconha ao estudar a sociedade brasileira. Ele mesmo declarou, em uma nota de rodapé³⁷, que tinha experimentado a diamba, e que esta, “produzia visões e mesmo um cansaço suave; a impressão de quem volta cansado de um baile, mas com a música ainda nos ouvidos” (FREYRE, 2004, p. 497). Contudo, ele reconhecia que os efeitos variavam de indivíduo para indivíduo.

Em outro texto que analisa o período colonial, Edson Carneiro descreve o modo de vida dos escravos fugidios que integravam o Quilombo dos Palmares. Segundo ele, os negros extraíam da natureza grande parte de seu sustento: óleos para a iluminação e a alimentação; matéria-prima para o beneficiamento de vestimentas; e materiais para a construção das choças e das cercas de pau a pique. Nos momentos de banzo, os negros tinham à mão a liamba, que pitavam com um cachimbo de barro (Figura 1.2) montado sobre um canudo de taquara envolto em uma cabaça de água para o fumo resfriar – os holandeses diziam que esses cachimbos eram feitos com os cocos das palmeiras (CARNEIRO, 1966).

³⁶ Tais características eram consideradas por Freyre como um dos aspectos da patologia social da monocultura.

³⁷ Nota número 73 do livro *Casa-Grande e Senzala*.

Figura 1.2: Cachimbo supostamente usado para fumar diamba



Fonte: Adaptado de (IGLÉSIAS, 1951, p. 13)

Entretanto, escritos como o de Gilberto Freyre, bem como de outros autores, é de certo modo contestáveis porque ainda não foram encontrados indícios históricos mais consistentes sobre o uso psicoativo da maconha durante o período colonial, seja nos engenhos ou mesmo nos quilombos. Além disso, essa falta de documentos e de registros também colaboram com a hipótese de que a maconha não estava tão presente assim na vida dos escravos e dos homens pobres do Nordeste açucareiro. Segundo o próprio Freyre, no livro *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, em que o autor analisou cerca de 10.000 anúncios de jornais relacionados a compra, venda, troca, leilão, aluguel e fuga de escravo no Brasil Império, a cachaça e o fumo eram os principais vícios dos escravos. Ainda que ele tenha se referido a maconha como um hábito cultural desses cativos, depois ponderou:

Não encontro referências diretas à maconha ou diamba, sendo provável, como já insinuei, que entre os cachimbeiros e bebedores de fumo houvesse os viciados no uso puro, ou misturado, do entorpecente africano. Pelo menos é o que contam negros velhos: que às vezes se mistura maconha ao tabaco (FREYRE, 2010, p. 120)

Vale ressaltar que esses autores escreveram seus principais trabalhos entre os anos de 1930 a 1950, época em que se consolidou a proibição das drogas (hoje tidas como ilícitas) no Brasil, ou melhor, eles estavam imersos nesse contexto proibicionista. Gilberto Freyre³⁸, por exemplo, foi aluno da escola de Nina Rodrigues, uma das principais instituições

³⁸ Freyre também abordou os usos de maconha em Sobrados e Mucambos. No entanto, o autor não cita fontes primárias que remetam ao período colonial. Já quando Freyre se refere ao uso de maconha no quilombo de Palmares ele utiliza Edson Carneiro, que como já trabalhado nesse texto, não apontou provas sobre isso. Além disso, ao que parece, existe uma incongruência entre os escritos de Freyre: em *Os escravos nos anúncios de Jornais* o autor apontou que não encontrou registros sobre o uso de maconha nos anúncios de jornais. No entanto, em *Sobrados e Mucambos* o autor fez a seguinte afirmação

a formar pessoas que influenciaram no debate sobre a proibição da maconha, assunto que será abordado mais adiante.

Na busca por outras fontes – ou mesmo por descrições mais consistentes – que elucidem essa questão da maconha como psicoativo, foram consultados relatos de viajantes e naturalistas estrangeiros que percorreram o Nordeste açucareiro e adentraram o Vale do São Francisco, ao longo do período colonial ou imperial, dentre os quais destacam-se: (AVÉ-LALLEMANT, 1961; GARDNER, 1975; GRAHAM, 1956; RUGENDAS, 1972; SPIX e MARTIUS, 1938; BURTON, 1983; SAINT-HILAIRE, 1937).

Ressalta-se que, com exceção de Sant-Hilaire, todos os demais percorreram o interior de Pernambuco e, em especial, o espaço do sertão – de interesse dessa tese. Essas testemunhas oculares registraram detalhes sobre a vida material da população local: a alimentação, as trocas, o comércio, as vestimentas, os animais domésticos e selvagens, a vida dos índios, a vida dos negros, as residências, o isolamento, as cheias do rio, a seca do sertão, os jogos e os vícios; enfim, registros que permitem esboçar o cenário histórico desses homens. Apesar de toda essa informação disponível, não foram encontrados relatos sobre o cultivo, o comércio ou qualquer uso da maconha nos diários de viagens analisados.

Evidentemente, uma alegação plausível para essa ausência seria que esses viajantes não foram suficientemente atentos à presença da maconha. Porém, tal possibilidade perde força diante do testemunho de alguns viajantes. Por exemplo, Henry Koster, um comerciante inglês, que viajou para o Brasil com o intuito de se curar da tuberculose, residiu em Pernambuco em dois momentos distintos. Em sua primeira estadia, entre 1809 a 1811, ele foi lavrador³⁹ de cana. Nesse período, percorreu as principais regiões do interior e do litoral de Pernambuco, de Alagoas, do Rio Grande e da Paraíba. Também andou pela rota que ligava as fazendas de gado do sertão cearense até o porto de Recife e pela rota entre as vilas do litoral do Ceará e o Porto de São Luís. Em sua segunda estadia, de 1811 a 1815, o viajante novamente estabeleceu moradia em Pernambuco, dedicou-se a cultura da cana – porém como arrendatário – e viajou e conheceu mais territórios (MARSON, 1995). Na obra, *Viagens ao Nordeste do Brasil*⁴⁰, em que Koster sintetizou boa parte das suas observações e experiências, ele apresentou suas reflexões sobre o comércio e a agricultura regional, bem

“Vários são os escravos que passam pelos anúncios de jornal da primeira metade do século XIX marcados pelo vício ilustre” (FREYRE, 2013)

³⁹ Os lavradores de cana possuíam origem social diversa e posições econômicas variadas. Assim, não constituíam um grupo hegemônico e poderiam ser desde grandes proprietários (próximos aos senhores de engenho), até roceiros, artesãos e aventureiros que se arriscavam no processo do açúcar. Estavam subordinados aos senhores de engenho, embora, em determinados momentos tivessem conquistado considerável força política nas esferas locais, sobretudo na Câmara. Para uma leitura minuciosa sobre a atuação dos lavradores na sociedade açucareira ver (FERLINI, 2003).

⁴⁰ A obra original foi publicada em 1815 com o título *TRAVELS IN BRASIL*.

como descreveu sobre os modos de vida dos escravos, dos indígenas, dos trabalhadores livres e dos senhores de engenho. Em relação aos hábitos culturais que remetem ao uso de substâncias que podem causar torpor, o autor ressaltou a presença quase constante da cachaça, do tabaco e em menor grau do rapé⁴¹. No entanto, em seus relatos, não foi encontrada qualquer menção ao cultivo, ao comércio ou ao consumo de maconha – mesmo ao considerar as diferentes denominações da planta.

Koster foi extremamente detalhista ao registrar a vida material dos homens de Pernambuco durante a sua permanência na Colônia: ele observou as danças tradicionais dos escravos e dos indígenas, participou de festas de casamentos e da padroeira e até atinou para o modo como os escravos utilizavam certas plantas em caso de enfermidade. Para curar picada de cobra, por exemplo, utilizava-se o extrato da erva cobreira, a qual, segundo o viajante, trouxeram da África e aqui cultivavam em vasos. (KOSTER, 1978). Entretanto, como já mencionado no início do capítulo, dadas as condições materiais em que os escravos foram trazidos para o Brasil, é pouco provável que eles conseguissem carregar consigo qualquer tipo de planta ou semente. Por outro lado, é bastante plausível que tais sementes tenham sido trazidas por comerciantes de escravos e outras mercadorias já que estavam sempre em contato com os portos africanos e os portos existentes na colônia.

É fundamental ressaltar que, apesar dessas conclusões parciais, as investigações sobre esse uso psicoativo da maconha no Nordeste açucareiro ainda estão em estágios iniciais devido à inerente dificuldade de encontrar indícios a seu respeito tanto em relatos de viajantes quanto em demais fontes primárias. Por outro lado, também não se pode negligenciar esse silêncio dos documentos, ou mesmo o não dito. Nesse sentido, a falta de registros mais consolidados sobre o uso psicoativo da maconha na sociedade açucareira pode, na verdade, estar relacionado a uma presença diminuta dessa planta nessa sociedade.

Também é verdade que uma parcela da historiografia que se dedica a temática das drogas cita o uso da planta da *Cannabis* por membros da Corte portuguesa na colônia, mais especificamente da rainha Carlota Joaquina. (TORCATO, 2016; SOUZA, 2013;

⁴¹ Segundo Antonil, o consumo do Tabaco, na América Portuguesa, era difundido em todas as camadas sociais: Os que são demasiado afeiçoados ao Tabaco o chamam de erva santa. Homens há que, parecem não podem viver sem ele, cachimbam a qualquer hora do dia, mascam suas folhas, usando de torcidas e enchendo as narinas de pó. Tais hábitos são percebidos nos trabalhadores de qualquer instância, foros e escravos que só com Tabaco tem alento e vigor. Mas, também muitas pessoas nobres e ociosas faziam uso dessa droga. (ANTONIL, 1967). O consumo do Tabaco permaneceu durante o Brasil Império, mas, foi sofisticado: “entrou na moda, tornou-se requisito para pessoas elegantes, embora o mais utilizado fosse o charuto, e não mais o cachimbo, comum entre os negros e, por isso, mal visto nos salões do período” (SOUZA, 2004, p. 92)

BRANDÃO, 2018; CARLINI, 2006; FRANÇA, 2015; dentre outros). Embora não haja consenso historiográfico sobre os possíveis motivos que levavam a Realeza a consumir essa planta, uma das possibilidades especuladas aqui é seu efeito entorpecente.

Contudo, é a partir do século XIX que o uso psicoativo da maconha começou a aparecer com maior frequência nos documentos primários ou em escritos mais gerais, de forma que sua presença, para fins de análise, é bem mais conclusiva. Por exemplo, França (2015, p. 36) recuperou um registro do então diplomata britânico Richard Burton que esteve no Brasil nos idos de 1865 a 1868. Na Província de Minas Geral, Burton descreveu o hábito dos escravos em dias de folga: “os preguiçosos e dissolutos iriam gozar a santidade do dia à moda africana, deitados ao sol e, se puderem, bebendo e fumando haxixe, como os semis-selvagens da Serra Leoa”.

Em outro exemplo, Souza (2013), a partir de registros de viajantes que estiveram na África e no Brasil, realizou um estudo comparativo sobre a grafia das palavras e o modo como grupos de origem bantu utilizavam a *Cannabis*. Segundo Souza, muitos africanos trazidos para a Colônia eram descendentes de etnias que falavam línguas pertencentes ao grupo bantu. Aqui, eles recriaram novas práticas, ritos e valores, mas conservaram algumas referências culturais como a utilização de um cachimbo para fumar maconha. Além disso, as denominações riamba, liamba e diamba também possuem origem bantu. A partir desses, e de outros elementos analisados, o autor conclui que, provavelmente, foram os africanos os responsáveis por difundir o uso psicoativo da maconha no Brasil.

Ademais, por falta de maiores relatos sobre o uso psicoativo da maconha no século XIX, as principais evidências sobre o seu consumo são os Códigos de Posturas municipais, instrumentos normativos que regulamentavam diferentes aspectos da sociedade na esfera municipal⁴², que entre uma diversidade de regras também proibía o uso do pito do pango, que será melhor detalhada adiante.

A partir da Primeira República, os registros sobre o uso psicoativo da *Cannabis* se tornaram mais abundantes, o que permite uma maior dedicação dos historiadores a estudos desse período. Uma primeira referência é a dissertação de Luísa Saad (2013). Ao analisar teses médicas e a atuação de médicos acerca da criminalização da maconha ao longo da década de 1930, a autora concluiu que esses médicos participaram ativamente do processo histórico que culminou com essa proibição. Segundo ela, a maconha, como um problema

⁴² As Posturas municipais funcionavam como códigos de conduta e regulamentavam aspectos econômicos, sociais e políticos dos Municípios, gerando impactos na vida cotidiana dos cidadãos locais.

social, ganhou destaque na imprensa ao longo da década de 1920 e se tornou um tema recorrente nas páginas de jornais da época.

O livro *Maconha* – publicado pelo “Ministério da Saúde, Serviço Nacional de Educação Sanitária”, em 1958 – traz uma série de artigos escritos pelos médicos e cientistas do final do XIX e início do XX que pesquisaram e escreveram sobre os efeitos dessa planta. Um desses artigos foi escrito pelo médico Rodrigues Dória, professor da Faculdade de Medicina da Bahia. Ao apresentar seu estudo⁴³ no II Congresso Científico Pan-americano, realizado em Washington em 1916, ele descreveu suas observações sobre o uso da maconha em cidades do vale do São Francisco:

Vi algumas vezes, quando criança, nas feiras semanais de Propriá, minha terra natal, à noite, ao cessar a vendagem, indivíduos se entregarem à prática de fumar a erva nos dispositivos rústicos já descritos, dos quais muitos se servem promiscuamente, sorvendo em austos profundos a fumarada apetecida, depois do que entrava o desafio ou o duelo poético; alguma vez a contenda tomava feição diferente, e exigia a intervenção da polícia para apaziguar os contendores exaltados. É fumada nos quartéis, nas prisões onde penetra às escondidas ou em reuniões apropriadas e nos bordéis. Muitos fumam isoladamente à semelhança do uso do tabaco (DORIA, 1958, 39)

Na continuidade do texto, Dória também ressaltou que a planta também era utilizada por “feiticeiros”, em geral, “pretos africanos ou velhos caboclos”. Ademais, a liamba também era utilizada por pescadores que, quando estavam no mar, “fumam em grupos para se sentirem mais alegres, dispostos ao trabalho e menos penosamente vencerem o frio e as agruras da vida do mar”. (Dória, 1958).

Os exemplos apresentados sugerem que, no início do século XX, o uso psicoativo da maconha era um hábito cultural indiscutivelmente presente nas classes populares da época e em diferentes contextos da vida cotidiana. Mas além de torpor, como será discutido na sequência, um terceiro e importante uso da *Cannabis* foi a sua aplicação terapêutica.

1.1.4 Uso terapêutico da *Cannabis*

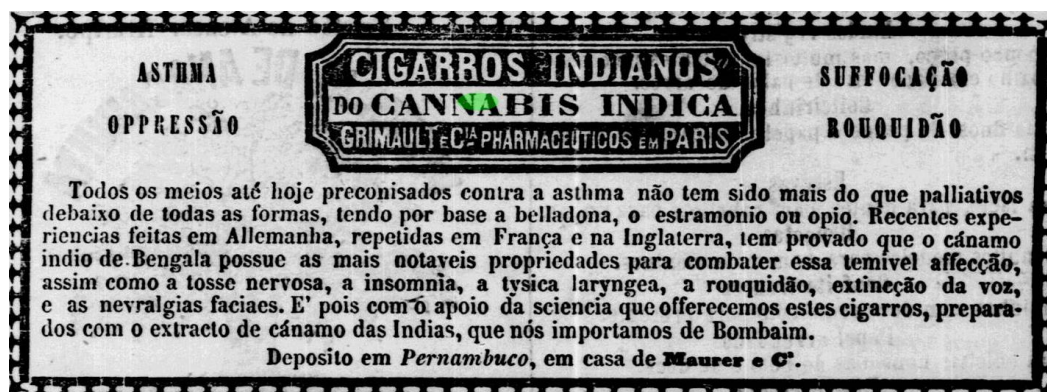
Um dos primeiros registros que sugere o uso terapêutico da *Cannabis* remete à Corte portuguesa. Fiore (2005) cita Varga (1995) que resgatou escritos de um médico que introduziu a homeopatia no Brasil, Benoit Mure (1809-1858), cujo teor indica que o referido

⁴³Nome do texto apresentado na conferência: Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício.

médico não teve dificuldade para encontrar um pé de *Cannabis sativa* no interior do palácio imperial de São Cristóvão, visando realizar experiências com haxixe (FIORE, 2005). Não fica claro pelo registro o motivo pelo qual o médico queria a planta, mas chama à atenção a sua profissão e é razoável pensar que o mesmo a buscava para testar alguma finalidade clínica.

A partir do século XIX, os registros sobre o uso terapêutico da *Cannabis* ficam mais expressivos. Entre 1860 a 1920, por exemplo, circulava nos jornais um volume considerável de anúncios dos cigarros *Grimault*. Importados da França e depois revendidos nas farmácias e comércios de todo Brasil, esses cigarros eram produzidos a partir de *Cannabis indica* e vendidos como medicamento para tratar problemas de todo tipo. A propaganda aludia ao fato de que se não fosse possível escapar às moléstias, ao menos era possível aliviá-las⁴⁴. Esses cigarros eram comercializados na Província de Pernambuco, desde pelos menos 1868, na Casa Comercial de Maurer e C, que divulgava o medicamento através de propagandas no jornal Diário de Pernambuco. A Figura 6 mostra um desses exemplares.

Figura 1.3: Propaganda de cigarros Indianos *Grimault* em 1868



Fonte: Anúncios. Diário de Pernambuco. 03 de julho de 1968. p, 3.

As propagandas sempre ressaltavam que tais medicamentos eram indicados por toda a corporação médica de Paris e embasados em conhecimento científico. Evidentemente, a empresa Grimault & Cia anunciava seus cigarros não apenas em Pernambuco, mas em todo Brasil, uma vez que era comum encontrar suas propagandas em grande parte dos jornais de circulação na época (ROCHA, 1987).

Além de anúncios de jornais, a *Cannabis* era citada em compêndios médicos e catálogos de produtos farmacêuticos. O Texto de Carlini (2005) recupera um estudo de 1930, desenvolvido por Araújo e Lucas, sobre as propriedades terapêuticas do extrato fluído de

⁴⁴ Anúncios. **Diário de Pernambuco**. 15 de outubro de 1891. P 4.

Cannabis:

Hypnotico e sedativo de ação variada [...] o seu emprego requer cautela, cujo o resultado será o bom proveito da valiosa preparação como calmante e anti-spasmódicos; a sua má administração dá às vezes em resultados, franco delírio e alucinações. É empregado nas dyspepsias (...) no cancro e úlcera gástrica (...) na insônia, nevralgias, nas perturbações mentais [...]

Nesta mesma década, o extrato de *Cannabis indica* também era utilizado pela farmácia do Hospital de Alienados de Tamarineira, em Olinda (PE). As compras desse extrato eram realizadas por meio de licitações divulgadas através do Diário Oficial de Pernambuco. A Tabela 1.2 abaixo fornece 3 exemplos de editais desse Hospital.

Tabela 1.2: Licitações do Hospital de Alienados de Tamarineira.

Local	Edital nº	Data	Produto	Quantidade
Hospital Alienados de Tamarineira	11 ⁴⁵	2/09/1936	Extrato de fluído de <i>Cannabis indica</i>	200 gramas
Hospital Alienados de Tamarineira	29 ⁴⁶	29/07/1936	Extrato de fluído de <i>Cannabis indica</i>	200 gramas
Hospital Alienados de Tamarineira	11 ⁴⁷	24/03/1937	Extrato de fluído de <i>Cannabis indica</i>	300 gramas

Fonte: Diário Oficial do Estado de Pernambuco

O hospital de Alienados de Tamarineira, vinculado a Santa Casa da Misericórdia, foi inaugurado em 1874 e tinha capacidade para comportar 600 pessoas. Conhecido popularmente como Hospício de Tamarineira, recebia homens e mulheres de toda a região. Contudo, esses pacientes eram alocados de acordo com sua origem social. Indigentes, marinheiros de navios mercantes e alguns escravos eram admitidos gratuitamente. Aqueles que possuíam condições de pagar pelo tratamento, como a categoria dos militares, entravam no hospital como pensionistas (MIRANDA, 2010).

Em geral, o tratamento oferecido por essa instituição era ineficaz e seus pacientes viviam grande parte dos seus dias em espaço insalubre, sozinhos e abandonados. Por conta disso, nos idos de 1920, sob a direção Dr. Ulysses Pernambucano, esse Hospital foi

⁴⁵ Edital público. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 02 de agosto de 1936. Nº, 166, p. 25-26.

⁴⁶ Edital público. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 29 de julho de 1936. Nº, 162, p. 26.

⁴⁷ Edital público. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 24 de março de 1937. P. 25.

reestruturado e transformado em Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, ligado ao Departamento de Saúde e Assistência. Além disso, na década de 1930, a Assistência a Psicopatas estendeu alguns serviços para doentes mentais não alienados (não confinados). O “Serviço de Higiene Mental daquele órgão já mantinha o que chamavam à época de “Assistência Hétero-Familiar”, em que o Estado auxiliava financeiramente as famílias que se comprometiam a cuidar de doentes mentais em suas próprias casas”. Ademais, o hospital ainda garantia acompanhamento constante através de “visitadoras” que orientavam as famílias sobre os tipos de cuidados com os pacientes e também colhiam informações sobre os mesmos (BRANDÃO, 2017, p. 161). Dada essa breve descrição sobre o Hospital, convém salientar que os editais encontrados nos jornais não dão informações explícitas sobre a finalidade do fluído de *Cannabis indica* e nem a qual tipo de paciente o medicamento era destinado.

O fato é que as possibilidades terapêuticas da *Cannabis* também levaram uma parcela da população a consumi-la de forma não assistida pelo corpo médico e a cultivá-la como remédio popular. Um exemplo do jornal Diário de Pernambuco, de 1969, já no contexto da proibição, trata de um caso em que agentes da Delegacia Regional do Departamento da Polícia Federal destruíram uma plantação de maconha e efetuaram a prisão da agricultora Laura Barbosa, residente no Município de Itaíba. Em sua defesa, Laura alegou que cultivava a planta para extrair óleo da semente e curar a enfermidade de uma irmã⁴⁸. Mais recentemente, documentários com o *Dirijo*⁴⁹, que se baseiam em depoimentos orais de membros de algumas comunidades tradicionais da Amazônia, contam um pouco sobre a prática de fumar maconha, antes dela ser proibida.

Por fim, do que foi exposto até o momento, depois de apresentar 3 diferentes usos da *Cannabis*⁵⁰ (têxtil, psicoativo e terapêutico) ao longo da história do Brasil, fica evidente que existiram (e ainda existem) diferentes denominações para essa planta, o que sugere variedades distintas. Em diversas sociedades, cada uma a seu tempo, é patente a capacidade do homem para a seleção de plantas e animais de acordo com seus interesses. Com o gênero *Cannabis* provavelmente aconteceu o mesmo e originou essas variedades. Nesse sentido, embora não seja uma estrutura rígida, é possível fazer uma certa classificação a partir dos documentados inspecionados. Na indústria têxtil, a *Cannabis* aparece como cânhamo; no uso terapêutico, o termo *Cannabis indica* prevalece; e para fins psicoativos, a *Cannabis* é

⁴⁸ Federais destruíram uma plantação de maconha no Município de Itaíba. **Diário de Pernambuco**. 14 de setembro de 1969, p. 8

⁴⁹ Disponível gratuitamente em: https://www.youtube.com/watch?v=QgMibL_NZXI.

⁵⁰ Embora não trabalhado nesse texto, é razoável conjecturar o uso alimentício da *Cannabis* bem como o uso para fins religiosos. Este trabalho não explora essas vertentes porque tratá-las requer um emprego de técnicas e metodologias próprias de história das religiões e dos alimentos, distante daqueles voltadas à análise de história econômica, foco dessa tese.

descrita, com maior regularidade, como liamba, diamba e maconha.

1.2 A PROIBIÇÃO EM MARCHA

“VII - É proibida a venda e o uso do Pito do Pango, bem como a conservação d’elle⁵¹ em casas públicas: os contraventores serão multados, a saber, o vendedor em 20\$000., e os escravos, e mais pessoas que d’elle usarem, em três dias de cadeia”⁵².

Esse Código de Postura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, sancionado em 04 de outubro de 1830, é considerado o primeiro registro de proibição da maconha no Brasil. Nove anos mais tarde, ele foi ampliado: o tempo de prisão passou de 3 para 8 dias de cadeia⁵³. Pouco a pouco, o pioneirismo do Rio influenciou outras localidades. Em 1866, por exemplo, a Câmara de São Luís proibiu a venda e a exposição pública do pito do pango. Escravos que violassem tal legislação seriam punidos com 4 dias de cadeia (VIEIRA FILHO, 1978). No ano de 1870, a Câmara Municipal de Santos, por sua vez, decretou uma resolução que tinha como objetivo a normatização social. O artigo 99 determinava: “É proibida a venda e o uso do pango e outras substancias venenosas para cachimbar ou fumar. Os contraventores serão multados pela venda em 10\$000 e pelo uso em quatro dias de prisão”⁵⁴. Outro exemplo similar é o da Câmara Municipal de Campinas que, em 1876, também sancionou uma resolução que proibia “a venda e uso do pito do pango, bem como a conservação delle em casas publicas”. Os contraventores serão multados, a saber: o vendedor em 10\$000, e os escravos e mais pessoas que delle usarem, em cinco dias de cadeia”⁵⁵. Convém notar que a Câmara de Santos não salientava os escravos como contraventores diretos, ao passo que as do Rio e de Campinas o fazem sem titubear. Outra particularidade, nesse caso das três, diz respeito as legislações se limitarem a restringir a comercialização e o uso, o que deixa em aberto a questão do cultivo.

De modo geral, ao longo do século XIX, a sanção dos Códigos de Postura demonstra que o Estado reivindicava o controle das relações sociais e econômicas no espaço

⁵¹ Optou-se por manter a grafia original em todas as citações diretas por se tratar de textos de época e para facilitar a compreensão.

⁵² Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 4 de outubro de 1830.

⁵³ O Código de Posturas foi publicado na íntegra no Jornal O Sete D’Abril. **Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O Sete D’Abril.** Título II – § 7 Sobre vendas de gêneros e remédios e, sobre boticários. 7 de janeiro de 1839, p 1.

⁵⁴ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (Brasil). **Resolução Nº 103.**

⁵⁵ Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (Brasil). **Resolução Nº 71.** 2 de abril de 1876.

urbano. Nesse sentido, eles assumiam um caráter preventivo para a esfera da segurança pública. No caso das sanções citadas há pouco, as Câmaras pretendiam inegavelmente refrear certos hábitos sociais existentes entre os escravos e provavelmente entre as camadas baixas da população. Apesar disso, não se sabe ao certo os motivos oficiais que levaram as autoridades públicas a atacar a venda e o consumo do “pito do pango”, bem como os interesses por trás dessas leis. Além disso, não se sabe se estas eram ações isoladas ou se refletiam alguma conjuntura política imperial mais ampla. Tudo isso indica que na prática esse tema ainda requer esclarecimentos.

O enfoque na questão da proibição é um dos principais eixos de análise das pesquisas acadêmicas que se dedicam ao estudo da maconha no Brasil⁵⁶ ou à investigação de algum assunto tangente a essa problemática. Dentro dessa perspectiva, geralmente parte-se do processo histórico que culminou com a sua proibição; mas antes de abordá-la em específico, convém inicialmente retomar alguns aspectos políticos, sociais e econômicos que levaram a mudanças estruturais no Império, após 1850.

Um primeiro que se destaca é a Lei Eusébio de Queiros de 04 de setembro de 1850, que aboliu o tráfico negreiro externo. Essa Lei é tida por boa parte da historiografia como um marco teórico primordial para o processo de ruptura do trabalho cativo e de transição da escravidão à mão de obra assalariada. Um segundo aspecto que se destaca é a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Essa Lei, por sua vez, entrou em vigor com a pretensão de demarcar as terras devolutas e de regularizar o acesso à propriedade privada. Diante da promulgação de tais Leis, a nova conjuntura interna, pós 1850, engendrou uma profunda transformação socioeconômica. Os recursos antes destinados à compra do escravo foram reinvestidos em outros setores econômicos como, por exemplo, o ferroviário, o varejista, o bancário, o telegráfico, entre outros. Esses novos investimentos, por sua vez, contribuíram com a dinamização da economia e da sociedade (SILVA, 2008). Frente a esse conjunto de transformações, as contradições se aguçaram e se tornaram intransponíveis. Após 1870 ficava cada vez mais difícil para o Estado Imperial dialogar e atender aos diversos interesses das elites nacionais (intelectual, econômica e política). Até certo ponto, essa conjuntura contribuiu para desgastar a ordem vigente e levar ao término do Império em 1889 (SCHWARCZ, 1993).

Como desdobramentos desses acontecimentos, no final do século XIX e início

⁵⁶ Como exemplo: *Sonhos da Diamba, controle do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano*. José Emanuel Luz de Souza. Dissertação de mestrado. 2012; *Fumo de Negro: a criminalização da maconha no Brasil*. Luísa Gonçalves Saad. Dissertação de mestrado. 2013.

do XX, um novo projeto de nação era disputado por grupos sociais distintos, cada um destes com seus próprios pontos de vista. Uma das polêmicas centrais era o final da escravidão e os novos rumos da sociedade brasileira. Imerso nessas circunstâncias, um grupo representado por setores da classe médica baiana⁵⁷ ganhou destaque no cenário nacional. Para esse grupo, o cruzamento racial explicava a criminalidade, a loucura e a degeneração, o que então impedia a “perfectibilidade” biológica (SCHWARCZ, 1993). Apesar de absurdos sob a ótica do tempo presente, o argumento desses médicos aos poucos se difundiu no senso comum. Nas sociedades modernas, a posição política dos intelectuais geralmente possui uma importância estratégica para o conjunto de reflexões e deliberações sobre a constituição e andamento de um projeto de nação. Em geral, esse posicionamento se vale de recursos persuasivos para controlar e influenciar outros segmentos sociais em torno de um ideal (GRAMSCI, 2000). Nesse sentido, os tais médicos perniciosamente colaboraram para a criminalização da população afrodescendente e dos seus hábitos culturais, como a capoeira, o samba e as religiões. No meio disso, a maconha, bem como seus diferentes usos, tornou-se o foco de um debate que paulatinamente a converteu em coisa de negro, índio, prostituta, macumbeiro, capoeirista, sambista, marinheiro, vadio, enfim, toda uma camada social pobre que não se encaixava nos valores morais, étnicos e financeiros de uma parcela elitista da sociedade.

Esse debate não se deu apenas no âmbito interno, ele esteve em sintonia com uma disputa de convicções sobre as drogas e os entorpecentes que ocorreu em diferentes países do globo e que ganhou força nas três primeiras décadas do século XX. Desenvolveu-se em conferências internacionais que buscavam acordos e soluções para o assunto. Dentro desse rol se destaca uma que ocorreu em Xangai, em 1909, que ficou conhecida como a primeira convenção internacional sobre o controle de entorpecentes. Nela foram discutidas e elaboradas algumas recomendações, ainda que sem peso legal, para uma lenta diminuição do comércio mundial de opiáceos. Tal decisão não teve um efeito direto, mas a conferência foi o gérmen e o exemplo para outras que se sucederam (ESCOHOTADO, 2007).

Dois anos mais tarde, desta vez em Haia, na Holanda, os principais países do cenário mundial começaram as negociações sobre a regulação comercial da cocaína e do ópio, bem como de seus derivados (heroína, morfina, codeína) (RODRIGUES, 2004). Já em 1925, na Conferência de Genebra sobre Drogas, organizada pela Liga das Nações Unidas, a *Cannabis* entrou pela primeira vez na lista das substâncias proibidas⁵⁸. O pedido partiu do

⁵⁷ Para saber mais sobre as disputas políticas no campo da medicina legal ver: (SCHWARCZ, 1993).

⁵⁸ Este estudo não tem como objetivo aprofundar no debate acerca do processo de proibição das drogas no contexto externo. Para mais informações o processo de proibição das drogas no mundo, os tratados, as convenções e as disputas entre as potências internacionais que levaram a cabo a proibição, ver: Antonio Escotado (1996); Thiago Rodrigues, *Política e*

representante do Egito, El Guindly. Ele denunciou que a meio século o país sofria uma epidemia de *Cannabis* e, para sustentar essa afirmação, apresentou um relatório que apontava os perigos sociais em usá-la e recomendava o controle da sua circulação mundial. Seu pedido recebeu apoio imediato de outros representantes e, como ação para combatê-la, foi criada uma subcomissão (composta por médicos, farmacêuticos e químicos) para discutir o problema. Dentre esses intelectuais estava o médico e representante brasileiro, Pernambuco Filho, o qual afirmou que no Brasil a maconha era ainda mais perigosa que o ópio. Possivelmente, os relatos dos representantes brasileiro e egípcio sobre os males sociais provocados pela *Cannabis* contribuíram para que no final da conferência a subcomissão redigisse um documento final em que colocava o cânhamo, bem como todas as plantas da família da *Cannabis* (*indica e sativa*), na lista das substâncias tóxicas e, portanto, ilícitas (FRANÇA, 2015).

Essa nova consideração a respeito da *Cannabis* provocou uma inevitável ruptura, de ampla abrangência, no modo como as sociedades interagiam com essa planta. É claro que esse processo foi se completando aos poucos, com disputas e ambiguidades no campo político, econômico e social. Ademais, para que a ruptura ocorresse plenamente foi imprescindível o uso do corpo burocrático dos Estados que, através de suas legislações, sancionaram artigos, leis, e decretos que versavam sobre a proibição do cultivo, do comércio e do consumo da *Cannabis*. Vale ressaltar ainda que esse processo ocorreu segundo as especificidades de cada país. No Brasil, em particular, esse clima interacional provavelmente influenciou os intelectuais e as autoridades, que ao longo dos anos de 1930 concentraram mais atenção no tema e construíram uma política sistemática para o controle do cultivo, do comércio e do uso de entorpecentes de modo geral. A maconha evidentemente foi alvo dessas políticas.

1.2.1 A proibição parcial

Através do Decreto nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932, o estado brasileiro passou a regular a entrada de substâncias tóxicas no país. Além disso, o artigo 1º do capítulo I elencava como substâncias tóxicas “o ópio bruto e medicinal, a morfina, a diacetilmorfina ou heroína, a benzoilmorfina, a dilandide, a dicodide, a eucodal, as folhas de coca, a cocaína bruta, a cocaína, a ecgonina e a **canabis indica** – grifo meu”. Ao mesmo tempo, o governo

Drogas nas Américas. Edipuc. 2004; Thiago Rodrigues. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. Saraiva. 2003; SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. *Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil Republicano*. Bahia. 2013. Dissertação de Mestrado.

criminalizou a comercialização, a ministrarção, a doação, ou qualquer outro tipo de uso dessas substâncias, sem a devida autorização do Estado⁵⁹. Particularmente em relação à *Cannabis indica*, com o intuito de fazer cumprir a lei, foi estipulada uma pena de até nove meses de prisão para quem portasse em qualquer situação a planta ou seus derivados (RODRIGUES, 2004). Quanto às demais substâncias, a lei previa a reclusão de um a cinco anos.

Vale ressaltar que esse decreto colocou a *Cannabis indica* na mesma escala de periculosidade de outras drogas, como o ópio, a cocaína e a heroína. A despeito disso, essa primeira Lei, em seus artigos 2 e 3 do capítulo II, especificava as condições para “fabricar, importar, exportar, reexportar, vender, trocar, ceder, expor ou ter para um desses fins (...)”, bem como para vender ao público, as tais substâncias. Por isso que, concomitantemente ao controle da *Cannabis indica* em território nacional, também em 1932, encontra-se documentos que mostram que o estado brasileiro revalidou a licença de atuação da empresa responsável pelos “cigarros Indianos Grimault”, produzidos a base dessa planta. A mesma empresa conseguiu uma nova revalidação em 1937, cinco anos após a promulgação da Lei.

Não admira que, nesse contexto, membros do governo brasileiro ainda viam com preocupação a importação, a exportação e o uso dessas substâncias e desejavam um maior controle sobre a situação. Diante disso, foi criada uma comissão especial com representantes de diferentes ministérios (educação, saúde pública, trabalho e agricultura, relações exteriores, fazenda, justiça, entre outros) que durante os anos de 1935 a 1936 se reunia semanalmente no Palácio do Itamaraty para pensar as diretrizes da política nacional de drogas. Em meio aos debates, uma das principais propostas que surgiu foi a criação da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE).

1.2.1.1 A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE)

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE) surgiu em 1936 a partir do Decreto nº 780. Em um primeiro momento, ela se vinculou ao ministério das Relações Exteriores, que também tinha o objetivo de adequar o Brasil as normas e medidas internacionais (CARVALHO, 2013). Dentre suas atribuições legais estavam:

O estudo e a fixação de normas geraes de accção fiscalizadora do cultivo, extracção, producção, fabricação, transformação, preparo, posse, importação, reexportação, offerta, venda, compra, troca, ces-

⁵⁹ Câmara dos Deputados. **Decreto nº 20.930 de 11 de Janeiro de 1932**. Legislação informatizada.

são, bem como a repressão do tráfico e uso ilícitos de drogas entorpecentes, incumbindo-lhe todas as atribuições decorrentes dos objectivos geraes, para os quaes é constituída⁶⁰.

Com a criação dessa comissão, o governo centralizou em um só órgão diferentes informações sobre o assunto. Com isso, ele aglutinou estatísticas, elaborou relatórios e estabeleceu diretivas para a fiscalização e apreensão. De certa forma, a centralização dessas práticas e discursos fortaleceu e legitimou o combate aos entorpecentes no Brasil (CARVALHO, 2013).

Os estados da federação, por sua vez, tiveram que se adequar às diretrizes nacionais mencionadas anteriormente. Contudo, a aplicação desse projeto possivelmente suscitou dúvidas nas instituições que deveriam cumprir a legislação, ou seja, os funcionários do estado encarregados das ações de coibição nem sempre tinham clareza sobre a execução das novas normas e sequer sobre as substâncias presentes nelas. Em 1937, por exemplo, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco solicitou ao Instituto de Pesquisas Agronômicas um estudo referente a planta denominada maconha. O relatório de conclusão da pesquisa registou as seguintes informações:

Planta de valor econômico - A seção de botânica, estudou minuciosamente a maconha, que é utilizada como entorpecente, e concluiu que se trata do cânhamo trazido da África pelos escravos. O cânhamo produz fibras de qualidade superior. Assim, já temos aclimatada uma planta de valor econômico elevado⁶¹.

Contraditoriamente ao preconizado pela CNFE, o relatório, embora reconheça a maconha como entorpecente, destaca a aplicação têxtil do cânhamo e o seu alto valor econômico, mesmo ao identificar que a maconha e o cânhamo são na verdade uma só espécie vegetal. O registo também revela um pensamento de época, a crença de que os povos negros escravizados haviam trazido a planta da África.

Não foram localizados documentos que indicassem um debate mais abrangente entre os deputados pernambucanos sobre as diferentes aplicações da maconha. No entanto, pouco a pouco, a Assembleia Legislativa começou a discutir as possibilidades de introduzir o caroá⁶² como um produto industrial têxtil de valor econômico. Para defender essa hipótese,

⁶⁰ Câmara dos Deputados. **Decreto nº 780**. 28 de abril de 1936; art. 3º. Diário Oficial da União - Seção 1 - 06/05/1936, p. 9492. Legislação informatizada.

⁶¹ Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Pernambuco. 03 de ago. 1937, p. 65-66.

⁶² O caroá (*Neoglaziovia variegata*) é uma planta nativa da caatinga e possui fibra resistente que pode ser utilizada como

os deputados se apoiaram em um estudo, realizado pelo Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco (IPA), no qual apontava que o caroá era melhor que a juta e mais vantajosa que o linho, o cânhamo, o sisal e a manilha⁶³. Em outro discurso, também da mesma época, ressaltou-se que o caroá era uma planta da família das bromélias, um vegetal que cobria enormes superfícies da região, resistia as secas prolongadas e cujas folhas forneciam excelentes fibras indústrias superiores ao cânhamo e ao linho na tecelagem⁶⁴. Esses discursos revelam que o Estado passou a incentivar o cultivo e exploração do caroá e fez concessões especiais a empresas com esse viés, como a firma José Vasconcelos & Cia, que montou duas usinas preparadoras – uma na região do agreste e outra no sertão – e uma fábrica de fiação e cordoalha⁶⁵.

Esses exemplos colaboram com a hipótese de que, diferentemente das décadas anteriores em que o cânhamo recebera incentivos do governo estadual, a partir da segunda metade da década de 1930 ocorreu uma alteração nos projetos econômicos apoiados pelo poder público. A legislação mais rigorosa sobre o uso dos entorpecentes e o subsequente reconhecimento de que a maconha e o cânhamo eram a mesma espécie de planta provavelmente desmotivaram os legisladores estaduais a enfrentar as leis nacionais e os levaram a redirecionar os investimentos em outras fibras têxteis como estratégia indireta para a redução do cânhamo industrial.

1.2.2 Os avanços da proibição

No dia 25 de novembro de 1938 o presidente da República, Getúlio Vargas, e os ministros do Estado assinaram o Decreto-Lei nº 891 para oficializar uma série de mudanças significativas no âmbito das drogas. A justificativa foi de que era necessário dotar o país de uma legislação capaz de regular eficientemente a fiscalização dos entorpecentes e atualizar a legislação brasileira com as mais recentes convenções sobre o tema.

Na prática, esse Decreto-Lei avançou com o processo de proibição da maconha, uma vez que ele ampliou legalmente as restrições referente a *Cannabis*, conforme se observa no artigo 1º do capítulo 1 que estabelece uma relação dos entorpecentes proibidos. Cânhamo, *Cannabis sativa*, *Cannabis indica* e todas as denominações vulgares do gênero – maconha, meconha, diamba, liamba e entre outras – constavam na lista do primeiro grupo, considerada

matéria prima na fabricação de tecidos, bolsas e chapéus, por exemplo.

⁶³ Agricultura e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Pernambuco. Nº. 91. 26 de abr. 1936, p. 1.

⁶⁴ Requerimento nº 528

⁶⁵ Agricultura e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Pernambuco. Nº. 91. 26 de abr. 1936, p. 1.

a das substâncias mais perigosas. O artigo 2º do Capítulo II, por sua vez, proibia a produção, o tráfico e o consumo:

São proibidos no território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração, por particulares, (...) do cânhamo "*Cannibis sativa*" e sua variedade "indica" (Moraceae) (Cânhamo da Índia, Maconha, Meconha, Diamba, Liamba e outras denominações vulgares) e demais plantas de que se possam extrair as substâncias entorpecentes mencionadas no art. 1º desta lei e Seus parágrafos.

Para garantir que a legislação fosse cumprida, o § 1º sancionava que plantas dessa natureza, nativas ou cultivadas, existentes no território nacional, seriam destruídas pelas autoridades policiais, sob a direção técnica de representantes do Ministério da Agricultura. Uma vez destruídas, as autoridades também deviam notificar de imediato o fato a CNFE.

Apesar da proibição do plantio, da cultura, da colheita e da exploração ora mencionadas, o artigo 3º do mesmo Capítulo dizia que era possível “extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, expedir, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou ter para um desses fins” qualquer uma das substâncias discriminadas no artigo 1º, desde que fosse obtida uma licença da autoridade sanitária e da autoridade policial competente.

Com o avanço da proibição, os diferentes usos da maconha pouco a pouco sofreram modificações profundas. Em 1941, a empresa responsável pelos “cigarros Indianos Grimault” não teve sua licença de importação renovada sem que antes fosse retirado da fórmula os diferentes tipos de *Cannabis* por serem substâncias consideradas nocivas. O posicionamento da Comissão foi de que os tais cigarros se prestavam a difusão de uma nova modalidade de toxicomania que vinha aliciando um grande número de adeptos no Brasil (CARVALHO, 2013). No mesmo ano, a Comissão notificou aos inspetores alfandegários que não permitissem a entrada dos “cigarros Indianos Grimault” produto de procedência francesa, que teve sua primeira licença nacional em 1888, sendo está revalidada em 1932 e novamente em 1937. A empresa foi transferida para os Estados Unidos e necessitou de nova revalidação da licença. Contudo, com o Decreto-Lei nº 891/1938, a CNFE determinou que fosse retirado da fórmula a “*Cannabis Sativa (marihuana)*” por ser tal substância considerada nociva. O posicionamento da Comissão foi de que “os cigarros Indianos Grimault se prestam a difusão desta nova modalidade de toxicomania que já está tendo um grande número de adeptos no Brasil.

Com o Decreto-Lei nº 891, os órgãos estaduais passaram a tratar do tema mais rigorosamente, o que afetou drasticamente a indústria do cânhamo. Após dois anos de vigência da lei nacional, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de Pernambuco, através da Portaria nº 101 de 1º de julho de 1940, estabeleceu novas regras para as fábricas que produziam tecidos a partir de cânhamo.

1º - Nenhuma fibra vegetal, estrangeira ou nacional, com exclusão do algodão, seda, linho ou lã, poderá ser desembaraçada junto as repartições estaduais, sem previa audiência da Secretaria da Agricultura, da Indústria e do Comércio.

2º - Mensalmente as fábricas que consomem juta, cânhamo e outras fibras similares, nacionais ou estrangeiras, serão obrigadas a apresentar à Secretaria de Agricultura, Indústria e comércio, até o dia 15 a relação do consumo de fibras no mês anterior e seu stok no último dia do mês.

3º - Para verificação da percentagem estipulada no art. 1º do ato n. 9993, as mesmas fabricas terão que apresentar, até o dia 15 de cada mês, os comprovantes das compras de fibras realizadas no mês anterior, cuja relação pode ser incluída, discriminadamente, na que trata o item anterior⁶⁶.

Ao ler essas normas estaduais, é possível inferir que, com base no artigo 3º da Lei nacional, o Estado de Pernambuco continuava a tolerar sob certas circunstâncias a produção e a comercialização do cânhamo. Ainda assim, é possível que essa legislação estadual tenha dificultado as fábricas têxteis que o utilizavam como matéria-prima. Efetivamente, o que se nota é a manutenção de um período de políticas públicas dúbias em relação à sua produção. Ao mesmo tempo que o Estado buscava fiscalizar as fábricas têxteis e incentivar culturas substitutas, o próprio Estado ainda consumia produtos produzidos a partir da fibra. Em um edital de licitação pública de 1941, por exemplo, o Estado de Pernambuco solicitava fios de cânhamo para encadernação de papéis⁶⁷.

A vigência de uma época de contrassensos nas políticas públicas sobre as chamadas drogas ilegais não evitou no final das contas a consolidação de um novo modo de ver e entender a *Cannabis*, respaldado sobretudo pela parcela proibicionista da população e pelas

⁶⁶ Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Nº. 143. 07 de jul. 1940, p. 4.

⁶⁷Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Nº 266. 01 de dez. 1940, p. 19.

legislações até então sancionadas. Nesse jogo, fatalmente se perderam as prescrições médicas e as aplicações têxteis da planta. No entanto, nem todos os hábitos e tradições em torno da maconha foram estilhaçados pelo processo de ruptura trabalhado acima. Apesar de encardos com feitos predominantemente pejorativos, seus usos nunca se extinguíram completamente. Vale o risco em dizer inclusive que alguns deles desde a primeira proibição aparentemente só ganharam mais adeptos. Nesse sentido, diante de toda a revisão feita até aqui, esta tese em essência busca responder a seguinte pergunta geral: dado que foram proibidos o plantio, o uso e o comércio da maconha, desde 1938, quais são os determinantes que permitem a existência de uma região no Estado de Pernambuco, atualmente denominada Polígono da Maconha, que, ao contrariar a lei, cultiva e vende largamente essa mercadoria?

Em face dessa questão, este trabalho busca traçar algumas hipóteses de que, dada as condições pós 1938, a produção ilegal de maconha sofreu alterações ao longo do tempo para conseguir se manter na ilegalidade. Para responder a essas perguntas, foram colocadas cinco linhas de raciocínio que serão trabalhadas ao longo da tese:

- a) A ineficiência do Estado em reprimir o cultivo de *Cannabis*, ainda que se valha de métodos repressores;
- b) O cultivo ilegal de maconha sob a perspectiva de uma questão agrária;
- c) A permanência de um hábito cultural enraizado e sua força na vida material;
- d) A capacidade dessa agricultura ilegal migrar em buscar de outros espaços diante da repressão.
- e) A incapacidade das políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento regional, de atingirem igualmente diferentes camadas sociais.

2 NORDESTE SERTANEJO: TERRA, SECA E SUBDESENVOLVIMENTO

Ao longo da história brasileira muito já se falou sobre um espaço que hoje é conhecido como Nordeste. Vale destacar que essa região não existe desde sempre e que suas características socioeconômicas e delimitações geográficas, bem como as concepções acerca destas, vem sendo criadas e recriadas. Seu processo histórico despertou o interesse de pessoas ligadas a diversas áreas do conhecimento: historiadores, economistas, geógrafos, cientistas sociais, técnicos, burocratas e leigos se dedicaram e ainda se dedicam a narrar, descrever, investigar, interpretar, sob diversos ângulos, o contexto social, econômico e político dessa região. Nesse grande arcabouço de pesquisa, temáticas relacionadas à terra, à seca, à política, às ligas camponesas e ao subdesenvolvimento estiveram e ainda estão entre as principais pautas de debates. Ainda assim, o Nordeste continua a suscitar assuntos de interesse da contemporaneidade: no caso específico desta tese, o plantio ilícito de *Cannabis*. Portanto, para melhor compreender esse tema, é preciso voltar o olhar para os principais eventos políticos, sociais e econômicos que impactaram essa região.

A partir da segunda metade do século XVI, a ocupação e a organização desse espaço se deram em torno da cultura da cana de açúcar. Engenhos se expandiram pelas várzeas úmidas próximas ao litoral e ocuparam todos os solos férteis existentes. Essa ocupação e organização produziram uma sociedade patriarcal, hierárquica, escravista e com concentração de terra e de renda – particularidades de uma estrutura social complexa que se beneficiava principalmente do trabalho escravo, mas que mantinha em suas “franjas” uma população intermediária livre que também contribuía para o desenvolvimento da sociedade do açúcar (FERLINI, 2003). Para fins deste estudo, convém fazer uma breve digressão sobre dois grupos sociais de interesse, os lavradores e os foreiros.

Os lavradores podiam ser proprietários de terra ou rendeiros de terra dos senhores de engenho, porém não possuíam um contrato formal de arrendamento. Eles constituíam uma variada gama de colonos que viviam em condições diversas – desde grandes proprietários bem próximos aos referidos senhores, até roceiros e artesãos que se aventuravam no negócio do açúcar. Ainda assim, a grande maioria deles não era pequeno produtor, muitos tinham um número significativo de escravos e ocupavam grandes espaços territoriais. De modo geral, os lavradores apresentavam recursos para realizar o plantio da cana, contudo não possuíam renda e distinção necessárias para manter um engenho e, portanto, condicionavam o plantio e a moagem

de suas colheitas a um senhor, que recebia uma porcentagem do produto – “cana-obrigatória” (cerca de 50% da produção), o terço⁶⁸ ou o quarto⁶⁹ – previamente estabelecida entre as partes. Os lavradores tiveram importância na economia açucareira pelo menos até 1650, dada que a maior parte dos engenhos só moía cana de terceiros (FERLINI, 2003).

Os foreiros, por sua vez, eram trabalhadores pobres e livres que vivam em áreas mais afastadas dos engenhos. Os senhores e lavradores que não possuíam renda para comprar escravos em grande quantidade permitiam que esses homens ocupassem um pequeno espaço de suas propriedades em troca de trabalhos pré-estabelecidos (ANDRADE, 1963). Os foreiros tinham permissão para derrubar pequenos trechos de matas, levantar uma choupana de barro ou palha e realizar uma agricultura de subsistência. Com o passar do tempo, as relações entre foreiro e proprietário deram origem à tradição do cambão, em que o primeiro era obrigado a trabalhar um ou mais dias da semana em atividades designadas pelo segundo. O cambão era uma obrigação pessoal e em muitos lugares intrasferível. Nesse caso, também era considerado uma espécie de “homenagem” ao proprietário (ANDRADE, 1963).

Retomando a questão da ocupação e da organização da porção setentrional da Colônia portuguesa, além das áreas úmidas, o processo de colonização, já no século XVI, adentrou áreas do sertão⁷⁰ e estabeleceu uma economia – acessória ao açúcar – baseada na produção de couro e força motriz (MENEZES, 1937). O padre jesuíta autointitulado André João Antonil⁷¹, que residiu na Colônia na primeira metade de 1700, registrou a presença de rebanhos bovinos nessas áreas. Na Bahia, segundo ele, esses currais se estendiam à Barra do São Francisco e avançavam até Sergipe. Existiam mais de 600 currais, cerca de meio milhão de cabeças de gado. Também segundo o jesuíta, em Pernambuco, havia mais de 800.000 cabeças (ANTONIL, 1967).

De modo geral, o sertão era organizado em grandes propriedades territoriais – espaços em que os rebanhos eram criados soltos na caatinga – e apresentava baixa densidade populacional, baixo nível de capitalização, coexistência entre mão de obra livre e escrava e cultivo de subsistência. A combinação desses fatores organizacionais e as limitações impostas pelas próprias características da região, aos poucos, deram origem a um povoamento sem grande expressividade econômica (FURTADO, 2007).

Além disso, se comparado com os espaços da economia açucareira, a ocupação e a

⁶⁸ Caso se tratasse de terra fértil próxima ao engenho.

⁶⁹ Terras distantes do engenho.

⁷⁰ Para mais detalhes sobre a ocupação do sertão baiano protagonizado pelos Garcia d'Ávila e as disputas em torno da posse da terra no sertão do São Francisco ver, por exemplo, (BANDEIRA, 2007).

⁷¹ Seu verdadeiro nome era João Antônio Andreoni.

organização do sertão apresentaram certas especificidades. Durante a colonização, o sertão foi, com maior frequência, palco de “guerras” contra os povos indígenas⁷² e palco de disputadas relacionadas às concessões de sesmarias junto à Coroa⁷³. Essa realidade conflituosa de certa forma colaborou para a formação de uma comunidade local com divergências políticas e divergências entre famílias, bem como para a formação de clãs e para a emergência de um banditismo local que, mais tarde, resultou no cangaço (MENEZES, 1937).

Contudo, a estrutura socioeconômica do sertão sofreu uma significativa mudança com a presença da cultura do algodão, a partir da segunda metade do século XIX. A produção algodoeira, que já era estimulada pela Coroa portuguesa desde a segunda metade do século XVIII⁷⁴, ganhou novo impulso no contexto do Brasil Império. Isso em parte ocorreu devido à Guerra de Secessão (1861-1864), que provocou a interrupção da exportação de algodão americano para a Inglaterra. Como forma de suprir essa demanda, o mercado inglês passou a importar esse produto do Brasil. Com esse estímulo, a produção de algodão, coexistindo com a criação de bovinos, espalhou-se rapidamente para os espaços intermediários entre as áreas úmidas e o sertão – região conhecida nos dias de hoje como agreste. A produção algodoeira era mais barata; demandava pouco investimento; resultava em um produto leve e de fácil manuseio, o que atraía a mão de obra de mulheres e crianças; possuía um ciclo de produção curto, cerca de 8 a 9 meses; e necessitava de poucas limpas, o que reduzia a necessidade de mão de obra constante (ANDRADE, 1980).

Por outro lado, a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, ratificou o fim do tráfico negreiro externo. Embora essa Lei não fosse cumprida na íntegra nos anos subsequentes a sanção, um de seus reflexos foi o aumento no preço dos escravos. Por conta desse aumento, muitos proprietários passaram a optar pela mão de obra de trabalhadores livres. Em particular, no período da Guerra de Secessão, os grandes proprietários de fazendas de algodão pagavam “altos salários” aos trabalhadores que se dedicavam a essa produção, o que atraía muitos trabalhadores pobres para suas fazendas (ANDRADE, 1980).

Se comparadas com as propriedades do sertão, aquelas existentes no “agreste” eram um pouco menores, mas ainda assim ocupavam vastas porções de território. Tanto que, para explorá-las, seu proprietário cedia espaços de no máximo 10 hectares a pequenos agricultores interessados no plantio de algodão. Esses agricultores, por sua vez, também cultivavam feijão,

⁷² Os índios Cariris utilizavam a serra do Araripe como local de refúgio e resistência, enquanto o povo Truka, outro exemplo, se refugiava no vale do São Francisco e em algumas ilhas daquele rio.

⁷³ Sobre concessão de sesmarias, ocupação e as disputas de terra no sertão pernambucano e baiano ver (BANDEIRA, 2007)

⁷⁴ Em 1751 foi criada a uma estação de Inspeção do Algodão e, logo após, uma alfandega do algodão. (ANDRADE, 1980). Ademais, nesse período o Maranhão se tornou um dos principais produtores dessa matéria-prima, onde foi criada a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, em 1756.

milho e outros gêneros, como forma de subsistência. Desse modo, do mesmo roçado, eles retiravam um produto para o mercado e outros para pôr à mesa. Em troca, esses agricultores concordavam que, após a colheita, geralmente no mês de dezembro, as ramas do algodão e as palhas do milho deviam ser disponibilizadas aos rebanhos do proprietário. Com isso, muitos fazendeiros garantiam uma alimentação suplementar para seus animais nos meses mais secos do ano – janeiro e fevereiro. Em essência, esse modo de organização, em torno da produção e da propriedade da terra, foi bastante reproduzido ao longo do tempo, de tal forma que se tornou lugar comum dizer que “a terra era dada pela palha” (ANDRADE, 1963, p. 41-55).

A agricultura oriunda dessa parceria atraiu para as regiões ditas intermediárias um grande volume da população mais pobre outrora residente nas áreas açucareiras. A partir disso, o acordo entre os agricultores e os proprietários evoluiu na medida em que aumentou o adensamento populacional (FURTADO, 1959). Com o passar do tempo, por exemplo, o proprietário já não permitia mais que o trabalhador cultivasse a terra apenas pela palha e passou a exigir uma parcela da produção de algodão. “Em outros casos, o proprietário exigia um ou dois dias de trabalho grátis, como compensação pelo uso da terra” (FURTADO, 1964, p. 165).

Aos poucos, o cultivo de algodão adentrou as áreas mais secas, o sertão, onde se dava preferência pelo algodão mocó, uma planta xerófila nativa da caatinga e, portanto, mais resistente as intempéries. Nesse contexto, as populações se deslocavam para essas áreas em busca de terra e atraídas pela produção algodoeira e pela abundância de alimentos produzida nos anos de “bons invernos”. A produção se organizava de modo similar à do agreste, ou seja, os donos de uma grande propriedade cediam um pedaço de terra em troca de palha para o gado ou cobravam um determinado valor. Além disso, os agricultores sertanejos que trabalhavam no algodão também plantavam “legumes”, nome que essa população dava a tudo que tirava da terra para comer. Desse modo, a cultura do algodão contribuiu para que a região do sertão evoluísse para uma economia de tipo misto, alicerçada em um sistema de parcerias ou arrendamento, em que os riscos da produção ficavam basicamente a cargo dos arrendatários e parceiros, enquanto os proprietários de terra eram os grandes beneficiados (FURTADO, 1964).

Assim, o tripé rebanho bovino, algodão e agricultura de subsistência deu sustentação à ocupação do sertão e, tal como na zona açucareira, originou uma sociedade concentradora de terra e renda. Pouco a pouco, esse tripé prevaleceu no modo de organização da vida do sertanejo. No geral, um pequeno agricultor tinha sua vida atrelada a um grande proprietário, seja porque dependia de terras para plantar, seja porque dependia de financiamento para a produção, seja porque o rendimento da produção era extremamente baixo. Em suma, conclui-se que todos os aspectos tratados anteriormente tornavam o sertanejo vulnerável aos interesses do

proprietário de terra (FURTADO, 1964) e sintetizam essa breve apresentação sobre as origens da ocupação e da organização no sertão.

Antes de tratar propriamente de Nordeste, é importante destacar que as mencionadas áreas litorâneas, secas e intermediárias até aqui discutidas faziam parte do que se entendia, no período imperial, como Norte do Brasil – toda porção do território brasileiro que se estendia desde a Bahia na direção setentrional. Já a porção meridional, a contar do mesmo marco, era entendida como Sul. Embora um território geográfico pouco definido, o Norte açucareiro representava um espaço em decadência durante o Império (MELLO, 1999).

Nesse sentido, a partir da segunda metade dos Oitocentos, esse Norte passou por uma série de modificações estruturais. A partir de 1870, no período pós-Guerra do Paraguai⁷⁵, ocorreu um distanciamento entre os interesses sulistas e os interesses nortistas. (MELLO, 1999). Nesse período, emergiram os primeiros esboços da criação de uma região. A Amazônia ascendia no cenário político e econômico, graças ao advento da borracha, como o “novo norte”, em oposição ao “velho norte agrário” que, por sua vez, enfrentava uma crise na produção açucareira e uma redução na exportação de algodão. Essas questões levaram os “velhos nortistas” a se julgarem prejudicados pelas políticas do governo imperial acusando-o de indiferença quanto aos males que os acometiam (MELLO, 1999).

Convém reforçar que nos idos do século XIX, puxado pela cafeicultura, um novo centro dinâmico despontou no Sul do Brasil. O café se tornou um importante produto da balança comercial do Império, devido principalmente à sua valorização no mercado mundial. Esse aumento de preço decorreu, sobretudo, da desorganização da produção na colônia francesa do Haiti e, também, da ascensão do mercado consumidor Norte-americano. No Brasil, a produção cafeeira, pouco a pouco, concentrou-se no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Minas Gerais. Inicialmente, essas lavouras drenaram grande parte dos escravos antes pertencentes aos velhos nortistas (MENEZES, 1937). Embora no início seu cultivo mantivesse as mesmas características do período colonial – sociedade escravista e grande lavoura monocultora voltada à demanda externa –, aos poucos, a economia cafeeira engendrou uma série de transformações que colaboraram para a emergência de uma nova realidade social, política e econômica, o que contribuiu ainda mais para acentuar as discrepâncias entre o Norte e o Sul (FURTADO, 1981).

Do outro lado, a oligarquia do velho Norte se contrapunha aos interesses sulistas e buscava preservar os seus interesses por meio de uma série de recursos: denúncias em jornais, críticas a centralização monárquica e debates e discursos políticos acirrados no Senado. No

⁷⁵ A Guerra do Paraguai ocorreu entre 1864 e 1870.

entanto, apesar desses esforços, entre 1873 a 1896, a crise nas províncias do Norte se acentuou levando-as à bancarrota. Nesse contexto, a ascendente hegemonia sulista se consolidou a partir da substituição da mão de obra escrava pela livre (MELLO, 1999).

Para agravar a situação dos nortistas, a safra de algodão, bem como dos alimentos de subsistência, reduzia-se em anos de seca. A partir de 1860, sempre que ocorria, esse fenômeno climático se tornava o responsável pela desorganização da estrutura produtiva da região e seus efeitos rapidamente atingiam a agricultura de subsistência: os rebanhos emagreciam ou mesmo morriam de sede, de fome e de doenças. A colheita de subsistência escasseava ou se perdia por completo e, com isso, muitos recursos se esgotavam rapidamente (rebanhos, dinheiros, estoque de alimentos, roupas, entre outros). A seca logo gerava uma desorganização da vida material e um quadro de descontrole: com a carência de alimentos, a fome se espalhava e o sertanejo se alimentava de qualquer coisa – ratos, calangos, cactos – que lhe suprisse as necessidades básicas. Fustigados pela miséria, muitos deixavam suas casas enquanto a seca perdurasse. De modo geral, as secas, outrora calamidades que dizimavam rebanhos, transformaram-se em autênticas catástrofes sociais. Nesse contexto, as autoridades públicas não se preocupavam tanto com os efeitos ambientais da seca, que até então recebiam mais atenção, e se voltaram mais para os seus agravantes sociais (FURTADO, 1964 ; CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO, 1959).

Nesse contexto, a economia do sertão foi, aos poucos, vinculada à temática das secas. Elas se tornaram o fator explicativo que justificava a miséria existente e, por conta disso, ganharam importância dentro do corpo burocrático do Estado, que passou a dispendar verbas públicas para solucionar os problemas advindos delas. Desde a grande seca de 1877-79, a Coroa luso-brasileira destinava verbas para socorrer as vítimas desse flagelo natural. Posteriormente, no contexto republicano, esse auxílio se consolidou com um artigo na Constituição brasileira de 1891, que garantia a alocação de recursos para áreas atingidas por desastres naturais – dentre estes as secas. Adiante, em 1909, outro passo nesse combate foi a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), renomeada, em 1919, para Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFCOS).

Em síntese, a decadência do Norte, a ascensão do Sul e a emergência de políticas de combate à seca de certa forma contribuíram para formação da chamada região Nordeste. Gilberto Freyre foi o primeiro autor a esboçar uma fisionomia dessa região. No *Manifesto Regionalista* de 1926, Freyre focou na construção de uma identidade regional e lançou as bases para uma nova delimitação conceitual e espacial do Nordeste. Contudo, foi em obras como *Nordeste* (1937) e *Casa-Grande e Senzala* (1933) que ele formulou espacialmente, socialmente

e economicamente essa região como o espaço circunscrito à produção açucareira, nas regiões mais úmidas e próximas ao litoral, considerado pelo autor “o centro da civilização brasileira” em dado período histórico.

Djacir Menezes (1937), por sua vez, analisou *O outro Nordeste*, em que a região é caracterizada pelo sertão e algumas serras e vales úmidos. Foi nesse espaço que ocorreu a criação pastoril e posteriormente a cultura do algodão. Segundo ele, nesses espaços se formou uma estrutura socioeconômica rígida que contribuiu para a emergência da violência via cangaço, do misticismo e do fanatismo. Manuel Correia de Andrade em, *A terra e o homem do Nordeste* (1963), partiu do Nordeste físico para analisar o político e o econômico e assim aprofundar os estudos sobre a sociedade da pecuária e do algodão desde o período colonial até o início dos anos de 1960. Até certo ponto, é sobre esse segundo Nordeste que está tese concentra a maior parte dos seus esforços.

Ao longo da década de 1930, o Estado brasileiro se tornou mais atuante nas áreas sujeitas à seca. Em 1936, a Lei nº 175 de 7 de janeiro de 1936, delimitava as áreas de atuação da IFOCS, ou seja, as que deveriam receber recursos para as obras de emergência e serviço à população durante os períodos de seca⁷⁶. Neste mesmo ano, a região de atuação desse órgão foi, definitivamente, denominada como Nordeste. Já na década de 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o Brasil em 5 grandes grupos – Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nesse contexto, a região Nordeste era composta pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e o território de Fernando de Noronha (ANDRADE, 1976). Essa nova delimitação não incluiu áreas circunvizinhas suscetíveis à seca como o Estado do Sergipe, o que gerou insatisfação de seus representantes públicos. Por conta disso, as fronteiras do Nordeste e de suas áreas secas foram ampliadas outras 2 vezes, em 1947 e novamente em 1951, na primeira metade do século XX.

Também é verdade que na década de 1930 a instabilidade socioeconômica do Nordeste se agravou. A crise de 1929 suscitou medidas protecionistas governamentais, o que levou a uma significativa transferência de recursos públicos, especialmente para o Sudeste. De certo modo, essa dupla conjuntura – nacional e internacional – contribuiu para aumentar as disparidades agora regionais. Com isso, o Nordeste pouco a pouco passou a ser associado como o lugar da estagnação e do atraso, um obstáculo enorme aos ambiciosos planos de unidade e desenvolvimento nacional.

Após a ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, que permaneceu no

⁷⁶ Câmara dos Deputados. **Lei Nº 175 de 7 de Janeiro de 1936**. Legislação informatizada.

poder até 1945, o centro dinâmico da economia passou do setor agroexportador – até então assentado na produção cafeeira – para o industrial, o que contribuiu para aumentar o processo de urbanização.⁷⁷ Contudo, embora a nova política incentivasse profundamente as atividades industriais, é importante destacar o papel do Estado no desenvolvimento do setor agrário, uma vez que existe uma relação de complementariedade e de interdependência entre o espaço rural e o urbano, seja para o fornecimento de alimentos, capital, tecnologia, matérias-primas, venda de produtos e mão de obra, ainda que seja uma relação de forças assimétrica e desigual (IANNI 1973).

Em relação ao campo, mais especificamente, a política implantada procurava diversificar a produção agrícola, visando atender os interesses de diversos grupos que compunham a elite agrária. O Executivo Federal modificou e extinguiu órgãos, ao mesmo tempo em que criou novos⁷⁸, para regular, fiscalizar e equilibrar a produção e o consumo. Além disso, também expandiu o crédito agrícola, incentivou o cooperativismo e investiu em novas técnicas de cultivo, além de federalizar questões que antes estavam sob responsabilidade dos Estados ou Municípios. Essas e outras medidas possibilitaram transformações no setor agropecuário. A produção dos alimentos de subsistência – até esse tempo voltada basicamente para o autoconsumo da população rural – expandiu-se para atender à crescente demanda da população urbana, além de fornecer matéria-prima para a indústria emergente. Ademais, o processo de desenvolvimento e a diversificação da produção agrícola concomitantemente geraram as condições necessárias para que o setor agrário gerasse excedentes exportáveis e divisas utilizadas pelo setor industrial, ainda que com menor importância do que em períodos anteriores. Vale ressaltar que os Estados que mais se beneficiaram dessas políticas foram São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e, em menor grau, Pernambuco, tanto do ponto de vista político quanto econômico (SILVA, 2010).

Diante do que foi exposto, este capítulo analisa os desdobramentos das principais políticas públicas destinadas ao campo pernambucano a partir de 1930. Tal recorte se justifica principalmente porque foi justamente ao longo da década de 1930 que o Estado brasileiro produziu e sancionou uma série de leis e decretos para proibir a maconha, conforme já tratado no

⁷⁷Ao longo da Era Vargas foram promulgadas diversas leis trabalhistas que garantiam aos trabalhadores urbanos direitos como férias remuneradas, salário mínimo, jornada de trabalho, horas extras. As legislações criadas ao longo desse período foram concentradas em 1943 na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, também foi criada a Justiça do Trabalho para mediar os conflitos entre patrões e empregados. No entanto, vale lembrar que os trabalhadores rurais só conquistaram esses mesmos direitos alguns anos mais tarde.

⁷⁸Tais como: o Departamento Nacional do Café (1933), o Instituto do Açúcar e do Alcool (1933), o Instituto Nacional do Mate (1938) e o Instituto Nacional do Pinho (1941).

primeiro capítulo, e foi a partir desse mesmo período que o Estado concentrou esforços e recursos para desenvolver o Nordeste, já estigmatizado como uma região assolada por problemas sociais, políticos e econômicos. Além disso, esses projetos voltados para o desenvolvimento regional nem sempre atenderam as demandas da população mais carente, que quando acometida por momentos de crise e seca, por vezes tinha no cultivo ilegal da maconha uma das poucas alternativas para sua sobrevivência.

2.1 POLÍTICA DE SOCORRO CONTRA AS SECAS: OBRAS E SERVIÇOS

O Nordeste adentrava os anos 30 com forte recessão econômica seguida de seca. O ano de 1931 não trouxe o inverno desejado. No mês de janeiro, houve poucas chuvas. Os meses seguintes se mantiveram secos. Os sertanejos ficaram apreensivos, mas a grande maioria permaneceu em seus lares. O inverno de 1932 foi esperado com ansiedade, pois se a chuva não viesse a vida se complicaria ainda mais. Em janeiro de 1932, os primeiros retirantes chegaram em Fortaleza. Muitos outros resolveram aguardar até 19 de março, apelando para São José como última esperança. No final de março, porém, grandes levas de retirantes se juntaram ao longo das estradas do sertão: das mais longuinhas paragens saíam mulheres e homens arrastando seus filhos e alguns poucos pertences em direção as cidades (RIOS, 2001).

Esse quadro de seca e miséria fez com que o governo federal retomasse as políticas para combatê-las, paralisadas a mais de uma década (HIRSCHMAN, 1965). Era consenso que o poder público devia realizar ações para a correção sistemática das deficiências da natureza (VARGAS. v. II)⁷⁹. Para tal, foram promulgados leis e decretos que disponibilizavam recursos para o Nordeste. A Constituição Nacional de 1934, por exemplo, em seu artigo n°. 177, tornava obrigatória a destinação de 4% da receita tributária da União para a “defesa contra os efeitos das secas⁸⁰” que seria assim distribuída: 3% para ser gasta em conformidade com um plano sistemático e 1%, poupada em conta especial, para ser utilizada para fins de socorro em períodos de seca propriamente dito (SILVA, 2010, p. 47).

Inicialmente, esse enfrentamento tinha dois vieses – um voltado para sanar as questões de cunho social e outro voltado para as questões econômicas – mas que de certa forma se complementavam. Quanto ao primeiro viés, o reflexo social das secas era entendido como um problema que necessitava de providencias urgentes para “socorrer aquela valorosa população,

⁷⁹ Todos os discursos de Vargas, realizados entre 1930 a 1945, foram publicados em uma coletânea denominada “A Nova Política Do Brasil”. Para leitura mais aprofundada sobre esse assunto ler (VIVIANI, 2013)

⁸⁰ Câmara dos Deputados. **Constituição de 1934**. Legislação informatizada.

genuinamente brasileira”. Em discurso, Vargas se comprometeu em não poupar esforços e empreendimentos, por meio de trabalhos em obras públicas, para amparar cerca de meio milhão de flagelados (VARGAS, 1938, p. 28). Percebe-se que esses discursos já sinalizavam a continuidade de uma política assistencialista já estabelecida em tempos pretéritos.

Quanto ao segundo viés, a seca também passou a ser compreendida como um desafio econômico, de valorização das regiões atingidas por esse desastre natural. A ideia básica era reintegrar o Nordeste ao restante da nação e diminuir as disparidades regionais. Na prática, porém, a escolha sobre os setores que receberiam investimentos, bem como a liberação de recursos, eram realizados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e as verbas eram repassadas para a IFOCS, que controlava, planejava e aplicava os recursos públicos, bem como fiscalizava as obras. Por isso, na sequência, os principais projetos dessa inspetoria são mapeados.

2.1.1 Frentes de trabalho

Para evitar a humilhação da esmola e produzir obras de caráter preventivo, que por seus benefícios, poupassem a população sertaneja à incidência do flagelo, impunha-se urgente a vasta organização de trabalho (VARGAS, 1938, p. 111)⁸¹.

Com a desestruturação econômica e o quadro de caos social agravado na grande seca de 1931-32, o governo Vargas procurou evitar a emigração dos sertanejos com a criação de postos de trabalho provisórios em obras públicas⁸² – tradição criada desde a seca de 1877. Com isso, pretendia-se ocupar a mão de obra ociosa, manter o controle sobre a população, atender as necessidades mais imediatas e ainda assim garantir que, após o período da seca, as pessoas retornassem a suas residências e aos seus trabalhos de origem.

A liberação de verbas do Governo Federal para as obras emergenciais – escolas, açudes, estradas, campos de pouso, irrigação, postos agrícolas, poços de água, ferrovias, prédios públicos, entre outras – transformou algumas áreas do Nordeste em verdadeiros canteiros de construção. Milhares de migrantes deixaram suas casas e se dirigiram até os locais das obras públicas a procura de ocupação e de um salário que garantisse sua subsistência. As vagas de trabalho eram normalmente remuneradas em dinheiro num regime assalariado.

⁸¹ O discurso original foi proferido em 1934 e publicado em A Nova Política do Brasil em 1938.

⁸² Essas frentes de trabalho não foram suficientes para atender as demandas de toda a população do Nordeste, no Estado do Ceará foram criados 6 campos de concentração que abrigava retirantes evitando que estes chegassem até Fortaleza.

No caso específico do sertão, essas frentes de trabalho se estenderam em duas vertentes principais: a construção de estradas e a construção de açudes e a abertura de poços. A primeira frente de trabalho estava diretamente relacionada ao processo de modernização do Brasil. Na década de 30, essa modernização era compreendida como um elemento chave para a comunicação e a integração entre as regiões e para o controle político do território (VARGAS, 1937)⁸³. Nessas circunstâncias, a criação de um sistema rodoviário nacional moderno era tida como um meio de vencer o isolamento e “como elemento civilizador e até mesmo de fraternização nacional” (VARGAS, 1938, p. 165)⁸⁴. Entre os projetos estava, por exemplo, a construção de uma rede de rodovias para conectar a região Sudeste ao Nordeste.

Em relação ao Nordeste, mais especificamente, as obras rodoviárias eram construídas com dois propósitos. O primeiro procurava atender às transformações econômicas em curso, vinculadas a uma série de projetos de crescimento para a região. O segundo, por sua vez, visava oferecer emprego à enorme massa de flagelados que careciam de assistência social em áreas atingidas pelo fenômeno climático (VARGAS, 1938).

Segundo Vargas, a tradição até a década de 1930, era de que, em momentos de fortes estiagens, a IFCOS contratava os trabalhadores para construir, melhorar e reconstruir estradas de rodagem ou passagens menores destinadas a carroças – em geral de períodos anteriores. Na prática, essas vias eram simples chão batido e, por não receberem manutenção, acabavam inutilizadas com o passar do tempo. Algumas delas, especialmente as destinadas as carroças, desapareciam ao ponto de ser necessário reconstruí-las. Outras perduravam até as primeiras chuvas e depois se tornavam inaproveitáveis (VARGAS, 1938)⁸⁵.

A construção de estradas como meio de ocupar os sertanejos em épocas de secas continuou como uma política do governo Vargas. No entanto, nesse período, conforme o discurso oficial, as obras foram projetadas com conhecimento científico sobre o assunto. Além disso, em grande parte, o governo fez uso de novos materiais que até então não existiam no Brasil, como o cimento, por exemplo. Esse fato foi colocado como um diferencial da atuação do Governo Federal na construção de rodovias. Em discurso oficial, em 1938, Vargas ressaltou que só nos anos de 1930 a 1938 foram construídos mais de 3.700 quilômetros de estradas, que, além das vias pavimentadas, incluíam 846 pontes e pontilhões, num total de 7.498 metros de extensão, e 3.147 bueiros (VARGAS. V.VII). O discurso também ressaltou a continuidade da Transnordestina e a do trecho Fortaleza-Teresina. Somente no ramal de Mossoró e nas centrais

⁸³ Conceção presente na Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1937, p. 275.

⁸⁴ Discurso proferido em 1932 e publicado em *A Nova Política do Brasil* na edição de 1938.

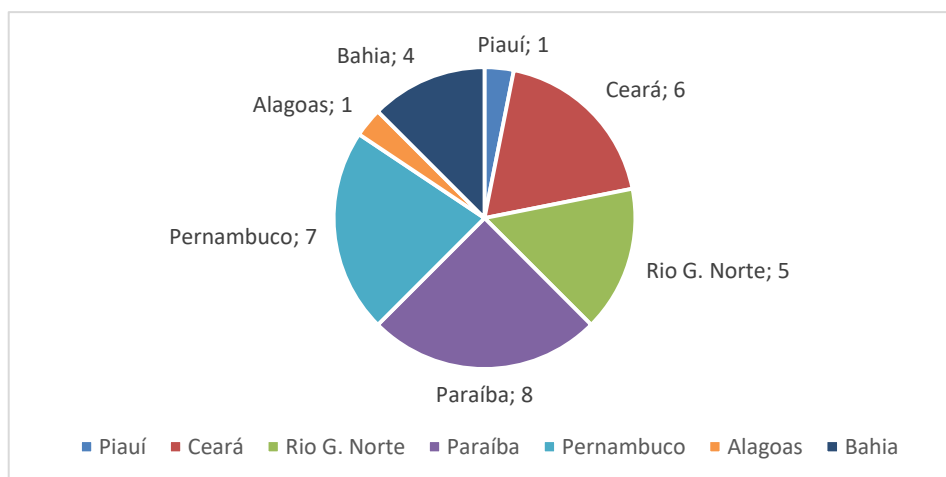
⁸⁵ Discurso proferido em 1933 e publicado em *A Nova Política do Brasil* na edição de 1938.

de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, foram investidos mais de 11.000:000\$000⁸⁶.

A segunda frente de trabalho – a construção de açudes e a abertura de poços – foi uma das principais alternativas para combater as deficiências climáticas (VARGAS, 1938) e, como já dito antes, ficou a cargo da IFOCS implementá-la⁸⁷. Por orientação do governo federal, essa Inspetoria deveria construir barragens principalmente na parte alta dos vales, por onde corriam rios com águas abundantes. Esta seria uma forma de anular os efeitos destruidores das grandes cheias e ainda formar reservatórios perenes para a distribuição de água em épocas de estiagens (VARGAS, 1938).⁸⁸ Os açudes construídos até o início de 1930 eram na prática simples reservatórios de água. A nova política defendia que essas águas deveriam ser utilizadas para irrigação, o que contribuiria para a redução dos efeitos da seca e, conseqüentemente, no crescimento da economia regional (VARGAS, 1938)⁸⁹.

O primeiro governo Vargas aprovou a construção de pelo menos 32 grandes açudes, muitos deles com capacidade de acumular cerca de 1.000.000 m³. Desses, 31 foram construídos durante o primeiro governo Vargas (1930-1936). O trigésimo segundo, de 1938, foi construído em Alagoas já no contexto do Estado Novo. A Figura 2.1 apresenta o gráfico com a distribuição dessas obras nos estados do Nordeste.

Figura 2.1 Açudes públicos construídos pelo IFOCS (1930-1939).



Fonte: (ARAÚJO, 1990)

Só no Estado de Pernambuco, o Governo Federal construiu os açudes de Poço da

⁸⁶ VARGAS. V. VII. P. 98.

⁸⁷ Discurso de 1933 publicado em 1938.

⁸⁸ Discurso de 1932 publicado em 1938.

⁸⁹ Discurso de 1933 publicado em 1938.

Cruz (504m³), Terra Nova, Cachoeira, Saco I e Saco II (124 milhões m³), todos grandes reservatórios de água. O período médio de construção desses açudes foi de 2,5 anos, enquanto que, em décadas anteriores, obras com tais características demoravam cerca de 7 ou mais. Esses açudes foram construídos em locais estratégicos de forma que as suas águas servissem para a irrigação e o abastecimento de Municípios densamente povoados (HIRSCHMAN, 1965). Vale salientar que grande parte deles, embora financiados inteiramente com recursos públicos, foram construídos em propriedades dos latifundiários da região (OLIVEIRA, 2008).

Além dos açudes construídos exclusivamente com recursos federais, também havia incentivos financeiros para a abertura de açudes e barragens através de um sistema de cooperação com Estados, Municípios e particulares. Para tal, Estados e Municípios recebiam 70% de auxílio sobre o valor do empreendimento. Já a iniciativa privada recebia um auxílio de 50% (VARGAS, 1933). A Tabela 2.1 revela a quantidade de açudes construídos em regime de cooperação entre a União e a iniciativa privada no período de 1930 a 1945.

Tabela 2.1: Barragens construídas em cooperação com a iniciativa privada.

Estado	Até 500.000 m ³	500.000 a 1.000.000 m ³	500.000 a 1.000.000 m ³	1.000.000 m ³ a 5.000 m ³	Total
Piauí	-	-	-	-	-
Ceará	17	104	295	41	457
Rio Grande do Norte	10	21	28	3	62
Paraíba	3	27	25	5	60
Pernambuco	-	4	6	-	11
Alagoas	-	-	-	-	-
Sergipe	-	1	-	-	1
Bahia	4	7	9	-	20
Total	34	164	363	50	611

Fonte: (ARAUJO, 1990)

Essa parceria público-privada possibilitou que em poucos anos fossem construídos mais do que o dobro de todas as construções similares realizadas até o início da década de 1930. Além disso, percebe-se uma disparidade entre a quantidade de açudes públicos e a de açudes do regime de cooperação. De certo modo, essa disparidade era legitimada pelas autoridades, especialmente integrantes do Governo Federal, que defendiam essas parcerias como uma das principais soluções para as secas do Nordeste (BARBOSA, 2012). Outra diferença estava relacionada à capacidade dos reservatórios: os açudes particulares eram bem menores do que os

construídos pelo Governo. Ademais, essas parcerias promoveram a perfuração de poços de água. Esses poços foram, em sua grande maioria, perfurados nas grandes propriedades dos chefes políticos e dos seus correligionários e serviam para a criação de rebanhos bovinos. “Foram poucos os poços cavados nas pequenas propriedades, de gente sem expressão política, além do seu próprio voto” (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988, p. 53)

Seja por financiamento público direto ou em sistema de parcerias, grande parte dessas obras foi construída em propriedades privadas de médio e grande porte. Na prática, os açudes atenderam sobretudo aos interesses de latifundiários, em detrimento aos do Estado e dos sertanejos. Embora a iniciativa pública buscasse a implantação de uma agricultura irrigada de subsistência de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens, os investimentos da IFCOS na prática reforçaram as estruturas arcaicas da região, ou seja, expandiram os rebanhos dos grandes e médios produtores e reforçaram a existência de todo um modo de vida que já vinha os beneficiando. De fato, os grandes proprietários continuaram a subjugar os pequenos agricultores, que permaneceram na condição de meeiros e pequenos sitiantes e que acabaram sem acesso aos benefícios proporcionados pelos açudes. (OLIVEIRA, 2008).

Essas obras construídas em propriedades particulares também valorizaram significativamente seus terrenos, que se tornaram propícios à agricultura de vazante. Nas áreas que receberam investimento, o valor de um hectare passou de 1 a 3 cruzeiros para 20 a 50 (DUQUE, 1986). As terras às margens dos rios represados também se valorizaram. No Rio Grande do Norte, por exemplo, um hectare de terra seca custava em torno de 1\$720, um hectare de terreno de carnaubal custava 51\$650 e um hectare de vazante, no leito do rio Mossoró, custava 413\$180 (OTTO, 1981).

Por fim, lembrando que boa parte dessas obras empregavam os sertanejos fugidos das secas, estes só desfrutavam dos recursos enquanto tais obras perduravam. Após seu término, não tiravam proveito de grande parte do que ajudavam a construir e retornavam desassistidos para seus lares até que a próxima seca ocorresse.

2.1.2 Serviço Agroindustrial

Como políticas voltadas para o crescimento do Nordeste, além das frentes de trabalho vistas anteriormente, o Governo Federal investiu em pesquisa e tecnologia na área agrícola, consideradas os meios capazes de tirar da terra, artificialmente fertilizada, a fartura e a riqueza. Para tal, o governo Vargas, no início de 1930, investiu em estudos visando melhor compreender a realidade do espaço. Foram contratados profissionais de diferentes áreas do conhecimento –

botânicos, hidrólogos, geólogos, meteorologistas e engenheiros agrícolas – que se dedicaram em promover técnicas mais adequadas às especificidades agropecuárias do semiárido nordestino, com o objetivo de desenvolver novos hábitos de trabalho para tornar a agricultura mais racional. Esses estudos contaram com a participação de brasileiros e estrangeiros. Entre as áreas do conhecimento mais investidas pelo governo estava a meteorologia, para ajudar a prever os fenômenos climáticos e, em particular, às secas.

Ademais, um dos principais objetivos foi o planejamento e a aplicação de uma agricultura irrigada, considerada mais eficaz contra as irregularidades da natureza, especialmente em áreas atingidas pelas secas. Nesse sentido, a irrigação se tornou a própria finalidade e a justificativa no investimento para a abertura dos poços e barragens vistos há pouco, com a expectativa de que água acumulasse em períodos chuvosos para ser usada nos períodos de estiagem por meio de agricultura de irrigação, de forma a manter a fertilidade do solo e atender as necessidades da população sertaneja (VARGAS. 1932. V. II).

Nesse período, os projetos de irrigação não tiveram êxito devido a basicamente dois fatores. O primeiro, associado ao desconhecimento da ecologia da região, foi que as barragens construídas não possuíam bacias irrigáveis, como o caso do açude Cedro, no Ceará, e o do açude Curemas, na Paraíba. O segundo fator, relacionado a não regulamentação das águas e das terras no entorno, foi que a maioria das barragens foi construída em médias e grandes propriedades privadas (OLIVEIRA, 2008) como já mencionado. Diante desse cenário – de acordo com Boletins do DNOCS recuperados por Duque (1953) e Carvalho (1988) – Vinicius Berredo, então Diretor do próprio DNOCS, defendia a necessidade indispensável de desapropriar parte dos terrenos irrigáveis para arrendar ou vender aos sertanejos que precisassem de terra. Contudo, essa possibilidade de desapropriação ia contra os interesses dos grandes latifundiários locais. Aos poucos, esses espaços então se tornaram objetos de disputa uma vez que não resolveram o problema da maioria da população.

Nesse contexto, para sanar parte dessas divergências o governo Vargas direcionou os investimentos para outras localidades. O foco das ações, antes concentrado no Nordeste setentrional (semiárido), voltou-se para o Nordeste meridional, mais especificamente para a região do vale do rio São Francisco. Essa troca ocorreu em conjunto com uma maior centralização do poder político e em um momento de definição dos projetos de industrialização na escala nacional, mas pensando a integração entre as regiões do país.

A vasta região do vale do São Francisco vai merecer, afinal, a atenção do poder público. Falou-se durante muito tempo das suas enormes po-

tencialidades, mas nada se fizera ainda para valoriza-las economicamente. Vamos iniciar, agora, esta obra de evidente alcance prático, destinada a beneficiar grande área do território nacional quase inaproveitada (VARGAS, 1938, p. 182).

O excerto acima faz parte de uma de entrevista do Vargas concedida à imprensa em 1938, em que fica explícito a posição do governo em relação ao redirecionamento das políticas públicas ao Vale do São Francisco. Nesse contexto, como a alternância de interesses políticos parece impingir uma mudança de imagem, a IFOCS, em 1945, foi rebatizada como Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

2.1.3 Vale do São Francisco: novas perspectivas

Desde o período colonial, muitos homens influentes consideraram estratégica a localização do Rio São Francisco uma vez que ele tinha o potencial para ser um elo de comunicação entre o litoral e o sertão, de forma a facilitar o trânsito de pessoas e o comércio, especialmente em períodos de estiagens ou quando a faixa litorânea fosse atingida por forças beligerantes externas. Essa possibilidade, em particular, veio à tona em meio à Segunda Guerra Mundial, quando um navio alemão rondou a costa brasileira prejudicando a navegação de cabotagem e supostamente ameaçando a soberania nacional. Diante disso, o governo brasileiro estabeleceu que a navegação no São Francisco também serviria como uma importante via de integração entre o Nordeste e o Sudeste

Na sequência, o governo iniciou o projeto para explorar o vale do São Francisco, embora não seja possível afirmar que este projeto fosse orientado exclusivamente ao desenvolvimento dada a conjuntura do momento. Ainda assim, em âmbito local, as metas desse projeto se desdobravam em duas vertentes: a primeira voltada à irrigação nas terras próximas às margens do rio (VARGAS, V) e a segunda voltada à exploração do potencial hidroelétrico, para atender a demanda de energia de Pernambuco e dos Estados vizinhos. Para isso, uma nova instituição foi planejada, a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Embora o próprio Vargas não a tenha implementado, por causa do fim do Estado Novo, essa entidade foi posteriormente instituída no governo democrático.

Essa companhia, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031 de 3 de outubro de 1945, foi constituída como uma empresa de economia mista em março de 1948, ainda que, na prática, contasse com grande investimento do estado. Sua criação se apoiou em um discurso fortemente nacionalista, principalmente porque sua construção se justificava pela necessidade de tornar a

indústria e a economia do país independentes dos conglomerados internacionais (DINIZ, 2011). Seu primeiro projeto foi a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, concluída em 1955. Essa construção levou a um aumento na distribuição de energia, o que por sua vez permitiu o uso de um sistema de irrigação com bombas d'água elétricas. A energia de Paulo Afonso também passou a abastecer as cidades de Recife e Salvador, até então mal abastecidas por usinas térmicas. Após a entrega dessa primeira usina, a CHESF recebeu novas incumbências: continuar explorando o potencial hidroelétrico do rio São Francisco. A construção de usinas beneficiou largamente os centros urbanos, que ansiavam por mais desta como forma de suprir a demanda de energia para desencadear um processo de industrialização nas capitais dos Estados nordestinos (MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988).

A vida dos homens que ocuparam as terras próximas às margens do rio São Francisco sempre fora influenciada pelo ritmo das suas águas. Historicamente, em épocas de cheias o rio inundava as áreas ribeirinhas alagando seu leito consideravelmente. Deste modo, suas águas se tornaram indesejadas na medida que destruíam casas, fazendas, avançava sobre ruas e praças das cidades próximas. A cidade de Juazeiro, na Bahia é uma das mais atingidas pelas águas do São Francisco em épocas de cheias. Cabrobó, em Pernambuco, transferiu a sede administrativa do Município para um local mais alto depois das destruições causadas pelas cheias do início do século XIX (ANDRADE, 1963).

Por outro lado, essas mesmas águas, também propiciavam as condições necessárias para a realização de uma agricultura de subsistência. Na medida em que as águas baixavam as terras próximas as margens eram utilizadas, pelos ribeirinhos, para a realização de uma agricultura de subsistência. Nesses locais eram realizados uma agricultura de vazante que garantia a produção de milho, feijão, amendoim, fava, cebola e uma produção canavieira voltada para a produção de rapadura e aguardente.

Esse modo de vida sofreu profundas alterações a partir da atuação CHESF na região, em 1950. Após a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso a agricultura foi impulsionada pela inserção de bombas e motores hidráulicos que proporcionavam um aumento da área agrícola produzida por meio da irrigação. Ademais, além dos produtos agrícolas tradicionais da região os ribeirinhos também investiram na produção de cebola e da fruticultura como o melão, a melancia e um aumento significativo na agricultura irrigada da cebola de frutas e de outros produtos destinados ao comércio nacional que, em alguns casos, permitiam uma sensível melhora no nível de vida dos ribeirinhos (ANDRADE, 1963).

Além disso, o aproveitamento das águas do rio São Francisco suscitou, a partir de 1946, um grande debate sobre a exploração econômica do Vale e as possibilidades de expandir

essa exploração para outros setores (PAULA, 2015). Um desdobramento desse debate foi a criação de uma nova instituição para atuar exclusivamente naquela região: a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), sancionada pela Lei nº 541 de 15 de dezembro de 1948. Suas funções consistiam em fomentar a industrialização, a agricultura irrigada, a extração de recursos naturais e a introdução de métodos agropecuários mais eficientes. Além disso, a CVSF devia gerir as águas do rio a partir da construção de reservatórios e barragens para possibilitar o controle das enchentes e a exploração de seu potencial hídrico. Outra função era a preocupação com os efeitos sociais negativos advindos do processo de modernização. A construção das hidroelétricas, promovidas pela CHESF, exigia a inundação de extensas áreas e por isso havia a preocupação de que muitos municípios fossem afetados e comunidades inteiras tivessem que se deslocar, provocando um fluxo migratório desordenado. Assim, A CVSF também era quem devia dar assistência para essas populações desalojadas⁹⁰.

Notadamente, as políticas de governo vistas até o momento sugerem que, ao longo da Era Vargas, ocorreu uma reorientação dos projetos destinados ao sertão nordestino. Nos anos de 1930 a 1936, o Estado priorizou a construção de açudes e barragens para em princípio resolver os problemas associados às secas. Ao longo do Estado Novo, o governo valorizou a construção de hidroelétricas e fomentou projetos de irrigação no Vale do São Francisco. Inclusive, muitos autores caracterizam essas orientações políticas como “fase hídrica” ou “solução hidráulica”, associadas a crença de que a insuficiência de recursos naturais, em especial a água, era a raiz do problema nordestino⁹¹

No entanto, com o passar do tempo, o Nordeste recebeu o estigma de ser a “região problema” do Brasil, ou seja, as políticas governamentais, especialmente aquelas para a contenção dos impactos sociais devido as secas, foram insuficientes e paliativas. A região manteve os altos índices de analfabetismo, de concentração de terras e de renda (COHN, 1978). O caos social se agravou logo nos primeiros anos da década de 1950, quando a chuva esperada para 1951 não veio. Com o quadro de seca, em 1952, os retirantes entraram em cena novamente. As autoridades políticas locais se alarmaram com a situação e cobraram providências imediatas. A solução para amparar as vítimas foi novamente recorrer as tais obras emergenciais, especialmente açudes e estradas.

Nesse contexto, com a Lei Federal nº 1.649, de 19 de julho de 1952, outra instituição veio à tona: o Banco do Nordeste. Seu foco era financiar atividades produtivas para a área

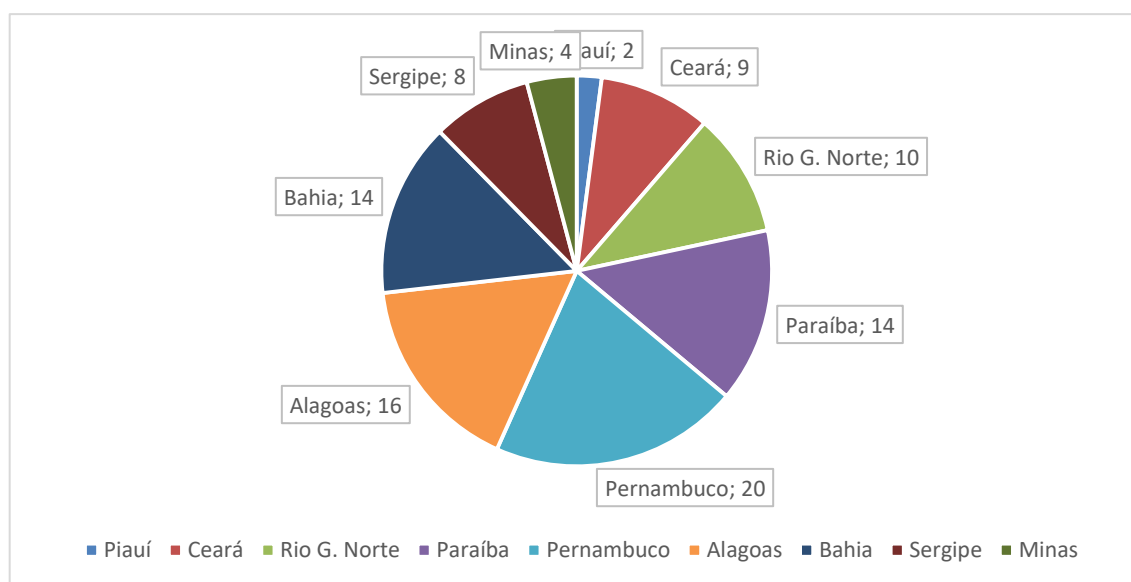
⁹⁰Câmara dos Deputados. **Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948.** Cria a Comissão do Vale do São Francisco. Legislação informatizada.

⁹¹ Para maiores informações sobre o debate em torno do que se denominou fase hídrica ou hidráulica ver: (CARVALHO, 1988); (ANDRADE, 1970); (VIDAL, 2001); (CAMPOS, 2014).

do polígono das secas com juros menores do que os outros bancos. Contudo, em termos práticos, o crédito concedido por essa instituição não era suficiente para financiar o crescimento nordestino de modo a equiparar o Centro-Sul do Brasil.

Em 1958, uma grande seca assolou a região de novo, atingindo seis Estados. Por meio do DNOCS, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, de forma similar ao que a Inspetoria de Obras Contra às Secas havia proposto em 1909, e de forma similar ao que todos os governos desde de então haviam proposto, ordenou a construção de estradas e a abertura de barragens e açudes. Só para o Estado de Pernambuco, o DNOCS prometeu 35 milhões de Cruzeiros para esse fim. Diante do acordo, o governador desse estado, Cordeiro de Faria, abriu rapidamente várias frentes de trabalho, nas quais se alistaram milhares de sertanejos fustigados pela seca. Apesar disso, o DNOCS tardou em enviar os recursos prometidos. Por telegrama, publicado nas mídias locais, o governo estadual até pressionou o DNOCS pela imediata liberação dos fundos, com a justificativa de que todos os recursos do Estado tinham se esgotado. A situação dos trabalhadores era insustentável e, caso o dinheiro não chegasse, havia a expectativa de que um levante desses flagelados estouraria a qualquer momento⁹². Nas fontes consultadas, não foi localizada a resposta do DNOCS para o governo de Pernambuco.

Figura 2.2 Açudes públicos construídos pelo DNOCS (1945-1964).



Fonte: (ARAÚJO, 1990)

Com esse tipo de política assistencialista, entre 1945 a 1964, foram construídos 97

⁹² Conforme telegrama do Governo estadual, Cordeiro de Faria publicado no Diário de Pernambuco: Governador prevê um levante dos flagelados que trabalham nas obras contra as secas em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. 10 de agosto de 1958. P, 28.

açudes, cuja distribuição é apresentada na Figura 2.2. Destes, 26 foram no mandato de Juscelino (1956-1961) e, desses 26, 7 foram em Pernambuco (DNOCS, 1982).

Como na época do primeiro governo Vargas, o problema da desapropriação das terras em torno dos grandes açudes públicos voltou a ser tratada com mais ênfase pelos órgãos públicos. Em agosto de 1959, Juscelino Kubitschek, através de um projeto de Lei, pretendia delimitar em 15 hectares o tamanho máximo dos lotes nas proximidades dos açudes, para tornar o acesso às terras irrigáveis mais equitativo. Em geral, essas terras “permaneciam totalmente ociosas ou parcialmente utilizadas. Pelo simples fato de que o proprietário não tinha interesse direto na exploração agrícola e se negava a aliena-la, na esperança de auferir maiores benefícios decorrentes da valorização trazida pelo investimento público”. (MOLLE, 1992, p. 143).

Mesmo com o direcionamento de recursos e com a criação de várias instituições, as políticas de governo não atingiram a raiz do problema e evidentemente não solucionaram as mazelas do sertão. Isso ocorreu, em parte, por causa das características históricas e estruturais do Nordeste: nesse espaço, o Estado sempre esteve à mercê das oligarquias regionais, que fizeram uso dos fundos públicos para defender seus interesses econômicos e para consolidar seu poder político, reforçando um sistema arcaico de produção e de dominação. Nesse sentido, o chamado Nordeste das secas, e suas supostas condições naturais deficientes, reduzia e justificava as recorrentes intervenções governamentais e “tinha um papel da maior importância na preservação desse sistema” (CARVALHO, 1987, p. 47).

Como que em resposta a essa estrutura arcaica, na segunda metade da década de 50, eclodiram expressivos movimentos sociais no campo, principalmente na zona da mata, os quais contribuíram para a formação das Ligas Camponesas. Elas articularam os trabalhadores rurais da região e, aos poucos, direcionaram a luta deles para um projeto imediato de reforma agrária. Como essas demandas contrariavam os interesses dos latifundiários locais, as tensões se acirraram, de tal forma que a estrutura fundiária pernambucana e seus reflexos na sociedade se tornaram uma questão central para os políticos.

Em meio a esse cenário, Juscelino Kubitschek perdeu o apoio da elite agrária nordestina e se viu pressionado a dar soluções rápidas. Como primeira providência, ele montou um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado. Contrário as explicações convencionais, o relatório da GTDN sobre a questão, apresentado em 1959 e intitulado “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, forneceu um diagnóstico inédito. Sua análise ressaltava como principais obstáculos para o desenvolvimento do Nordeste: (1) o caráter concentrador da renda; (2) as disparidades dos níveis de renda entre o Centro-Sul e o Nordeste; (3) a concentração de renda no Centro-Sul; e (4) as

políticas de combate as secas como intensificadoras dos problemas no campo.

Particularmente em relação ao primeiro obstáculo, esse relatório defendia explicitamente a redução na produção canavieira da zona da mata e o investimento no uso racional da produção, a partir de técnicas de irrigação e de melhoramento do solo. De acordo com o relatório, isso liberaria terras para o cultivo de alimentos, sem prejudicar o da cana (CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO, 1959); Inclusive, nos idos de 1959, Celso Furtado, em uma palestra, quando questionado sobre a estrutura fundiária nordestina, respondeu que “se para tanto fosse necessário tomar as terras das mãos dos fazendeiros, esse já não é um problema econômico, mas um problema político” (FURTADO, 2009, 2009, p.65).

De forma geral, o relatório apresentava alternativas que visavam a reestruturação da economia rural e a intensificação no processo de industrialização urbana, pontos de partida para o desenvolvimento regional.

2.2 “TEMPO DE TRANSFORMAÇÃO”: EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Uma economia é considerada desenvolvida quando o capital passa a ser relativamente abundante e a mão-de-obra relativamente escassa. Quando a economia chega a esse nível, pode-se considerar que ela deixou de ser subdesenvolvida, pois essas circunstâncias permitem que a classe trabalhadora se organize e assuma postos políticos de poder. E a partir desse momento não mais permite que seus salários sejam condicionados por uma influência desorganizada de mão-de-obra (FURTADO, 1959, p. 16)

Ao longo da década de 1950, ocorreu um debate intenso em torno do desenvolvimento das Nações e como alcançá-lo. A Europa trabalhava em prol da reconstrução dos Estados Nacionais, após o término da segunda guerra mundial; enquanto os países subdesenvolvidos trabalhavam para atingir o desenvolvimento⁹³. O Brasil, por sua vez, também se empenhava nesse processo. Contudo, para isso era primeiro necessário superar as barreiras socioeconômicas existentes. Dentro desse contexto, as questões do Nordeste foram incorporadas aos mecanismos de integração nacional (SUDENE, 1990).

Agora, os problemas dessa região não seriam mais entendidos apenas pelas características físicas e climáticas, mas sobretudo pelas questões socioeconômicas. Nesse contexto,

⁹³ Em 1948 foi instituída a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) com o objetivo de elaborar preposições para o desenvolvimento dos países da América Latina.

a superação dos entraves nordestinos se daria pelo aumento da renda, do emprego e da produção. Como resposta para enfrentar esse desafio, e com o objetivo de promover, coordenar e propor diretrizes para o desenvolvimento da região, o GTDN serviu de suporte para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada através da Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959. Sediada na cidade de Recife e subordinada apenas ao presidente da República, essa instituição foi concebida para ser administrativamente autônoma. Cada uma de suas ações deveria estar bem amparada por estudos técnicos sobre a realidade regional – as características do clima, as bacias hidrográficas, a fertilidade do solo, entre outras – e sobre a realidade da população – a taxa de crescimento, a composição etária, a distribuição no território, entre outras. Tudo isso para avaliar as atividades econômicas, distribuir os recursos e criar projetos. Ademais, as pesquisas acerca dessa ampla variedade temática exigiam a participação de diversos profissionais: geógrafos, biólogos, sociólogos, geólogos, engenheiros, demógrafos e economistas (FURTADO, 1988).

Aquele relatório do GTDN, mencionado há pouco, pautou os planos iniciais da Sudene. De acordo com ele, qualquer esforço de investimento deveria criar uma nova fonte de dinamismo econômico que priorizasse o mercado interno e a industrialização. A reorganização das indústrias tradicionais e a instalação de indústrias básicas gerariam um sistema industrial autossustentável – de forma a explorar o mercado interno, as matérias-primas disponíveis, a mão de obra abundante e as instituições financeiras existentes. Com esse receituário, o Nordeste encontraria o caminho para a diversificação da produção, para o aumento da renda e, de modo mais geral, para o desenvolvimento.

O ponto de partida era a reestruturação da agricultura, para dar suporte ao processo de industrialização. O Diagnóstico da Sudene sobre a economia rural nordestina indicava dois tipos fundamentais de agricultura. A do primeiro tipo, considerada capitalista e voltada para o mercado externo, concentrava-se em áreas úmidas (zona da mata) e apresentava alta produtividade e elevada concentração de renda. A do segundo tipo, caracterizada pelo complexo pecuário e pela agricultura de subsistência e voltada para as populações locais, localizava-se em áreas mais secas (sertão e agreste) e tinha produtividade inferior e, embora diminuta, renda um pouco melhor distribuída (SUDENE, 1966).

Afim de modificar o quadro rural e favorecer o processo de industrialização a Sudene também atuou diretamente em projetos que visavam a reestruturação do campo nordestino, o I Plano Diretor da Sudene propôs um programa de desenvolvimento agropecuário, com as principais diretrizes para esse setor.

2.2.1 Os rumos da transformação: I e II Plano Diretor do Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste

Os Planos Diretores foram quatro documentos de referência, produzidos pela Sudene, para nortear as políticas de desenvolvimento do Nordeste. O I Plano embasava-se sobretudo no diagnóstico da GTDN, porém mais completo, melhor fundamentado e mais claro no tocante ao planejamento das ações. Com diretrizes para o período de 1960 a 1963, esse Plano focou justamente na reestruturação da economia agrícola como subsidiária à industrialização (SUDENE, 1966). Suas principais diretivas foram:

1) *A Reorganização da estrutura econômica no semiárido*. Essa diretiva buscava reduzir os impactos da seca, reorganizar a economia da caatinga e criar uma atividade geradora de renda mais alta, para propiciar aos homens um nível de vida um pouco melhor. Para isso, a meta era investir em uma agricultura especializada, mediante a exploração racional das pastagens, e na implantação de plantas forrageiras mais resistentes ao clima, para estimular uma pecuária de alta produtividade e melhorar o complexo econômico pecuária-algodão. Também era meta investir na produção do algodão arbóreo, mamona e oiticica. De modo geral, isso seria um corretivo no modo de produzir vigente, levaria a um aumento na capitalização e reduziria as necessidades de mão de obra.

2) *O Alargamento da fronteira agrícola*. Essa diretiva fornecia em detalhes um plano de colonização, no Maranhão e no sul da Bahia, para absorver a população excedente das regiões semiáridas, uma vez que a economia dessas regiões tenderia a atividades especializadas. Além disso, a colonização criaria zonas produtoras de alimentos nesses estados. A política de colonização consistia em facilitar as migrações inter-regionais já existentes, no sentido rural-rural. Como primeira iniciativa, entre 1961 a 1963, pretendia-se doar terras úmidas no Maranhão e transferir para elas cerca de 25 mil sertanejos. Cerca de 6.250 famílias, para as quais se criaria melhores condições de vida, seriam transferidas de imediato. Para tornar as novas áreas habitáveis, a Sudene se comprometeu com a abertura de estradas, com o pagamento do transporte, com a aberturas de escolas, com a construção de postos médicos, com a manutenção desses postos durante o primeiro ano e com a distribuição de sementes (arroz, feijão e milho) também no primeiro ano. Cada família receberia

um lote de 40 hectares, suficiente para o plantio e a rotação de cultura.

3) *Uma política de desenvolvimento agropecuário*. Essa diretiva incentivaria a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas de irrigação para as bacias dos açudes existentes e para as margens dos rios, de forma a apontar a viabilidade e a correspondência entre as técnicas e as áreas. Além disso, incentivaria pesquisas em drenagens, correção do solo, e a eliminação da malária.

Apesar do I Plano Diretor se embasar fortemente no relatório da GTDN, alguns diagnósticos não foram priorizados, como, por exemplo, o caráter concentrador de renda na atividade canavieira da zona da mata. Essa questão não estava clara para a Sudene e quanto a isso o I Plano só deu a seguinte explicação: “deixemos de focalizar, por enquanto, as implicações do projeto de reorganização da economia do açúcar, com a sua esperada liberação de terras, por não estar devidamente amadurecido” (SUDENE, 1966, p. 239).

Em 1963, o II Plano Diretor da Sudene, com propostas para o biênio 1964-65, manteve as mesmas diretrizes do I Plano. Como adendo, trouxe outros detalhes sobre a reestruturação da economia agropecuária, agora dividida em 3 eixos. O primeiro buscava ampliar a oferta de terras públicas próximas aos centros urbanos. O segundo visava a constituição e a ampliação de reservas florestais voltadas à produção de frutas tropicais. O terceiro defendia a irrigação como instrumento de reorganização da economia do semiárido, em especial no Jaguaribe (CE) e nos açudes do Alto-Piranhas (PB) (SUDENE, 1969).

Das medidas anunciadas como prioridade no I Plano Diretor, apenas duas foram postas em prática, e mesmo assim em pequenas proporções. A primeira, diz respeito ao projeto de colonização. Apesar dos esforços na abertura de rodovias e dos incentivos à educação e à saúde, a colonização em terras maranhenses só beneficiou 5.200 pessoas. Além disso, muitos aspectos fracassaram: a agricultura se manteve baseada na pecuária e na monocultura, as famílias ocuparam extensões irregulares de terras e a Sudene não conseguiu controlar a quantidade de ocupantes nas áreas de colonização. Em pouco tempo, esses espaços se tornaram alvo de disputa e grilagem de terra (GARCIA, AGUIAR, *et al.*, 1984). A colonização no Sul da Bahia sequer foi posta em prática porque esse projeto dependia de recursos federais que, embora incluídos em plano especial de desenvolvimento sub-regional (SUDENE, 1966), nunca chegaram. A segunda medida minimamente posta em prática, relacionada ao processo de irrigação, ficou restrita a pequenos projetos em áreas do baixo São Francisco e do Vale do Jaguaribe, sem atingir um número expressivo de pessoas (GARCIA, AGUIAR, *et al.*, 1984).

Em relação aos projetos da Sudene, pouco se fez do II Plano Diretor, como originalmente pensado, devido ao golpe civil-militar de 1964. As circunstâncias desse golpe de certa forma representaram uma série de contradições e projetos em disputa⁹⁴. Após a tomada do poder, os militares rapidamente reconfiguraram as bases do governo e, através do primeiro Ato Institucional (AI-1), como forma de eliminar potenciais núcleos de oposição política, cassaram os direitos políticos de pessoas rotuladas como comunistas, subversivas e perigosas, prenderam representantes dos movimentos populares, cercearam os meios de comunicação, fecharam sindicatos e perseguiram todos aqueles que se manifestaram de forma contrária. Esse aparato violento do Estado levou muitos cidadãos e cidadãs ao exílio político. Celso Furtado, superintendente da Sudene e principal idealizador dos I e II Planos Diretores, foi um dos que tiveram os direitos políticos cassados por 10 anos (FURTADO, 1998).

Após a tomada de poder, as medidas postas em prática⁹⁵ aos poucos eliminaram potenciais núcleos de oposição política, social e econômica e lançaram as bases econômicas e coercitivas do governo do General Castelo Branco (ALVES, 2005). Desde esse primeiro governo militar, a política nacional esteve embasada na Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁹⁶, elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG)⁹⁷, em colaboração com o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Ao longo da Ditadura civil-militar (1964-1985), essa Doutrina se tornou o parâmetro para a Defesa Nacional e passou de proposta ideológica para política oficial de Estado.

Parte do ideário dos governos militares foi desenvolvida entre os anos de 1949 a 1964, na ESG. Desde sua fundação, em 1949, essa instituição discutia, em suas aulas, temas relacionados aos problemas brasileiros, como a infiltração do comunismo no Brasil, a questão agrária e o crescimento econômico. A partir de 1967, os governos militares introduziram na

⁹⁴ Dentre esses projetos em disputa estavam as reformas de base anunciadas por João Goulart, um projeto de reforma agrária democrática e um projeto de desenvolvimento nacional. Por outro lado, essas propostas se chocavam com o medo da classe média de perder privilégios, o medo do comunismo, o medo dos latifundiários de perder poder econômico, dentre outros. Para diferentes interpretações sobre os motivos do golpe de 1964, ler: (DREIFUSS, 1981); (BASTOS, 2014), (TOLLEDO, 1982),

⁹⁵ Logo após a tomada de poder os militares realizaram uma série de medidas para garantir sua permanência no governo, bem como de eliminar movimentos contrários ao golpe. Dentre essas medidas estão: a) a sanção do Ato Institucional nº 1. Além disso, civis e políticos contrários à tomada de poder foram presos, exilados, integrantes dos movimentos sociais perseguidos e torturados fazendo com que, pouco a pouco, o pleito social contra o golpe fosse esfacelado.

⁹⁶ Os preceitos básicos da DSN foram formulados no contexto da Guerra Fria, ocasião em que duas superpotências – EUA e União Soviética – disputavam a hegemonia sobre os demais países (HOBBSBAWN, 1995). Nesse contexto a guerra já não se limitava aos territórios, a economia, ou a população dos países beligerantes. Ela abrangia todos os aspectos da sociedade moderna – psicológica, econômica, financeira, política, científica – transformando-se em guerra total e absoluta. Nesse contexto, os militares brasileiros se alinharam aos interesses e as ideologias norte-americanas (garantir que o ocidente permaneceria capitalista e cristão). Logo, era preciso garantir que comunismo não se infiltraria na sociedade brasileira.

⁹⁷ A ESG foi criada em caráter definitivo pela Lei nº 785 de 20 de agosto de 1949, no governo do então presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Tinha como objetivos centrais a preparação para a guerra e formação das elites para solucionar os problemas do Brasil em tempos de paz (ARRUDA, 1965).

DSN a questão do desenvolvimento econômico e tornaram-na em Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Essa reorientação influenciou diretamente os governos militares, ao moldar novas estruturas sociais no corpo burocrático do Estado, impor novas formas de controle da sociedade civil e ao delinear um novo projeto econômico para o país (ALVES, 2005). Nesse sentido, os governos ditatoriais moldaram uma política socioeconômica própria e se distanciaram de projetos anteriores, em especial as Reformas de Base apresentadas pelo Governo de João Goulart antes de sua deposição.

De modo geral, a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento impactou diretamente a sociedade brasileira. Para fins de análise, esta tese divide a aplicação dessa Doutrina em dois eixos analíticos⁹⁸. O primeiro, trabalhado a partir do próximo tópico, foca nos aspectos relacionados ao desenvolvimento econômico e aborda os desdobramentos para o campo nordestino. O segundo eixo, por sua vez, trata da Segurança Nacional e será trabalhado em detalhes no próximo capítulo. Embora tal Doutrina forme um corpo uno, essa divisão é factível, pois de acordo com o manual da ESG, a prioridade, ora de um, ora de outro, dava-se também em função da conjuntura do momento (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975).

2.3 DESENVOLVIMENTO COM SEGURANÇA

A ascensão dos militares ao poder levou para dentro do Estado uma nova concepção de poder político e econômico. Logo após o golpe de 1964, ocorreu uma reorientação nas relações das Forças Armadas com parcelas do setor industrial, sob a justificativa de criar as condições necessárias para garantir a segurança nacional. Nesse contexto, os empresários foram convidados para se engajar nessa concepção e associaram seus interesses aos do Estado (IANNI, 1971). Para defender esse ponto de vista IANNI (1971) se apoiou em documentos da época e recuperou um discurso publicado no Jornal Folha de São Paulo (1964), quando um grupo de empresários ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) lançou em 1964, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial que, segundo seu presidente, Victorino Ferraz, pretendia:

Incentivar a pesquisa da indústria no campo militar. Propiciará à indústria a fabricação de equipamentos, máquinas e acessórios para as Forças Armadas. Indicará as firmas que são melhor adaptadas para a execução de serviços ou fabricação de equipamentos militares. Aconselhará e recomendará a adoção de padrões para artigos que possam ser usados

⁹⁸ Flávia Ferreira da Silva em sua dissertação de mestrado também propôs essa divisão ao realizar um estudo sobre o Capital internacional e a Petrobrás na Ditadura brasileira a partir dos “contratos de risco” (SILVA, 2018).

numa emergência, em benefício da segurança nacional [...]”⁹⁹.

Assim, desde os primeiros anos da Ditadura, instaurou-se um modelo econômico e político conhecido como “complexo industrial militar”, que habilitava as fábricas para produzir material bélico em tempo relativamente curto, sempre que houvesse demanda da segurança nacional (LE MOS, 2017). Ademais, na concepção da ESG, a segurança de um país requeria o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento das forças de trabalho especializadas. Desse modo, entre os fatores mais importantes para a segurança de um país estavam a sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, seu desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975).

Essa concepção político-econômica avançou de forma mais contundente para dentro do corpo burocrático do Estado após o secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara, afirmar que o desenvolvimento econômico de um país era um meio para garantir a segurança nacional. Tal afirmação foi realizada primeiramente em um discurso, em 1966, e posteriormente trabalhada no livro “*A Essência da Segurança*” (1968), cujo pressuposto básico era que:

Numa sociedade que está se modernizando, segurança significa desenvolvimento. Segurança não é material militar, embora este possa ser incluído no conceito; não é força militar, embora possa ser abrangida; não é atividade militar tradicional, embora possa envolvê-la. É desenvolvimento; e sem desenvolvimento não pode haver segurança. Uma nação em desenvolvimento, que não se desenvolve, não pode, na realidade, permanecer segura, devido a desagradável razão de seus cidadãos não poderem desfazer-se da natureza humana (MCNAMARA, 1968, p. 173). [...] Desenvolvimento significa progresso econômico, social e político. (MACNAMARA, 1968, p. 74)

Logo após o discurso de Robert McNamara, o conceito se expandiu rapidamente. Os países latinos logo introduziram o tema do desenvolvimento na Doutrina de Segurança Nacional. Castelo Branco, na abertura do ano letivo da ESG, em 1967, afirmou que o Desenvolvimento e a Segurança estavam ligados por uma relação de causalidade. Segundo ele, “a inter-

⁹⁹ Discurso proferido na inauguração da Instituição. Publicado no jornal Folha de São Paulo, dia 1 de maio de 1964, p 24 e citado por IANNI (1971).

relação entre desenvolvimento e segurança faz que, de um lado, o nível de segurança seja condicionado pela taxa e potencial de crescimento econômico”. E vai além, afirma que “de outro lado, o crescimento econômico não se possa efetuar sem o mínimo de segurança” (CASTELO BRANCO 1967, p 2-6 *apud* GURGEL.1975). Diante disso, ainda em 1967, Castelo Branco assinou o Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, onde sancionava, através do Art. 7º que “A ação governamental obedecerá o planejamento que vise a promover o desenvolvimento econômico-social do País e a Segurança Nacional”¹⁰⁰.

É nesse bojo de acontecimentos que o governo militar optou pelo desenvolvimento de uma campanha política-ideológica contra qualquer tipo de manifestação que pudesse desestabilizá-lo. Nessa perspectiva, de acordo com o III Plano Diretor da Sudene (1966), o problema do desenvolvimento nordestino transcendeu as fronteiras do campo socioeconômico e se tornou uma questão de segurança nacional, que colocava em risco a integridade da Nação. Diante disso, o governo agiu de forma repressora no campo, com a justificativa de que afastava qualquer possibilidade de infiltração do inimigo comunista. Na prática, porém, reprimiu duramente todos os movimentos sociais existentes no campo: fechou sindicatos rurais, perseguiu lideranças políticas e substituiu presidentes de sindicatos por pessoas de confiança. Um dos exemplos mais conhecidos é o das Ligas Camponesas, movimentos de trabalhadores rurais da região açucareira nordestina, que essencialmente lutavam por reforma agrária e direitos trabalhistas, mas que, logo após o Golpe, foram massacrados, torturados e mortos pelo governo militar sob a prerrogativa do combate ao avanço do comunismo no território nacional¹⁰¹.

Ainda em 1964, visando garantir a lei e a ordem no campo, ocorreu a sanção do polêmico Estatuto da Terra, cujo o projeto inicial data de 1963, no governo de João Goulart. Originalmente, esse projeto pretendia promover a reforma agrária¹⁰² e por isso, ao colocá-lo como prioridade, Castelo Branco surpreendeu os parlamentares favoráveis ao golpe e encontrou certa resistência entre os mesmos, especialmente por parte daqueles que eram proprietários de terra. Contudo, no dia 26 de outubro, de 1964 o governo enviou ao Congresso Nacional um documento conhecido como Mensagem 33, que justificava a importância desse projeto, ao mesmo tempo que pautava novos direcionamentos:

Não se contenta o projeto ser uma lei de reforma agrária. Visa também

¹⁰⁰ Controladoria-Geral da União. **DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967**. Legislação informatizada.

¹⁰¹ Dados de projetos como o Brasil Nunca Mais, a Comissão da Verdade e as Comissões Estaduais da Verdade revelam um pouco do cenário instaurado pós 1964, bem como, revelam uma série de crimes e violências cometidos pelo governo brasileiro no período compreendido entre 1964-1985.

¹⁰² A necessidade de realizar uma reforma agrária no Brasil era uma pauta antiga. Apenas nos últimos 9 anos que antecedem ao golpe, o Congresso Nacional vetou a aprovação de 4 legislações que se dispunham resolver os problemas relacionados a distribuição de terras. Sobre esse assunto ler (CAMARGO, 1981)

modernização da política agrícola do País, tendo por isso mesmo objetivo mais amplo e ambicioso; é uma lei de Desenvolvimento Rural. Além da execução da reforma agrária, tem por objetivo promover o desenvolvimento rural através de medidas de política agrícola, regulando e disciplinando as relações jurídicas, sociais e econômicas concernentes à propriedade rural, seu domínio e uso. Busca dar organicidade a todo o sistema rural do País, valorizando o trabalho e favorecendo ao trabalhador o acesso à terra que cultiva. Daí a denominação do projeto que por constituir um verdadeiro Estatuto da Terra visa regular os diversos aspectos do homem com a terra, tratando-os de forma orgânica e global¹⁰³.

A questão fiscal da propriedade privada no campo também estava presente no documento. Apesar do imposto territorial rural ser apresentado como um instrumento para a realização de uma ampla reforma agrária, a Mensagem 33 ressaltava que os proprietários rurais teriam tempo para se adaptar às novas exigências. O imposto seria cobrado de maneira progressiva e só atingiria o valor total a partir do 5º ano da vigência da Lei. Além disso, o proprietário rural poderia solicitar até 50% de isenção do imposto territorial se apresentasse projetos de utilização ou expansão de áreas que fossem “exploradas racionalmente”¹⁰⁴. Outra medida tomada pelo governo foi a substituição do Art. 141, da Constituição de 1946, que estipulava que, em caso de desapropriação, o pagamento seria em dinheiro. Na prática isso impossibilitava que os governos anteriores tivessem liquidez para ressarcir as possíveis terras desapropriadas (SILVA, 1997). A Emenda Constitucional nº 10, de 09 de novembro de 1964, substituiu o mencionado artigo pelo seguinte texto:

“§ 1º [...] a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas¹⁰⁵”.

A Mensagem 33 e a Emenda nº 10 surtiram um efeito rápido, pois em 30 de novembro de 1964 o Congresso Nacional aprovou a Lei 4.504, conhecida como Estatuto da Terra, que, entre outras consequências, possibilitou a implantação de um novo modelo de agricultura em espaços do campo nordestino – discutido nas próximas seções.

¹⁰³ Brasil. **Mensagem Número 33**. Série: Projeto de Lei Congresso Nacional (PLN). 1964. P, 122.

¹⁰⁴ Brasil. **Mensagem Número 33**. Série: Projeto de Lei Congresso Nacional (PLN). 1964. P, 123.

¹⁰⁵ Câmara dos Deputados. **Emenda Constitucional Nº 10 de 1964**. Legislação informatizada.

Além da repressão aos movimentos no campo e do Estatuto da Terra, o governo militar também realizou mudanças administrativas nas instituições responsáveis por estimular o desenvolvimento socioeconômico no Nordeste, o que também gerou impacto na zona rural. A Sudene, por exemplo, teve todos os seus funcionários substituídos por “profissionais técnicos”, nos dizeres da propaganda oficial. Com esse espírito de aparente normalidade, em 1966, a mesma instituição lançou o III Plano Diretor, válido até 1968. Ao ler o documento original, fica evidente que, embora ele busque manter a formatação dos dois Planos precedentes, na prática, várias partes do texto estão redigidas de modo vago e seus objetivos estão imprecisos, o que dificulta seu entendimento. Além disso, muitas páginas contêm apenas uma análise – com vários gráficos e tabelas – sobre a economia nordestina até 1966 (SUDENE, 1966).

Ainda assim, sua análise permite a identificação de ao menos duas mudanças no direcionamento das políticas públicas para o campo Nordestino. A primeira foi o investimento no comércio e no transporte de produtos agrícolas, afim de garantir alimentos nos centros urbanos e matérias-primas para a indústria. Para isso, a Sudene investiria num sistema de cooperativas, no aumento de oferta de sementes, na maior utilização de adubos, no melhoramento genético de plantas e na utilização intensiva de máquinas e equipamentos (SUDENE, 1966). Contudo, convém notar que pouco consta sobre a necessidade de produzir alimentos para a grande massa da população rural do Nordeste. A segunda mudança foi o esvaziamento de pautas em torno da redistribuição de terras. Embora Castelo Branco tenha assinado o Estatuto da Terra, a reforma agrária, ou qualquer outro tipo de redistribuição de terra, não foi pautada pela nova direção da Sudene.

Já o IV Plano Diretor, planejado para o período entre 1969 e 1973, reaproximou-se dos objetivos estabelecidos no relatório GTDN e no I Plano Diretor. Assim, o tema da colonização no Maranhão ganhou espaço novamente. Além disso, o IV Plano também previa a execução de projetos de irrigação através do DNOCS e da Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) – antiga CVSF –, para tornar a economia agrícola dos espaços semiáridos menos vulneráveis aos fenômenos climáticos (SUDENE, 1968). No entanto, a retomada do projeto de colonização no Maranhão nem saiu do papel porque, em 1972, o IV Plano Diretor foi substituído pelo I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), elaborado como parte integrante do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). A partir disso, o planejamento voltado ao desenvolvimento da economia nordestina perdeu seu caráter regional e passou a priorizar a integração com as demais regiões do Brasil e com a própria política nacional de desenvolvimento (CARLI, 1996).

Em termos práticos, a estrutura fundiária do Nordeste não se alterou, nem pelos

poucos projetos de reforma agrária priorizados pela Sudene, tampouco pelas diretrizes estabelecidas no Estatuto da Terra. Desse modo, os projetos de distribuição de terra e de transformação da economia do semiárido não apresentaram os resultados previstos nos projetos de desenvolvimento da região.

Até porque a reforma agrária, bem como a condição socioeconômica do semiárido, tornou-se uma questão secundária na economia nordestina, a partir de meados de 1960. Entre 1960-78, a economia do Nordeste crescia a uma taxa média anual de 6,9%, enquanto a economia brasileira crescia 7,6%; ou seja, embora abaixo da média nacional, apresentava índices positivos. Em termos de organização da economia regional, grande parte desse crescimento era alavancado pela indústria de transformação, pela emergência de um setor terciário e por obras públicas como a construção de hidroelétricas. Nesse período, o produto interno bruto do setor industrial nordestino mais do que quadruplicou. Além disso, esse crescimento também era uma consequência das políticas estabelecidas pelo Sistema 34/18¹⁰⁶, um mecanismo de concessão de estímulos fiscais que reduzia até 50% do imposto de renda de empresas nacionais e estrangeiras que investissem em áreas consideradas prioritárias pela Sudene. Esse mecanismo atraiu significativos investimentos no parque manufatureiro e na indústria nordestina (CARLI, 1996)

Apesar das políticas da Sudene e do Sistema 34/18 que incluíam a agropecuária como um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, na prática, a participação do setor primário apresentou variação negativa em 1966, em 1968 e em 1969, com tendência de crise (CARLI, 1996). O ano de 1969 adentrou com distribuição irregular das chuvas e se transformou em seca catastrófica. Bastou um ano sem chuva para que a agricultura de subsistência sertaneja colapsasse. Em 1970, “grandes levas de flagelados se deslocaram para as sedes dos municípios ou para as capitais dos Estados nordestinos em busca de solução para os seus problemas e para o próprio risco de extermínio que enfrentavam, clamavam por água, alimentos, remédios e trabalho” (CARVALHO, 1987, p. 154). Tanto que, em maio de 1970, foi liberada uma verba para atender uma frente de trabalho que ocupou 106 mil trabalhadores. Pouco tempo depois, essa frente absorvia mais de 500 mil flagelados, que se dedicavam a construção de estradas, açudes, e outras obras públicas, em troca de salários que mal dava para sobreviver. O drama da seca e seus reflexos socioeconômicos na vida da população sertaneja não constrangia apenas as autoridades municipais e estaduais. A própria Sudene relutava em aceitar a seca e o quadro de calamidade. Afinal, a ideia de calamidade se contrapunha a propaganda de uma região dinâmica e em pleno desenvolvimento, imagem que o governo precisa sustentar para não

¹⁰⁶ O mecanismo de crédito fiscal que ficou conhecido como 34/18 foi adotado em 1961 por meio do I Plano Diretor da Sudene e tinha por objetivo incentivar a industrialização do Nordeste.

espantar as empresas que, atraídas pelos incentivos fiscais, estavam deslocando investimentos para o Nordeste (CARVALHO, 1987).

A paralisia da Sudene, o quadro de calamidade pública denunciado pela imprensa e os apelos dos governadores levaram o então presidente da República, Médici, a visitar o Nordeste no início do mês de junho de 1970. Em 6 de junho, o presidente pronunciou um discurso denominado “Visão do Nordeste”, no encerramento da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, em que proferiu uma série de medidas contra as secas e outras providências a favor da região. O início do pronunciamento revela um pouco da realidade social da época:

“Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugaresijos. Vi a poeira, o sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, vi a desolação Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir os homens. Vi os postos de alistamento dessas frentes, com multidões famintas e angustiadas esperando sua vez. [...] Vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempero e sem sal. Vi como os homens se vinculam a terra, vinculados aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto¹⁰⁷.

A visita do presidente Médici ao Nordeste tinha ao menos dois objetivos políticos. O primeiro estava diretamente relacionado a problemática das secas e a formulação de um plano de obras emergenciais contra essas estiagens. O segundo, por sua vez, visava o anúncio do novo papel que seria desempenhado pelo Nordeste dentro do modelo de desenvolvimento econômico a ser perseguido pelo Estado brasileiro a partir de 1970 (GOODMAN e ALBUQUERQUE, 1974).

2.3.1 A construção do “Brasil Potência”: ação do Estado para a modernização do campo

Apesar da seca que atingia o interior do Nordeste, o Brasil adentrou a década de 1970 com grande otimismo econômico e com certa euforia social. O país vivia um momento de crescimento acelerado, que se desdobrou no chamado “milagre econômico”¹⁰⁸. Nesse período,

¹⁰⁷ Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em Recife no dia 06 de junho de 1970. Tal documento reproduz, na íntegra, o discurso do presidente Médici, bem como pronunciamentos das autoridades regionais e dos ministros do governo. Este discurso também está disponível, gratuitamente, no site da biblioteca da Presidência da República: Biblioteca da Presidência da República. **Visão do Nordeste**. Material informatizado.

¹⁰⁸ Maria da Conceição Tavares, por exemplo, classifica esse período de expansão econômica em dois momentos. O primeiro, entre 1967 a 1970, é caracterizado pela recuperação da economia brasileira. O segundo momento, por sua vez, ocorreu entre 1970 a 1973, e se caracteriza pelo auge do “milagre” (TAVARES, 1998).

a indústria cresceu, modernizou-se e se tornou apta a produzir uma variedade de produtos até então inédita – cimento, cosméticos, vidro, comidas industrializadas, aço, entre outros. Também se deu início à construção dos primeiros *shopping centers*, à construção dos primeiros arranha-céus em grandes centros urbanos e à construção de algumas estradas com padrões comparáveis aos internacionais. A classe média e as famílias mais abastadas passaram a dispor de micro-ondas, aspirador de pó, geladeira, máquina de lavar, sorvete industrializado, alimentos enlatados, televisão, telefone, perfume, maquiagem, carro, viagem de avião, entre outros diversos produtos que o dinheiro permitia usufruir (MELLO e NOVAIS, 2009). Esses elementos contribuíam para que o governo do General Médici construísse uma forte propaganda ufanista de “Brasil Grande Potência”, atrelada à concepção geopolítica de ocupação e exploração do território e à concepção de potência bélica e industrial (QUEIROS, 1973).

Todo esse otimismo colaborou para que o governo propusesse projetos de grande porte. Médici parecia fazer jus a sua celebre frase do discurso de posse em 1969: “Homem do meu tempo, tenho pressa” (MÉDICI, 1970, p. 37). A expectativa era de que havia chegado o momento de a Nação experimentar um crescimento acelerado que idealmente a colocaria entre as principais potências do mundo até o final do século XX. Mas para isso, segundo os militares, era necessário garantir o potencial máximo de crescimento em todos os setores econômicos das diferentes regiões brasileiras (CARVALHO, 1987). Convém salientar que essa intenção de transformar o Brasil em um país hegemônico e de primeiro mundo sempre esteve presente no alto escalão da ESG, desde sua formação nos fins de 1940. Golbery do Couto e Silva, um dos fundadores e principais teórico da Escola, defendia que o Brasil adotasse uma geopolítica expansionista para o interior do vasto *hinterland*, alicerçada na defesa das fronteiras, na integração nacional e na valorização territorial como meios para alcançar o desenvolvimento (SILVA, 1967).

Arquitetada primeiramente pelo segundo governo Vargas e reestruturada por Golbery do Couto e Silva, a proposta de integrar na economia nacional as áreas distantes ganhou força já ao longo das décadas de 1950 e 1960 e se tornou uma política central no governo Médici. A estratégia de desenvolvimento seria pautada na expansão da fronteira econômica, no aproveitamento máximo dos recursos humanos e na criação de um mercado interno em regiões afastadas. Além disso, ainda de acordo com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), regiões como o Norte e o Nordeste receberiam atenção especial para não ficar à margem do desenvolvimento e, sim, vivenciar um desenvolvimento regional integrado e efetivo (I PND, 1971).

Imbuído por esse espírito, poucos dias após o discurso de Médici no Conselho da

Sudene, o governo lançou o Programa de Integração Nacional (PIN)¹⁰⁹ para o qual foi destinado o montante de dois bilhões de cruzeiros, que seriam aplicados nos exercícios financeiros de 1971 a 1974, em áreas de atuação da SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento Amazônico (SUDAM). De modo geral, o programa tinha 3 objetivos centrais.

O primeiro deles estabelecia a construção de duas rodovias. Uma, a Transamazônica, visava à conexão entre o Norte e o Nordeste e a outra, a Cuiabá-Santarém, à conexão entre Mato Grosso e o porto de Santarém, no Rio Amazonas. Ambas se justificavam pela lógica de integração nacional. O segundo deles propunha a realização de projetos de colonização e reforma agrária nas margens dessas rodovias, em uma faixa de terra de até dez quilômetros à esquerda e à direita. O terceiro, por fim, previa a execução de projetos de irrigação e de colonização sobretudo no vale do São Francisco e no vale do Parnaíba, através do qual, por meio de pesquisa e experimentação agropecuária, pretendia-se impulsionar uma transformação da agricultura nordestina para moradores residentes nessas áreas.

As regiões semiáridas contempladas por esses projetos de irrigação apresentavam uma população pobre, mais de 40%, que não era absorvida na economia rural. Para aqueles que não fossem beneficiados pelos projetos, afim de lhes assegurar níveis de produtividade satisfatórios, a Transamazônica serviria como um meio de reorientação dessa mão de obra ociosa para os projetos de colonização às margens da rodovia ou mesmo para a região amazônica como um todo (I PND. 1971). Além disso, segundo o próprio Médici, com essa política de transferência populacional do Nordeste para o Norte, o governo federal incorporaria à economia de mercado cerca de 13 milhões de habitantes residentes nas áreas do semiárido e evitaria um deslocamento para as áreas metropolitanas superpovoadas do Centro-sul (MENSAGEM PRESIDENCIAL. 1971).

Além desse plano mais geral, o governo militar também criou um plano específico para o desenvolvimento do vale do São Francisco, denominado Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE). Lançado através do Decreto-Lei nº 1.207, em 7 de fevereiro de 1972, o programa pretendia complementar aqueles já em execução pelo I PND e acelerar o desenvolvimento econômico e social desse vale, com a justificativa de integrá-la mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional¹¹⁰.

O PROVALE fez com que as águas do rio São Francisco ganhassem um novo destaque dentro da política nacional. A partir de sua execução, as potencialidades das áreas próxi-

¹⁰⁹ Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Legislação informatizada.

¹¹⁰ Presidência da República: Casa Civil. **Decreto-Lei Nº 1.207, de 7 de fevereiro de 1972**. Legislação informatizada.

mas ao rio foram amplamente exploradas. Para isso, o programa transferiu recursos para instituições já existentes como a Sudene e o DNOCS que, em particular, dedicaram-se a implantação dos projetos de irrigação. Por outro lado, o programa também extinguiu e adaptou outras. Em 1974, por exemplo, a SUVALE foi substituída pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF)¹¹¹ através do Decreto nº 6.088¹¹². A CODEVASF, por sua vez, seja “diretamente ou por meio de empresas públicas ou privadas que promovessem o desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários”¹¹³, tinha por finalidade elaborar projetos para melhor explorar as águas e solos do Vale do São Francisco, mas também atuar de forma preponderante nos projetos de expansão das hidroelétricas para aumentar a produção de energia.

2.3.2 As hidrelétricas do São Francisco e os projetos de irrigação

A eletricidade é uma das principais fontes da matriz energética do Brasil. Ao longo da Ditadura Civil-militar, para suprir o aumento de demanda necessária ao processo de crescimento econômico, ela se tornou uma prioridade do Estado brasileiro. Nessa perspectiva, o potencial hidrelétrico do rio São Francisco foi amplamente explorado com a construção de usinas para produzir energia a um baixo custo e tornar a região autossustentável. Aliado a essa produção de energia, o governo também apontava a necessidade de controlar a vazão do rio, para diminuir os prejuízos causados em épocas de cheias e facilitar a navegação (ANDRADE, 1983). A CHESF foi a empresa responsável por elaborar e construir esses empreendimentos. A hidroelétrica de Paulo Afonso III foi a primeira usina construída no governo militar. Além desta, também foram construídas outras quatro, como mostra a Tabela 2.2

Tabela 2.2 Usinas do Rio São Francisco construídas no governo militar

Hidroelétrica	Início da obra	Início da operação	Área do reservatório (km ²)	Capacidade de produção (kW)
Paulo Afonso III	1967	1971	4,8	794.200
Sobradinho	1970	1981	4.214	175.050
Itaparica	1979	1988	828	1.479.600
Moxotó	1971	1977	98	400.000
Paulo Afonso IV	1972	1979	12,9	410.400

Fonte: CHESF¹¹⁴

¹¹¹ A Codevasf substituiu a Suvale que foi criada em fevereiro de 1967.

¹¹² Presidência da República: Casa Civil. Decreto Nº **74.744, de 22 de outubro de 1974**. Legislação informatizada.

¹¹³ Presidência da República: Casa Civil. **Lei Nº 6,088 de 16 de Julho de 1968**. Legislação informatizada.

¹¹⁴ Informações localizadas no endereço eletrônico da CHESF. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/SistemaChesf/Pages/SistemaGeracao/PauloAfonsoI.aspx>.

De forma geral, o entorno das barragens era considerado espaço estratégico do Estado e, por conta disso, classificado como "área de segurança nacional", onde se aplica o conceito de geopolítica da ESG e a possibilidade de permanência das forças armadas. Nesse contexto, o Município de Paulo Afonso, por exemplo, com a Lei nº 5.499, de 4 de junho de 1968, se tornou um município de interesse da Segurança Nacional¹¹⁵. Nesse contexto, perdeu sua autonomia administrativa e política e só a recuperou durante a redemocratização, em 1985.

Essas usinas aumentaram consideravelmente a oferta de energia na região Nordeste e passaram inclusive a abastecer cidades do Norte, como Belém do Pará (ANDRADE, 1983). Contudo, elas também provocaram transformações no ecossistema e nas comunidades adjacentes. As barragens de Sobradinho e de Itaparica foram as que causaram os maiores impactos (SIGAUD, 1986).

A construção de Sobradinho, a maior delas, resultou na inundação de uma área de 4.214 km² e atingiu 4 cidades: Casa Nova, Remanso, Santo Sé e Pilão Arcado. Nesse processo, dezenas de vilas e povoados, centenas de fazendas e milhares de sítios deixaram de existir. Segundo Sigaud (1986), o número de atingidos varia de acordo com a instituição que realizou o cálculo – segundo os órgãos oficiais foram 60.000, já segundo a Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais foram 72.000.

A construção de Sobradinho iniciou sem um projeto específico de realocação dos habitantes que seriam afetados pela inundação. No entanto, com o transcorrer da obra, várias propostas surgiram. Uma delas, cogitada em 1973, previa a instalação de 4.000 famílias nas proximidades da represa. Contudo, a CHESF já tinha destinado esses terrenos para projetos de irrigação voltados a grandes propriedades e, como alternativa para alojá-las, propôs um projeto de colonização em Bom Jesus da Lapa e Caribenha. Essa proposta também não teve sequência porque esses Municípios distavam a mais de 700 km dos locais de origem das famílias. Somente em 1975 foram tomadas medidas mais concretas: ficou determinado que 1.426 famílias permaneceriam em espaços próximos ao lago de Sobradinho e as demais seriam transferidas para um projeto de colonização, posteriormente denominado Serra do Ramalho. Diante das incertezas, muitos trabalhadores rurais aceitaram essa proposta e outros aceitaram o pagamento de suas benfeitorias e se mudaram para as cidades. Porém, uma parte da população resistiu e ficou em suas casas até 1976, quando o reservatório começou a encher (ESTRELA, 2004).

A negligência do Estado em dar assistência para grande parte dos atingidos levou a

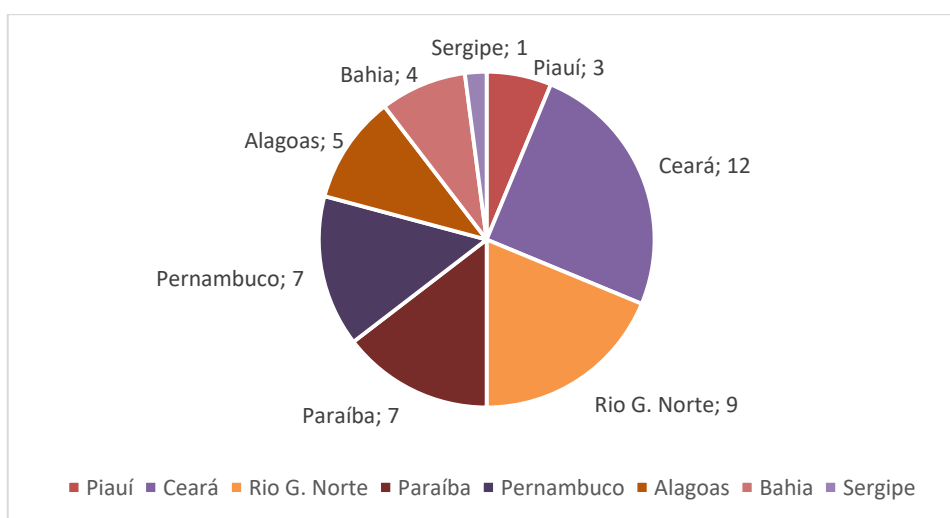
¹¹⁵ Presidência da República: Casa Civil. **Lei nº 5.499, de 4 de Junho de 1968**. Legislação informatizada.

um quadro caótico, descrito originalmente por Tallowitz (1979) e Duqué (1880) e depois recuperado por Sigaud (1986): “O rio subindo e as pessoas em pânico ainda não realocadas fugindo das águas; as criações morrendo afogadas, famílias inteiras desabrigadas na beira das estradas, suicídios, etc” (SIGAUD, 1986). Diante disso, grande parte dessas pessoas teve que ser removida às pressas. Muitos desalojados receberam apenas uma indenização de baixo valor porque eram posseiros e não possuíam o título oficial que comprovasse a sua propriedade. Outros receberam terras em locais distantes alguns quilômetros da represa, o que dificultava a prática da pesca e da agricultura de vazante, comum desses sertanejos (SIGAUD, 1986).

Além desse impacto social, a construção dessas barragens transformou o espaço geográfico: (1) diminuição dos peixes, uma vez que as barreiras de concreto passaram a impossibilitar a piracema; (2) diminuição das áreas de vazante, antes utilizadas pelos ribeirinhos para a agricultura; (3) deslocamento forçado de cerca de 77% da população; e (4) o adensamento populacional no vale do São Francisco, sobretudo devido à mão de obra inicialmente atraída pela construção das obras, mas que após o término destas era em parte absorvida por outras atividades econômicas (ANDRADE, 1983).

Além da construção de usinas hidrelétricas no São Francisco, os governos militares também priorizaram a conhecida política de construção de açudes via DNOCS. No total, foram construídos 48 deles no Nordeste, 6 em Pernambuco, todos de grandes proporções. Destes, 5 em Municípios do sertão pernambucano: Floresta, Igaraci, Salgueiro, São José do Belmonte e Parnamirim. A Figura 2.3 apresenta a distribuição desses açudes entre 1964-1985 (DNOCS, 1982).

Figura 2.3: Açudes públicos construídos pelo DNOCS (1964-85)



Fonte: (ARAUJO, 1990)

A construção de hidroelétricas, somada a expansão dos açudes, criou uma nova realidade para a região do Vale: a energia elétrica para bombear água e a consequente expansão da área irrigada. Esses elementos contribuíram para o desenvolvimento de um modelo agrícola baseado na irrigação em escalas até então não praticadas.

Dirigidas pela CODEVASF e a Sudene, e motivadas pelo potencial hidrelétrico da região, as políticas de irrigação no vale do rio São Francisco proporcionaram uma infraestrutura agrícola resistente a seca. As cidades Petrolina e Juazeiro concentraram grande parte dos investimentos destinados à aquisição de terras e à infraestrutura para a captação e a distribuição de água. O governo federal investiu mais de 500 milhões de dólares, um custo estimado entre 4,7 e 14,8 mil por hectare. Quase que a totalidade desse montante partiu de empréstimos internacionais contraídos pela União. Os projetos de Bebedouro, em Petrolina (1969), e de Mandacaru, em Juazeiro (1979), foram os pioneiros em experiências relacionadas à irrigação e aos processos tecnológicos de produção, bem como a gestão e a comercialização de produtos (PAES, 2009). Pouco a pouco, os referidos Municípios ganharam novos perímetros irrigados. Como exemplo, a Tabela 2.3 apresenta os principais projetos de irrigação implementados pela CODEVASF e a Sudene na década de 1970.

Tabela 2.3: Projetos de irrigação no Vale do São Francisco (1968-1984)

Projeto	Responsável	Município	Implantação	Empresa (ha)	Colono (ha)
Bebedouro	Sudene	Petrolina	1968	924	1.494
Mandacaru	Codevasf	Juazeiro	1971	51	368
Tourão	Codevasf	Juazeiro	1979	10.499	211
Curaçá	Codevasf	Juazeiro	1980	2.490	1.964
Maniçoba	Codevasf	Juazeiro	1980	1.889	2.379
Nilo Coelho	Sudene	Petrolina	1976	9.194	11.062
Sertanejo	Sudene	Petrolina	1980	-	-

Fonte: (SILVA, 2011).

Ainda que cada projeto de irrigação possuísse suas próprias características quanto ao público alvo, à quantidade de recursos e à instituição responsável, de modo geral, todos buscavam garantir: (1) a mobilização de recursos para a desapropriação de determinadas áreas; (2) o investimento em obras de infraestrutura como a abertura de estradas; (3) a construção de canais, drenos, diques, aquedutos, reservatórios de água e casas de bombas; e (4) a aquisição e a instalação de transformadores. Outra função comum era a captação de água do rio São Francisco, no leito ou no reservatório de Sobradinho, para revender aos pequenos agricultores ou as

empresas agrícolas da região. Em 1981, por exemplo, 1.00 m³ de água de irrigação era vendido a 760 cruzeiros. Em tese, esses projetos eram voltados tanto para pequenos quanto para grandes produtores, os últimos normalmente estruturados em empresas agrícolas. O regime fundiário também variava de um projeto para outro: havia aqueles em que ocorria a transferência de terras para o colono (como no de Mandacaru); havia aqueles em que se estabelecia um sistema de cooperativa; e também havia aqueles em que se firmava uma parceria público-privado (ANDRADE, 1983).

Projetos como Mandacaru, Sertanejo e Bebedouro visavam atender os pequenos agricultores. Segundo o planejamento inicial, o Mandacaru, por exemplo, oferecia inteiramente a colonos um lote de terra de 6 hectares em média (ANDRADE, 1983). Contudo, ao longo da implementação, esses projetos não seguiram essas metas na íntegra (MOLLE, 1992). Como evidencia Tabela 2.3, o Mandacaru destinou 368 ha para colonos, porém 54 para empresas. O Bebedouro destinou 1.494 ha de terras para ocupar 105 colonos, mas 924 ha para 3 empresas – uma belga, uma norte-americana e uma pernambucana. Essas empresas na prática arrendavam as terras que recebiam do projeto e faziam uso da mão de obra local na produção (ANDRADE, 1983).

De modo geral, a agricultura irrigada provocou mudanças no perfil da economia regional do vale do São Francisco. As terras, até então utilizadas por uma agricultura tradicional como a cebola, uma vez irrigadas, passaram a ser aproveitadas por uma fruticultura moderna, voltada sobretudo a produção de uva, melão e melancia. Essa nova orientação estava inserida naquele processo de modernização agrícola proposta pelo governo militar, como tratado anteriormente. Logo, essa estrutura produtiva do Vale começou a se basear em mão de obra assalariada e agricultura tecnicista, bem como a pretender um aumento de escala – características que a aproximam de um modelo capitalista de produção (SILVA, 2015).

Os constantes investimentos do Estado e a disponibilidade de água e terra motivaram a articulação de grandes proprietários locais, desejosos de usufruir desses projetos, e até mesmo atraíram novos empresários para a região do Vale do São Francisco. Como resultado disso, a área total destinada a parcerias público-privadas – Agrovale com 7.000 ha, Alfanor com 4.000 ha, Cotia Cooperativa Paulista com 900 ha, entre outras – foi maior que a área destinada aos pequenos agricultores (ANDRADE, 1983).

A disputa por esses recursos causou uma ocupação desenfreada e desregulamentada e com isso provocou diversos casos de conflitos de terra. A proporção das disputas inclusive levou a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a realizar entre 1977 a 1981 uma Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar denúncias de grilagem na região do rio São Francisco. De acordo com essa CPI, grandes grupos econômicos locais e internacionais se envolveram em crimes agrários. Por exemplo, as empresas Baixadão Agropecuária S/A, Granvale e Campo Verde S/A ocuparam uma área de 63 mil hectares, num investimento com valor total de 380 milhões de cruzeiros. Desse valor, apenas 25% vieram de recursos próprios, os 75% restantes foram arrecadados via Sudene, Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e Banco do Nordeste¹¹⁶. Conforme o diretor geral do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA), só na região do médio São Francisco, grupos internacionais adquiriram de 350 a 400 mil hectares de terra (ROSA, 2018).

Além dos mencionados conflitos, até o final da década de 1970, os investimentos públicos na região do Vale na prática não conseguiram construir bases sociais mais sólidas para atender a população pobre do sertão. Essa questão ficou latente no final da década de 1970 após anúncios de que outra seca estava atingindo muitos sertanejos. Visando garantir a permanência de uma parcela de mão de obra no campo, o Governo Federal então criou um Programa de Emergência.

Ao contrário dos programas de emergências anteriores, que financiavam obras públicas como a abertura de estradas e a construção de açudes públicos e privados, o foco central desse programa consistiu exclusivamente na realização de obras de infraestrutura e de melhorias em propriedades privadas. As verbas foram direcionadas para pequenas, médias e grandes propriedades rurais afim de torná-las mais resistentes às futuras secas. Para isso, a Sudene estabeleceu um critério que diferenciava 4 tipos de propriedades de acordo com o tamanho e a quantidade de trabalhadores que as mesmas empregariam, conforme (BURSZTYN, 1884):

- 1) *Propriedade até 20 ha:* permitia contratar até 5 trabalhadores rurais, incluindo familiares e os donos da propriedade. O governo Federal colaborava com 100% dos valores solicitados através de custeio a fundo perdido. Em 1980, o número de trabalhadores foi reduzido para 3.
- 2) *Propriedade de 21 a 100 ha:* permitia contratar até 10 trabalhadores, inclusive familiares e donos da propriedade. O Governo Federal colaborava com 80% do valor financiado, enquanto 20% era de responsabilidade do proprietário.

¹¹⁶ Conforme o Informativo Econômico Granvale, anexo nos autos desta CPI.

3) *Propriedade de 101 a 500 ha*: não delimitava o número de trabalhadores. O Governo Federal colaborava com 70% do valor financiado. O restante, 30%, ficava por conta do proprietário. Contudo, esse valor poderia ser financiado por uma linha de crédito emergencial, com juros de 2% ao ano, carência de 6 anos e 20 para amortizar.

4) *Propriedade acima de 500 ha*: também não delimitava o número de trabalhadores. O Governo Federal colaborava com 50% do valor financiado, enquanto os outros 50% ficavam por conta do proprietário, que dispunha da mesma linha de crédito que as propriedades enquadradas na 3ª categoria.

Para ter acesso aos recursos do Programa de Emergência, o solicitante deveria apresentar, no ato da inscrição, o cadastro da propriedade junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Na prática, essa condição afastou muitos pequenos produtores porque estes não possuíam tal título. Além disso, outros agricultores ficaram temerosos de não conseguir cumprir os compromissos financeiros e de assim perder suas propriedades, dado que, na opinião deles, o programa podia se tratar de uma armadilha (BURSZTYN, 1884).

Sem o financiamento, o agricultor pobre, essencialmente, participou do programa como mão de obra. No início de 1979, a União assalariou 350.000 trabalhadores de 513 Municípios em 8 Estados da Federação, durante 10 meses. Os contratados no início do programa receberam um salário mínimo mensal. No entanto, a partir de maio do mesmo ano, o valor do salário passou a ser menor, possivelmente dado o grande número de inscritos. No ano de 1983, inclusive, o valor da retribuição chegou a ser meio salário mínimo apenas. Repassado pelo dono da propriedade ou por um técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER), essa remuneração ocorria mensalmente, mas só refletia os dias de labuta (BURSZTYN, 1884), ou seja, presume-se que os alistados descansavam nos sábados, domingos e feriados caso abrissem mão do valor correspondente aqueles dias de trabalho.

Até mesmo aqueles agricultores beneficiados pelos projetos de irrigação sofreram os efeitos da seca. Um estudo da Universidade Federal de Pernambuco, em parceria com a Sudene, mapeou a produção de 8 núcleos do Projeto Sertanejo e apontou que cerca de 73% dos contemplados venderam parcialmente ou totalmente seu rebanho bovino, suas máquinas e equipamentos e, em alguns casos, suas terras, tudo por conta da seca. A pesquisa também revelou que 24% dos mutuários se alistaram nas frentes de emergência. Destes, 53 permaneceram por

10 meses, 27% de 10 a 21 e 20% de 48 a 60. Além disso, a pesquisa indicou que, depois de um certo tempo, 53% dos trabalhadores saíram das frentes de trabalho devido ao término das obras, 27% devido à melhora do tempo e 20% devido a cortes de pessoal. (SUDENE e UFPE, 1986).

Com o avanço da seca, em 1980, Pernambuco teve 101 Municípios, 62%, em estado de emergência e cerca de 144 mil trabalhadores, 23% da população rural economicamente ativa, alistados no programa de assistência às secas (CARLI, 1996)¹¹⁷. Oficialmente, essa grande seca perdurou até 1983 e deixou a sociedade temerosa sobre a possibilidade de que sertanejos famintos retomassem antigos hábitos de saquear feiras, comércios e lugares que armazenavam mantimento.

Esse temor é facilmente perceptível nas páginas do Diário de Pernambuco que, durante o período da seca, publicou várias matérias sobre o assunto. Por exemplo, no dia 8 de maio de 1980, uma matéria destacava a preocupação do prefeito de Afogados de Ingazeira com a penúria de aproximadamente 70% da população rural e com a possibilidade de invasão e saques na feira da cidade¹¹⁸. Em 27 de fevereiro de 1981, o prefeito de Ouricuri se reuniu com o governador do Estado para tratar sobre o tema das secas e, na ocasião, concedeu uma entrevista ao Diário de Pernambuco. Ele relatou que na semana anterior ocorrera um saque na feira da cidade e que ainda existia a possibilidade de outros acontecerem¹¹⁹. Mesmo que as autoridades tenham estipulado o término da seca em 1983, em 1984, o jornal noticiou na primeira página saques na feira de Serra Talhada praticados por cerca de 350 trabalhadores famintos e inconformados com o salário de Cr\$ 15.300.000 pagos nas frentes de emergência. Sem organização prévia ou participação de líderes sindicais, o saque durou 2 horas e, nesse meio tempo, “a polícia não conseguiu conter a fúria dos camponeses que praticaram um verdadeiro “raspa” na feira, levando centenas de quilos de açúcar, feijão, farinha, rapadura, carne e diversos outros gêneros alimentícios”¹²⁰.

Em suma, a situação dos sertanejos frente às secas colocava em xeque o modelo de desenvolvimento dos militares. Embora a propaganda oficial expusesse uma modernização agrícola baseada na racionalização do uso da terra, na aplicação de técnicas produtivas, na mecanização e na extensão da lógica empresarial capitalista, na prática, essa modernização não possibilitou um transbordamento de capitais, e nem transformações socioeconômicas, na maior

¹¹⁷ Sobre o montante de obras e investimentos realizados ao longo dessa seca ver o livro Nordeste: 35 anos da SUDENE, páginas 202 a 216.

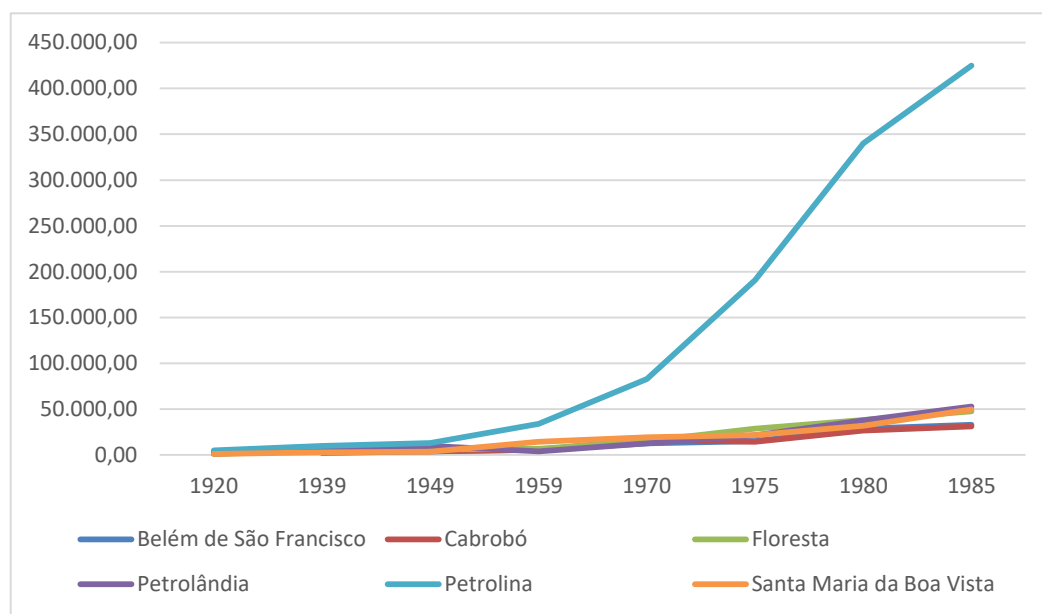
¹¹⁸ Prefeito já teme ameaça de saque à feira livre. **Diário de Pernambuco**. 8 de maio de 1980, p. B-5.

¹¹⁹ Seca aumenta e sertanejo perde lavoura. **Diário de Pernambuco**. 27 de fevereiro de 1981, p. A-1.

¹²⁰ Fome provoca saque à feira de Serra Talhada. **Diário de Pernambuco**. 7 de fevereiro de 1984, p. 1 e A 12.

parte das áreas do sertão pernambucano. A Figura 2.4, por exemplo, mostra as curvas do Produto Interno Bruto PIB de seis Municípios do Vale do São Francisco e revela, ainda que indiretamente, um crescimento assimétrico entre esses Municípios.

Figura 2.4: PIB dos Municípios – preços constantes



Fonte: IPEA¹²¹

De certo modo, a discrepância do desenvolvimento do Município de Petrolina, se comparada aos demais da região, ocorreu porque ele catalisou grande parte dos recursos destinados ao semiárido pernambucano. Além disso, grande parte das indústrias dessa região concentraram-se nele: ao todo 17 empresas que, segundo o Censo agropecuário de 1970, empregavam 5.937. Ademais, seu setor agrário possuía 4.670 unidades agrícolas que empregava um total de 16.382 pessoas. Possuía uma emissora de rádio, escolas e faculdade, cinema, aeroporto, além de um projeto de construção de um distrito industrial, com a expectativa de expansão desse setor. O interesse nacional por Petrolina fica evidente com as visitas de diversos presidentes militares. Médici em 1971, Ernesto Geisel em 1978 e João Figueiredo em 1980, visitas ligadas a vários projetos governamentais que fortaleciam sua infraestrutura em detrimento dos demais Municípios. Nesse sentido, os governos militares colaboraram mais com o crescimento do Município de Petrolina do que com o processo de desenvolvimento social, político e econômico na vida da população sertaneja como um todo (CHILCOTE, 1990). Embora não seja de

¹²¹ Disponível no ipeadata: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>.

interesse prático desta tese, convém salientar que o Município de Juazeiro (BA), do outro lado do rio, mesmo que sem o vigor de Petrolina, teve um papel similar ao concentrar grande parte dos recursos ao semiárido baiano.

Os casos apresentados acima mostram que, embora as políticas de desenvolvimento implantadas pelos governos militares tenham até certo ponto dinamizado a economia de alguns espaços do campo nordestino e possibilitado ganhos diretos e indiretos na economia regional, de modo mais amplo, o modelo agrícola não estava voltado para atender as necessidades da região. Por conta disso, a agricultura financiada e incentivada pelo Estado brasileiro apenas reproduzia o padrão já existente no campo nordestino: combinava uma agricultura de subsistência precária com uma agricultura moderna voltada às demandas externas. Continuou, assim, com os mesmos padrões de desigualdade social já existentes. Sobre essa questão, apenas para citar um exemplo, os Censos Agropecuários de 1970¹²² e 1980¹²³ revelam uma forte concentração de terra em Pernambuco durante essas duas décadas.

Ademais, embora Castelo Branco tenha sancionado o Estatuto da Terra em 1964, que visava, dentre outras coisas, a redistribuição de terras por meio da reforma agrária, na prática, os militares não a consideraram como um projeto de governo. Isso porque, ao longo dos 25 anos de Ditadura, pouco foi feito de efetivo¹²⁴ para combater a concentração fundiária e a concentração de renda existente no campo nordestino, de forma a gerar transformações sociais significativas.

Ademais, este tópico mostra que, ao longo dos governos militares, o Estado voltou a utilizar fatores climáticos, em especial as secas, como justificativa aos problemas socioeconômicos que acometiam as áreas do semiárido nordestino. Nesse sentido, embora ocorresse um forte incentivo à modernização do campo, nesse período, também ocorreu uma retomada das antigas políticas públicas de combate à seca por meio da abertura de açudes e de obras emergenciais paliativas. Por fim, o que fica latente é que, com essa retomada, o Estado não enfrentou os problemas estruturais do campo, ao contrário, contribuiu para perpetuar a desigualdade de renda, de terra e de níveis de vida – ou seja, perpetuar as condições do subdesenvolvimento brasileiro.

¹²² IBGE. Censo Agropecuário de Pernambuco. 1970. Material informatizado.

¹²³ IBGE. Censo Agropecuário de Pernambuco. 1970. Material informatizado.

¹²⁴ O PROTERRA, sancionado em 1971 em conjunto com o PIN, tinha com o objetivo de promover o fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE”, especificamente nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. Para tal, o governo federal liberou um montante de recursos no valor de quadro bilhões de cruzeiros. Na prática quem mais se beneficiou desse plano foram os grandes produtores de cana da zona da mata. Não foi localizado nenhum projeto de redistribuição de terra via PROTERRA na área do Vale do São Francisco ou nas áreas mais seca do Estado de Pernambuco.

2.4 PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E O ESCÂNDALO DA MANDIOCA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANTIO DE MACONHA NO SERTÃO

David Jurubeba, tenente reformado da Polícia Militar e proprietário de uma fazenda, teve um pedido de financiamento negado pelo gerente da agência do Banco do Brasil de Floresta interior de Pernambuco, Edilson Soares Lins. O tenente Jurubeba, de 78 anos, ficou tão irritado, sacou um revólver, criou um grande tumulto no interior da agência bancária mas acabou sendo controlado. Ao sair, porém, gritou ameaçando denunciar a “roubalheira” que estava acontecendo nos financiamentos agrícolas do Banco do Brasil da cidade (CIRANO, 1982, p. 7)

O fato inaudito descrito no excerto acima foi considerado o estopim para a denúncia de um grande esquema de corrupção, no Município de Floresta, que envolvia funcionários do Banco do Brasil, funcionários da EMATER, fazendeiros, políticos, “testas de ferro”, cartórios e comerciantes. Por intermédio do Banco, o esquema consistia no desvio de dinheiro público originalmente destinados ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO).

O PROAGRO foi criado pela Lei nº 5.969 de 11 de dezembro de 1973, no governo Médici, com o objetivo de expandir o crédito rural a juros abaixo da inflação. Nas condições previstas pelo Conselho Monetário Nacional, o programa exonerava o produtor rural das obrigações financeiras de crédito na ocorrência de fenômenos naturais, pragas ou doenças que atingissem rebanhos ou culturas agrícolas¹²⁵. Para pleiteá-lo o solicitante devia comprovar a posse da propriedade. As verbas do PROAGRO advinham de recursos da União e eram repassadas via Banco do Brasil, que de forma autônoma decidia sobre o deferimento ou o indeferimento dos pedidos. Concomitante a esse programa, o governo abriu agências do Banco do Brasil num grande número de Municípios justamente para facilitar o acesso a esse crédito (ANDRADE, 1983, p. 110).

O desvio de dinheiro público começou em 1979 quando Lins assumiu a gerência do Banco de Floresta e, em conluio com outros funcionários desta instituição¹²⁶ e com funcionários da EMATER, criaram uma estratégia elaborada. No início, o Banco autorizava um beneficiário a receber o empréstimo, geralmente para comprar sementes e insumos agrícolas. Em posse do recurso, o beneficiário não o investia na produção agrícola. Porém, quando chegava a época da colheita e o suposto agricultor devia prestar contas com o Banco, um funcionário da EMATER assinava um laudo técnico atestando a improdutividade da lavoura, o que além de

¹²⁵ Câmara dos Deputados. **Lei Nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973**. Legislação informatizada.

¹²⁶ Os demais funcionários que participaram do esquema foram: Victório André Mullher, Jarbas Salviano Duarte, Roberto Batuita Furtado da Cruz, Eduardo Wanderley Costa, Palmério Olímpio Maia e Pedro Bezerra da Silva. Todos denunciados por formação de quadrilha.

tudo acionava uma verba indenizatória do PROAGRO. Evidentemente, todos os envolvidos no esquema partilhavam do duplo recurso¹²⁷.

Segundo consta no processo de denúncia do Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, existia toda uma rede organizada que colaborava para que o esquema acontecesse. Alguns comércios locais participavam com a emissão de notas fiscais falsas. Por exemplo, a empresa Florestal Floresta LTDA, cujo sócio majoritário era Weldon Gilberto Cornélio da Silva, vereador do Município, emitiu recibos falsos no valor de Cr\$ 7.920.890,00 correspondente à venda fictícia de 25 toneladas de sorgo, 45 toneladas de semente de feijão, 33,5 toneladas de sementes de milho e 13 toneladas de sementes de algodão. Afora a participação de comerciantes, muitos fazendeiros da região utilizavam o nome de seus empregados como “testas-de-ferro” para obtenção do financiamento. Essa participação se dava de duas formas diferentes. Em uma delas, o fazendeiro pedia para o seu funcionário assinar documentos em branco, que eram preenchidos posteriormente. Na outra forma, o fazendeiro falsificava assinaturas e até mesmo títulos de propriedade em nome de seus empregados¹²⁸.

Segundo a denúncia do Ministério Público da época, esse esquema desviou mais de 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros)¹²⁹ do Governo Federal e ficou conhecido nacionalmente como “escândalo da mandioca”, nome dado provavelmente por causa da quantidade de projetos que adquiriam recursos sob a justificativa de plantar o referido tubérculo – alimento básico na dieta da população local. Além disso, nesse período, a mandioca fazia parte do Programa Nacional do Alcool ou *Proálcool*¹³⁰, programa voltado ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, para reduzir os impactos da crise do petróleo na economia nacional. Nesse contexto, o plantio de mandioca, como insumo a essa finalidade, recebia incentivos para a expansão da oferta.

Em 1981, após a denúncia, o Banco Central mandou uma auditoria para Floresta e iniciou as investigações que revelaram o esquema fraudulento. Tropas do IV exército de Pernambuco foram enviadas para a cidade, o que contribuiu para aumentar a tensão da população. Tanto que, no dia 6 de setembro de 1981, o jornal Diário de Pernambuco publicou uma nota enviada pelo fazendeiro Evaldo Magalhães de Albuquerque, que denunciava a má conduta de 30 homens do exército. O fazendeiro dizia que os soldados mataram um rapaz de 21 anos sob

¹²⁷ Conforme processo de denúncia Ministério Público – Procuradoria da República do Estado de Pernambuco. **Processo nº 42/82** (Inquérito Policial nº 131/81). P. 35

¹²⁸ Conforme processo de denúncia do Ministério Público – Procuradoria da República do Estado de Pernambuco. **Processo nº 42/82** (Inquérito Policial nº 131/81).

¹²⁹ Conforme processo de denúncia Ministério Público – Procuradoria da República do Estado de Pernambuco. **Processo nº 42/82** (Inquérito Policial nº 131/81). P. 34

¹³⁰ O Próálcool foi criado através do Decreto nº 76.593, em 14 de novembro de 1975.

suspeita de cultivar maconha. Porém, a vítima “nada tinha a ver com o problema”. O assassinato do rapaz, que ocorreu na região de Serra Negra, deixou a população estarecida e revoltada, até porque depois ficou provado que o moço não plantava ou comercializava maconha. A denúncia feita por Evaldo encerrava com um pedido as autoridades competentes para barrar as ações arbitrárias dos representantes da lei, que a meses tratavam a população de Floresta como “bandidos sanguinários”¹³¹. Com o acirramento das tensões, o escândalo culminou com o assassinato do procurador da República responsável pela denúncia no Ministério Público, Pedro Jorge de Melo e Silva, em 1982, fato que ganhou grande repercussão nacional.

Curiosamente, o escândalo da mandioca é considerado por alguns pesquisadores, autoridades públicas e membros da sociedade civil como um dos marcos iniciais para a produção de maconha em larga escala no sertão pernambucano. Um pesquisador defensor desse ponto de vista, Gustavo Maia Gomes, em *Velhas Secas em Novos Sertões*, baseia-se em uma matéria, do jornal Folha de São Paulo, com o Superintendente da Polícia Federal de Pernambuco, Wilson Salles Damázio, que na reportagem deu a seguinte declaração:

Com a descoberta da fraude, o BB suspendeu todas as operações de crédito para os agricultores locais. Daí, entraram em cena os traficantes, que financiaram as lavouras de maconha, dando sementes, irrigação, defensivos agrícolas e prometendo 50% do lucro (FSP, 8/12/1996, p. 1-11)

Uma narrativa muito similar está presente na dissertação “A criminalização dos trabalhadores rurais no polígono da maconha”, de Erika Macedo Moreira, escrita em meados de 2000. A autora entrevistou o mesmo Superintendente Wilson Salles Damázio, que reforçou sua opinião de que “o escândalo da mandioca intensificou o plantio da maconha na medida em que todas as fontes de financiamento foram suspensas, fazendo com que os trabalhadores rurais, sem expectativa de fonte de renda, ficassem a mercê dos “narcotraficantes” da região” (MOREIRA, 2007, p. 95).

O artigo de Ana Maria Motta Ribeiro, “No Submédio São Francisco: uma reflexão sobre o cultivo de maconha no Brasil”, é outro trabalho que relaciona o plantio de maconha no sertão de Pernambuco com o escândalo da mandioca. De certo modo, a autora recupera o ideário popular acerca do tema:

“depois de 1981 as terras dos proprietários envolvidos foram confiscadas e se diz que, a partir daí, na segunda metade dos anos oitenta, com o fim do “grande negócio ilegal para os ricos” e com terras hipotecadas

¹³¹ Federais são acusados de matar trabalhador. **Diário de Pernambuco**. 6 de setembro de 1981. P. 39.

ao Banco do Brasil, transformadas no linguajar local em “terras sem dono” e com cidades que repentinamente perderam drasticamente a circulação de dinheiro, e, segundo a versão mais recorrente, foi aí que teve início o aquecimento da agricultura comercial de maconha na região, considerado desta vez um “grande negócio ilegal para os pobres” (RIBEIRO, 2006, p. 7).

Além do escândalo da mandioca, os mesmos autores apontam outros aspectos para o aumento na escala de produção de maconha, após os anos de 1980. A localização geográfica, os recursos naturais, as guerras de famílias, a crise da cebola nos anos de 1990 e até mesmo os projetos de desenvolvimento entraram em pauta.

Em particular, a construção da barragem de Itaparica é apontada como um dos principais determinantes para o aumento na escala da produção de maconha no sertão de Pernambuco. Entre 1978 a 1986, a população atingida por essa barragem se organizou em torno de um movimento sindical, o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco (POLO). Por meio dessa organização, a comunidade afetada conquistou o direito a um reassentamento para mais de 6 mil famílias, no qual estava previsto uma estrutura de irrigação (KOINONIA, 2006).

Ana Maria Motta Ribeiro, em “O Pólo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda”, a partir de narrativas da imprensa pernambucana, afirma que nos reassentamentos Brígida e Caraívas parte da estrutura de irrigação foi utilizada em plantios de maconha (RIBEIRO, 2008). Na mesma linha, um Relatório da Secretária Nacional de Segurança Pública, cujo proponente foi a Organização Não Governamental (ONG) Koinonia, esclarece um pouco mais a questão. Segundo o relatório, em 1997, um dos líderes sindicais mais importantes desses reassentamentos, Fulgênio Manoel da Silva, “por se opor às pressões dos produtores” de maconha, foi assassinado para intimidar os agricultores que não queriam ceder parte de suas terras para o plantio ilícito (KOINONIA, 2006, p. 98). De certa forma, isso sugere que alguns dos projetos de reassentamento vinculados à construção da barragem de Itaparica foram na prática criados em regiões já dominadas por uma rede de produtores e traficantes de maconha.

Está tese não descarta a importância do escândalo da mandioca e a ineficácia de alguns planos de desenvolvimento em atender a população sertaneja como elementos que contribuíram para aumentar a produção de maconha nas décadas de 1980 e 1990. Contudo, aponta outros aspectos relevantes para a estruturação dessa produção ilegal. Dentre esses estão, por exemplo, questões mais gerais como as próprias contradições resultantes do modelo agrícola

posto em prática no período da Ditadura civil-militar. Nesse sentido, vale lembrar que a Mensagem 33 sinalizava o direcionamento para modernização do campo, bem como o desenvolvimento de uma agricultura em moldes empresariais. No entanto, esse modelo agrícola, posto em prática na região do Submédio São Francisco, não foi capaz de superar as desigualdades sociais existentes na região. Ademais, como já antecipado na introdução, este trabalho propõe que a produção e a comercialização de maconha já existiam desde a década de 1970, bem antes do escândalo da mandioca e da construção da barragem de Itaparica, e que no início da década de 1980 já compunham uma rede articulada em moldes mais capitalista – assunto melhor trabalhado nos próximos capítulos.

3 GUERRA À “ERVA MALDITA”

Muito do legado institucional promulgado na Era Vargas (1930-1945) persistiu ao longo do tempo. Apenas para citar um exemplo, o projeto de centralizar as ações de controle e repressão sobre o consumo de drogas no Brasil, no qual a maconha estava inclusa, ocorreu neste período, conforme trabalhado no primeiro capítulo. É claro que tais jurisprudências extrapolaram as questões relacionadas a temática das drogas, ou seja, também tinham como objetivo dar diretrizes para um novo projeto de sociedade, assentado sobretudo na modernização da industrialização e do capitalismo brasileiro.

Em vista disso, o governo sancionou uma série de leis e decretos para regulamentar o mercado de trabalho urbano, bem como as novas relações de propriedade. Em 26 de novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Alguns anos mais tarde, ocorreu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, para mediar os conflitos entre patrões e empregados, foi criada a Justiça do Trabalho (FONSECA, 1989).

Aos poucos, a instituição de uma nova moral, em que o culto ao trabalho como missão do homem, foi se tornando valorizada. O Estado procurou banir do imaginário popular a longa tradição da malandragem. Em 1934 foi criado o Serviço de Fiscalização e de Repressão à Mendicância e Menores Abandonados, que pretendia tirar das ruas os menores, encaminhando-os para as instituições responsáveis. Os mendigos, por sua vez, eram enviados para os espaços em que a fronteira agrícola estava em expansão, especialmente Goiás. Além disso, de acordo com o Código Penal de 1941, a mendicância e a vadiagem foram classificadas como contravenção (CANCELLI, 1991). A multa variava entre 15 dias a 3 meses de prisão. Reincidentes estavam sujeitos a 5 anos de cadeia. De acordo com a convicção dos representantes do Estado naquele período, o único considerado cidadão e passível de receber cuidados era aquele que cooperava cotidianamente para o progresso material do país, o trabalhador. Dentro dessa perspectiva, este se enquadrava na ideologia de trabalho como meio de emancipação e valorização do homem e, apenas sob essas condições, ele era digno de cuidado e de proteção do Estado (LINHARES e SILVA, 1999).

O trabalhador rural, por sua vez, ficou de fora da regulamentação do trabalho, mas não fora do ideário trabalhista. A ele foi designado um novo papel social. O discurso do Estado desconstruiu e superou a imagem do agricultor associada à figura do jeca – ser apático e ingênuo – e a concebeu associada a uma figura heroica, abnegada e dedicada ao trabalho e ao país (CANCELLI, 1984). Em 1938, por meio do projeto “A Marcha para o Oeste”, sustentado com

um discurso fortemente nacionalista, o Estado incumbiu a esse trabalhador a missão de levar o progresso aos espaços tidos como vazios, de forma a promover a “integração inter-regional e aos poucos expandir as fronteiras econômicas até as fronteiras políticas” (VARGAS, p. 284-285). Inicialmente, a Marcha tinha o sentido litoral-sertão e se voltava para os estados de Goiás e Mato Grosso; depois, ela também se dirigiu à região amazônica (SECRETO, 2007)

Com a Marcha em voga, setores do governo federal incentivaram a ida dos sertanejos atingidos pela seca. Isso fica particularmente evidente nos discursos de Vargas. Na ocasião, o Departamento Nacional da Imigração (DIN) encaminhou cerca de 8 mil trabalhadores rurais nordestinos para os seringais do Alto Amazonas e para o Acre (CARVALHO, 1941). Dois anos mais tarde, esse projeto ganhou uma nova roupagem quando o Estado Novo promoveu a chamada “Batalha da Borracha”¹³². Em 1942, em plena II Guerra Mundial, o governo traçou um plano para selecionar e encaminhar trabalhadores rurais, em especial sertanejos, para os seringais amazônicos. Esses homens, conhecidos como os “soldados da borracha”, tinham a missão extrair látex para os exércitos aliados. A previsão do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SENTA) era transferir para os mencionados seringais cerca de 50 mil nordestinos num período de cinco meses (MORALES, 2002). Apesar dessas migrações, é importante salientar que, dado o tamanho da população residente no sertão, nem toda essa gente foi contemplada pela lógica do estado Varguista e por isso, à margem do projeto de sociedade em construção, precisaram encontrar outros meios para sobreviver.

O Estado se esforçava em disciplinar todo cidadão para trabalhar segundo a lógica do capital, ou seja, todo aquele que não se encaixava nos moldes era duramente reprimido. Nas décadas de 1930 e 1940, os usuários de maconha não se enquadravam no perfil desejado de brasileiro. Eles eram vistos como “vagabundos”, gatunos e solteiros, bem como ocupavam profissões de pouco prestígio, peculiaridades que o Estado procurava superar. Desde então, as autoridades públicas, em suas diferentes instâncias, planejaram muitas ações com o objetivo de combater o uso dessa planta. Este capítulo trata, justamente, sobre os principais planos de repressão ao cultivo de *Cannabis* no sertão nordestino. Por outro lado, também acompanha as contrapartidas do cultivo ilegal para tentar fugir da repressão estatal.

¹³² No período do Estado Novo (1937-1945), o Brasil firmou uma série de acordos internacionais com os Estados Unidos (acordos de Washington) que previam ajuda técnica e financeira ao Brasil – material bélico, abastecimento alimentar e recursos financeiros – durante a Segunda Guerra Mundial. Em troca, o Brasil se comprometeu com o fornecimento de uma série de matérias-primas estratégicas – principalmente minerais e a borracha. Em vista disso, o governo promoveu uma série de campanhas para conscientizar e “mobilizar a sociedade brasileira para o conflito” (GOMES, 1996).

3.1 A ATUAÇÃO DA CNFE, A CRIAÇÃO DAS COMISSÕES ESTADUAIS E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA REPRESSÃO

O Nordeste adentrou a década de 1940 com o estigma de ser a região brasileira com a maior concentração de “fumadores de maconha” do Brasil (DÓRIA, 1958). Para combater esse uso, bem como reprimir o tráfico em regiões de fronteira, a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (CNFE) criou as Comissões Estaduais de Fiscalização de Entorpecentes (CEFEs), que atuariam regionalmente. Em março de 1942, a CNFE estabeleceu as diretrizes para o funcionamento dessas Comissões Estaduais: fazer reuniões ordinárias mensalmente, produzir a ata de cada reunião, compor um relatório de atividades e um relatório do comércio de entorpecentes legais, entre outras. Todos os documentos produzidos deveriam ser enviados periodicamente à CNFE. Essa regulamentação teve efeito rápido e, no final daquele ano, todos os estados já contavam com sua respectiva CEFE regulamentada e em pleno funcionamento, com exceção dos estados da Bahia e do Sergipe (CARVALHO, 2013).

O estado da Bahia inaugurou sua Comissão Estadual no final de 1943. A ocasião contou com a presença de diversas autoridades regionais, do presidente da CNFE e dos presidentes das CEFEs dos estados vizinhos. Na ocasião, apresentou-se o seguinte relatório: “*Inspeção realizada de 7 a 19 de novembro de 1943 nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas visando o problema do comércio e uso da maconha*”¹³³. Este documento detalha a viagem de inspeção do Doutor Roberval Cordeiro de Farias, então presidente da CNFE, acompanhado de autoridades locais, por áreas apontadas como principais centros de plantações de liamba do Brasil. O documento traz um relato sobre o que Roberval encontrou em cada um dos estados. Esse relatório aponta que, na Bahia, o vício da diamba era incipiente, especialmente em Salvador, porém, acentua que a presença de marinheiros americanos nos portos poderia suscitar um aumento na sua produção, uma vez que esses marujos a procuravam.

Nos estados de Sergipe e Alagoas, a inspeção foi realizada em duas sub-regiões. Num primeiro momento, a inspeção atuou em áreas da zona da mata, próximas ao rio São Francisco, com foco nos Municípios próximos à divisa entre esses Estados. O relatório traz uma série de informações a respeito do cultivo da maconha nesse espaço. No Município de Aquidabã, Estado de Sergipe, o capitão da polícia, já instruído sobre o problema, destruíra uma grande plantação há poucos dias atrás. Ademais, ele investigava a possibilidade de existir outras, cujas diligências seriam repassadas ao chefe da política estadual. No Município de Propriá,

¹³³ Esse relatório foi publicado, em 1958, na obra: *Maconha: Coletânea de Trabalhos Brasileiros*. Ele também está disponível gratuitamente em: https://www.growroom.net/download/livros/maconha_coletanea_12.pdf

do mesmo estado, a inspeção encontrou uma significativa quantidade de maconha pronta para a preparação dos cigarros. A equipe também foi informada de que nesse município, até pouco tempo atrás, a maconha era cultivada em largas quantidades e comercializada livremente nas feiras locais aos sábados.

No outro lado do rio, em Alagoas, o Dr. Rodrigues Albuquerque recebeu informações que em Igreja Nova também havia plantações de maconha. Contudo, as autoridades locais – prefeito e delegado – desconheciam o caso e afirmaram que não havia plantações de liamba naquele Município. Porém, devido à suspeita, os representantes da CNFE, chefiados pelo Dr. Rodrigues, foram até a residência de um septuagenário, que declarou fumar diamba desde menino. Na casa dele foram encontrados uma pequena plantação de maconha e cigarros prontos para o consumo. Depois, partiram para o Município de Porto Real do Colégio. Ali, novamente, as autoridades locais alegavam desconhecimento sobre o plantio de maconha. No entanto, ao conversar com a população, os representantes da CNFE confirmaram as suspeitas: a maconha era cultivada por indivíduos de classes baixas e já inteirados da proibição do plantio. No Município de São Miguel dos Campos, constataram que o delegado já estava inteirado sobre o problema do cultivo ilegal e, a poucos dias atrás, destruíra grandes plantações nos arredores da cidade. O mesmo delegado, no período da visita, investigava a denúncia de plantações no vale da usina do Sinimbu.

A segunda fase da inspeção ocorreu no agreste, interior do Estado de Alagoas, próximo à divisa com Pernambuco. No Município de Palmeira dos Índios, os representantes da CNFE foram até a casa de um velho que, apesar de manter alguns pés remanescentes, colhiera e embalara uma grande quantidade de maconha, já pronta para o comércio. Ele confessou que vendia a maconha em pequenas porções. Ainda em Palmeira dos Índios, os representantes descobriram que a maconha era comercializada na feira por um raizeiro. Ademais, receberam indicações de outras localidades que, provavelmente, plantavam maconha. O delegado do Município disse que não sabia sobre a existência da maconha em sua jurisdição. No Município de Anadia, foram até uma casa onde se suspeitava o cultivo de maconha. No entanto, seus moradores alegaram que a plantação fora cortada e não replantada por estarem cientes de que agora seu plantio era proibido. Os representantes da CNFE também receberam denúncias de plantações no Estado de Pernambuco, mais especificamente nos Municípios de Bom Conselho e Garanhuns. No entanto, eles não foram até lá para confirmar a suspeita.

O relatório final dessa operação traz ainda a conclusão das autoridades sobre o assunto. Segundo consta, a maconha era uma planta nativa do Nordeste e cultivada, até pouco tempo atrás, para o consumo pessoal ou para a venda em feiras locais, nesse caso com o nome

de “fumo bravo” – no dizer dos raizeiros. Apesar da proibição de 1938, os plantadores, em sua maioria, não tinham noção da infração que praticavam. Quem consumia essa erva eram os indivíduos da classe baixa, os desamparados de assistência social e os menores abandonados (maloqueiros). Seu uso também era bastante difundido entre os criminosos e reclusos em penitenciárias. Apesar disso, o relatório conclui que, “não constitui, felizmente, por enquanto, problema social grave o uso da maconha no nosso país, que só ultimamente se vem incrementado, devido às condições anormais de guerra em que nos encontramos”¹³⁴.

Para acabar com esse “mal”, era necessário evitar sua disseminação e extinguir o seu uso. Nesse sentido, como recomendação para o bom êxito da campanha contra a maconha, o relatório propõe o investimento em campanhas educativas contra o uso e o plantio, a adoção de normas preventivas e repressivas e o trabalho conjunto entre as Comissões Estaduais dos estados do Nordeste e do Maranhão. A população devia ser informada do seu malefício, até porque as autoridades governamentais consideravam que o maior número de fumadores de maconha se concentrava no Nordeste do Brasil, hábito que produzia estragos individuais e, por vezes, dava lugar a graves consequências criminais.

Essas políticas de combate à maconha não se restringiram aos relatórios e às atuações da CNFE. Também foram pautadas no Convênio Interestadual da Maconha – uma espécie de fórum de discussão sobre o tema.

3.1.1 Convênio Interestadual da Maconha: o Nordeste contra a “diambomania”

O Convênio Interestadual da Maconha aconteceu em Salvador entre os dias 16 a 18 de dezembro de 1946 e tinha como objetivo discutir: (1) os centros de produção do Nordeste; (2) a colaboração mais estreita entre as CEFES da Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco; e (3) uma proposta de reformulação da lei que proibiu a maconha (§ 1.º, do art. 2º, do decreto-lei federal nº 891, de 25 de novembro de 1938)¹³⁵. Ao longo dos três dias de evento, o encontro se dividiu em duas sessões: uma de abertura e outra de encerramento. Na primeira, os representantes de cada Estado apresentaram seus respectivos relatórios para contextualizar o cultivo, o comércio e o consumo até aquele ano. Na segunda, os participantes formalizaram uma série de recomendações conjuntas para ajudar a resolver o problema da maconha nos Estados do Nordeste e no Maranhão.

¹³⁴ Inspeção realizada de 7 a 19 de novembro de 1943 nos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas visando o problema do comércio e uso da maconha, p. 9.

¹³⁵ Esta sessão foi escrita apoiada no Convênio Interestadual da Maconha. O Documento é uma brochura de 20 páginas, publicada pela Imprensa Oficial de Pernambuco e faz parte do acervo de livros e obras raras da biblioteca Pública de Pernambuco.

Um dos assuntos colocados em pauta foi o Decreto-Lei nº 891. Considerado um entrave para o combate ao cultivo da maconha, o Decreto exigia que, para realizar a destruição das plantações, era necessário a presença de um representante do Ministério da Agricultura especializado em botânica para a correta identificação das plantas. Só depois dessa confirmação as autoridades policiais poderiam destruir os cultivos. Na visão dos participantes do encontro, na maioria médicos, o Decreto excluía as autoridades sanitárias, que também tinham a competência para identificar a *Cannabis*. Portanto, sugeriram a CNFE a inclusão de um dispositivo legal para que as autoridades sanitárias pudessem representar o Ministério da Agricultura sempre que necessário, tal como já acontecia com as cooperativas produtoras de cânhamo. Além disso, os representantes dos Estados discutiram questões mais pormenorizadas sobre os modos do cultivo ilegal: as estações do ano em que eram feitas as sementeiras, o transplante das mudas para o local do cultivo e a colheita. Infelizmente, o relatório final não traz esses dados de maneira concreta, apenas cita em ata que estes assuntos foram discutidos.

Além da discussão em torno da Lei, na sessão de abertura, cada representante relatou a situação do seu Estado. Garcia Moreno, de Sergipe, afirmou que o vício na diamba estava espalhado em todo o Estado. A zona do baixo São Francisco era considerada um dos maiores centros de produção e grande parte das plantações se encontrava em propriedades rurais, sobretudo dos Municípios de Aquidabã e Propriá. Segundo ele, a maconha ali produzida era transportada até Aracaju, onde havia significativo número de adeptos. Além disso, ele ressaltou o aspecto “folclórico” em torno da maconha, isto é, suas supostas virtudes e suas ações reais no corpo dos indivíduos que ingeriam tal substância.

Cláudio Magalhaes, o representante de Alagoas, forneceu um depoimento minucioso sobre as zonas de plantio em seu Estado e, com o intuito de confirmar tais afirmações, apresentou um mapa das áreas em que várias plantações de maconha foram destruídas. Novamente, essa informação consta em ata, mas a mesma não registra os detalhes da fala e tão pouco apresenta o mapa. Consta apenas que havia dois grandes focos de produção: no sertão e as margens do rio São Francisco. Provavelmente, afim de atualizar (ou de impressionar) os colegas, Magalhaes apresentou amostras de sementes, flores, folhas e raízes da planta e também alguns cigarros grosseiros, tal como usavam “os viciados de baixa classe”. O relatório faz menção ao sítio de Antônio Rosa, em Olho d’Água do Accioly, no Município de Palmeira dos Índios, como uma localidade produtora de maconha em Alagoas.

Eleyson Cardoso, o representante do Estado de Pernambuco, ofereceu à apreciação dos membros do Convênio 46 fichas criminais, elaboradas pela CEFÉ de Pernambuco, de viciados e traficantes de maconha autuados. A síntese dos conteúdos das fichas foi anexada à ata.

As Tabelas 3.1 e 3.2 são transcrição desse material. Elas mostram que o traficante e o usuário médios aparentemente eram homens solteiros, com idade entre 20 e 30 anos, analfabetos, que desempenhavam trabalhos pouco prestigiados ou que não tinham profissão.

Tabela 3.1: Perfil social dos 46 viciados e traficantes.

Idade	Estado Civil	Sexo	Naturalidade	Escolaridade
1 a 9.....0	Solteiros ...42	Masculino....45	Pernambuco.....41	Alfabetizados.....10
10 a 19.....9	Casados.....4	Feminino.....1	Alagoas.....1	Semianalfabetos....4
20 a 30.....28			Rio G. do Norte.....1	Analfabetos.....32
30 a 40.....8			Paraíba.....1	
40 a 50.....1			Ceará.....1	
Acima de 50..1			Não especificada....1	

Fonte: Relatório apresentado ao governo do Estado de Pernambuco pelo Dr Eleyson Cardoso referente ao Convênio Interestadual da Maconha.

Tabela 3.2: Perfil de trabalho dos 46 viciados e traficantes.

Ocupações
Gazeteiros.....14
Carregadores.....9
Operários.....1
Trabalhadores.....1
Estivadores.....1
Aux. de comércio.....3
Marítimos.....2
Padeiros.....2
Barraqueiros.....1
Carpinteiros.....1
Ambulantes.....1
Gráficos.....1
Garçons.....8
Sem profissão.....8

Fonte: Relatório apresentado ao governo do Estado de Pernambuco pelo Dr. Eleyson Cardoso referente ao Convênio Interestadual da Maconha.

João Mendonça, o representante da Bahia, último a falar sobre as situações estaduais, ressaltou que não havia notícias de plantações em seu Estado e tudo o que sabia sobre o assunto foi por meio das declarações de viciados e traficantes detidos. Além disso, ressaltou

que os dados estatísticos desses contraventores fichados na Bahia eram similares aos de Pernambuco. Mas diferentes deste, os usuários e traficantes baianos eram, na maioria deles, adolescentes, com predominância de pretos e mulatos.

Na sessão de encerramento, realizada no dia 18 de dezembro, foram apresentadas moções de agradecimento aos governadores de cada Estado participante por terem possibilitado a efetivação do convênio. Ao término, a Convenção elaborou 19 sugestões para conter o uso psicoativo da maconha na sociedade nordestina. Essas medidas foram repassadas aos Estados do Nordeste e Maranhão, empenhados nessa cruzada contra a “diambomania”. Abaixo estão listados 9 deles que revelam as diretrizes em termos de política pública que seriam adotadas no combate a maconha. Ademais, até certo ponto, esses 9 descritos contemplam os demais objetivos estipulados no Convênio:

2 – Destruição das plantações de maconha; limitada a sua produção para fins médicos ou industriais;

3 – Medidas jurídicas de revisão, ou interpretação, destinadas a consolidar e atualizar legalmente todos os meios de repressão e profilaxia do maconhismo;

5 – Estudo e vigilância especial, nos delinquentes contra propriedade, de marítimos, prostitutas e presidiários;

7 – Ordem do dia para as questões da infância e maternidade, menores abandonados ou desajustados;

8 – Criação, na Delegacia de Jogos e Costumes ou congêneres, de um comissariado para a repressão das toxicomanias;

10 – Intercâmbio obrigatório entre as C.N.F.E (atas, trabalhos, fichas de viciados ou de pesquisas);

15 – Internamento e tratamento, pena ou medida de segurança, colônias agrícolas para os viciados e traficantes, conforme os casos;

18 – Matrícula dos cultos afro-brasileiros e intercâmbio policial-médico de ordem educativa-higiênica.

19 – Plantio pequeno sob inspiração e fiscalização das C.E.F.E., para fins de estudo da maconha, dos pontos de vista farmacológicos, clínico,

psicológicos e sociológicos¹³⁶.

Ainda que o objetivo fosse acabar com o cultivo, a venda e o consumo da maconha, na prática, as medidas sugeridas iam muito além disso e, no seu conjunto, formavam todo um aparato repressor contra uma parcela social (prostitutas, delinquentes, marinheiros, desempregados...) que não se encaixava na sociedade idealizada pelo Estado da época – que, como visto anteriormente, concebe ao trabalho o papel de dignificação da condição humana. Assim, ao longo das 19 sugestões, além de medidas práticas para conter o uso da maconha, o Convênio Interestadual de certa forma propunha ao Estado uma espécie de higienização social ampla, baseada na medicina e na repressão – e se necessário com o auxílio de internação em colônias agrícolas. Não há maiores explicações sobre como essas internações ocorreriam, no entanto, fica a indagação se traficantes e usuários receberiam o mesmo tipo de tratamento?

Além disso, quanto à “matrícula dos cultos afro-brasileiros”, os autores argumentavam que não havia preconceito racial nisto e que era uma “questão de sentido social”, visto que os viciados eram no geral pretos e mulatos¹³⁷. Uma outra medida bastante defendida ao longo de todo o relatório foi a recomendação para que os representantes do Estado destruíssem todos os plantios que fossem localizados e comunicassem imediatamente a CNFE. Porém, para revelar de forma mais contundente as ações concretas e conjuntas desses Estados no extermínio da maconha ao longo dos últimos anos da década de 1940, outros registros precisam ser localizados. Por ora, tem-se apenas uma notícia divulgada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 26/03/1947, que relata um caso de apreensão de 20 kg em Recife. O contraventor alegou que a maconha era de Santana do Ipanema¹³⁸.

Por fim, convém destacar que, entre as sugestões do Convênio, deviam ser permitidas a plantação pequena e controlada para fins de estudo e a produção para fins médicos e industriais. Isso reforça que, acima de tudo, o consumo da maconha, por uma parcela da sociedade civil, era o principal foco das ações repressoras. Nesse período, apesar de diminuto, ainda existia a produção de tecidos e de cordoarias a partir de fibras de cânhamo. As indústrias e cooperativas desse ramo, mesmo que fortemente controladas, tinham o aval do Estado para funcionar.

¹³⁶ CARDOSO, Eleyson. Convênio Interestadual da Maconha. Relatório Apresentado ao governo do Estado de Pernambuco Pelo Dr. Eleyson Cardoso. Imprensa oficial. Recife. 1946

¹³⁷ O documentário *Nosso Sagrado* mostra uma outra perspectiva histórica sobre esse assunto. Segundo o documentário, ao longo da Era Vargas as comunidades tradicionais de terreiro foram criminalizadas e muitos dos seus objetos sagrados foram apreendidos. Dentre esses objetos estão cachinhos utilizados para fumar.

¹³⁸ Espalhada no Recife a “Herva do Diabo”. *Diário de Pernambuco*. 26/03/1947. P. 5.

3.1.2 A destruição dos cultivos na década de 1950

Como primeiro esforço de mapear a atuação da CNFE no combate ao cultivo da maconha, procurou-se por notícias de época nos jornais do Estado de Pernambuco e Alagoas. Notícias acerca desse tema foram encontradas nos seguintes jornais: Diário de Pernambuco¹³⁹, Jornal Pequeno: Pequeno Jornal¹⁴⁰, Diário oficial do Estado de Alagoas¹⁴¹, Diário oficial do Estado de Pernambuco¹⁴² e Jornal Última Hora¹⁴³. Ainda que esse tipo de fonte apresente um conjunto de acontecimentos situados no tempo, seu uso está condicionado às motivações que levaram à escolha de destacar alguns fatos em detrimento de outros (LUCA, 2015), já que a realidade social é bem mais complexa e diversa. Notadamente, a maconha, muitas vezes, foi escolhida para ser notícia nas páginas desses jornais, o que em parte também revela que, ao longo do recorte temporal da tese, ela era objeto de interesse. Para se ter uma ideia, entre 1938 a 1981, ao considerar os jornais mencionados, há pelo menos 3.500 notícias que veiculam algum assunto relacionado a maconha. Na sequência, algumas dessas notícias são exploradas com mais detalhes.

Em 1955, o jornal Diário de Pernambuco divulgava que “agrava-se [...] o emprego da maconha, com sua maior área de cultura no Vale do São Francisco. Torna-se difícil a vigilância sobre a herva pois a quem a cultive como planta de jardim, no quintal, ou até em jarros¹⁴⁴”. Dois anos mais tarde, o mesmo jornal ainda comunicava que “a maconha florescia [...] livremente nos quintais dos ranchos das terras da fazenda Quixabeira Amargosa, no Município de Santana do Ipanema em Alagoas¹⁴⁵”. Ambas notícias sugerem que, apesar dos esforços da CNFE, CEFes e das recomendações propostas no Convênio Interestadual, o cultivo da maconha ainda era um problema.

O relato de Donald Pierson, sociólogo norte-americano que estudou o modo de vida da população do Vale do rio São Francisco, é outro registro da década de 1950 que contribui para reforçar esse quadro. Ele primeiro mapeou toda a região do Vale e depois selecionou 10 comunidades para analisar em detalhe: Cerrado, Retiro, Rio Rico, Gerais, Pesqueira, Marrecas, Sertão Novo, Ilha do Toré, Passagem Grande e Cuscuzeiro. Em 1952, ao visitar pela primeira

¹³⁹ Diário de Pernambuco: notícias divulgadas entre os anos de 1940 a 1983.

¹⁴⁰ Pequeno Jornal: notícias divulgadas entre os anos de 1889 a 1955.

¹⁴¹ Diário Oficial do Estado de Alagoas: notícias divulgadas ao longo da década de 1940.

¹⁴² O site do jornal passa por modificações. Assim, no momento, os números referentes aos anos da pesquisa não estão disponíveis para acesso *online*.

¹⁴³ Jornal Última Hora: notícias divulgadas em 1963.

¹⁴⁴ O alcoolismo é, hoje, o maior problema de saúde pública. **Diário de Pernambuco**. 25/01/1955, p. 3.

¹⁴⁵ No sertão alagoano, os maiores centros de cultura da “erva maldita” no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. 7 e 8 (sábado e domingo) de setembro de 1957, p. 32.

vez Passagem Grande, região do baixo São Francisco, Pierson fez a seguinte observação:

Na área em torno da Passagem Grande é geral o uso da maconha entre as classes mais baixas da população. Não se conhece membro da elite que a use. [...] Embora no Sul a maconha seja usada sorrateiramente na forma de cigarros, em Passagem Grande é fumada com uma espécie de narguilé primitivo, composto de uma garrafa comum, de boca estreita cheia de água e o canudo do cachimbo de maconha, conhecido como “Marica” mergulhado no líquido. As sumidades floridas da maconha são colocadas no forninho de barro do cachimbo e acessas com um fósforo. O fumo é “lavrado” dizem os moradores, pelo reservatório de água antes de chegar a boca do fumante. O uso da maconha em Passagem Grande parece constituir sempre uma experiência social, contudo, desde que os habitantes aparentemente a fumam apenas no grupo. Um círculo ou roda é formado, passando o cachimbo de mão em mão. À medida em que o indivíduo passa-o à pessoa ao seu lado, ele ou ela diz: Ajoie (ajoelhe – uma homenagem a maconha), marica! Cantando então uma canção conhecida como “loa”, em louvor, da maconha. Em uma “roda” [...]. Oito pessoas participaram. Cada uma delas puxou três ou quatro vezes e passou a marica ao vizinho, dizendo “ajoelhe, marica” fazendo em seguida sua louvação [...]. (PIERSON, 1972, p. 95-96)

Esse depoimento tem a preocupação de distinguir hábitos que fazem parte da cultura popular e hábitos que fazem parte da cultura da elite. Em consonância com as falas dos representantes do Convênio Interestadual, a maconha, no relato de Pierson, também é associada como um hábito das “classes mais baixas da população”. Além disso, fora do Brasil, havia um cenário similar. Nos países do centro do Capitalismo, em especial nos Estados Unidos, a maconha se consolidava como uma droga própria dos grupos confinados a guetos urbanos, fundamentalmente imigrantes mexicanos e porto-riquenhos. Na Inglaterra, outro exemplo, a maconha começava a ser associada aos imigrantes negros das Antilhas e do oeste do Continente Africano. Até então, o uso da maconha era visto como uma prática da “subcultura” e não causava grandes preocupações para os chefes de Estado. (OLMO, 1980).

Devido a difusão do uso da maconha no Nordeste, em 17 de outubro de 1957, as autoridades das CEFES e da CNFE organizaram um encontro para planejar uma ação conjunta de combate às plantações existentes. Na ocasião, o presidente da CEFES de Pernambuco, o Coronel Luiz de Melo, declarou:

Vamos deflagar um movimento de âmbito nacional, cujas bases serão estudadas hoje. Podemos inicialmente adiantar que está prevista a convocação de pelo menos cinco ministros do Estado, incluindo Guerra, Marinha, Aeronáutica, Agricultura e Exterior em dia que será previamente fixado a fim de podermos coordenar a “blitz” que visará acabar,

de uma vez, não somente com o tráfico clandestino de maconha, como também e sobretudo com as suas plantações no Estado do Nordeste. O lança-chamas do Exército, de 30 metros de língua de fogo, destruirão em um minuto, uma plantação de maconha¹⁴⁶

Além disso, em maio de 1958, o *Diário de Pernambuco* noticiou os principais encaminhamentos de um outro congresso da CNFE, que acontecera na sede do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, para debater os problemas dos entorpecentes. Consta que participaram desse encontro autoridades dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco. Pedro Pernambuco Filho, representante de Pernambuco, discorreu sobre a história da maconha e afirmou que as plantações haviam se espalhado pelos Estados nordestinos. Essa fala foi complementada pelo delgado de São Paulo, Celso Telles, que por sua vez, declarou que o Nordeste era um grande centro produtor da maconha que chegava no sul do país, com ênfase no Estado de Alagoas. Ademais, ele também afirmou que possuía um dossiê com os nomes dos principais plantadores, e dentre esses estava o Coronel Sabino de Oliveira, de Santana do Ipanema. Ao final do encontro, foram deliberadas 15 ações que seriam postas em prática, das quais, para fins deste trabalho, destacam-se: (1) que fosse impedido a importação de sementes do cânhamo, usado na alimentação de pássaros; (2) que fosse aumentado a vigilância sobre os navios de guerra e navios estrangeiros de modo geral; (3) que se aumentasse a vigilância em navios e aviões oriundos do Norte e do Nordeste que se deslocavam para outras regiões do Brasil; (4) que fosse solicitado ao ministro da Agricultura o levantamento das áreas e das plantações de maconha, bem como a sua localização¹⁴⁷. Inclusive, consta no Diário Oficial do Estado de Pernambuco que, através da Portaria nº 48, de março de 1958, dois meses antes do referido congresso, o governador nomeou os professores Rene Ribeiro, José C. L. M Silveira, Ferreira dos Santos e Aluizio Bezerra para estudar e elaborar um relatório sobre os problemas da maconha no Estado. A portaria menciona que esse relatório deveria ser apresentado em um Congresso que aconteceria no Rio de Janeiro¹⁴⁸.

Também em 1958, veiculou uma notícia no Diário de Pernambuco que a CNFE colocara em vigor o “Plano inicial de interceptação do tráfico de maconha”. Segundo a matéria, esse plano visava acabar com o tráfico e com o cultivo a partir de duas frentes de atuação. A primeira consistia na fiscalização de bagagens e cargas em caminhões, camionetes, automóveis e “paus de arara”, provenientes das regiões sabidamente produtoras de maconha. As vistorias

¹⁴⁶ “Blitz” contra a maconha no Nordeste. *Diário de Pernambuco*. 17 de outubro de 1957, p. 1.

¹⁴⁷ A ata da Reunião foi divulgada no Jornal Diário de Pernambuco: Destruição das plantações de maconha em todo o país. *Diário de Pernambuco*. 04 de maio de 1958. P. 8.

¹⁴⁸ Diário Oficial Estado de Pernambuco. 04 de março de 1958. P. 1084

seriam feitas sistematicamente nas fronteiras dos Estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, no Distrito Federal e em Municípios que fossem julgados necessários. A segunda frente, organizada pelos Estados de Alagoas e Pernambuco, consistia na destruição das plantações existentes e no combate aos novos cultivos. Curiosamente, no mesmo ano, como mostra a Figura 3.1, uma matéria do mesmo jornal destacava que a Comissão de Entorpecentes preparava essa nova ação de repressão à maconha.

Figura 3.1: Capa do Diário de Pernambuco com a chamada de que a CNFE preparava nova batida no setor de repressão à maconha.

IOFOSCAL
O fertilizante indicado para as crianças em idade escolar.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

FUNDADO EM 1825 - Nº 10.000 - 1958 - 10 de Agosto de 1958

IOFOSCAL
O fertilizante indicado para as crianças em idade escolar.

SEVERA ADVERTENCIA AO MINISTRO DA VIAÇÃO

Governador prevê um levante dos flagelados que trabalham nas obras contra as sêcas em Pernambuco

As verbas federais não chegaram: dois emissários de Cordeliro ao Rio

Seguem hoje o secretário da Agricultura e o deputado federal Nilo Coêlho

De — Telegrafos e Lúcio Moura — Resende na Polícia

A falta de pagamento das verbas federais para as obras de construção civil, no Estado de Pernambuco, tem gerado um grande descontentamento entre os trabalhadores rurais que trabalham nessas obras. O governador prevê um levante dos flagelados que trabalham nas obras contra as sêcas em Pernambuco. Os emissários de Cordeliro ao Rio seguem hoje o secretário da Agricultura e o deputado federal Nilo Coêlho.

COMISSÃO DE ENTORPECENTES PREPARA NOVA BATIDA NO SETOR DA REPRESSÃO À "MACONHA"

Elabora-se um plano que será enviado às autoridades federais. Polícia Civil prepara dados precisos sobre o tráfico de "erva malhada" no Recife

(Reportagem de João de Fátima LEMOS)

Um plano secreto de uma nova batida no setor da repressão à maconha, sob o comando da Comissão de Entorpecentes, está sendo elaborado. O plano será enviado às autoridades federais. A Polícia Civil prepara dados precisos sobre o tráfico de "erva malhada" no Recife.

De acordo com fontes da Comissão de Entorpecentes, o plano prevê uma operação de grande escala, envolvendo a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia de Segurança Pública. O plano será enviado às autoridades federais, com o objetivo de obter apoio e recursos para a operação.

A Polícia Civil está preparando dados precisos sobre o tráfico de "erva malhada" no Recife, com o objetivo de identificar os principais traficantes e suas rotas de distribuição. Os dados serão enviados à Comissão de Entorpecentes, para que possam ser utilizados no plano de repressão.

VÃO SER INTENSIFICADOS OS ESTUDOS DA GEOLOGIA DO NORTE E NORDESTE

Pernambuco será beneficiado com pesquisas — Quase completo o levantamento hidrográfico do Estado — A Universidade de Recife de Geologia da Universidade do Instituto — Desdobramento do prof. Paulo Duarte

Estudos sobre o Norte e Nordeste do Brasil, com o objetivo de intensificar os estudos da geologia do Norte e Nordeste, serão realizados. O levantamento hidrográfico do Estado está quase completo. A Universidade de Recife de Geologia da Universidade do Instituto será beneficiada com pesquisas. O prof. Paulo Duarte desdobrou o trabalho.

COMEMORA-SE AMANHÃ MAIS UM ANIVERSÁRIO DOS CURSOS JURÍDICOS

Reuniram no Ministério do São Paulo, em Cidade — Propõem reorganização pelas academias de Direito

Amã, 10 de Agosto de 1958. — O Ministério do São Paulo, em Cidade, reuniu-se hoje para comemorar o aniversário dos cursos jurídicos. Os membros do Ministério discutiram a reorganização das academias de Direito, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino jurídico.

DR. MACARRÃO, UM FIGURÃO — Carlos Estêvão

Um homem de muitas facetas, Dr. Macarrão é um dos principais nomes da vida cultural pernambucana. Ele é um homem de muitas facetas, com uma vasta experiência em diversas áreas da vida. Seu trabalho e sua dedicação são exemplos para todos.

Para intensificar o cerco aos produtores ilegais, o *Diário de Pernambuco* anunciou que o secretário da saúde do Estado propôs que fosse instituído um prêmio de 10 mil cruzeiros para ser oferecido a quem denunciasse, com as devidas provas, os “contrabandistas” e as plantações de maconha em território pernambucano. A proposta foi aceita e instituída pela CNFE e estendida para o Estado vizinho, já que, alguns dias depois, Alagoas também instituiu premiações para pessoas que denunciassem os cultivos ilegais. A denúncia poderia ser comunicada através de carta com o endereço completo da pessoa denunciada ou pessoalmente, com garantias de completo sigilo¹⁴⁹.

A destruição das plantações ilícitas era uma das práticas mais utilizadas para combater a maconha. As matérias de jornais consultadas sugerem que as polícias locais ficavam responsáveis por essa tarefa. O Estado de Alagoas, por exemplo, utilizava sobretudo a Polícia Civil (DIC) e o Serviço de Polícia Interestadual (Polinter) de Alagoas. Caso necessário, a Polícia Federal era acionada.

Uma prática comum dessas polícias, como forma de advertir a população, era a queima dos pés de maconha em fogueiras montadas em espaços públicos estabelecidos pela justiça. Em 1958, por exemplo, o Estado de Alagoas realizou uma grande operação contra o cultivo ilegal. Segundo os jornais da época, essa operação destruiu 15 toneladas de maconha no interior de Alagoas¹⁵⁰. Depois de arrancados, esses pés foram transportados para a Capital, Maceió, onde foi feita uma fogueira com seus caules, folhas e flores. A ocasião contou com a presença de representantes da Saúde Pública, da CNFE, da justiça e do próprio governador, Muniz Falcão, que deu a seguinte declaração: “pela primeira vez alguém teve coragem de lutar contra forças políticas de todos os lados para atacar a maconha de frente” e que as 15 toneladas apreendidas foram queimadas em praça pública “para que o povo visse e soubesse”¹⁵¹. De fato, essa queima recebeu bastante destaque, tanto que o presidente da CNFE se pronunciou, o governador fez uma declaração pública e o *Diário de Pernambuco* publicou duas reportagens sobre o assunto¹⁵².

Entre o final da década de 1950 e meados da década de 60, consta no *Diário Oficial*

¹⁴⁹ Notícias publicadas no *Diário de Pernambuco* que abordaram esse assunto: Prêmios em dinheiro a quem denunciar plantações de maconha ou tráfico de entorpecente no Estado. *Diário de Pernambuco*. 18 de setembro de 1958, p. 7; Plantio de maconha no Nordeste acabará. *Diário de Pernambuco*. 30 de setembro de 1958, p. 1. Repercute no Sul do País a campanha contra a ‘erva do diabo’ em Pernambuco. *Diário de Pernambuco*. 3 de outubro de 1958, p. 7; Pernambuco e Alagoas traçam um plano comum de combate à plantação de maconha e comércio de maconha. *Diário de Pernambuco*. 24 de outubro de 1958, p. 20.

¹⁵⁰ Grande campanha contra entorpecente. *Diário de Pernambuco*. 3 de outubro de 1958, p. 2.

¹⁵¹ Governador afirma que lutou com forças para atacar a maconha de frente. *Diário de Pernambuco*. 2 de fevereiro de 1959, p. 1.

¹⁵² Governador afirma que lutou com forças para atacar a maconha de frente. *Diário de Pernambuco*. 22 de fevereiro de 1959, p. 1; Alagoas produz, por ano, 50 toneladas de maconha: capital de 1 bilhão (sic) invertido. *Diário de Pernambuco*. 28 de fevereiro de 1959, p. 6.

de Alagoas ao menos três registros sobre a queima de pés de maconha. As chamadas dessas notícias eram diagramadas em caixa alta afim de destacar o assunto. No dia 20 de setembro de 1961, por exemplo, foram incinerados cerca de 600 kg no Município de Santana do Ipanema. A erva foi encontrada na propriedade do Sr. Francisco Rodrigues Agra, no Distrito de Carneiro. A incineração ocorreu no pátio externo da cadeia pública do Município e foi presenciada por várias autoridades locais¹⁵³.

Ao menos seis¹⁵⁴ notícias do Jornal Diário de Pernambuco, entre 1959 a 1968, também sugerem que o Estado de Pernambuco utilizava a queima de pés de maconha como prática de erradicação. Em 18 de setembro de 1960, por exemplo, uma notícia veiculou que o Tenente Alencar apreendeu 12.000 Kg em Bom Conselho e Garanhuns. Grande parte dessa maconha foi alocada em um depósito da polícia local e uma pequena parte, cerca de 300 kg, foi enviada para o Departamento de Segurança Pública (DSP), em Recife, e incinerada no pátio dessa instituição¹⁵⁵. Já em janeiro 30 de janeiro de 1968, outra notícia informou que a polícia incinerou, no forno de cremação municipal de Recife, uma tonelada de maconha descoberta no interior do Estado de Pernambuco¹⁵⁶. De certo modo, queimar os pés de maconha em locais públicos se transformou em um dos meios para erradicá-los, mas também uma forma do Estado demonstrar para a comunidade que agia no combate aos cultivos ilícitos.

Além da queima, outra prática da Polinter era o uso de violência para conseguir informações sobre o cultivo e a comercialização de maconha. Num desses casos, que ganhou repercussão, a agricultora Francisca Holanda Cavalcante, viúva e mãe de 7 filhos, residente no Município de Palmeira dos Índios, e investigada por plantar maconha, teve sua propriedade invadida pelos agentes da Polinter, em 1963. Declarando-se inocente e dizendo que não havia o plantio, a mulher foi “violentamente agredida, com bofetões e empurrões, terminando com chicotadas e pauladas”, e, mesmo vítima desse abuso de autoridade, não confessou o plantio, que só se confirmou porque a polícia depois efetuou busca e localizou cerca de “duas toneladas e meia de liamba” – nas palavras do Sr. Albérico Barros, chefe da Polinter de Alagoas¹⁵⁷.

Essa truculência dos agentes da Polinter causou à Francisca vários ferimentos e

¹⁵³ Incinerados 600 kg de maconha. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 8 de outubro de 1961, p 1.

¹⁵⁴ Notícias publicadas pelo Diário de Pernambuco referente a queima de plantios de maconha: Presos maconheiros e devastadas várias plantações da erva, em Águas Belas. **Diário de Pernambuco**. 12/12/1959, p, 5; Maconha apreendida pelo D.O.P.S. **Diário de Pernambuco**. 28/09/1958, p 3; Incinerados 300 quilos de maconha de uma partida de 12 tons. Que Alencar apreendeu. **Diário de Pernambuco**. 18/09/1960, p 13; Delgado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. **Diário de Pernambuco**. 1º/10/1960, p 10; Comissão de Entorpecentes soube que Alencar queimou a maconha de Bom Conselho. **Diário de Pernambuco**. 6/11/1960, p 13; Polícia vai incinerar maconha apreendida no interior do Estado. **Diário de Pernambuco**. 30/01/1968, p 7.

¹⁵⁵ Incinerados 300 quilos de maconha de uma partida de 12 tons. **Diário de Pernambuco**. 18 de setembro de 1960. P 13.

¹⁵⁶ Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do Estado. **Diário de Pernambuco**. 30 de janeiro de 1968, p 7.

¹⁵⁷ Polinter tortura mulher em Alagoas: mantinha grande quantidade de liamba. **Jornal Última Hora**. 28 de julho de 1963, p. 7.

perfurações na altura do bíceps, no tórax e nos membros inferiores. Foi justamente a violência excessiva que deu repercussão ao caso. A Câmara Municipal de Palmeira dos Índios divulgou uma nota para condenar o espancamento e a invasão de propriedades durante a madrugada – práticas normalmente empregadas pelos agentes no combate ao tráfico da erva maldita¹⁵⁸. O *Jornal Última Hora*, por sua vez, divulgou que a Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, na figura do deputado Remy Maia do PL, convidou Francisca a prestar um depoimento aos deputados e ao governador, ocasião em que ela mostrou os diversos ferimentos espalhados pelo seu corpo. O delegado responsável pelo caso, por outro lado, justificou perante as autoridades a atitude declarando que “valia mais um bárbaro empurrão do que a propagação de duas toneladas e meia de maconha, e por isso mesmo, tinha feito justiça com as próprias mãos”¹⁵⁹.

Nos exemplos de apreensão trabalhados acima, ao identificar as quantidades de maconha, as notícias fazem menção a montantes como 15 toneladas, 18 mil kg e 2 toneladas e meia – números aparentemente significativos para a época. Além dessas, outra do *Diário de Pernambuco*, com data de 1º de outubro de 1961, informa que a polícia destruiu, no Estado de Alagoas, 12 plantações de maconha em São Sebastião, 12 em Porto Real do Colégio, 3 em Campo Grande, 8 em Dois Riachos e 1 em Viçosa. Ainda segundo o jornal, cerca de 20 toneladas de maconha foram destruídas nessa operação¹⁶⁰.

A partir de todas as notícias catalogadas da década de 1950 e dos primeiros anos da década de 1960, ao analisar os volumes confiscados, deduz-se ao menos duas escalas de apreensão. A primeira, referente às matérias apresentadas acima, sugere que Alagoas produzia toneladas de maconha e, de certa forma, já mantinha uma agricultura ilegal estruturada e em larga escala. A Figura 3.2, tirada por agentes da Comissão de Combate a Entorpecentes de Alagoas e publicada no *Diário de Pernambuco* em 24 de outubro de 1958, corrobora essa hipótese dada que registra a apreensão de 2 caminhões carregados de maconha acondicionada em sacos e caixotes.

Outro exemplo faz referência a uma sessão ordinária da CEFÉ de Pernambuco, presidida por Milton Sobral e com a presença dos representantes da Segurança Pública, em que os membros da reunião tomaram conhecimento de um ofício do secretário de Segurança Pública, cujo teor explicitava a descoberta, pelo tenente Alencar, de 12.000 Kg de maconha pronta para o consumo nas cidades de Bom Conselho e de Garanhuns. O produto havia sido apreendido em

¹⁵⁸ Combate ao cultivo e ao comércio da maconha. *Diário Oficial Estado de Alagoas*. Alagoas. 2 de agosto de 1963. P 1 e 8.

¹⁵⁹ Polinter tortura mulher em Alagoas: Mantinha grande quantidade de liamba. *Jornal Última Hora*. 28 de julho de 1963, p. 7.

¹⁶⁰ Polinter intensifica em Alagoas combate ao tráfico de maconha. *Diário de Pernambuco*. 1º de outubro de 1961, p. 1 e 15.

um caminhão que estava prestes a partir para o Sul do Brasil¹⁶¹.

Figura 3.2: Dois caminhões carregados de maconha e sacos onde a maconha estava acondicionada



Fonte: Diário de Pernambuco. 24 de outubro de 1958, p 20.

Ademais, segundo algumas notícias do mesmo jornal, essa produção em grande escala, além de ser vendida no Brasil, era comercializada no exterior. No dia 6 de setembro de 1957, por exemplo, uma matéria extraoficial informava que o Itamaraty recebeu uma denúncia dos Estados Unidos de que grandes embarques de maconha, que adentravam seu território, advinham de países sul-americanos e de que o Brasil correspondia a mais de 50% desses carregamentos¹⁶². Cinco dias depois, outra notícia retomou esse assunto para dizer que, apesar do sigilo, autoridades brasileiras confirmaram a veracidade do fato e acrescentaram que o tráfico ocorria através de navios norte-americanos que transitavam por portos nordestinos¹⁶³. Esse possível comércio ilegal, até certo ponto, justificaria a escala de produção alagoana. Contudo, convém ressaltar que, ao longo da pesquisa, não foi localizado nenhum documento oficial que comprovasse essa denúncia.

Além disso, também convém ressaltar que, em algumas situações, os valores apreendidos podem ter sido superestimados. Nesse sentido, vale retomar o caso da agricultora Francisca que, segundo o chefe da Polinter, possuía cerca de “duas toneladas e meia de liamba”.

¹⁶¹ Incinerados 300 quilos de maconha de uma partida de 12 tons. Que Alencar apreendeu. **Diário de Pernambuco**. 18 de setembro de 1960. P 13

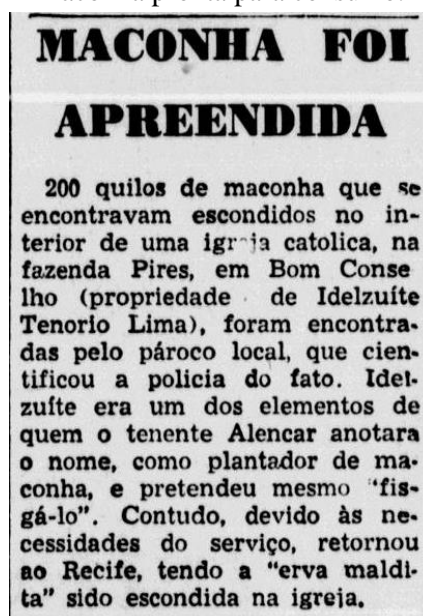
¹⁶² Maconha sai de Pernambuco e Alagoas para o sul do Brasil e Países estrangeiros. **Diário de Pernambuco**. 06 de setembro de 1957. P 18

¹⁶³ Conforma-se as denúncias dos “States” contra as plantações e comércio de maconha no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. 11 de setembro de 1957. P 1

A despeito dessa informação, não fica claro como as autoridades estimaram esse valor. Isso é representativo porque se uma planta recém arrancada for pesada com galhos, folhas, flores, caule e resquícios de terra, seu peso atinge uma quantidade bem maior do que o peso das folhas e das flores sozinhas¹⁶⁴, partes que de fato constituem a matéria-prima do fumo.

A segunda escala de produção, por sua vez, diferente das toneladas, aponta valores entre 40 e 600 quilos. Constam, até 1964, 14 matérias sobre apreensão de maconha pronta para o consumo em Municípios do interior de Estado de Alagoas e de Pernambuco, 4 delas do Diário Oficial do Estado de Alagoas e as demais do Diário de Pernambuco.

Figura 3.3 Nota sobre apreensão de maconha pronta para consumo.



Fonte: Diário de Pernambuco.
11/09/1960, p 9.

Essa produção em menor escala era apreendida em diferentes contextos. Em alguns casos, ela ainda estava em poder do agricultor que há poucos dias a colheira. Por exemplo, José Ferreira Lima, residente em Águas Belas (PE) plantou maconha no quintal de sua casa e colheu 41 Kg, mas teve sua produção apreendida pelo delegado daquele Município, Manuel Bezerra de Albuquerque, que realizava diligências pelo interior¹⁶⁵. Em outros casos, a maconha era apreendida quando estava sendo transportada. Por exemplo, em Santana do Ipanema (AL), a Polinter capturou 3 sujeitos que, em um carro *Chevrolet*, transportavam 2 sacos de maconha¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Segundo Escohotado (1997, p. 1307).

¹⁶⁵ Delegado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. **Diário de Pernambuco**. 1º de outubro de 1960, p 10.

¹⁶⁶ Preso em Santana do Ipanema traficantes de maconha do Sul do país: 2 sacos da "erva". **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 27 de setembro de 1961. Sem página.

Há ainda casos em que a maconha apreendida estava escondida e o seu dono esperava o momento mais oportuno para transportá-la. A Figura 3.3, de uma nota publicada no dia 11 de setembro de 1960, fornece um exemplo¹⁶⁷.

Em face dessas duas escalas de apreensão, infere-se ao menos duas escalas de produção ilegal de maconha. Uma maior, mais articulada e voltada ao mercado externo e outra menor, menos articulada e voltada ao mercado interno. Contudo, devido à natureza das fontes analisadas, não foi possível se debruçar mais sobre esses fatos, ou seja, saber se a produção de maconha na década de 1950 já atendia uma demanda de mercado ampla é na verdade uma questão em aberto ainda.

A despeito dessa questão de escala, com o avanço da repressão e a destruição dos cultivos ilegais, na prática outra questão é de especial interesse para este trabalho: o mapeamento das regiões produtoras. Acerca disso, é preciso enfatizar que, qualquer tentativa de respondê-la, seguramente leva a meras aproximações da realidade, isso porque a produção e o tráfico de entorpecentes ilícitos não dispõem de dados confiáveis de qualquer ordem. Sejam os documentos oficiais do Estado, sejam os documentos das instituições responsáveis pelo combate, ou sejam os documentos dos órgãos de denúncia, concretamente todos registram informações sobre quantidades que são descobertas e apreendidas, de forma que toda a produção que entra no circuito ilegal – ou seja, que o Estado é incapaz de interceptar – não tem como ser precisamente computada e saber sua origem.

Diante de tal limitação intrínseca, cada documentação, se exaustivamente inspecionada, é capaz de fornecer somente uma informação tendencial sobre a questão levantada, sem a preocupação de fornecer um resultado extremamente preciso. O que se deseja é criar um esboço dos Municípios produtores de maconha no Estado de Pernambuco a partir de 1938 – ano da proibição – até 1981 – ano em que se identifica uma presença constante da maconha em determinado espaço do sertão pernambucano. Para isso, foram consideradas somente as notícias dos jornais, apresentados no início desse tópico, que mencionavam a destruição de cultivos de maconha no referido período. Ao todo, foram identificadas 250 delas.

As chamadas das notícias mesclavam entre destruição de cultivo e apreensão de maconha. Para contabilizar os supostos Municípios produtores, apenas as notícias que apontavam destruição de cultivo, bem como a sua localização, foram computadas. Embora em várias notícias constem Municípios nos quais ocorreram casos de apreensão, não há evidências contundentes de que essa maconha fora cultivada neles. Essa regra teve como objetivo evitar, ao

¹⁶⁷ Maconha foi apreendida. **Diário de Pernambuco**. 11 de setembro de 1960. P 9.

máximo, a inclusão dos que não fossem produtores ainda que com isso correu-se o risco de que algum possível produtor tenha ficado de fora. Ademais, notícias que não informavam a quantidade de maconha destruída e o nome do Município também não foram selecionadas. Nesse caso se enquadra, por exemplo, as 15 toneladas, as 2,5 toneladas e os 18.000 Kg, todos destruídos em Alagoas. Contudo, vale salientar que, ao optar por esse método, não se tinha a intensão de levantar todos os casos existentes, uma vez que os jornais normalmente divulgam, ao seu critério, só as notícias mais relevantes do dia. Assim, essa catalogação fornece uma amostragem para a questão e não tem a pretensão de esgotá-la. Trata-se de uma proposta de limiar inferior para todo um conjunto de fenômenos mais complexos e diversos que aconteceram no período em torno do cultivo e da produção de maconha.

A partir dos dados catalogados e sistematizados, criou-se 4 mapas com os Municípios que tiveram cultivos de maconha destruídos pelas autoridades, nos Estados de Pernambuco e Alagoas. Os 3 primeiros representam as destruições nas décadas de 1950, 1960 e 1970, nessa ordem, e o último representa nos anos de 1980 e 1981. Os 4 foram confeccionados com o uso do *software* livre QGIS¹⁶⁸, voltado à análise e à criação de representações geoespaciais. Para compor os mapas, optou-se pela malha municipal da década de 1970, disponível gratuitamente no site do IBGE¹⁶⁹, porque a divisão geográfica municipal nesse período foi reformulada na década de 1980. Entre 1984 a 1997, foram criados 240 novos Municípios nas áreas mais secas do Nordeste. O número saltou de 882, em 1984, para 1.122, em 1997 – um aumento de 27,2% (GOMES, 2001). Logo, a malha atual não refletiria o tamanho e os perímetros dos Municípios nos anos trabalhados. As outras malhas geoespaciais usadas para compor os mapas – massas d'água, trechos de drenagem e divisão política dos Estados – foram igualmente obtidas no site do IBGE.

O primeiro mapa, exposto na Figura 3.4, mostra que as destruições de cultivo ocorreram principalmente na fronteira de Alagoas e Pernambuco. Mais especificamente, essas destruições se concentravam nos Municípios alagoanos Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios e Atalaia e nos pernambucanos Águas Belas e Garanhuns.

¹⁶⁸Disponível em: <https://www.qgis.org/en/site/>

¹⁶⁹Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>

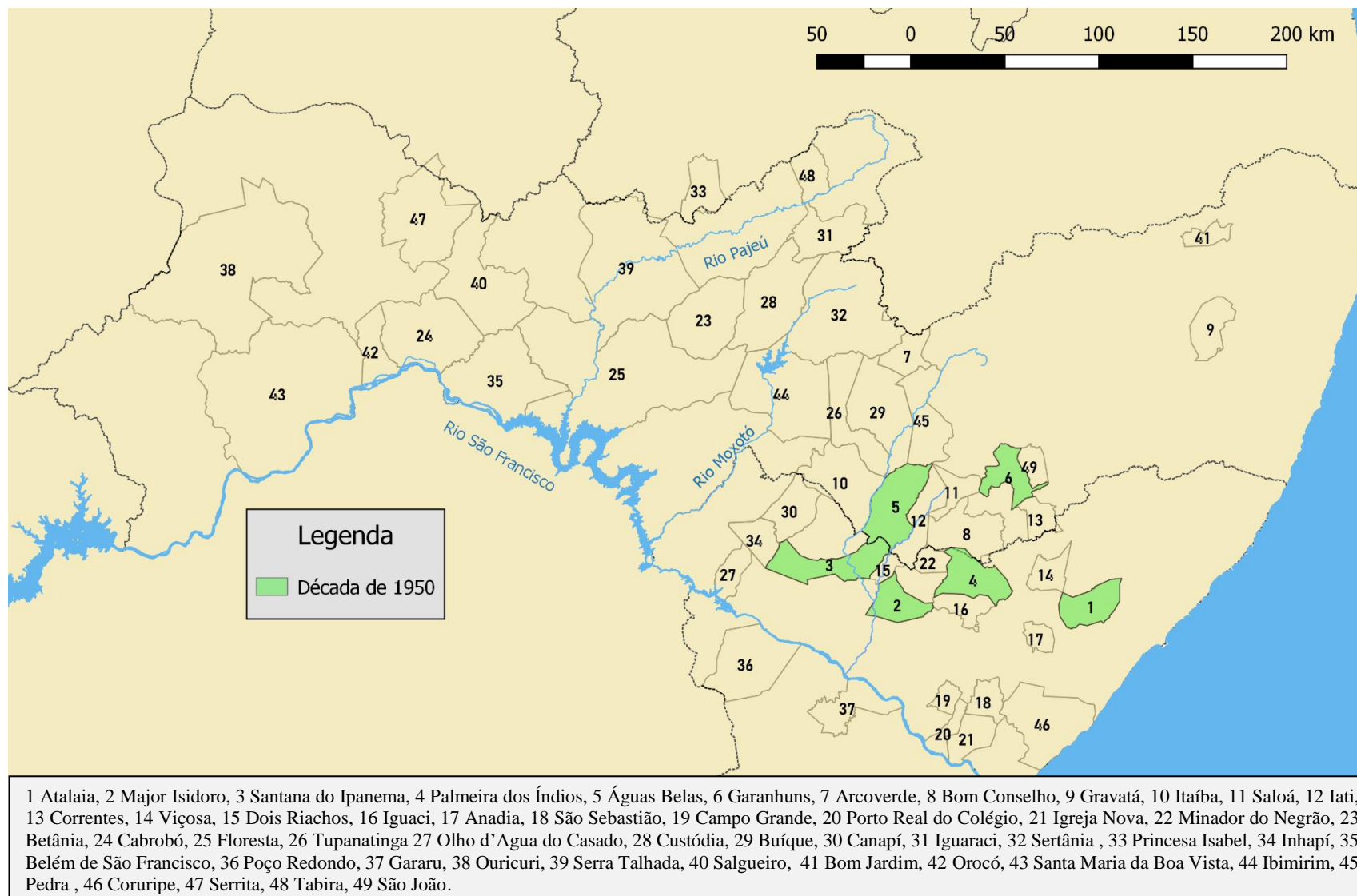


Figura 3.4: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, na década de 1950.

Os relatórios produzidos na década de 1940 enfatizavam que o cultivo da maconha ocorria em dois centros de produção: o primeiro no vale do baixo São Francisco, divisa entre Alagoas e Sergipe, e o segundo no agreste alagoano, próximo a Pernambuco. Na década de 1950, por sua vez, o mapa sugere que as plantações passaram a se concentrar somente no segundo centro, com destaque para os Municípios Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, que eram recorrentemente citados nos relatórios da CNFE. Por fim, em complemento ao mapa, a Tabela 3.3 apresenta, por ano, Estado e Município, a quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1950, de acordo com a catalogação dos jornais.

Tabela 3.3: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1950.

Ano	Estado	Município	Quantidade
1951	AL	Santana do Ipanema	1
1954	PE	Garanhuns	2
1957	AL	Santana do Ipanema	1
1957	AL	Atalaia	1
1957	AL	Major Isidoro	1
1957	AL	Palmeira dos Índios	1
1958	AL	Santana do Ipanema	1
1958	PE	Águas Belas	1

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco

Ao realizar uma análise mais pormenorizada destas destruições, os dados da tabela apontam que a produção de maconha foi mais intensa no Estado de Alagoas – 6 plantações contra 3 em Pernambuco, o que condiz com os discursos dos jornais e das autoridades da época que apontavam que o Estado de Alagoas era o maior produtor de maconha do Brasil. Ainda que o presente trabalho se valha dessa informação, e até a utilize como ponto de partida para a questão do plantio de maconha no sertão pernambucano, ele não a desenvolve e muito menos busca seus antecedentes, apenas identifica a necessidade de estudos mais aprofundados e coloca essa produção como uma futura agenda de pesquisa – necessária para elaborar uma compreensão ampla da história da maconha no Brasil.

3.2 A MACONHA NO CONTEXTO DA DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

A Doutrina de Segurança Nacional surgiu no cenário da chamada Guerra Fria, período no qual o conceito de guerra, não mais limitado ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia e da produção, ampliou-se para o conceito de guerra total ou absoluta, em que o confronto se expandiu para todas as esferas da sociedade e ganhou fronteiras de batalha ideológica (ALVES, 2005, p. 43). A partir disso, na visão dos militares brasileiros, as concepções de guerra assumiram sete variações: (1) guerra total, (2) guerra generalizada, (3) guerra limitada ou localizada, (4) guerra clássica, (5) guerra indireta ou psicológica, (6) guerra fria e (7) guerra subversiva ou revolucionária (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975).

Dentre todas, a última era a que mais preocupava os militares brasileiros porque, na opinião deles, era um tipo de conflito em que o inimigo poderia estar em qualquer lugar. Eles acreditavam que o comunismo soviético se valia dessa estratégia de guerra para conquistar a mente das pessoas, disseminar as sementes da rebelião e incitar a população contra seus governos. Ou seja, secretamente os países comunistas internacionais se infiltravam na população do “país-alvo” e buscavam atrair o maior número possível de pessoas. Em situações como essa, o inimigo poderia se infiltrar e se camuflar em qualquer espaço da sociedade (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975).

Ainda nessa perspectiva, o comunismo representava diferentes tipos de ameaças aos países do bloco ocidental. Para os países do centro do capitalismo, ele era um adversário na disputa do poder militar e econômico. Para os países da América Latina, ele era um problema de ordem interna, pois se infiltrava entre jovens, camponeses, agricultores sem-terra, trabalhadores com baixos salários, entre outros (GURGEL, 1975). Evidentemente, essas questões também influenciaram o Brasil, que em retaliação modificou, em 1967, o conceito de Defesa Nacional, voltado originalmente à defesa das fronteiras do país contra um inimigo externo bem definido, para o conceito de Segurança Nacional, mais abrangente e capaz de enquadrar qualquer setor da sociedade civil. Castelo Branco na abertura do ano letivo da ESG, em 1967, afirmou que:

[...] A primeira parte a fixar é a dilatação do conceito de segurança nacional, hoje bastante diferenciado do conceito mais restrito de defesa nacional. A diferença é dupla. O conceito tradicional de defesa nacional coloca mais ênfase sobre os aspectos militares da segurança e, correlatamente, os problemas a agressão externa, bem como a questão da proteção de fronteiras. A noção de segurança nacional é mais abrangente.

Compreende a defesa global das instituições, incorporando por isso aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política interna. Além disso, o conceito de segurança, muito mais explicitante do que de defesa, toma em linha de conta a agressão interna, corporificada na infiltração e subversão ideológica, até mesmo nos movimentos de guerrilha, formas hoje mais prováveis de conflitos do que a de agressão externa. Conforme Castelo Branco (1967) *apud* (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1989, p. 183).

Ainda segundo os idealizadores da ESG, era no campo espiritual e moral que residia a mais profunda crise do mundo contemporâneo, razão maior da insegurança generalizada dentro das nações. Pensavam: “Vive-se, segundo alguns, a idade do protesto, que inclui assim o confronto entre gerações, de classe, de ideologias e de bens materiais e espirituais” (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975, p. 231).

Com tais justificativas, a segurança interna brasileira virou questão de Segurança Nacional. Com essa incorporação, já não importava a origem dos antagonismos e das pressões: interna, externa ou ambas. Já não importava sua natureza: militar, política, econômica ou psicossocial. Nem a forma de manifestação: violenta, subversiva, corrupta, infiltrada, ideológica. Nem as práticas: tráfico de influência, desagregação social ou quebra de soberania. Sempre que quaisquer antagonismos se manifestassem dentro das fronteiras nacionais, a tarefa de superá-los, neutralizá-los e reduzi-los compreendia o escopo de ações do plano de Segurança Nacional (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975). Nesses moldes, esse plano devia garantir a manutenção da segurança interna da mesma forma que defendia o país contra a ocupação de um exército estrangeiro. O Estado então criou a figura do inimigo interno, para que o projeto de Segurança Nacional e o seu aparelho repressivo determinassem em última instância quem combater e reprimir internamente. Desse modo, em nome do controle de atividades subversivas ou revolucionárias, as forças militares passaram a ter poder quase que ilimitado sobre a população (ALVES, 2005).

Nesse contexto, o Estado de Segurança Nacional começou a fazer uso da violência como aparato de controle, uma vez que os meios pelos quais a Segurança Absoluta seria alcançada não eram alvo de questionamentos. Assim, Segurança Absoluta representava a força do Estado, violenta ou não, aplicada a seus adversários afim de garantir os objetivos nacionais. Com esse viés, no plano da política externa, a guerra ganhou um novo formato a depender das circunstâncias: as fronteiras entre a guerra e a diplomacia se romperam e as diferenças entre violência, diplomacia, ameaça e pressão econômica se unificaram. Já no plano da política interna, as garantias constitucionais foram destruídas: caso necessário, a legislação poderia ser

alterada e seguimentos sociais poderiam ser vigiados (COMBLIN, 1978). Na prática, o Estado como um todo se transformou em um Estado de Segurança Nacional, condição legitimada pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969¹⁷⁰, que redefinia os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social. O artigo 1º do capítulo 1º estabelecia:

Art. 1º - Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos pela lei¹⁷¹.

Ou seja, a busca pela segurança interna e principalmente pela eliminação do inimigo interno e externo levou o governo militar a exigir o apoio da população nesta tarefa. Ao instaurar a responsabilidade de todos quanto à questão da segurança, os militares deixavam as pessoas receosas e duvidosas sobre os possíveis círculos de conhecidos delas, bem como as transferiam o dever de vigiar e denunciar qualquer ato suspeito.

Nesse contexto de vigilância social, a guerra contra os plantios de maconha também ganhou um novo aspecto no corpo burocrático do Estado com o projeto de Lei nº 3.295, de 07 de outubro de 1965, de autoria do deputado Getúlio Moura¹⁷². O projeto previa punições mais rígidas aos produtores e, para justificar a rigidez, comparava os efeitos da maconha com os do ópio. Para o deputado, no Brasil, especialmente no Nordeste, havia criminosa tolerância com os plantadores de maconha, protegidos pelo nefasto coronelismo que ainda imperava em nossos sertões. Além disso, não adiantaria reprimir somente o viciado ou distribuidor da “herva maldita”, era necessário extirpar o mal pela raiz, ou seja, proibir a existência e a conservação de “maconhais nativos”. Ademais, a maconha não estava mais restrita aos marginais, seu consumo se ascendera às altas camadas sociais, nas quais “jovens inexperientes se entregavam ao vício”. Apesar disso, segundo Moura, a legislação penal brasileira, no que concernia aos entorpecentes, aplicava punições suaves, então era preciso endurecê-las “sob pena da herva maldita minar a eugenia da nossa raça, com graves repercussões no futuro”. Segue o projeto de Lei:

Artigo 1ª – considera-se crime:

1º - Plantar maconha.

¹⁷⁰ Esse decreto perdurou durante 9 anos e, de modo geral, ele maximizou a possibilidade de penalizações. Residia em âmagos sanções rígidas com penas que iam de detenção à morte. Nesse contexto, vários crimes foram enquadrados contra a segurança nacional.

¹⁷¹ Presidência da República – Casa Civil. **DECRETO-LEI Nº 898, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969**. Legislação informatizada.

¹⁷² Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.295 de 1965**. Legislação informatizada.

Pena – Reclusão de dois a seis anos.

2º - Conservar a plantação de maconha existente em sua propriedade.

Pena – Reclusão, de um a quatro anos.

3º - Transportar, distribuir comercializar ou ter em depósito maconha.

Pena – Reclusão de dois a seis anos.

4º - Fumar maconha.

Pena – Reclusão de um a 3 anos.

5 – Beneficiar ou industrializar maconha.

Pena – Reclusão, de dois a seis anos¹⁷³.

O projeto de Getúlio Moura foi arquivado em 09 de junho de 1967. No entanto, o relator desse projeto, o deputado Henrique Henkin, ao recusá-lo, ressaltou que a proposta de Getúlio Moura propunha passar o problema dos entorpecentes da esfera das contravenções penais para a esfera dos crimes, que havia urgência em adotar alguma medida eficaz para fazer desaparecer a planta maldita, e que tal medida estaria no rol das ações profiláticas. O Congresso concordava com essa opinião, uma vez que não era licito cruzar os braços diante do vício que consumia a juventude. Em meio a essas questões, a Comissão de Saúde da Câmara realizava um levantamento dos problemas associados ao uso de entorpecentes no Brasil. Ela cogitava criar um projeto de Lei que objetivava conjurar os danos relacionados à disseminação de substâncias ilícitas. Diante disso, o deputado Henkin propôs o encaminhamento do projeto de Getúlio Moura para a referida Comissão, com o intuito de dar subsidio aos estudos do projeto de Lei que ali se arrolavam¹⁷⁴. Apesar do projeto de Getúlio Moura, o Art. 281 do Código Penal já estabelecia pena de reclusão de 1 a 5 anos para todos aqueles que se envolvessem com comércio, consumo, porte ou transporte de maconha, entre outros¹⁷⁵.

Embora não aprovado, o projeto de Getúlio Moura é de interesse desta tese porque marca um novo ponto de vista sobre as classes sociais que passaram a utilizar a maconha na

¹⁷³ Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.295 de 1965**. P 3, legislação informatizada;

¹⁷⁴ Ofício nº 161/67. Anexo ao projeto de Lei nº 3.295 de 1965. P. 11 e 12

¹⁷⁵ Presidência da República – Casa Civil. **Lei nº 4.451, de 4 de novembro de 1964**. Legislação informatizada.

década de 1960. Segundo Getúlio, a maconha não estava mais restrita aos marginais, seu consumo se ascendera às altas camadas, nas quais “jovens inexperientes se entregam ao vício”¹⁷⁶. A preocupação desse deputado revela, na verdade, uma modificação social em torno do uso de maconha, diferente do relato produzido, na década de 1950, pelo sociólogo norte americano Donald Pierson, em que as classes baixas brasileiras protagonizavam o uso. Ou seja, a maconha se tornara um problema social para as “boas famílias” e, diante disso, para evitar que a maconha chegasse aos consumidores, ente outras medidas, o Estado continua a combater os plantios.

3.2.1 A destruição dos cultivos na década de 1960

O governador Paulo Guerra ao presidir a sessão solene da Reunião dos Secretários de Segurança Pública do Nordeste, ontem pela manhã, fez um apelo no sentido de que seja encontrada uma fórmula para o combate eficaz e definitivo à subversão, ao bandidismo e ao tráfico de entorpecentes em toda a região, “para que o Nordeste mude de face”.

O senhor Paulo Guerra adiantou que espera não mais ouvir a afirmação de que “aqui impera o subdesenvolvimento, o crime e o cangaço”. Considerou, a seguir promissor que a Reunião dos Secretários de Segurança se realize no mesmo lugar onde se reúne o Conselho Deliberativo da Sudene. O combate ao crime é também tarefa que facilita o desenvolvimento – disse¹⁷⁷.

O excerto em destaque pertence à Ata da Reunião dos Secretários de Segurança Pública do Nordeste, publicada no Diário Oficial de Pernambuco. Nessa reunião, datada de 24 de maio de 1965, na cidade de Recife, estiveram presentes autoridades da segurança pública de vários Estados do Nordeste, o governador do Estado e o comandante do IV Exército de Pernambuco. A questão da maconha e a situação socioeconômica foram temas presentes nas falas dessas autoridades. O próprio discurso de abertura do governador, ao enfatizar a violência e o subdesenvolvimento, já indicava pautas importantes do encontro. Outra fala que se destaca é a do General Pais de Lima, Secretário da Segurança Pública de Pernambuco. Ao se pronunciar sobre a temática da violência, Lima ressaltou que as leis e os códigos em vigor já não se ajustavam a realidade da época, uma vez que, com o aperfeiçoamento dos métodos de ação dos criminosos, os meios de combate também deveriam ser melhorados. Na sua perspectiva, não se poderia mais permitir certos entraves que resultavam em prejuízo da justiça e da sociedade¹⁷⁸.

¹⁷⁶ Projeto de Lei nº 3.295, de 07 de outubro de 1965. P, 07.

¹⁷⁷ A Ata da Reunião está disponível no Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 25 de maio de 1965. Nº 115, p. 3623.

¹⁷⁸ Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 25 de maio de 1965. Nº 115, p. 3623.

De modo geral, essas falas revelam um pouco sobre o modo como os militares pensavam o governo em escala regional e como os mesmos ocupavam cargos de decisão.

Ademais, após o golpe de 1964, ocorreu uma mudança na forma como as autoridades ligadas aos cargos de justiça e de segurança pública enfrentavam a questão da maconha. Cresceu o número de congratulações aos policiais que prendessem pessoas portando-a. Entre 1965 a 1971, existem cerca de 5 desses elogios só no Diário Oficial do Estado de Pernambuco¹⁷⁹. Como exemplo, o trecho abaixo foi publicado em 9 de fevereiro de 1968.

Portaria n. 01 – O Bel. Martine Correia de Oliveira Andrade [...] usando suas atribuições legais resolve, elogiar o investigador de política de SP-7 matrícula n. 23.375 ASTROGILDO DA ROCHA CARVALHO, [...] pelo brilhante serviço prestado no dia 27 de janeiro último por ocasião da apreensão dos dez (10) volumes contendo aproximadamente quatrocentos quilos de erva Maconha, apreendidos na fazenda Poço dos Cosmos no município de Saloá, devendo este elogio ser anotado na ficha funcional do referido funcionário¹⁸⁰

O Coronel Martine Correia de Oliveira Andrade elogiava Astrogildo da Rocha Carvalho, da Delegacia de Costumes, por sua atuação em Saloá, Município do interior do Estado de Pernambuco, na condução de uma equipe que descobriu maconha pronta para comercialização. Curiosamente, essa mesma apreensão também saiu no jornal Diário de Pernambuco. Porém, diferente do Diário Oficial, a notícia mencionava 11 embalagens de maconha que no total “pesavam mais de meia tonelada e era considerada a maior quantidade de maconha apreendida em todo o país e avaliada em mais de NCr\$ 10.000,000 por entendidos no assunto”. Acrescentava que o proprietário da fazenda, Otílio Tenório, fugiu quando percebera a presença da polícia. As autoridades vasculharam diversos morros e matas, mas não conseguiram capturá-lo. O jornal tratava Otílio como “o mais forte plantador de maconha descoberto pelas autoridades”¹⁸¹.

Embora esse caso de apreensão fora publicado com propósitos distintos em dois veículos de informação, ao comparar os registros, fica explícito que o Diário de Pernambuco noticiou 100 Kg a mais do que o Diário Oficial, inferiu que a maconha apreendida valia cerca de NCr\$ 10.000,000, sem mencionar a fonte da estimativa, e fez seu próprio juízo de valor sobre Otílio Tenório ao considerá-lo o mais forte plantador de maconha já descoberto. Não que

¹⁷⁹ Elogios publicados nas seguintes edições: (9/02/1968. Nº 28, p. 1267); (4/03/1969. Nº 51, p. 1774); (22/09/1966. Nº 89, p. 5762); (21/10/1965. Nº 237, p. 7515); (18/04/1970. Nº 89 p. 2622); (27/07/1971. Nº 155, p. 4361).

¹⁸⁰ Maconha. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. 09 de fevereiro de 1968. Nº 28. P. 1267.

¹⁸¹ Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do estado. **Diário de Pernambuco**. 30 de janeiro de 1968, p. 7

as informações do Diário Oficial sejam todas legítimas e corretas, mas ao analisar as informações disponibilizadas pelo Diário de Pernambuco, nota-se um certo sensacionalismo na descrição desse caso. Apesar dessas imprecisões da fonte, esse tipo de notícia pode colaborar para mapear as regiões produtoras porque, quando citadas, é pouco provável que a matéria erre o Município ou erre sobre a existência de uma plantação de maconha destruída pelas autoridades.

Diante dessas ressalvas, continuando a série de 4 mapas de destruição de maconha, o segundo deles, referente as décadas de 1950 e 1960, exposto na Figura 3.5, mostra que a polícia localizou plantações ilícitas em ao menos 21 Municípios no decênio de 1960, em contraste com os 6 do decênio anterior. Além disso, o mapa revela que as destruições ocorreram de forma mais dispersa no território alagoano, com algumas plantações concentradas na divisa com Sergipe e outras na divisa com Pernambuco. Por outro lado, as destruições de maconha foram registradas em 6 Municípios pernambucanos próximos à fronteira com Alagoas e em outros dois dispersos no território, o que aponta um maior envolvimento de Pernambuco com a produção ilegal.

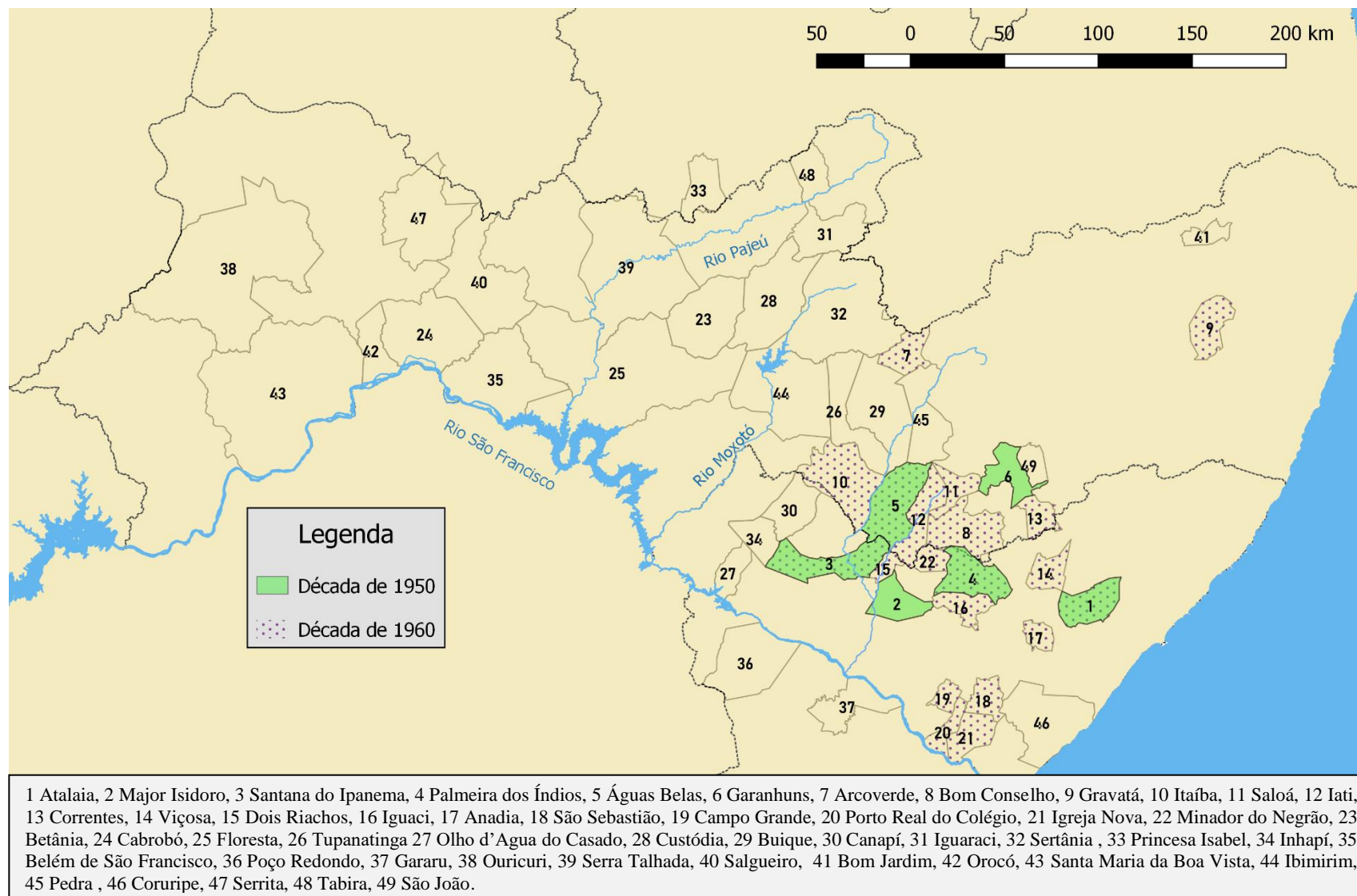


Figura 3.5: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, nas décadas de 1950 e 1960

Em complemento ao mapa, a Tabela 3.4 apresenta, por ano, Estado e Município, a quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1960, de acordo com a catalogação dos jornais.

Tabela 3.4: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1960.

Ano	Estado	Município	Quantidades
1960	PE	Águas Belas	1
1960	PE	Iatí	1
1961	AL	Igreja Nova	1
1961	PE	Correntes	1
1961	AL	Palmeira dos Índios	1
1961	AL	Minador do Negrão	1
1961	AL	Anadia	1
1961	AL	São Sebastião	14
1961	AL	Porto Real do Colégio	13
1961	AL	Campo Grande	3
1961	AL	Dois Riachos	8
1961	AL	Santana do Ipanema	3
1961	PE	Gravatá	1
1963	AL	Palmeira dos Índios	11
1964	PE	Bom Conselho	1
1966	AL	Igaci	1
1968	PE	Saloá	1
1968	PE	Arcoverde	2
1969	PE	Bom Conselho	1
1969	PE	Itaíba	1
1969	PE	Águas Belas	1

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco

Os dados da tabela apontam que, possivelmente, até 1963 a produção de maconha foi mais intensa no Estado de Alagoas, com 45 plantações destruídas, do que em Pernambuco, com apenas 4. Contudo, convém novamente reforçar que os dados são esparsos e, portanto, só fornecem um indicativo do volume de produção. Um forte indício dessa debilidade é a ausência de registros de destruição nos anos de 1962, 1965 e 1967, o que provavelmente não se deve a um recuo de produção e muito menos a um arrefecimento das polícias, mas sim a desobrigação dos jornais em divulgar todos os casos de destruição ocorridos. Por razões similares, a quantidade de plantações destruídas nos anos de 1961 e 1963 provavelmente não indica um surto de produção.

De 1964 em diante, referente aos primeiros anos do período ditatorial, apesar da retórica dos militares em torno da maconha, a tabela apresenta poucos casos de destruição, 7 em Pernambuco e 1 em Alagoas. Além disso, as fontes primárias de maneira geral trazem informações escassas sobre as atuações concretas das autoridades públicas sobre os plantios. Esse movimento de retração possivelmente se deve a dois motivos. Em primeiro, como mencionado há pouco, os jornais não tinham compromisso de catalogar as ações de destruição. Em segundo, pode ser que o governo militar não tenha se ocupado tanto com a maconha nos primeiros anos no poder porque nestes concentrou esforços para reprimir movimentos sociais, políticos e demais setores da sociedade civil contrários ao golpe.

A despeito da contabilização das destruições, talvez a informação mais representativa do gráfico e da tabela seja o aumento dos plantios em Pernambuco. Essa transferência de área sugere um princípio de efeito balão, “uma espécie de analogia ao que ocorre quando se pressiona um dos lados de um balão, outra parte dele incha por causa da transferência de ar para áreas com menos pressão” (GUSMÃO, 2009 ; SOUZA, 2015). Tal fenômeno foi observado, por exemplo, na Colômbia como uma contra estratégia dos produtores e traficantes de cocaína para fugir das fumigações realizadas pelos órgãos repressores. No caso dos plantios de coca, a técnica consistia em manter pequenas plantações dispersas pelo território, o que praticamente inviabilizava as campanhas de fumigação por se tornarem cada vez mais caras e menos eficazes na repressão dos cultivos (MACHADO, 2011).

De certo modo, observa-se um fenômeno parecido nos plantios de maconha no Nordeste. Neste caso, a repressão em Alagoas levou essas plantações a se distribuírem em outros espaços para evitar uma redução significativa na produção. Inclusive, de acordo com uma notícia veiculada no Diário de Pernambuco em 1958, o Secretário da Saúde de Alagoas havia dito que a estratégia de interiorização dos plantios era uma forma de dificultar as ações das autoridades, como mostra o trecho abaixo:

O secretário da saúde de Alagoas afirmou que existe cultivo de maconha do sertão a zona da mata, contudo, os agricultores preferem plantar maconha no sertão devido ao seu mais difícil acesso, longe das vistas da polícia. Há 10 anos as plantações eram feitas nas beiras das estradas, publicamente, mas agora são plantadas em áreas estrategicamente camufladas, longe das vistas dos policiais. Ainda segundo o secretário a maconha era plantada, principalmente, para vender. Poucos tinham o hábito de consumi-la¹⁸².

¹⁸² Apenas produzem: não são viciados. **Diário de Pernambuco**. 24 de outubro de 1958 p. 16.

A ação de repressão por meio de destruição dos plantios muitas vezes passa a impressão de que a destruição é a melhor forma de combatê-los. No entanto, o efeito balão revela justamente a ineficácia desse tipo de política, dado que na prática ocorre a dispersão dos cultivos ilegais, ou seja, é bem provável que a política de repressão adotada pelo Estado brasileiro pode na verdade ter contribuído para a difusão dos plantios ilegais em Pernambuco.

3.2.2 Produtor, traficante e usuário: os novos inimigos da Pátria

O conceito de guerra interna e de inimigo interno foi elaborado de forma suficientemente elástica para ser utilizado sempre que necessário. De fato, todo o aparato e o ideário criados pela DSN pôde ser adaptado para combater o tráfico de drogas. Comblin (1978) citou um texto publicado na revista *Estratégia*, revista na qual representantes das Forças Armadas da Argentina publicavam e defendiam suas ideias, para demonstrar que dentro dessa perspectiva, a disseminação das drogas foi considerada uma das formas de ataque dos comunistas contra a civilização ocidental cristã. Como visto anteriormente, a DSN pregava que o comunismo buscava se infiltrar na sociedade e que, para isso, ele usava tanto meios lícitos quanto ilícitos: a coação psicológica, a chantagem, o uso de “tóxicos” e o apelo sexual através do amor livre¹⁸³. Assim, as drogas eram tidas como uma porta de entrada para a desordem social e uma verdadeira ameaça diante de uma sociedade ansiosa, caótica e cheia de preocupações econômicas (JUNQUEIRA, 1970).

Inclusive, ao examinar a política criminal do período ditatorial, Nilo Batista aponta um estudo¹⁸⁴ realizado por Vera Malaguti S. W. Batista, em que a autora examinou as fichas do DOPS-Rio na busca de uma acepção para o verbete “tóxico”. Segundo a autora, um documento denominado “Tóxicos e Subversão”, de 1973, apresentava a droga como arma da guerra fria. Citando Lênin, Mao e Ho Chi Min, o registro relacionava a disseminação do uso de drogas como uma estratégia comunista para a destruição do mundo ocidental (BATISTA, 1997).

Desse modo, as drogas entraram no rol de preocupações da Segurança Nacional. Tanto que, em 1971, o governo Médici, ao sancionar a Lei nº 5726, de 29 de outubro, adotou novas medidas preventivas e repressivas em relação ao tráfico e ao uso de substâncias ilícitas que causassem dependência física ou psíquica. O primeiro e o segundo parágrafos da lei estabeleciam as seguintes diretrizes:

¹⁸³ José Comblin não citou o ano de edição da Revista e nem o autor do artigo citado. Apenas informou que se tratava da edição nº 24, p. 44.

¹⁸⁴ Estudo original: Vera Malaguti S. W. Batista. **Drogas e Criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro**. Niterói. 1977. Mimeografado.

Art. 1º É dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar no combate ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica.

Art. 2º As pessoas jurídicas que não prestarem, quando solicitadas, a colaboração nos planos e programas do Governo Federal de combate ao tráfico e uso de drogas perderão, a juízo do Poder executivo, auxílios e subvenções que venham recebendo da União, dos Estados [...] ¹⁸⁵.

De forma ampla, o Decreto-Lei 5.726/71 institucionalizou as drogas como uma questão de Segurança Nacional e equiparou seu uso e tráfico aos demais crimes contra a segurança do Estado. Como de praxe, essa legislação convocava toda a sociedade brasileira nessa luta, similar ao Decreto-Lei nº 898, visto anteriormente, que estendia o combate aos comunistas para toda a sociedade. Dentro dessa perspectiva, todos que se envolvessem com substâncias entorpecentes proibidas eram considerados inimigos da pátria. Os setores da sociedade civil, ou mesmo as empresas, que se abnegassem a colaborar também seriam penalizados. Ou seja, ao inserir na estrutura jurídico-normativa uma “espécie de cumplicidade moral com as drogas”, o Estado passou a se utilizar desse artifício para converter qualquer opinião dissidente à sua política de repressão (BATISTA, 1997).

A partir disso, ocorreu um endurecimento nas penas para todos aqueles que fizessem uso ou cultivassem as plantas, estabelecidas em Lei, destinadas à preparação de substâncias causadoras de dependência física ou psíquica. O art. 23 do Decreto-Lei 5.726/71 alterava o Art. 81 do Código Penal e estabelecia como penalidade a reclusão de 1 a 6 anos, e multa de 50 a 100 vezes o maior salário mínimo vigente, para aqueles que importassem, exportassem, preparassem, produzissem, vendessem, oferecessem, fornecessem gratuitamente, armazenassem, transportassem, portassem, guardassem, ministrassem e consumissem qualquer substância sem autorização ou em desacordo com a legislação vigente.

Além dessa legislação mais ampla para o combate às drogas, dois outros projetos de lei específicos para tratar da agricultura ilegal foram propostos nos primeiros anos da década de 1970. O primeiro deles, Projeto de lei nº 49 de 1971, apresentado pelo deputado Juarez Bernardes, propunha:

Art. 1º - Todo imóvel no qual for encontrado o cultivo de plantas tóxicas, será considerado devoluto, sem prejuízo das penalidades a que está sujeito o contraventor.

¹⁸⁵ Presidência da República – Casa Civil. **LEI Nº 5.726, DE 29 DE OUTUBRO DE 1971**. Legislação informatizada.

Art. 2º - Estas terras serão destinadas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o fim específico de colonização¹⁸⁶.

Para defender seu projeto, o deputado justificava que “o combate ao uso de tóxicos, maconha, heroína, cocaína, vem merecendo por parte do governo uma luta sem trégua, recebendo o aplauso de toda a população brasileira. E nada melhor para combatê-lo do que atacar o mal pela raiz, na sua origem, indo diretamente à fonte produtora”¹⁸⁷. Diante disso, toda a propriedade que cultivasse plantas ilícitas seria desapropriada e repatriada à União, que a destinaria para reforma agrária. Juarez Bernardes defendia que o proprietário contraventor não tem que ter direito a indenização da terra porque isso seria “o mesmo que premiar o contraventor”. Por mais drástica e rígida que fosse, essa medida se justificava, na opinião dele, pois o que estava em jogo era a defesa da família brasileira e da juventude, considera o mais rico patrimônio social¹⁸⁸.

Contudo, a Comissão de Constituição e Justiça¹⁸⁹, na voz do deputado relator Hildebrando Guimarães, arquivou-o em 11 de maio de 1971 porque o texto não se adequava a técnica legislativa e porque o conteúdo era inconstitucional. O projeto estava em desacordo com a Emenda Constitucional nº 10, de 09 de novembro de 1964, que estabelecia que a União só poderia promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública. Assim, o projeto de Lei proposto não se adequava, exatamente porque excluía a desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária prevista em dispositivos legais e constitucionais¹⁹⁰.

O segundo deles, Projeto de Lei nº 1.008 de 1972, proposto pelo deputado federal Athié Jorge Coury, determinava, por sua vez:

O confisco das terras onde for encontrado plantio de qualquer variedade de planta da qual possa ser extraída substância entorpecente, ou que determine dependência física ou psíquica¹⁹¹.

Para o deputado, um plantador “delinquente”, quando descoberto, só com a destruição da plantação, tinha uma perda ínfima porque isso não o impedia de plantar outras vezes e

¹⁸⁶ Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 49 de 1971**. P.3. Legislação informatizada.

¹⁸⁷ Projeto de Lei nº 49 de 1971, p.3

¹⁸⁸ Projeto de Lei nº 49 de 1971 p.3

¹⁸⁹ Nesta Comissão estiveram presentes os seguintes deputados: Lauro Leitão, Hildebrando Guimarães, Petrônio Figueiredo, Luz Braz, Djalma Bessa, Airon Rios, Mário Mondino, José Alves, Alceu Collares, Jairo Magalhães, Hamilton Xavier, Waldemiro Teixeira, Altair Chagas e Elcio Alvares.

¹⁹⁰ Projeto de Lei nº 49 de 1971 p.4 e 5

¹⁹¹ Projeto de Lei nº 1.008 de 1972, p. 1.

de continuar a perpetrar o crime. Além disso, como muitas plantações localizavam-se em terras de terceiro, a destruição do cultivo e o confisco da terra trariam prejuízos tanto para os plantadores quanto para os proprietários. Na conspeção do deputado, diante da possibilidade de perder a terra, proprietários que praticassem arrendamento ou sistemas de parceria se tornariam fiscais da Lei, pois não se arriscariam a perdê-las por causa de delitos de terceiros¹⁹².

O relator desse projeto, Djaima Bressam, indeferiu-o com o argumento de que a Lei penal, com base na constituição de 1967 (11 do art. 153), podia apenas sancionar “pena de morte, de prisão perpétua, de banimento ou de confisco salvo nos casos de: guerra externa, psicológica adversa, revolucionária ou subversiva, nos termos que a Lei determina”. O relator defendeu que a pena de confisco era, portanto, inconstitucional e, com base nisso, em 09 de agosto de 1973, em reunião extraordinária, a Comissão de Constituição e de Justiça votou pela inconstitucionalidade do projeto¹⁹³.

Convém ressaltar que ambos os projetos propunham uma intervenção na propriedade da terra para tentar conter de forma mais efetiva os plantios ilícitos e ambos utilizavam o argumento de que os filhos de boas famílias estavam perdendo seus futuros ao se envolver com tóxicos. Em particular, sobre esse segundo aspecto, que indica o uso de drogas por classes mais altas da sociedade, o antropólogo Gilberto Velho, em sua tese de doutorado defendida na USP, fornece mais detalhes. Entre 1972 e 1974, Velho realizou um estudo etnográfico em que mapeou as visões de mundo e o estilo de vida de dois círculos da alta sociedade da zona Sul do Rio de Janeiro. O primeiro deles, com cerca de 25 indivíduos entre 30 e 35 anos, pertencia ao que o autor denominou “roda intelectual-artística-boêmia”. De acordo com seus registros, alguns integrantes deste grupo faziam uso de drogas ilícitas, dentre elas a maconha:

“[...] a primeira vez que se registrou o uso de maconha por alguns deles foi em 1969 [...] intensificando-se em 1970 e rotinizando-se no ano seguinte, o uso da maconha passou a ser uma atividade importante [...], influenciando fortemente as normas de sociabilidade e interação” (VELHO, 1998, p. 68-69),

Evidentemente, no contexto histórico da época, esse tipo de comportamento era considerado transgressor e extremamente perigoso, dada a truculência do governo militar. Ainda assim, segundo Velho, isso não impedia que essas pessoas passassem grande parte dos seus dias utilizando maconha, sem aparentar ansiedade, e mantivessem pleno domínio de suas reações, sem “dar bandeira” (VELHO, 1998).

¹⁹² Projeto de Lei nº 1.008 de 1972, p. 3-5.

¹⁹³ Projeto de Lei nº 1.008 de 1972, p 7-11.

O segundo círculo social era de jovens com idade entre 14 e 20 anos. Seus integrantes eram majoritariamente estudantes secundaristas e praticantes de *surf*. Ao contrário da “roda intelectual-artística-boêmia” que gostava de fumar maconha e problematizar as questões do mundo, esses jovens fumavam maconha para “ter sensações agradáveis e “curtir” sem maiores elaborações intelectuais”. Para esse grupo, o uso de maconha era uma espécie de divisor de águas entre o mundo das pessoas “caretas” e das pessoas “descoladas” (VELHO, 1998). Esses relatos de Gilberto Velho, em consonância com o trabalho de outros pesquisadores que estudam essa questão, sugerem um aumento no consumo de drogas ao longo da década de 1960 no Brasil e no mundo de forma geral.

A criminalista Rosa Del Olmo em *A face oculta da Droga* mostra que, na década de 1960, nos Estados Unidos, o consumo de drogas deixou de ser exclusivo de guetos – ocupados por negros, mexicanos e porto-riquenhos – e se espalhou para uma juventude branca de classe média que contestava a política e a guerra – difusão que de certa forma contribuiu para a emergência da contracultura, dos movimentos pacifistas, do movimento *hippie*, dentre outros. Nesse contexto, o uso de drogas possuía um significado político e libertário dado que era um meio encontrado pelos jovens para contestar a ordem vigente. Ainda segundo a autora, esse aumento de consumo causava um aumento das apreensões. Em 1962, foram confiscados 850 quilos de *Cannabis* na fronteira mexicana com os Estados Unidos e, em 1965, foram “várias toneladas” (OLMO, 1990).

Possivelmente, muitos hábitos praticados nesses países centrais foram incorporados por uma parcela da elite brasileira que mantinha contatos frequentes com a cultura e o modo de vida das pessoas desses países. Os integrantes da “roda intelectual-artístico-boêmia”, por exemplo, viajavam com frequência para a Europa e para os Estados Unidos. Um deles, inclusive, morou cerca de seis meses em Paris devido à perseguição política que sofria pelo governo militar brasileiro (VELHO, 1998). No entanto, enquanto a maior parte dos jovens norte-americanos e europeus usavam substâncias ilícitas para se contrapor a ordem vigente, no Brasil as motivações para o uso de substâncias ilegais foram as mais variadas.

O grupo de jovens secundaristas observado por Gilberto Velho, por exemplo, fumava maconha apenas para “ter sensações agradáveis e “curtir”, além de ser uma forma de se diferenciar das pessoas “caretas”. Os integrantes da “roda intelectual-artístico-boêmia”, por sua vez, já tinham militado na esquerda, participado de movimentos estudantis e lutado contra a ditadura. Contudo, quando foram entrevistados por Gilberto Velho, consideravam-se distantes da política brasileira devido à repressão e não associavam o uso de maconha, e outras drogas, como um ato político contra a ordem vigente (VELHO, 1998).

Mas, como na Europa e nos Estados Unidos, também havia aqueles que fumavam maconha como forma de protesto. Um relato autobiográfico de Luiz Roberto Salinas Forte, professor de filosofia da USP, contribui para melhor compreender essa questão. Em *Retrato calado*, ele conta suas memórias das perseguições, das 4 prisões e das torturas na primeira metade da década de 1970. Em um de seus relatos, ele relembra o clima de tensão nos idos de 1974 e a presença constante da maconha em suas vidas. Suas memórias revelam um pouco da atmosfera que permeava a vida dos militantes que a fumavam como forma de protesto:

Como rigorosos militantes fumávamos desbragadamente todos os dias, da aurora ao crepúsculo, do banheiro à cozinha, da mesa à cama, da roupa à nudez, cavalgando em loucura nosso sonho visionário. Militantes rigorosos e corajosos em contestação permanente, cada fósforo aceso como ato de protesto contra tudo e todos. Na verdade, dávamos prosseguimento, da forma possível às fracassadas tentativas de existência e organização política de toda uma geração (FORTES, 2012, p. 94).

Além disso, segundo o autor, as rodas de fumo se transformavam em um espaço de longos debates e discussões, mas também de euforias inesperadas. Nesse contexto, o uso de maconha possibilitava um certo distanciamento, ainda que momentâneo, do mundo dominado pelo relógio e pela “caretice” (FORTES, 2012).

Similar ao constatado pela Rosa Del Olmo nos Estados Unidos na década de 1960, o aparente aumento no número de usuários de maconha e de outras drogas no Brasil evidentemente levou a um aumento das apreensões ao longo da década de 1970. Sobretudo, ao lembrar que houve um endurecimento nas leis para combater o uso de tóxicos e enquadrar as drogas como uma questão de Segurança Nacional. O avanço sobre as destruições de cultivos em Pernambuco de certa forma reflete essa nova conjuntura.

3.2.3 A destruição dos plantios na década de 1970

Em pleno “milagre econômico”, a indústria armamentista instalada no Brasil adentrou a década de 1970 com expectativas de crescimento. Isso porque no governo de Costa e Silva (1967-1969) o Brasil rompeu o “Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos” que, desde 1952, estipulava a compra de equipamentos e materiais bélicos americanos, barrava qualquer possibilidade de transferência tecnológica dos EUA para o Brasil e assim perpetuava a grande dependência desse setor. Esse rompimento impulsionou o desenvolvimento da indústria de armas brasileira que, assentada em uma estratégia empresarial, alinhou-se ao desejo das forças armadas para a produção de matérias bélicas – desenvolvidos com tecnologia nacional,

ainda que incipiente se comparada com a tecnologia de países desenvolvidos, mas com preços competitivos no mercado externo e horizontalização da produção. O incentivo a fabricação de armamentos tinha, em geral, 4 objetivos: 1) aproveitar a capacidade industrial ociosa causada pela crise econômica do início dos anos 1960; 2) reduzir a dependência do fornecimento externo; 3) garantir a produção autônoma de armamentos; 4) conquistar a fatia de mercado representada pelos países de terceiro mundo. Diferente do complexo industrial americano, voltado à produção de armamentos pesados como porta aviões, aviões de guerra, tanques e metralhadoras, o complexo industrial militar brasileiro essencialmente desenvolvia materiais bélicos contra “insurgências” ou mesmo contra o “inimigo interno”, ou seja, conflitos característicos de Estados Nacionais do terceiro mundo (DAGNINO, 1987).

É nesse contexto que a ideologia da DSN se rearticula para repreender os cultivos ilícitos. Como consequência, ocorreram certas mudanças no modo de atuação do Estado. Um primeiro tipo de mudança ocorreu em relação aos órgãos de combate aos entorpecentes. A Polinter e a DIC aparentemente deixaram de atuar nas destruições, uma vez que não são mais mencionadas nos documentos. A CNFE, por sua vez, perdeu preponderância, entrou pouco a pouco em decadência e foi extinta na segunda metade da década de 1970 (CARVALHO, 2013). Por outro lado, ocorreu uma maior atuação da Polícia Federal e do exército. Embora algumas poucas notícias¹⁹⁴ das décadas de 1950 e 1960 até fazem menção a uma possível participação do exército na destruição de plantações de maconha, participação inclusive questionável sem o uso de outras fontes para cruzar essa informação, foi essencialmente a partir da década de 1970, em pleno governo militar, que as Forças Armadas passaram a contribuir de maneira mais efetiva. Quanto à maior participação da Polícia Federal, mesmo que constatada pelos documentos, não se sabe ao certo os antecedentes e as pretensões dessa mudança. Porém, num contexto de reestruturação da indústria armamentista, o fato é que esses órgãos dispunham de todo um material bélico necessário para combater as “insurgências” associadas aos plantios de maconha.

Nesse contexto, na segunda metade da década de 1970, O IV Exército de Pernambuco começou a atuar nas ações de repressão aos cultivos de maconha em estreita colaboração com a Polícia Federal (PF), cujo serviço de inteligência planejava e controlava as operações de combate. Inclusive, se comparadas com as ações da Polinter, da DIC e da CFNE, essas operações se tornaram bem mais estruturadas e contavam com a participação de delegados e policiais

¹⁹⁴ Exemplos de notícias publicadas que mencionavam uma possível atuação do exército na destruição dos plantios de maconha: Intervenção do Exército na caçada às plantações clandestinas de maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de setembro de 1957, p 1; “Blitz” contra a maconha no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. 17 de outubro de 1957. P.1; Exército vai destruir plantações de maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de setembro de 1960, p 1; Entorpecentes: Comissão pede ao exército para destruir maconha. **Diário de Pernambuco**. 17 de maio de 1964, p 9; Lança-chamas: solução para destruir cultivo clandestino da “erva maldita” **Última Hora**. 27 de outubro de 1963, p 6.

dos municípios envolvidos. De acordo com notícias veiculadas no *Diário de Pernambuco*, ocorreram ao menos 4 operações no sertão de Pernambuco:

a) *Operação Jaguar*. Essa operação (força tarefa) teve início em 22 de fevereiro de 1978 para combater o plantio de maconha em Belém de São Francisco e em Cabrobó. Coordenada pelo delegado de Repressão de Entorpecentes da Polícia Federal de Pernambuco, Wladimir Cutarelli, a operação contou com a participação de 10 agentes especiais da superintendência da Polícia Federal de Pernambuco e da Bahia e agentes da Polícia Militar dos municípios envolvidos¹⁹⁵. Segundo avaliação de encerramento dos trabalhos, creditada ao Wladimir Cutarelli, e veiculada em 04 de março de 1978, a operação terminou em 15 dias com a descoberta de oito plantações, correspondente a 40 mil pés ou 9 toneladas, distribuídas da seguinte forma: seis plantações totalizando 30 mil pés (7.000,000 kg) na ilha Caruaru; 3 mil pés (1.000, kg) na ilha Canal; e 7 mil pés (1.200,00 Kg) na ilha da Formiga¹⁹⁶. Curatelli considerou essa a maior apreensão já feita em uma única operação pelo Departamento da Polícia Federal¹⁹⁷ e que as quantidades “correspondiam a 40% da maconha do consumo nacional”. Ao término, a operação Jaguar se desdobrou em outras duas, a Jaguar II e a III. A primeira ocorreu entre 29 de março a 8 de abril de 1978 e, ainda que noticiadas, foi reportada sem maiores detalhes. A segunda, entre 29 de maio a 9 de junho de 1978, descobriu três plantações. Duas delas foram localizadas no Município de Belém de São Francisco. A primeira com 3.736 pés – sendo que 2.000 deles ainda estavam “encanteirados” na sementeira – e a segunda possuía 3.000 pés. A última plantação destruída possuía 1.500 pés de maconha e foi descoberta em Cabrobó¹⁹⁸.

b) *Operação Nero*. Essa operação ocorreu entre 29 de junho a 14 de julho de 1978 nos Municípios Ouricuri, Salgueiro e Belém de São Francisco. Coordenada pelo delegado Agripino de Oliveira Neto, contou com a participação de 10 agentes da Polícia Federal, dezenas de policiais militares e agentes da Secretaria de Segurança Pública. O pouco que se consta desta operação é que, no dia 30 de junho, foi descoberto na fazenda Derradeiro, Município de Ouricuri, 37.806 pés de maconha,

¹⁹⁵ Polícia diz que vai acabar com toda a maconha do Estado. *Diário de Pernambuco*. 7 de março de 1978, p 1

¹⁹⁶ Interior produz 40% da maconha do País. *Diário de Pernambuco*. 4 de março de 1978, p 15

¹⁹⁷ Interior produz 40% da maconha do País. *Diário de Pernambuco*. 4 de março de 1978, p 15

¹⁹⁸ Federal destrói 10t de maconha. *Diário de Pernambuco*. 13 de junho de 1978, 15.

equivalente a 11.700 kg¹⁹⁹.

c) *Operação Despedida*: Apenas o que se sabe é que ela ocorreu no ano de 1979 em Iguaraci, Santa Maria da Boa Vista, Belém de São Francisco, Municípios de Pernambuco, e em Palmeira dos Índios, Alagoas e que apresentou os seguintes resultados: apreensão de 2 kg de maconha pronta para o consumo; destruição de 1000 pés de maconha com altura aproximada de 20 cm; destruição de plantas ainda em sementeiras²⁰⁰.

d) *Operação Peba*: Ocorreu entre maio e junho de 1980 nos Municípios Floresta, Serra Talhada, Cabrobó, Petrolina, Salgueiro, Custódia e Belém de São Francisco. Coordenada pelo superintendente da Polícia Federal “Calheiros”, contou com a participação de 25 policiais das Delegacias de Repressão e Entorpecentes dos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia e militares da região. No total, foram encontradas 15 plantações, que totalizavam 10.274 kg de erva. Foram arrancadas e incineradas no local²⁰¹.

Infelizmente, os documentos não preenchem várias lacunas em relação a essas primeiras operações da Polícia Federal que ocorreram no sertão pernambucano. Essa falta de informação na descrição das notícias revela um certo desinteresse do jornal na busca por dados mais consistentes ou mesmo uma possível dificuldade dos editores em conseguir maiores informações a respeito. Neste sentido, vale destacar que documentos produzidos pela Polícia Federal contribuiriam enormemente para o preenchimento dessas lacunas. Para o presente trabalho, entretanto, como já destacado na introdução, a Polícia Federal declarou que os documentos referentes a essas primeiras operações não foram localizados.

Outra mudança em relação à atuação do Estado foi na forma de erradicar os cultivos de maconha. Se na década de 1950 até meados da década de 1960 as notícias informavam que grande parte das plantações descobertas era cortada e transportada para ser queimada em locais públicos, no final dos anos de 1960, as notícias passaram a veicular um outro direcionamento. Em junho de 1968, por exemplo, o Diário de Pernambuco publicou que uma plantação de maconha descoberta no Município de Arcoverde foi arrancada e destruída com fogo e gasolina por

¹⁹⁹ Polícia Federal destrói 65 mil pés de maconha. **Diário de Pernambuco**. 18 de julho de 1978. Ano 153, Nº 193. p 1.

²⁰⁰ Apreendidos dois quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. 17 de fevereiro de 1979, p 17.

²⁰¹ Federal destrói 10t de maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de junho de. 1980, p 17.

policiais no local do plantio²⁰². Esse tipo de atuação provavelmente se tornou padrão durante a década de 1970, dadas que quase todas as notícias que fazem menção a destruição de cultivo, a partir desse período, indicam que este era incinerado no local achado. Uma possível justificativa para isso é um aumento na escala de produção, uma vez que os gastos de transporte e de funcionários necessários para esse tipo de ação se tornariam proibitivos.

Em face dessas mudanças, e continuando a série de 4 mapas de destruição de maconha, o terceiro deles, referente às décadas de 1950, 1960 e 1970, exposto na Figura 3.5, mostra que a polícia identificou plantações ilícitas em ao menos 32 Municípios na década de 1970, em contraste com os 21 do decênio anterior. Ainda que de modo indireto, esse mapa revela uma certa dispersão e concentração dos cultivos ilícitos pelo território do Estado de Pernambuco, em contraste com apenas 5 Municípios de Alagoas e 2 de Sergipe. Em complemento ao mapa, a Tabela 3.5 apresenta, por ano, Estado e Município, a quantidade de cultivos de maconha destruídos ao longo da década de 1970. De modo geral, os dados apontam para um certo aumento na quantidade de destruição. Contudo, dada a natureza esparsa dos dados, convém observar que os anos de 1970, 1974 e 1979 não apresentam registros.

²⁰² Descobertas duas plantações da erva maldita. **Diário de Pernambuco**. 11 de junho de 1968. P. 8

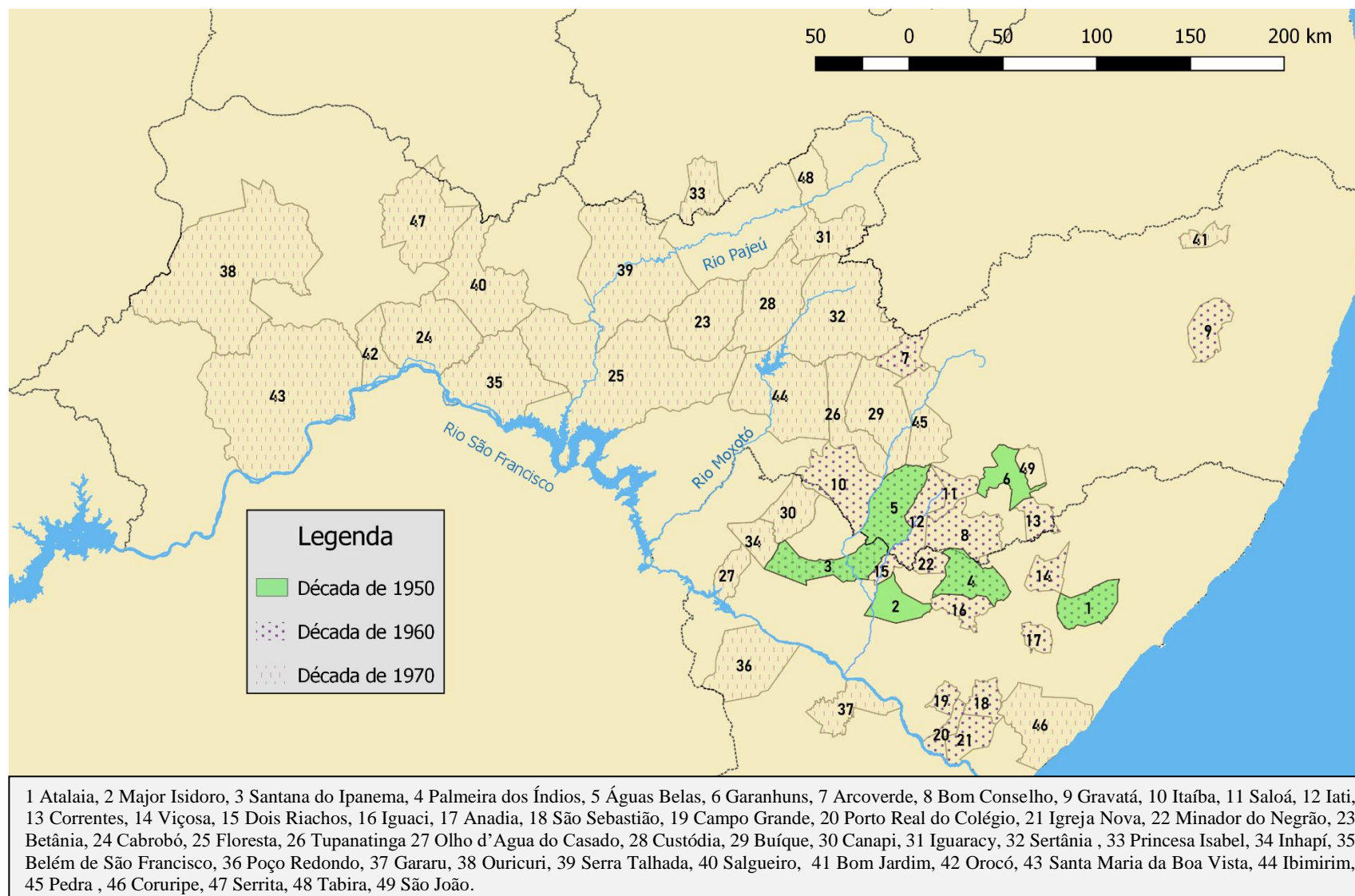


Figura 3.5: Mapa que destaca os municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Tabela 3.5: Quantidade de cultivos de maconha destruídos na década de 1970.

Ano	Estado	Município	Quantidade
1971	PE	Betânia	7
1971	PE	Floresta	1
1971	PE	Ibimirim	1
1971	PE	Buíque	1
1971	PE	Tupanatinga	3
1971	PE	Águas Belas	1
1972	PE	Betânia	1
1972	PE	Floresta	3
1972	PE	Pedra	1
1972	PE	Custódia	1
1972	PE	Buíque	1
1973	PE	Buíque	1
1975	PE	Cabrobó	1
1975	PE	Santa Maria da Boa Vista	1
1975	PE	Custódia	1
1975	PE	Belém de São Francisco	1
1975	PE	Serrita	1
1975	PE	Custódia	1
1976	PE	Floresta	1
1976	PE	Orocó	1
1977	PE	Belém de São Francisco	2
1977	PE	Cabrobó	2
1977	PE	Bom Jardim	1
1978	PE	Belém de São Francisco	11
1978	PE	Cabrobó	2
1978	AL	Canapí	3
1978	AL	Inhapi	2
1978	AL	Olho D'água do Casado	4
1978	AL	Santana do Ipanema	17
1978	PE	Ouricuri	1
1978	PE	Salgueiro	1
1978	SE	Poços Redondo	2
1978	PE	Iguaraci	1
1978	AL	Coruripe	1

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco

De modo geral, o mapa e as tabelas de destruição vistas até aqui mostram a trajetória

da agricultura ilegal e como esta adentrou o Estado de Pernambuco. Considerando que na década de 1940 uma parte significativa da produção de maconha era realizada na divisa entre Sergipe e Alagoas, o decurso das décadas seguintes mostra que ela passou para a divisa de Alagoas com Pernambuco (1950), depois concentrou-se na região do agreste (1960), para só depois adentrar o sertão (1970), região mais atingida pelas secas e em princípio avessa a cultivos não nativos.

Isso é uma questão relevante porque, segundo pesquisas mais recentes, os atuais híbridos da planta *Cannabis* consomem cerca de 400 a 450 litros de água ao longo de seu ciclo de crescimento, se cultivadas ao ar livre (BUTSIC e BRENNER, 2016). Evidentemente, esses híbridos não correspondem aos mesmos de 50 anos atrás, o que alerta para a possibilidade de alterações genealógicas da planta associadas ao seu consumo de água. Mesmo com essa ressalva, esses valores servem de guia porque, no decurso de 50 anos, mesmo na presença das ditas alterações, é pouco provável que tenha ocorrido mudanças drásticas na quantidade de água necessária ao seu crescimento. Além disso, embora seja difícil estipular a quantidade exata, existem alguns indícios que revelam o volume de água necessário ao plantio de maconha no sertão pernambucano. Em uma pesquisa de 1983 produzida pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) em parceria com a Polícia Federal, consta que a cultura de maconha no Nordeste necessitava de irrigação duas vezes ao dia. (DOS SANTOS, CREPANI, *et al.*, 1983).

Ciente disso, ao retomar a questão dos cultivos ilícitos, na década de 1940, como abordado em seção pretérita, a produção de maconha ocorria em dois centros. O primeiro localizava-se no vale do baixo São Francisco, em áreas pertencentes a zona da mata dos Estados de Sergipe e de Alagoas. Em Sergipe, Aquidabã e Propriá eram os Municípios que se destacavam, enquanto em Alagoas, eram Igreja Nova, Porto Real do Colégio e São Miguel dos Campos. O segundo centro produtor localizava-se no interior do Estado de Alagoas, próximo à divisa com Pernambuco. O Município supostamente mais atuante era Palmeira dos Índios. Assim, ao levar em conta essa dependência de recursos hídricos, era de se esperar que o cultivo ilícito de maconha na década de 1940, presente na divisa entre Sergipe e Alagoas, ao sofrer repressão, em princípio subiria o rio São Francisco. Contudo, ao lembrar que nas décadas de 1960 e 1970 as margens desse rio foram palco para projetos de irrigação e a construção de usinas hidroelétricas, algumas inclusive consideradas áreas de Segurança Nacional, seria pouco provável que o cultivo de plantações ilícitas florescesse nesses espaços vigiados.

Nesse sentido, a informação mais representativa que depreende do gráfico e das tabelas é que, antes do movimento de interiorização dos plantios ilícitos em direção ao sertão

pernambucano às margens do São Francisco, ocorre, como reflexo do efeito balão, um movimento de dispersão pela região do agreste, considerada uma área de transição entre a zona da mata e o sertão. Próximo à zona da mata, o agreste tende a ser mais úmido e, próximo ao sertão, mais quente e seco (LIMA, 2007; IBGE, 2010). Em particular, nos Estados de Alagoas e de Pernambuco, o agreste é cortado pelo Ipanema, rio de águas intermitentes que proporciona terras úmidas em suas margens ao longo de todo ano. Em contrapartida ao Vale do São Francisco, o Vale do Ipanema, no período estudado, não recebeu tantos projetos de desenvolvimento e, portanto, não era uma região vigiada.

Assim, nas décadas de 1950 e 1960, as plantações de maconha se concentraram sobretudo no segundo Vale, com destaque para os Municípios Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema – este último, inclusive, considerado pelos jornais da época e pelas autoridades públicas o maior centro de produção de Alagoas durante a década de 1950. Já nos 3 primeiros anos da década de 1960, São Sebastião e Porto Real do Colégio se tornaram grandes produtores alagoanos. Por outro lado, a partir de 1964, alguns Municípios pernambucanos do agreste – Arcoverde, Igaci, e Bom Conselho – também despontaram como produtores.

Mas com o avanço da repressão no Vale do Ipanema, novamente por efeito balão, na década de 1970, os cultivos de maconha, segundo o mapa da Figura 3.5, espalharam-se de forma generalizada pelo sertão pernambucano, porém em áreas com algum recurso hídrico. Além disso, a Tabela 3.5 sugere que esse movimento não foi súbito, e sim gradual. Nos 3 primeiros anos, os plantios concentraram-se em Municípios como Ibimirim, Betânia e Tupanatinga – localizados no vale do rio Moxotó, rio perene que desagua no rio São Francisco – e, a partir de 1975, tornaram-se recorrentes em Municípios do alto sertão pernambucano, como Serra Talhada – cortada pelo rio Pajeú, também perene –, Floresta, Cabrobó e Belém de São Francisco – às margens do rio São Francisco.

Em termos geomorfoclimáticas, nesse sertão de solos rasos e pedregosos, de clima semiárido e pouca precipitação – menos de 1000 mm anual – e de alta taxa de evaporação, a caatinga é o bioma predominante (Figura 3.6). Corresponde a uma floresta com vegetação de porte baixo e robusto fortemente adaptada ao clima: árvores e arbustos altamente impermeáveis, de caules suculentos e de folhagem caduca, todas características que servem para reter, armazenar e diminuir a perda de água nos períodos de estiagem. Algumas das espécies mais comuns desse bioma são a emburana, a aroeira, o umbu, a baraúna, a maniçoba, a macambira, o mandacaru e o juazeiro (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2007).

Figura 3.6: Solo e vegetação característicos da caatinga durante o período das chuvas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Em contraste a essas características, a *Cannabis* é uma planta que se desenvolve naturalmente em lugares ricos em água e solo fértil (ESCOHOTADO, 2007), em regiões com temperaturas entre 15° C e 33° C e em altitudes que variam de 2 a 2100 m – razões pelas quais ela se difundiu em boa parte do globo (BAZZAZ, DUSEK, *et al.*, 1975 ; VERDCOURT, 1975). Ou seja, se receber auxílio do homem no provimento desses requisitos, mesmo em clima desfavorável, ela se adapta facilmente. Nesse sentido, com “água duas vezes por dia”, o sol do semiárido não a fustigava.

Logo, nos espaços secos do sertão, a agricultura de maconha, evidentemente avessa a um regime de poucas chuvas, para proliferar, teve que fazer uso das estruturas e dos recursos hídricos existentes na região. Por exemplo, a mesma pesquisa produzida pelo INPE, citada há pouco, verificou a viabilidade de métodos de sensoriamento remoto – a partir de filme infravermelho colorido (falsa cor) – para identificar plantações de *Cannabis*. Esse método foi aplicado em uma área com cerca de 80 km² nos Municípios Araripina (PE) e Simões (PI), localizados “sobre um divisor de água entre os Estados de Pernambuco e do Piauí. A hidrografia da região é representada pelo riacho do Baixio e pelo riacho Grande, nos quais foram construídos alguns açudes”. Após o sensoriamento, as plantações de *Cannabis* descobertas localizavam-se justamente ao longo de cursos d’água, de açudes e em locais sem acesso por estradas e caminhos (DOS SANTOS, CREPANI, *et al.*, 1983). O documento destaca sobretudo o açude Barriguda, no Riacho Grande, onde foi encontrado plantio de maconha em diferentes fases de crescimento (DOS SANTOS, CREPANI, *et al.*, 1983). A Figura 3.7 mostra dois exemplos. Vale destacar

que o referido açude foi construído em 1972 pelo DNOCS no Município de Araripina. Ainda vale destacar que, embora a pesquisa do INPE date de 1983, dois anos após o período delimitado como marco cronológico deste estudo, pode-se considerar que o cenário descrito é o mais próximo possível do que ocorria ao longo da década de 1970.

Figura 3.7: Plantios de maconha no braço esquerdo do açude Barriguda



Fonte: (DOS SANTOS, CREPANI, *et al.*, 1983).

3.2.4 A consolidação do cultivo no Sertão

O quarto mapa da série de destruição de cultivos de maconha, referente ao período de 1950 a 1981, exposto na Figura 3.8, mostra que a polícia localizou plantações ilícitas em ao menos 11 Municípios nos dois primeiros anos da década de 1980. O mapa revela que as destruições ocorrerem principalmente na região do alto sertão pernambucano, o que sugere uma certa concentração de plantios nessa área, em detrimento aos plantios do agreste identificados nas décadas anteriores. Em complemento ao mapa, a Tabela 3.6 apresenta, por ano, Estado e Município, a quantidade de cultivos de maconha destruídos nos dois primeiros anos da década de 1980.

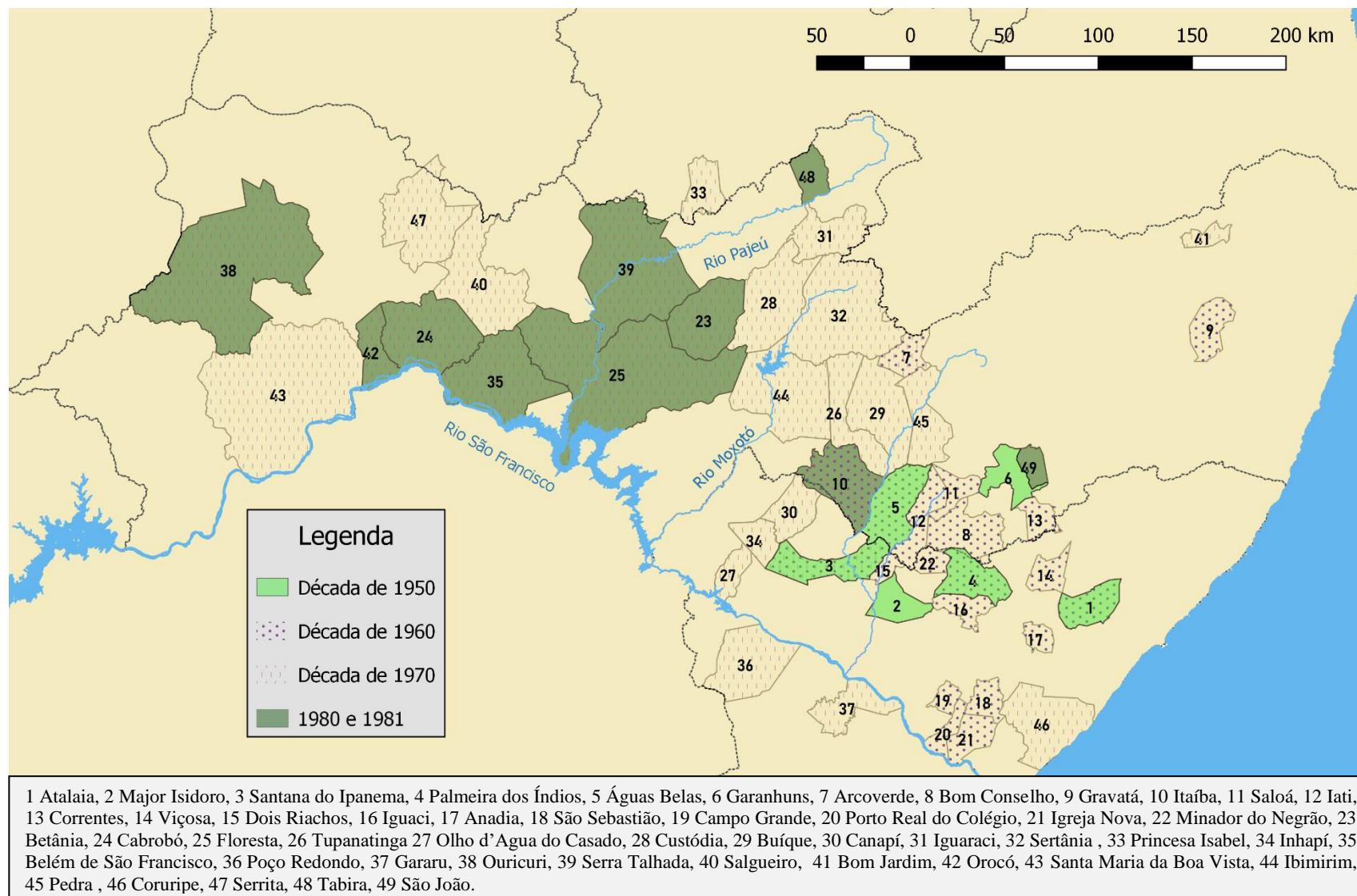


Figura 3.8: Mapa que destaca os Municípios em que houve destruição de cultivos de maconha, entre 1950 a 1981

Tabela 3.6: Quantidade de cultivos de maconha destruídos nos anos de 1980 e 1981.

Ano	Estado	Município	Quantidade
1980	PE	Betânia	4
1980	PE	São João	1
1980	PE	Cabrobó	2
1980	PE	Floresta	8
1980	PE	Serra Talhada	3
1981	PE	Belém de São Francisco	2
1981	PE	Betânia	4
1981	PE	Itaíba	1
1981	PE	Ouricuri	1
1981	PE	Floresta	2
1981	PE	Tabira	3
1981	PE	Serra Talhada	1

Fonte: Diário de Pernambuco

Uma análise pormenorizada da Tabela 3.6 indica uma produção intensa nos Municípios de Floresta (dez plantações destruídas), Betânia (oito) e Cabrobó (duas). Além disso, uma peculiaridade é que quase todos os Municípios mostrados nessa tabela pertencem ao Vale do São Francisco – região que recebeu uma série de recursos voltados ao desenvolvimento regional, como largamente tratado no capítulo 2. No entanto, grande parte desses recursos se concentrou em projetos nos Municípios de Juazeiro e Petrolina, o que levou a um crescimento regional assimétrico – de certa forma, um dos elementos que pode ter contribuído para a prática de uma agricultura ilícita. Outra peculiaridade é que a maior parte desses Municípios compõe o denominado Núcleo de Desertificação Cabrobó, formado por Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Belém de São Francisco e Floresta. Em 1971, esse Núcleo foi criado para estudar o potencial que essa região tem de se transformar em um deserto, devido à escassez de recursos hídricos e ao consequente ressecamento do solo (VASCONCELOS SOBRINHO, 1971).

Ainda assim, esse espaço se tornou propício ao cultivo ilegal de maconha. No conjunto, a região possuía uma série de fatores que contornavam essa aparente contradição. O primeiro deles era – e ainda é – o incontável número de ilhas e ilhotas no rio São Francisco (Figura 3.9). Essas porções de terra cercadas por água, além de naturalmente apresentar solos mais úmidos e férteis do que as áreas do continente afastadas do rio, eram prontamente receptíveis a estruturas de irrigação de vazante e dificultavam o trabalho dos agentes de combate.



Figura 3.9: Geografia do rio São Francisco, com destaque para a grande quantidade de ilhotas ao longo dos trechos do rio.

O segundo fator, como visto há pouco, era a existência de poços e açudes construídos pelos projetos contra as secas, que em alguns casos forneciam água para os plantios ilícitos, como apontado no relatório do INPE. Por fim, a própria caatinga, terceiro fator, tem a sua parcela de contribuição porque servia para camuflá-los, protegendo-os na medida em que dificultava a visualização e o livre trânsito de terceiros, especialmente daqueles que não conheciam a região. Inclusive, algumas reportagens²⁰³ publicadas no Diário de Pernambuco ressaltavam que os policiais não conseguiram prender os plantadores porque estes se embrenharam na mata. Por fim, esses três fatores em conjunto de certa forma favoreceram a consolidação do cultivo de maconha na região do Vale do São Francisco, uma vez que contornavam a questão da água ao mesmo tempo em que dificultavam a fiscalização do Estado.

Entendida a questão da plausibilidade dos cultivos ilícitos, resta agora a questão dos volumes. Contudo, como mencionado em seção anterior, inferir as quantidades de maconha produzida não é tarefa trivial, em virtude das fontes pesquisadas e em virtude do produto que entrou no circuito ilegal e não foi contabilizado pelas instituições de combate. Logo, o catálogo de notícias de apreensão e destruição fornece apenas uma amostra qualitativa sobre essa agricultura. Afinal, o modo como os jornais apresentavam esse assunto aos seus leitores variou bastante ao longo do período analisado: as quantidades foram veiculadas em quilogramas, roças, sítios, campos, plantações de diversos tamanhos, pés destruídos e até em hectares – ou seja, uma diversidade que torna quase impraticável qualquer tentativa de cálculo sobre a escala de produção, uma vez que cada uma dessas “unidades de medida” precisariam ser devidamente historicizadas. Ainda assim, a partir dessas informações tendenciais, o presente trabalho identificou ao menos 4 padrões mais frequentes.

1) *Maconha pronta para o consumo*. Ao longo do período de análise, quando ocorria a apreensão de produto pronto para o consumo, a unidade de medida era informada em quilogramas ou em sacas. As quantidades variavam de 9 a 600 quilos e de 2 a 30 sacas. Esses valores geralmente veiculavam em simples notas de jornal ou às vezes em reportagens de meia página. De modo geral, apresentadas nessas quantias, os jornais faziam menção a duas localidades de apreensão. A primeira correspondia a propriedades com o plantio ilícito, com a indicação explícita dos Municípios em que as mesmas constavam, e a segunda, mais genérica, correspondia apenas aos Municípios em que havia ocorrido a apreensão. Esse segundo caso, porém, não

²⁰³ Exemplos de notícias que abordam o assunto, publicadas nas seguintes datas: (22 de maio de 1973, p 24); (22 de maio de 1979, p 17); (11 de junho de 1968, p 8), entre outras.

indica necessariamente a existência de plantios ilícitos – poderiam ser rotas de passagem ou Municípios consumidores. Para se ter uma ideia da frequência desse padrão de notícia, só desse segundo caso, 230 reportagens foram identificadas.

2) *Dimensões do terreno plantado*. Encontradas sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, em um padrão que informava especificamente sobre a destruição de cultivos de maconha e sua localidade, havia reportagens que mencionavam plantações de quintal, roçados, braças quadradas, sítios e campos.

3) *Plantação*. Publicadas entre a segunda metade da década de 1960 e a segunda metade da década de 1970, havia reportagens que apenas informavam sobre destruição de cultivos de maconha, nos seguintes termos: “uma plantação”, “grande plantação” e “plantações” de maconha, acrescidas do nome do Município em que foram localizadas. Em descrições como essa é difícil precisar de fato as quantidades produzidas.

4) *Pés de maconha*. Durante a década de 1970 e nos 2 primeiros anos da década de 1980, grande parte das notícias trazia o número de plantas arrancadas em cada uma das lavouras descobertas. As quantidades variavam de 1.000 a 27.000 pés.

Em particular, no que se refere a essa última “unidade de medida”, em reportagem de 2 de junho de 1975, consta que a Polícia Federal, em 1971, instaurou 11 inquéritos e destruiu 2.130 pés de maconha; em 1972, instaurou 9 inquéritos e destruiu 10.202 pés; e, em 1973, 6 inquéritos e 12.027 pés²⁰⁴. Além disso, em reportagem de 30 de dezembro de 1978, consta que a mesma polícia, em 1978, em várias operações realizadas ao longo do ano, destruiu o montante de 127.060²⁰⁵ pés, volume até então nunca registrado nos padrões associados ao cultivo ilícito. Comparado às descrições de décadas anteriores, que faziam menção a plantações de quintal, roçados, braças e quanto muito grandes plantações, salta aos olhos a precisão em descrever os cultivos destruídos e, como consequência disso, o aumento desses números ao longo da década de 1970 e início dos anos de 1980.

Esses dados sugerem que, a partir de algum momento, o consumo de maconha se tornou elevado. Até porque, na década de 1940, como a maconha era tida como coisa de preto,

²⁰⁴ Toxocomania, velho problema sempre atual. **Diário de Pernambuco**. 2 de junho de 1975. P 2

²⁰⁵ Apreensão de maconha foi maior em 78. **Diário de Pernambuco**. 30 de dezembro de 1978, p 15

de pobre e de classes mais baixas no geral, seu consumo era provavelmente menos difundido. Contudo, ao lembrar que “pessoas de boas famílias” passaram a consumir maconha, o número de usuários ao longo de quatro décadas pouco a pouco cresceu e se espalhou de maneira substancial em todas as classes sociais, como também denotam os estudos de Olmo (1990), Velho (1998) e Fortes (2012).

Esse consumo crescente indica que a estrutura da produção de maconha passou por transformações ao longo desse período. Se inicialmente ela era produzida em pequenas quantidades – em roçados e no quintal das casas –, na década de 1970 e início dos anos de 1980, os plantios migraram para espaços maiores. Essa mudança ocorreu em conjunto com transformações em sua estrutura produtiva: a inserção de plantações em ilhas, o aumento dos espaços destinados aos plantios, uma rede de irrigação e um aumento na escala de produção, todos exemplos tratados ao longo deste capítulo. Entretanto, como ficará claro no próximo, ainda existem outros aspectos dessa transformação: a inserção de mão de obra assalariada, a consolidação de grandes produtores, um aumento no aparato de segurança dos plantios e a utilização de insumos. De certa forma, todas essas constatações indicam que no início dos anos 80 a maconha já era produzida em uma escala voltada para atender uma demanda de mercado com traços de uma agricultura mais capitalista.

4 TERRA, PODER E ILEGALIDADE

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção.

(KARL MARX)

Independentemente do modo de produção vigente, seja como meio de subsistência ou como meio de produção, o ser humano produz riquezas para satisfazer suas necessidades. Nesse sentido, por seu caráter utilitário, um objeto tem, antes de tudo, um valor de uso: uma roupa, por exemplo, tem a função de cobrir o corpo. Por causa disso, seu consumo, enquanto mercadoria, é sempre pautado por esse valor. Por outro lado, a mercadoria tem um valor de troca por outras mercadorias, geralmente distintas entre si: a roupa do exemplo anterior pode ser trocada por um alimento. Nesse caso, objetos com valores de uso diferentes passam a ter o mesmo valor de troca, ainda que em proporções quantitativas diferentes: 1 casaco pode valer 100 pães. Com essa conotação, a mercadoria é definida por duas unidades: o valor de uso e o valor de troca. Com valor de uso, a mercadoria em geral se distingue por suas qualidades enquanto que, com valor de troca, ela precisa de uma base quantitativa comum (MARX, 1867)²⁰⁶.

Quando duas mercadorias são trocadas, existe uma proporção que estabelece em que medida elas se tornam equivalentes, uma vez que dificilmente objetos tenham relação de um para um entre si. O que determina essa proporção no sistema capitalista – e, portanto, sedimenta o seu preço – é justamente o tempo de trabalho humano necessário para produzi-la. Esse trabalho humano – em certa medida abstrato porque não leva em conta as diferentes categorias de mão de obra, e sim o resultado do esforço coletivo da humanidade – é medido em horas ou dias de trabalho. Além disso, no sistema capitalista, os trabalhadores não detêm os meios de produção (terra, máquinas, ferramentas, entre outros) para realizar esse trabalho. Tudo o que possuem é a sua força de trabalho, que é vendida por unidade de tempo e, nesse sentido, trans-

²⁰⁶ Com base no capítulo 1 do livro 1 do *Capital* de Karl Marx, denominado A mercadoria. A edição utilizada nesta tese foi a edição da Editora Boitempo de 2013.

forma-se em mercadoria, ou seja, o trabalho passa a ter um significado mercantilizado e, portanto, um valor de troca com outros produtos (MARX, 1867)

De certa forma, esse trabalho humano, contabilizado em horas ou dias de serviço, e caracterizado como uma mercadoria, perde um pouco de sua conotação enquanto mão de obra especializada. Nesse sentido, já não se fala em um produto de um pedreiro ou de um operador de máquina. Todo tipo de trabalho se torna abstrato e se transforma em valor mensurado na forma dinheiro. Evidentemente, essa grandeza de valor se altera conforme determinadas mudanças nas forças produtiva: a destreza dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a organização social dos meios de produção, as condições naturais, entre outros (MARX, 1867).

A *Cannabis*, no período anterior à proibição, enquanto matéria-prima para a produção de cordoarias, de tecidos, de remédios e de substâncias psicoativas, estava na base produtiva de várias mercadorias dentro de um circuito comercial legalizado. Boa parte desses produtos inclusive arrecadavam impostos. No período posterior a proibição, pós 1938, algumas mercadorias deixaram de existir porque foram cerceadas pelo Estado. Contudo, mesmo alvo de repressão, o uso psicoativo permaneceu como um hábito cultural e social, o que, de certa forma, contribuiu para consolidar a maconha como uma mercadoria ilegal. Os relatórios da CNFE da década de 1940 fornecem uma ideia do estágio de produção de maconha naquele período. Embora até haja casos de produção para consumo próprio, já existia uma produção voltada para um pequeno mercado consumidor local. Em Palmeira dos Índios, por exemplo, a maconha era vendida na feira semanal por um raizeiro²⁰⁷. Em outro exemplo, no artigo “Canabismo ou Maconhismo”, publicado no livro “A Maconha”, Décio Parreira afirmou que Antônio Ferreira e Manuel Simão, João Oleiro, entre outros trabalhadores rurais alagoanos, plantavam maconha para comercializar “clandestinamente” em cidades como Recife, Maceió, Salvador, Bom Conselho, entre outras do Nordeste (PARREIRAS, 1951).

Registros posteriores sugerem que com o passar do tempo a maconha foi, cada vez mais, sendo produzida para atender uma maior demanda de mercado. O excerto abaixo faz parte de uma fala do Secretário de Saúde do Estado de Alagoas proferida em uma coletiva de imprensa realizada em agosto de 1958 e publicada no Diário de Pernambuco. De certo modo, essa fala dá a entender que os agricultores plantavam maconha essencialmente com finalidade comercial.

²⁰⁷ Relatório apresentado aos senhores membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. Página 143. Publicado no livro *A Maconha* (1951).

“Em Alagoas – e acredita-se que nos demais estados do Nordeste – a incidência do vício da erva é reduzidíssima. Planta-se a maconha apenas para vender, porque é um grande negócio, mas não para usá-la”²⁰⁸.

O excerto também denota que a produção e a comercialização de maconha eram lucrativas. Inclusive, os preços envolvidos eram maiores do que os preços correntes de outras mercadorias legais, assunto tratado com maior detalhe na seção 4.3. Isso porque o custo de produzi-la em um contexto ilegal era evidentemente maior do que o de mercadorias produzidas no contexto formal. Afinal, era necessária toda uma rede de ilegalidade que ia desde o pagamento de subornos até o pagamento de salários de trabalhadores que se arriscavam ao entrar nesse comércio – fatores que tornavam o produto mais caro. Por outro lado, tal valorização também atraía uma gama de pessoas dispostas a correr os riscos.

Nesse sentido, a maconha enquanto mercadoria²⁰⁹ necessitava de terra e do processo de trabalho para a sua produção – processo, em particular, que ocorria às margens da regulamentação devido ao Decreto-Lei nº 891 que proibia sua plantação, produção, comércio e consumo. Além disso, dada a proibição, sua agricultura gerava – além de conflitos clássicos como a grilagem, a disputa por terra indígena e os apossamentos ilegais – conflitos de outra ordem. Um primeiro se dava entre os agricultores ilegais e o Estado: enquanto os agricultores buscavam novos espaços para estabelecer e proteger os plantios de maconha, o Estado buscava destruir e reprimir esses plantios, conforme amplamente visto e discutido no capítulo 3. O segundo se dava entre os vários atores (agricultores, intermediários, traficantes, comerciantes e financiadores) envolvidos com a produção ilegal, que não podiam recorrer as Instituições do Estado em caso de roubo, não pagamento, disputa por espaço e por mercado, entre outros. No geral, por serem questões internas à produção ilegal, eram resolvidas também na ilegalidade e com violência, conforme ficará mais claro ao longo do desenvolvimento desse capítulo.

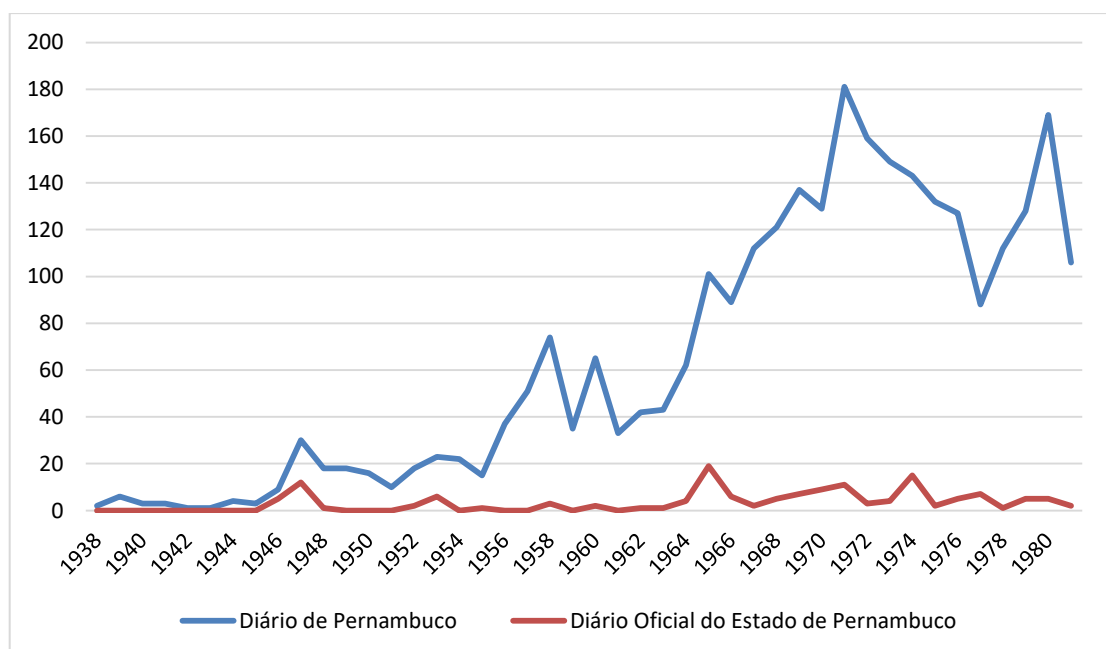
Em face dessas questões que permeiam os conflitos e disputas no campo, a agricultura de maconha precisa ser analisada no contexto de sua estrutura fundiária e da organização socioeconômica dos envolvidos com sua produção. Entretanto, adentrar nessa esfera não é tarefa fácil porque parte dessa documentação está em vários arquivos pelo Brasil – e não está

²⁰⁸ Apenas produzem; não são viciados. *Diário de Pernambuco* 24 de outubro de 1958, p. 16

²⁰⁹ Henrique S. Carneiro no artigo “As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX” traz uma discussão mais aprofundada acerca da questão das drogas e da satisfação das necessidades humanas ao longo da história, bem como sua transformação em mercadoria no período recente situando esse debate no contexto do proibicionismo. Andreia P. Rocha em sua tese de doutorado “Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai” discute a produção, a circulação e a comercialização da droga-mercadoria como foco no transporte - e na mão de obra de drogas – de drogas proibidas na rota Paraguai-Brasil. Por fim, Taciana S. Souza em sua dissertação de mestrado “A economia das drogas em uma abordagem heterodoxa” analisou o mercado das drogas ilegais como um setor econômico apreendendo sua lógica de funcionamento e suas dinâmicas de inovações que permitem que o setor se inove sempre que necessário. Até certo ponto, esses trabalhos também contribuíram para a fundamentação e escrita deste capítulo.

digitalizada, o que dificulta a sua consulta – e outra parte é de acesso restrito, como a produzida pelos órgãos oficiais responsáveis pela repressão. Das poucas fontes digitalizadas, a imprensa pode ser considerada uma das instituições que registrou e produziu uma quantidade ampla de informações sobre essa temática. Por conta dessas considerações, este capítulo foca principalmente nessa abordagem. Nesse contexto, o jornal *Diário de Pernambuco* ganha destaque como fonte de pesquisa devido, sobretudo, à quantidade de notícias produzidas sobre o assunto ao longo do período analisado, o que possibilitou a construção de uma série histórica. Para dar uma ideia do volume dos registros em questão, a Figura 4.1 mostra a frequência de notícias sobre maconha no contexto da proibição, em dois jornais de interesse: o *Diário de Pernambuco*, jornal temático, e o *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, jornal oficial do Estado. Essas duas fontes estão entre as poucas, de fácil acesso, que possibilitam um mapeamento durante todo o período de análise. Embora fontes de mesma natureza, os registros digitais do *Diário Oficial do Estado de Alagoas* saíram do ar em dezembro de 2017, e até a conclusão deste trabalho não foram disponibilizados novamente, e, além disso, o *Pequeno Jornal* e o *Última Hora* saíram de circulação, respectivamente, em 1955 e 1964 e por isso não permitem a construção de uma série histórica.

Figura 4.1: Frequência de notícias sobre maconha



Fonte: *Diário de Pernambuco* (1938-1981) *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* (1938-1981)

Ao analisar o gráfico, constata-se uma discrepância no número de notícias publicadas sobre maconha, do Diário de Pernambuco para o Diário Oficial. Isso provavelmente se deve as naturezas distintas desses periódicos. O Diário Oficial do Estado de Pernambuco era um jornal que tinha como objetivo publicar informações de interesse do Estado. Já o Diário de Pernambuco era um jornal privado que publicava notícias, de temática aberta, de acordo com os seus interesses e suas bases ideológicas. Nesse cenário, a curva do Diário de Pernambuco aponta que os interesses sobre temas relacionados à maconha aumentaram substancialmente ao longo do tempo, com destaque para o ano de 1971 com 181 matérias, se comparada com a curva do Diário Oficial.

De maneira geral, reportagens compõem séries de fatos jornalísticos que possibilitam mapear atores sociais envolvidos com a agricultura de maconha. Nesse contexto, é possível levantar e questionar o quadro que o jornal passava para a sociedade sobre esse assunto. Evidentemente, as notícias não são tratadas enquanto expressão da verdade, mas simplesmente como uma das maneiras, utilizadas por seguimentos sociais, de expor uma opinião sobre essa agricultura e, ao mesmo tempo, de construir percepções e representações em torno desta. Contudo, antes de analisar as notícias propriamente ditas, é necessário apresentar um referencial analítico em torno do qual pode-se discutir a questão da propriedade privada da terra, das relações sociais em torno do trabalho, dos meios de produção e mesmo da reprodução da vida no campo nordestino – todos assuntos intrínsecos a agricultura de maconha.

4.1 TERRA, PODER E RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

A terra, enquanto recurso natural, é limitada. No sistema capitalista, ela se transformou em mercadoria fictícia e, portanto, tornou-se fundamental ao funcionamento desse modo de produção e de organização da vida (POLANYI, 1980). Nesse sentido, a maneira como a propriedade da terra está distribuída influencia a vida daqueles que vivem no campo ou que usufruem do seu excedente. O modo de ocupação e de organização da propriedade é um ponto fundamental na reprodução do subdesenvolvimento, porque nessa reprodução se identifica a presença de mecanismos de dominação social para a extração do excedente, muitas vezes de forma autoritária (FURTADO, 1981).

Nesse âmbito, a estrutura fundiária – maneira pela qual a propriedade da terra está dividida – é um dos recursos analíticos que ajudam a entender e a estudar, em termos de escala de área, a composição dessa propriedade. Porém, classificações como pequena, média ou grande propriedade podem não condizer com o que a terra de fato representa. As condições

geomorfoclimáticas, a densidade demográfica, o desenvolvimento econômico e social, o acesso a uma rede de transportes e o sistema agrícola, bem como outros fatores, igualmente importam (ANDRADE, 1963). Ciente dessas questões e dos riscos de propor um enquadramento rígido para uma realidade em geral mais complexa, mas sem outros documentos que permitam um mapeamento de todas essas sutilezas, o presente trabalho resgatou os índices do Censo Agrícola de 1960, para avaliar a distribuição das propriedades em Pernambuco. Logo, a Tabela 4.1 apresenta o número de estabelecimentos agrícolas da década de 1950²¹⁰ nesse Estado, período em que os cultivos de maconha começaram a se tornar alvo de ações repressoras mais efetivas.

Tabela 4.1 Estabelecimentos registrados em Pernambuco na década de 1950

Grupo de área em há	Quantidade	%	Área	%
Menos de 10	122.466	71,09	431.350	8,59
10 a 20	19.051	11,06	269.481	5,37
20 a 50	15.796	9,17	499.597	9,95
50 a 100	6.449	3,74	454.648	9,05
100 até 1.000	8.008	4,65	2.211.155	44,02
1.000 até 10.000	486	0,28	890.552	17,73
10.000 e mais	13	0,01	265.899	5,29

Fonte: Censo Agropecuário 1960.

Ao focar somente nas extremidades dos dados apresentados, é perceptível que os estabelecimentos com menos de 10 ha totalizavam 122.466 unidades e representavam cerca de 71% da quantidade total. Entretanto, ainda que em maior número, ocupavam conjuntamente menos de 9% do espaço rural pernambucano. Em contraposição, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha totalizavam 499 unidades e representavam cerca de 0,3% da quantidade total. Contudo, ocupavam em torno de 22% do território rural. Ou seja, ao menos de acordo como o Censo Agropecuário, praticamente um quinto das terras rurais do Estado se dividiam em pouco menos de 500 propriedades. Mesmo com a suposição de que cada uma destas tenha um dono diferente, o que não necessariamente seja verdade, essa discrepância fornece um bom indicativo do quanto a propriedade da terra, em meados do século XX, estava concentrada nas mãos de poucos proprietários no Estado de Pernambuco – a mesma realidade encontrada em outros Estados brasileiros²¹¹.

²¹⁰ Caio Prado Júnior (1979) foi o primeiro autor a trabalhar com os índices publicados no Censo Agropecuário de 1950 para melhor apreender as características da estrutura fundiária naquele período histórico.

²¹¹ De acordo com estudos desenvolvidos por Caio Pardo Jr (1979) que analisou os índices de concentração fundiária para todo o território brasileiro na segunda metade do século XX.

De certa forma, essa concentração fundiária moldou as relações sociais de produção²¹² existentes no campo pernambucano – relações que em essência se estabelecem entre os homens e os meios de produção, em uma certa sociedade e em um dado tempo histórico, e orientam o processo produtivo (LOUREIRO, 1997). Nesse contexto, a organização do trabalho também é um elemento importante dentro dessas relações. Ciente disso, a Tabela 4.2 apresenta dados sobre a distribuição da organização social e o emprego da mão de obra no campo nordestino entre as décadas de 1950 e 1960, de acordo com as principais categorias de ocupação.

Tabela 4.2 Distribuição da organização social do campo nordestino entre 1950 e 1960.

Categorias	1950	1960	Aumento (%)
Proprietários	609.853	884.482	45
Administradores	54.346	75.293	38,5
Arrendatários	84.333	272.497	223,1
Ocupantes	96.107	175.708	82,7
Familiares não remunerados	1.615.959	2.820.702	74,5
Empregados assalariados permanentes	374.993	378.548	1
Empregados assalariados temporários	1.172.643	1.571.909	1
Parceiros	326.642	229.850	- 29,9
Outros (agregados, posseiros...)	-	252.756	-
TOTAL	4.334.936	6.661.745	33,6

Fonte: Censo Agrícola (1960).

De modo geral, os dados apontam para uma certa diversidade em torno da organização social do trabalho, tanto em relação à mão de obra quanto em relação ao uso da terra. Também mostram que, da década de 1950 à de 1960, houve um aumento de 45% no número de proprietários de terra – o Censo não revela o tamanho dessas propriedades – e um aumento de 223% no número de arrendatários – indivíduos que pagavam para explorar economicamente a terra. De acordo com a própria categorização do Censo, existiam 3 tipos de mão de obra assalariada: o administrador, o assalariado permanente e o assalariado temporário. O primeiro se destacou com um aumento de 38% enquanto o segundo e o terceiro permaneceram no mesmo patamar.

A despeito disso, é notório que os assalariados temporários eram em maior número do que os trabalhadores permanentes e, além disso, eram em bem maior número do que os

²¹² A estrutura fundiária e as relações sociais de produção do campo brasileiro já foram largamente estudadas e debatidas por teóricos de diferentes áreas do conhecimento o que suscitou distintas interpretações sobre o assunto. Sobre esse tema ver, por exemplo: (SODRÉ 1990); (GUIMARÃES, 1963); (PRADO JR., 1979); (SODRÉ, 1979); (FURTADO, 2007).

administradores, o que de certa forma revela que grande parte dos empregados eram contratados em momentos específicos da produção – como no plantio ou na colheita, momentos que exigiam maior dedicação aos cultivos. Por outro lado, também é notório a acentuada diminuição do número de parceiros envolvidos no processo produtivo. Dadas essas considerações mais gerais, algumas dessas categorias merecem um tratamento mais pormenorizado.

4.1.1 Proprietários

Segundo Manuel Correia de Andrade, cerca de 85% dos pequenos proprietários pernambucanos se concentravam na região do agreste. Suas propriedades se dividiam em duas categorias. A primeira, denominada sítio, não ultrapassava 20 hectares enquanto a segunda, denominada “chão de casa”, correspondia a lotes com menos de 1 hectare. De modo geral, esses pequenos proprietários, dos brejos pernambucanos, formavam um estrato social que possuía um nível de vida bem inferior ao dos médios e grandes proprietários, mas que possuía melhor condição socioeconômica dos homens que trabalhavam em regime de parceria.

Esses pequenos proprietários, ou sitiantes, em geral não conheciam procedimentos técnicos para ajudar na preservação do solo e, como não dispunham de muito dinheiro, essencialmente plantavam produtos de subsistência – mandioca, feijão, milho e algumas árvores frutíferas. Além disso, em menor escala, plantavam alguns produtos para comercialização – café, castanha de caju e algodão. Esses pequenos produtores levavam, semanalmente, seu excedente para vender em feiras regionais. A organização dessa produção era assentada na mão de obra familiar, em que cada membro desempenhava um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Nesse sentido, cada família mantinha uma certa divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação de seus membros, de forma a constituir uma espécie de trabalho coletivo (TAVARES DO SANTOS, 1978).

Além disso, esse pequeno produtor complementava seu orçamento familiar com a venda de sua força de trabalho para grandes e médios proprietários da vizinhança ou, em época de colheita, para produtores de cana de açúcar. Nesse último caso, ele migrava para a zona da mata em setembro e só retornava para a sua terra em março – início das primeiras chuvas e, portanto, recomeço do ciclo de plantio nos moldes da agricultura familiar (ANDRADE, 1980). Embora ocorresse essa articulação entre trabalho familiar e trabalho assalariado temporário, o modo de vida desses pequenos produtores se pautava majoritariamente pelo primeiro.

Considera-se como de subsistência a unidade em que dois terços ou

mais da produção são para autoconsumo, mesmo se aqueles que nela trabalham derivam uma renda complementar de atividade exterior. Por vezes as unidades de subsistência vivem em simbiose com a agricultura comercial. É esse um caso do binômio minifúndio-latifúndio característico de estrutura agrária de grande parte da América Latina (FURTADO, 1981, p. 97).

Por outro lado, a categoria de proprietário que dispunha de condições econômicas para contratar trabalhadores temporários representava outro estrato social, o dos grandes e médios proprietários. Normalmente, estes possuíam terras em abundância, mas nem sempre tinham condições ou interesse de explorá-las sozinho. Na prática, valiam-se de mecanismos, alguns deles inclusive criados no período colonial ou imperial, que permitiam o uso de suas terras por terceiros e que, ao mesmo tempo, garantiam a manutenção de seus direitos jurídicos sobre elas. Nessa condição, o campo pernambucano adentrou a segunda metade do século XX com uma diversidade de relações de trabalho em torno do uso da terra. Em particular, agricultores sem-terra, residentes no agreste e o sertão, para garantir a sua subsistência, submetiam-se principalmente a dois tipos de concessão de terra: arrendamento e parceria.

4.1.2 Parceiros e arrendatários

A parceria é uma relação de produção econômica que ocorre na agricultura ou na pecuária, e eventualmente em outras atividades do setor rural, de tal forma que um proprietário de terra concedia uma certa porção de sua propriedade para um agricultor sem-terra, o chamado parceiro. Nessa porção, também denominada sítio, o parceiro e sua família se instalavam e tinham a permissão para criar alguns animais e para cultivar um roçado de subsistência. Em contrapartida, o parceiro se responsabilizava por produzir algum tipo de produto agrícola de interesse do proprietário. Dessa produção, o sitiante se comprometia a entregar uma parcela bem definida: a meia, a terça ou a quarta; que normalmente eram estabelecidas mediante contrato verbal. No geral, como forma de impedir que o parceiro dedicasse a maior parte do tempo a sua lavoura, a área destinada a agricultura de subsistência era sempre inferior à área destinada à plantação em parceria (SIGAUD, 1977). Além disso, como forma de impedir que o parceiro se vinculasse à terra, as culturas produzidas nesse tipo de contrato eram sempre de curta duração (ANDRADE, 1963).

Nos idos de 1960, o tipo de parceria mais frequente no campo nordestino era o de meação (meia). Neste caso, os meeiros recebiam uma fração de terra, sementes e, em alguns casos, adubo e inseticida, necessários à produção estabelecida pelo proprietário. O acordo era

de que o meeiro devolveria 50% do valor gasto pelo proprietário na compra dos insumos e de que a produção também seria dividida em 50%. Muitas vezes, o contrato obrigava o meeiro a vender a sua parte ao proprietário por um valor equivalente a dois terços do preço corrente no mercado local (ANDRADE, 1963).

O sistema de parceria como relação social de produção se manteve, ao longo do tempo, pois era uma das formas de um proprietário de terras produzir a um custo relativamente baixo, por três motivos principais. Em primeiro, porque o proprietário transferia ao parceiro os riscos de eventuais prejuízos da cultura agrícola. Em segundo, porque o parceiro ficava responsável pela manutenção da plantação. Em terceiro, e último, porque, a depender da cultura agrícola, o proprietário possuía direito a palha, ou seja, a colocar seu rebanho bovino para comer os restos que sobravam (SÁ JR, 1973).

Além da parceria, a estrutura produtiva do campo nordestino também estava assentada no arrendamento de terra. Essa prática, bastante comum em todo o Brasil, geralmente se configurava como um sistema em que um agricultor, o arrendatário, pagava, em dinheiro ou o equivalente em produtos, pelo uso da terra de um proprietário (OLIVEIRA, 1991). Entretanto, Francisco Sá Jr., em viagem de campo realizada com a equipe técnica da SUDENE em 1966, constatou que a forma de arrendamento mais comum no Nordeste, e especialmente no Sul do agreste, era aquela cuja obrigação com o proprietário não consistia no pagamento em dinheiro e nem em produtos, mas sim em tempo de trabalho. Em arrendamentos com cerca de 5 hectares, o arrendatário, nessa modalidade de trabalho, era responsável por plantar e cuidar de uma cultura agrícola – normalmente palma ou capim, plantas forrageiras – em consórcio com uma agricultura de subsistência de ciclo curto. Passados dois ou três anos, a cultura forrageira atingia seu tamanho ideal para a alimentação do gado e, por isso, o contrato de arrendamento terminava. Caso o proprietário se interessasse por um plantio em outra área de sua propriedade, o contrato era estendido e a operação era reiniciada. Caso contrário, o arrendatário e sua família iam para a estrada à procura de um contrato em outra fazenda (SÁ JR, 1973). A Tabela 4.2, vista acima, releva que entre as décadas de 1950 e 1960 ocorreu um aumento de 223,1 % nos contratos de arrendamento no campo nordestino. Dada a constatação de Francisco Sá Jr, do mesmo período do censo, é provável que grande parte desses contratos se estabeleceram em arrendamento por tempo de trabalho.

Nessas relações sociais de produção, o pequeno agricultor sem-terra se sujeitava às condições impostas por proprietários, que normalmente ficavam com grande parte dos lucros e dos benefícios. Apesar disso, nessas relações, o proprietário não tinha um controle total sobre o conjunto do processo produtivo porque o agricultor era quem ditava a própria jornada de

trabalho, que variava conforme a época do ano e o ciclo dos produtos plantados, com períodos de intenso trabalho, como na época do plantio ou da colheita, e períodos mais livres – intermitência que possibilitava o desenvolvimento de outras atividades como o artesanato (OLIVEIRA, 1991). Além disso, esses pequenos agricultores tinham algum controle do processo de produção, uma vez que possuíam alguns animais e ferramentas de seu pertence. De maneira geral, como no caso dos pequenos proprietários, a organização das relações sociais de trabalho, no contexto da parceria e do arrendamento, também se estruturava fundamentalmente em um modelo de agricultura familiar.

4.1.3 Trabalhadores assalariados

Na década de 1960, de acordo com o Censo, os cerca de 2 milhões de trabalhadores assalariados no campo nordestino exerciam, sobretudo, atividades associadas às culturas de exportação como o açúcar, o algodão, o cacau e o arroz. Essas culturas, de maneira geral, estavam atreladas ao preço do dólar e eram vulneráveis às oscilações do mercado externo. Entre 1958 e 1961, o preço do açúcar estava desvalorizado. Em 1959, o preço médio do algodão caiu cerca de 25% do que vigorava no ano anterior. O cacau e a mamona também tiveram cotações menores nesse mesmo ano. Em 1964, ocorreu uma queda de 11% nas exportações de produtos primários produzidos no Nordeste, como consequência de uma crise no mercado internacional que perdurou por alguns anos. Nesse cenário de instabilidade, o proprietário da terra e da produção preferia a contratação de trabalhadores temporários para flexibilizar um possível aumento ou redução da área produzida, conforme as demandas de mercado (SÁ JR, 1973).

Ademais, essa modalidade de relação sociais de produção era mais econômica para o empregador, pois apenas contratava a mão de obra nos meses necessários, sem o ônus de mantê-la em períodos que não houvesse necessidade imediata. Nesse sentido, e diferentes das relações vistas anteriormente, o proprietário não precisava fornecer uma porção de terra para um pequeno agricultor e sua família (SÁ JR, 1973). Num contexto de êxodo rural do campo nordestino, o perfil do trabalhador temporário consistia em homens livres, recém-chegados na cidade, mas que recebiam por serviços prestados na zona rural. Em 1963, Manuel Correia de Andrade destacou que um dia de trabalho no campo variava entre “Cr\$ 80,00 a Cr\$ 100,00” (ANDRADE, 1963, p. 110).

Nesse caso, as relações sociais de produção – diferente dos pequenos proprietários, dos parceiros e dos arrendatários – estavam inteiramente assentadas no modo de produção capitalista, uma vez que o trabalhador estava separado dos meios de produção, vendia sua força

de trabalho em troca de um salário e possuía uma jornada preestabelecida e controlada pelo empregador.

Por fim, em face da estrutura fundiária e das categorias sociais de produção do campo vistas até o momento, a próxima seção analisa como todos esses aspectos se refletem na agricultura ilegal de maconha no agreste e no sertão pernambucano, principalmente pelas lentes do jornal Diário de Pernambuco.

4.2 TERRA E TRABALHO: OS ESTRATOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PRODUÇÃO DE MACONHA

Trabalhar com a agricultura ilícita de maconha nem sempre era uma tarefa simples. Exigia colaboração, confiança e cumprimento de regras afim de não deixar vestígios. Afinal, a presença de pistas que possibilitassem investigações policiais – bem como a resultante destruição dos plantios e a prisão dos envolvidos – evidentemente inviabilizava todo o negócio. Todavia, por uma série de motivos, sempre havia a possibilidade de que essa atividade ilícita fracassasse e, entre outras consequências, tornassem-se notícia de jornal. Quando isso acontecia, em conjunto com a deflagração do cultivo ilegal, os jornais abordavam questões relacionadas à propriedade da terra, aos responsáveis pelo plantio, ao valor da produção apreendida, às características das pessoas envolvidas, entre outras considerações. Nesse sentido, esses meios de comunicação, em especial o Diário de Pernambuco, produziam diferentes narrativas em torno da agricultura de maconha. Adiante, a tese explora justamente um pouco desse universo de representações.

4.2.1 A “política maconhada”: políticos, coronéis e grandes proprietários de terra

As notícias do Diário de Pernambuco apontam que pessoas influentes na sociedade pernambucana e alagoana se envolveram com a produção ilegal de maconha. O modo como o jornal retratava esses sujeitos permite identificá-los como supostos proprietários de terra e indivíduos com força política na esfera local. De certo modo, esse jornal foi o primeiro e praticamente o único periódico de Pernambuco que abordou esse assunto de forma recorrente entre 1957 e 1981. As primeiras matérias com esse tipo de denúncia apareceram em 1957 e se intensificaram nos primeiros anos da década de 1960.

Em setembro de 1957, por exemplo, uma série de 5 notícias denunciava a existência

de “culturas de entorpecentes em propriedades pertencentes a figurões políticos”²¹³. O repórter Fernando Luis Cascudo foi quem promoveu o furo de reportagem. Na ocasião, Cascudo acompanhou agentes da CEFÉ em uma operação que, ao longo de 5 dias, localizou, contabilizou e identificou proprietários de terra que cultivavam maconha nos Estados de Alagoas e de Pernambuco. Disfarçados de possíveis compradores, os agentes e o repórter percorreram os seguintes Municípios: Penedo, Palmeira dos Índios, Santana do Ipanema, Porto Real do Colégio e Águas Belas. A última reportagem da série foi publicada no dia 10 de setembro de 1957 e destacava que havia “ligação de chefes políticos à cultura da erva”. A Figura 4.2 exhibe parte dessa matéria.

Figura 4.2: Reportagem do Diário de Pernambuco sobre a participação de políticos

DIÁRIO DE PERNAMBUCO
PERNAMBUCO — RECIFE — BRASIL — TERÇA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 1957

Forças Federais Para Destruir Os Campos De Maconha Do Nordeste

Motivo: ligação de chefes políticos à cultura da erva
A fórmula cogitada pela Comissão Nacional de Combate aos Entorpecentes — Relatório ao Conselho Americano no Recife — (Rep. de Fernando Luis CASCUDO)

O relatório da Comissão Estadual de Entorpecentes sobre o problema da maconha no Nordeste já foi enviado ao Rio de Janeiro. Seu impressionante conteúdo será objeto, em breve, de debates pela Comissão Nacional, que agora vai procurar, exclusivamente, estudar o problema, à base da destruição das culturas da erva.

O relatório, aliás, foi elaborado sobretudo para proporcionar às autoridades federais um retrato a esse trabalho que vai ser executado. Foi feita a localização dos campos de cultivo da maconha e apurados os nomes dos proprietários das terras onde existem as plantações. Compararam-se as propriedades iniciais de que os “roçados” da erva estavam em fazendas pertencentes a políticos de evidência no Nordeste, até a nomes envolvidos no recente noticiário da crise alagana, como é o caso do deputado Cláudio Lima, apontado como mandante do assassinato de Marques da Silva, Juiz, por isso, as autoridades federais, que o problema do combate aos plantadores da erva é muito complexo e não pode ser resolvido pelas polícias dos Estados, conhecendo que é a sua ligação no Nordeste, com os principais chefes partidários do interior.

AS FORÇAS FEDERAIS DESTERMINAM OS CAMPOS
Sobretudo por pensamento da maioria de representantes da Comissão Nacional de Entorpecentes, que é um órgão do Ministério das Relações Exteriores, recorrer à força federal para combater o trabalho de destruição dos campos de maconha. Isso porque não ocorre no Brasil o que sucede em outros países, onde o tráfico de entorpecentes é combatido por uma seção de polícia federal especializada. Dentro de poucas semanas, a C.N.E.E. vai reunir-se para examinar o problema e adotar providências energéticas para resolvê-lo. Espera-se que, depois dessa reunião, surjam instruções, talvez siglas, aos comandos das (continua na 1ª pág. — Letra D)

PARADA MILITAR DE 1 DE SETEMBRO — Revê-lo de excepcional brilhantismo o grande desfile militar realizado sábado último, pela manhã, do qual participaram forças de terra, mar e ar e também um contingente de marinhinhos ingleses, da fragata “Burghead Bay”, que esteve zarpo de nossa porta. Os flagstones foram colidos durante a parada, vindo-se à ordem, o governador Antônio de Fátima, acompanhado do general Cyro de Espírito Santo Caldas, comandante do IV Exército, passando em revista as tropas. Nas outras fotos, unidades do destacamento misto, desfilando pela avenida Guaranarapes. Em baixo, o para desfilando, após a parada.

VIAJOU PARA A BAHIA O PROF. ANISIO TEIXEIRA
Esteve no Recife visitando obras construídas em convênio com o Ministério da Educação — Também a prof. George Counts

Viajaram, ontem, com destino a Salvador, na Bahia, os professores Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e George Counts, que chegaram sábado último a esta capital, a fim de inspecionar as obras da Secretaria de Educação e Cultura do Estado que estão sendo construídas em convênio com o Ministério da Educação.

Nesta capital, os dois professores foram recebidos, no aeroporto, pelo secretário Ademar Jurema, o escritor Gilberto Freyre, vários diretores da Secretaria de Educação e o Instituto Joaquim Nabuco.

Ainda no sábado, visitaram em companhia do engenheiro Aldo Salgado e do professor

Reinício imediato da dragagem do porto e obras do cais de 10 metros

A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESTARÁ A CARGO DO PRÓPRIO GOVERNO FEDERAL
Rescisão dos contratos com o Estado — Declarações do eng. Lourival de Almeida Castro

Zarpou ontem a “Burghead Bay”
No porto e a “Socres”

Deixou ontem o Recife, às 10,30, a fragata “Burghead Bay”, da Marinha de Guerra britânica, que se encontrava aqui, desde há vários dias. Durante a sua permanência aqui, a oficialidade britânica foi alvo de inúmeras homenagens — comemoranda

Fonte: Diário de Pernambuco. 10 de setembro de 1957. Nº 205. Ano 132, p 24

Ainda segundo essa série de notícias, os resultados desta operação foram reunidos

²¹³ Notícias publicadas nas seguintes datas: (6 de setembro de 1957, p 1); (6 de setembro de 1957, p 18); (7 e 8 de setembro de 1957, p 24); (8 de setembro de 1957, p, 32); (10 de setembro de 1957, p 24).

em um relatório, posteriormente encaminhado à CNFE, com o nome dos proprietários envolvidos nos plantios ilícitos. Segundo Fernando Luis Cascudo, “havia se comprovado as suspeitas de que os roçados de erva estavam em fazendas pertencentes a políticos de evidência no Nordeste”²¹⁴. Aparentemente, o repórter teve acesso ao mencionado relatório pois deu informações detalhadas nas notícias. Por exemplo, ele mencionou que um dos cultivos de maconha descoberto em Santana do Ipanema pertencia ao então deputado alagoano Claudenor Lima e que outros cultivos se localizavam em propriedades pertencentes ao Coronel José Sabino. Cascudo também ressaltou que estava programada uma batida no Município de Águas Belas por conta de denúncias de plantios de maconha na propriedade Serra das Antas. No entanto, a diligência não ocorreu porque o prefeito do Município “e senhor absoluto de toda região, o coronel Adálio Tenório”, não permitiu o livre trânsito da equipe em suas propriedades. Fernando Luis Cascudo concluiu a série de reportagens enfatizando que o envolvimento dos políticos dificultava as ações das autoridades locais no combate aos plantadores. Por conta disso, os agentes teriam confidenciado ao repórter que a CNFE cogitava utilizar a Polícia Federal para destruir os plantios que estavam sendo descobertos. A possibilidade de uma ação federal na região parecia um evento tão incomum para a realidade local que até intitulou a matéria do dia 10 de setembro daquele ano.

Em bem menor número, o Diário Oficial do Estado de Alagoas também publicou notícias que apontavam o envolvimento de políticos locais com a agricultura de maconha. Contudo, dado o seu caráter oficial, o modo como essas notícias foram escritas guardam um certo distanciamento daquelas do Diário de Pernambuco. Por exemplo, no dia 18 de julho de 1961, o Diário Oficial do Estado de Alagoas reproduziu um telegrama, enviado pelo Delgado de Polícia do Município de Igreja Nova, Tenente Thenardi, para a Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Alagoas, informando que ele prendera o vice-prefeito do Município com 61 kg de maconha²¹⁵. Dois meses depois, em 27 de setembro, outro telegrama desse jornal veiculou que o delegado da POLINTER, Rubens Quintella Cavalcante, prendera, por transportar dois sacos de maconha, os traficantes Isac Morais, Pedro Omena e João Virgílio, este último, presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Dois Riachos, em Santana do Ipanema²¹⁶. Em ge-

²¹⁴ De acordo com as seguintes reportagens: Maconha sai de Pernambuco e Alagoas para o sul do Brasil e Países estrangeiros. **Diário de Pernambuco**. 6 de setembro de 1957, p 1 e 18; No sertão alagoano, os maiores centros de cultura da “erva maldita” no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. 7 e 8 de setembro de 1957, p 32; Forças Federais para destruir os campos de maconha do Nordeste. **Diário de Pernambuco**. 10 de setembro de 1957, p 24.

²¹⁵ Polícia apreende maconha na cidade de Igreja Nova. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 29 de julho de 1961. Nº 166. Sem página

²¹⁶ Preso em Santana do Ipanema traficantes de maconha do Sul do país: 2 sacos da “erva”. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 27 de setembro de 1961. Nº 212. Sem página.

ral, sem maiores detalhes, o Diário Oficial do Estado de Alagoas se limitava a reproduzir telegramas ou pequenas notas informativas sobre a questão.

Já na perspectiva do Diário de Pernambuco, os políticos do interior estavam tão envolvidos com o plantio de maconha que, para defender seus interesses, sempre que necessário, impediam a polícia de continuar o trabalho de busca e de destruição das plantações. Do que a presente tese mapeou, o jornal utilizava três artifícios diferentes para defender seu ponto de vista quanto a isso. No primeiro deles, em geral fruto de um procedimento mais investigativo, o jornal costumava ser categórico em denunciar os envolvidos, inclusive fornecendo os nomes, e não poupava críticas, como no caso da série de três notícias do repórter Fernando Luis Cascudo. No segundo deles, supostamente com informação de terceiros, o jornal não explicitava uma crítica contundente, mas ressaltava as desavenças existentes entre os representantes da segurança pública e os políticos do interior, no que concernia ao combate de maconha. No mês de agosto de 1960, por exemplo, o jornal publicou pelo menos 3 reportagens²¹⁷ que relatavam as diligências do Tenente Alencar, e sua equipe de 40 agentes, no combate ao porte ilegal de armas, aos jogos de azar e à maconha, nos municípios pernambucanos próximos à fronteira com o Estado de Alagoas. Em particular, uma operação policial que já acontecia a mais de dois meses foi abruptamente encerrada antes da data prevista e por isso foi explorada pelo jornal:

Fonte bem informada, ligada ao tenente Alencar, disse-nos dos motivos que levaram o oficial a desistir das diligências. É que em Bom Conselho, onde localizou vasto cultivo de maconha, iniciou a devastação da “erva maldita”. Sugiram as forças políticas para entravar seu trabalho. Na proporção que arrancava maconha mais crescia o ódio dos influentes políticos [...]. Não sendo homem para se curvar a interesses políticos, preferiu encerrar sua missão²¹⁸.

Como é possível observar, nesse tipo de matéria, o Diário de Pernambuco representava os políticos do interior como pessoas que utilizavam sua influência política em benefício próprio e que, quando se envolviam com os plantios ilícitos de maconha, eram capazes de realizar ameaças para protegê-los. Por outro lado, o jornal costumava retratar os agentes de segurança pública como homens, em defesa da sociedade e do bem comum, que se indignavam com

²¹⁷ Tais reportagens foram publicadas nas seguintes datas: 1º reportagem (Alencar Diz que não teme a morte no dever de reprimir o banditismo. **Diário de Pernambuco**. 05/08/1961, p. 7); 2º reportagem (Alencar tem atribuições limitadas. **Diário de Pernambuco**. 9/08/1961, p. 7); 3º reportagem (Descontente na missão, Alencar arriou as armas e recolheu contingente militar. **Diário de Pernambuco**. 30/08/1960, p. 9).

²¹⁸ Descontente na missão, Alencar arriou as armas e recolheu contingente militar. **Diário de Pernambuco**. 30 de agosto de 1960. P. 9

a situação, mas que nem sempre tinham força para o enfrentamento. Em conjunto com a reportagem do excerto acima, o jornal divulgou uma foto do tenente Alencar. De cabeça baixa e pensativo, o tenente, de certa forma, evocava uma misto de reflexão e desolação, mas ao mesmo tempo de honestidade e resignação.

Já no terceiro artifício, em uma seção denominada Meridional, o jornal escrevia reportagens com base em notícias de outros jornais do Brasil e divulgava a opinião de pessoas públicas de fora do Estado de Pernambuco – opinião geralmente dada em entrevistas ou coletivas de imprensa. Esse tipo de publicação trazia uma “fala escolhida” daqueles que não participavam diretamente do cotidiano dos pernambucanos e funcionava como uma espécie de “editorial”²¹⁹ à distância. Isso porque, ideologicamente, os discursos defendidos não se distanciavam dos ideários do jornal. De certa forma, expressados por cidadãos de notoriedade, esses discursos representava uma estratégia do Diário de Pernambuco para reforçar uma opinião sobre determinado tema dentro da sociedade pernambucana.

A maconha, evidentemente, era uma das temáticas da seção “Meridional”. No dia 19 de julho de 1957, o jornal divulgou aos seus leitores uma entrevista, realizada na cidade do Rio de Janeiro, com o coronel Luiz de Melo, então presidente da CNFE. Na ocasião, o coronel relacionou o cultivo de maconha com os políticos do Nordeste. O excerto abaixo reproduz parte dessa entrevista:

O Nordeste e o problema político do tráfico da maconha

Falando a reportagem, o cel. Luiz de Melo, presidente da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, disse: “hoje em dia, no Brasil, antes de ser um problema policial ou de saúde pública, a maconha é um problema político. Sabe-se que grandes plantações nordestinas da “erva-maldita” estão nas mãos dos chefes políticos, delegados, prefeitos e elementos de prestígio, que lutam contra a polícia, dispondo, inclusive, de maiores recursos materiais. Dessa forma, entendo que a solução não está somente nas providências de caráter policial. Deverão ser tomadas providências inclusive pelo exército. Só assim é possível a destruição total das plantações, concluiu²²⁰.

Outras falas de autoridades públicas veiculadas nessa seção também defendiam

²¹⁹ Os termos que estão entre aspas foram empregados por Lília M. Schwarcz em sua dissertação de mestrado (1986) na qual a autora analisou as representações dos escravos através das notícias e editoriais publicados pela imprensa paulista no final do século XIX. Para melhor apreender a forma como os brancos representavam os negros a autora também analisou notícias publicadas originalmente em outros periódicos da época e que ganhavam destaque em jornais paulistas como o Correio Paulistano, A Província de São Paulo, a Redenção, Diário Popular, entre outros. Nesse aspecto, a pesquisa de Schwarcz também serviu como modelo de apoio metodológico para essa tese.

²²⁰ O Nordeste e o problema político do tráfico da maconha. **Diário de Pernambuco**. 19 de julho de 1957. P. 17.

aproximadamente o mesmo ponto de vista. Por exemplo, José Araujo Silva, presidente da Comissão de Entorpecentes do Estado de Alagoas, afirmou em uma coletiva de imprensa que não acreditava que os chefes políticos controlassem as plantações de maconha, porém defendia: “os coronéis do interior, acostumados a ser a sombra protetora de seus correligionários, apoiam os produtores de maconha quando eles, acossados pela polícia, lhes pedem proteção”²²¹. Ou seja, ainda que não controlassem, esses coronéis eram no mínimo coniventes.

Independentemente da veracidade de todos os tipos de denúncia feitas pelo Diário de Pernambuco, aos poucos, as narrativas de envolvimento de políticos e coronéis com a agricultura de maconha se propalaram pela sociedade e se tornaram um tema de debate nas diferentes esferas. A própria classe política utilizava esse discurso sempre que necessário. Uma das justificativas do deputado Getúlio Moura apresentada no texto do projeto de Lei nº 3.295-65, já trabalhado no capítulo 3, para a permanência dos cultivos de maconha no campo era justamente porque, no Brasil, em especial no Nordeste, havia criminosa tolerância com os plantadores de maconha, protegidos pelo nefasto coronelismo que ainda imperava nos sertões²²².

De modo geral, o Diário de Pernambuco apontava que esses chefes políticos atuavam de dois jeitos: (1) cultivavam a maconha em suas terras ou (2) protegiam agricultores que plantavam maconha em suas terras. No primeiro, como mostrado nas reportagens do Luis Fernando Cascudo, os políticos envolvidos foram denunciados explicitamente como os responsáveis pelo plantio e a produção de maconha. No segundo, eles participavam indiretamente, uma vez que permitiam os plantios em suas terras e até saíam em defesa de seus “correligionários” quando esses eram descobertos pelas autoridades de combate à maconha. A respeito dessa última forma de atuação, o jornal explicitava que muitas vezes isso ocorria porque havia uma certa relação de dependência entre o dono da terra e o plantador de maconha – o primeiro necessitava de voto e de apoio da massa para se manter em postos de poder e o segundo necessitava de terra, proteção e favores políticos.

Além disso, o Diário de Pernambuco relacionava os políticos e proprietários envolvidos na produção de maconha com um certo coronelismo. O emprego do termo “coronel” para caracterizar esses possíveis produtores, de certa forma, representava uma insatisfação do jornal com a classe política e proprietária de terras pernambucana e se configurava como um meio do jornal fazer clara oposição a essa classe, dada que nessas reportagens a utilização do referido termo era sempre empregada de forma depreciativa. Como o termo “coronel” suscitou e ainda suscita um amplo debate historiográfico, antes de seguir com a análise dos jornais, os próximos

²²¹ Coronéis protegem plantadores, mas a polícia poderá reprimi-los. **Diário de Pernambuco**. 24 de outubro de 1958, p 20.

²²² Conforme texto do Projeto de Lei nº 3.295 de 1965.

parágrafos fazem uma pequena digressão sobre o assunto.

Dentre os vários estudos que tratam especificamente sobre esse tema, “Coronelismo, enxada e voto”, de Vitor Nunes Leal, traz que o coronelismo perdurou ao longo de toda a Primeira República (1889-1930), devido à falta de centralização do poder do Estado. Para esse autor, o coronelismo foi uma forma peculiar do poder privado de se adaptar à nova conjuntura socioeconômica e de manter seus interesses. Na prática, ocorria uma troca de proveitos entre o poder público – que começava a se fortalecer – e os chefes locais, muitos deles proprietários de terra – que perdiam espaço frente a essa tentativa de centralização política. Esse pacto deu origem a um sistema baseado em uma trama de relações de poder que interligava os políticos locais (municípios), os governadores dos Estados e o presidente da República, de modo que esses três poderes formavam um sistema (LEAL, 2012).

Em sua análise, Vitor Nunes Leal parte da política praticada na esfera municipal e da estrutura agrária do período para mostrar como se articulava esse sistema político. No município, o coronel comandava uma massa populacional através de “voto de cabresto”. Essa força eleitoral, por sua vez, dava-lhe prestígio político e se somava à sua posição econômica já existente. Em seu espaço de influência, o coronel tinha uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, criando rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os envolvidos respeitavam. Também se concentrava em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, que podiam ocorrer com o auxílio de empregados, capangas ou agregados. Em parte, seu poder resultava da sua qualidade de proprietário rural, uma vez que a grande massa humana que sobrevivia em suas terras vivia em extremo estado de pobreza, ignorância e abandono. Ou seja, comparada à situação dessa gente, o coronel era um homem rico (LEAL, 2012).

Embora Leal defenda que o coronelismo tenha sido um sistema que terminara em 1930, alguns autores defendem que determinados resquícios dessa estrutura sobreviveram a Revolução de 1930 e ao processo de redemocratização de 1945. Auxiliadora Ferraz de Sá (1974) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969), por exemplo, analisaram as ações de alguns líderes políticos no interior do sertão pernambucano e interpretaram tais ações como a readaptação e a permanência do coronelismo. De acordo com as autoras, mesmo em face dos mencionados desdobramentos políticos, os “novos coronéis” procuravam manter uma rede de favores, alianças e compromissos políticos, em conjunto com a concentração da propriedade da terra e da centralização de toda uma rede de subordinados.

Nesse sentido, para o corpo editorial do Diário de Pernambuco, a figura do coronel,

enquanto detentor de poder local, ainda estava bastante presente no sertão nordestino. Nas notícias, esse coronel representava proprietários de terra, políticos e “senhores absolutos” de certas áreas sertanejas. De acordo com o jornal, nos casos associados à agricultura ilegal de maconha, essa figura desfrutava de tanto poder que era capaz de interferir nos processos de investigação, a tal ponto que as autoridades de segurança pública tinham dificuldades para realizar o combate aos plantios ilícitos em espaços de domínio de um coronel. Esse tratamento dado pelo jornal aos poderosos da maconha não é mero detalhe. Outras figuras que exerciam poder no campo pernambucano não usufruíam da mesma estatura pejorativa. Um contraexemplo emblemático era o modo como o jornal abordava usineiros que cometiam crimes contra os trabalhadores rurais, os quais lutavam por melhores condições de trabalho e de vida. Embora esses usineiros influenciassem a política local, comandassem seu exército particular de capangas e, muitas vezes, solucionassem desavenças por meio da morte do suposto inimigo, o *Diário de Pernambuco* não atacava esses senhores. Isso fica explícito pela forma como as notícias eram produzidas. Nos casos em que trabalhadores eram violentados ou assassinados, por exemplo, o editor produzia uma matéria sobre um conflito no campo que resultou em morte. De modo geral, essas notícias não denunciavam os usineiros como responsáveis pelo ocorrido. Nas reportagens, eles eram representados como vítimas de um suposto comunismo que se infiltrava no campo e, além disso, como vítimas de trabalhadores subversivos que se contrapunham a ordem e provocavam conflitos – geralmente resolvidos com excessos de violência e de morte (PORFÍRIO, 2015).

As notícias que relacionavam os coronéis e os políticos com a produção de maconha diminuíram consideravelmente no final da década de 1960 e praticamente desapareceram ao longo da década de 1970 – nesta última, inclusive, apenas duas notícias desse tipo foram catalogadas²²³. Essa mudança é percebida já em uma reportagem de 16 de julho de 1967, publicada no terceiro caderno do *Diário de Pernambuco*. Os “políticos e coronéis” de antes deram lugar a expressões imprecisas, como “forças ocultas”, que despersonalizavam e dificultavam a identificação de pessoas influentes, como exemplificado no excerto abaixo:

²²³ A primeira data de 11 de dezembro de 1973. Nela o *Diário* informava que policiais do Setor de Repressão ao Tóxico, da Delegacia de Costume apreenderam cerca de 60 quilos de maconha em rama na casa do talhador Jurandir Correia de Holanda, no Jordão. O entorpecente, na verdade, pertencia ao ex-prefeito de Floresta, o fazendeiro João Firmino Ferraz, conhecido como “João Boiadeiro” e residente na Rua Pedro Luís Marques Teixeira, 111. Ainda segundo a notícia, ambos foram presos. (Ex-prefeito e plantador de maconha é preso. **Diário de Pernambuco**. 11.12.1973, p 12); A segunda notícia foi publicada no dia 5 de outubro de 1979. O título da notícia “Político traficante preso com 2 milhões em tóxico” buscava atrair o leitor para o corpo do texto que denunciava a prisão de Luiz Oliveira da Silva, também conhecido como Lula Dentista, com o tráfico de maconha e de armas, já que o mesmo fora detido transportando para Petrolina 15 embalagens contendo maconha, 15 rifles e revólveres. Ainda segundo o jornal, Luiz Oliveira da Silva era um político ligado a tradicionais grupos da região de São Francisco e estava concorrendo para prefeito do Município de Floresta e, após uma denúncia, foi preso em flagrante pelos membros da “Operação Carcará” que acontecia na região e que já foi trabalhada no capítulo 3. (Político traficante preso com 2 milhões em tóxicos. **Diário de Pernambuco**. 5 de outubro de 1979, p 17).

Plantações de maconha no sertão: aparentemente inofensivas, perdidas no meio da vegetação sertaneja, as plantações de maconha produzem milhões para os seus proprietários. Já se falou em incendiar e até em bombardear tais plantações. Mas os industriais da maconha são protegidos pelas “forças ocultas”²²⁴.

Extraído de uma matéria intitulada “Indústria da Maconha em Nosso Estado Produz Milionários”, o texto critica o cultivo, o tráfico e o lucro exorbitante gerado por esse comércio ilegal. Para dar ênfase ao volume de produção dessa cadeia produtiva, o editor do jornal até comparou essa atividade ilícita a uma indústria, de tal modo que os produtores foram considerados “industriais da maconha”.

Mais adiante, em 1968, surgiu uma nova representação no Diário de Pernambuco para os grandes proprietários de terra envolvidos com essa agricultura ilícita. A partir dessa data, esses grandes produtores passaram a ser denominados como “fazendeiros”, o que dava enfoque ao tamanho das propriedades e não mais ao seu *status* político. De acordo com a presente catalogação, essa nova denominação aparece pela primeira vez no dia 30 de janeiro do respectivo ano²²⁵. Desde então, foi utilizada até 1981, recorte final desta pesquisa. As notícias se tornaram bem mais pragmáticas, com a presença de poucos detalhes sobre os envolvidos, o que transmitia a impressão de neutralidade do jornal. Em geral, grande parte delas só informava que a polícia havia descoberto e destruído uma certa quantidade de maconha em uma dada fazenda. O nome do proprietário da terra as vezes era divulgado. Segue abaixo uma transcrição desse tipo de notícia:

Federais apreendem maconha em fazenda

Agentes da Polícia Federal apreenderam ontem, na Fazenda Várzea Grande, em Belém de São Francisco, 7.120 pés de maconha [...]. O fazendeiro Cicero Moreira de Moraes, proprietário da terra foi preso e autuado em flagrante²²⁶.

O caráter mais vago, ou com menos detalhes, dessas notícias sugere uma falta de informação em relação aos casos de destruição ou mesmo um certo desinteresse do jornal na busca por dados mais consistentes. Apesar disso, as notícias divulgadas pelo Diário de Pernambuco, ao longo da década de 1970, ainda indicam que grandes proprietários de terra estavam envolvidos com o cultivo de maconha. Por exemplo, com o desenrolar da “Operação Jaguar”,

²²⁴ Indústria da maconha em nosso Estado produz milionários. **Diário de Pernambuco**. 16 de julho de 1967, p.3

²²⁵ Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do Estado. **Diário de Pernambuco**. 30/01/1968, p 7.

²²⁶ Federais apreendem maconha em fazenda. **Diário de Pernambuco**. 13 de julho de 1974, p, 12

em março de 1978, o Delegado Wadmir Cutareli afirmou, em coletiva de imprensa que, “8 influentes fazendeiros estavam envolvidos com o cultivo da maconha e que, a polícia estava elaborando inquéritos para responsabilizar tais envolvidos tanto com a plantação quanto na comercialização”²²⁷. Contudo o nome desses “influentes” não foram divulgados. Em setembro do mesmo ano, em uma nova coletiva, Cutareli afirmou que, no total, a polícia tinha percorrido 60 fazendas e 80 ilhas em busca de plantios de maconha²²⁸, sem novamente fornecer qualquer detalhe sobre os envolvidos.

Mesmo que a maioria dessas matérias tenha se tornado sucinta e direta, algumas poucas ainda ganhavam um amplo destaque na mídia. Uma dessas reportagens data de 14 de julho de 1971 e apresentava, de modo pejorativo, um fazendeiro envolvido com a produção de maconha. Na ocasião, o Diário de Pernambuco publicou uma notícia que ocupava toda a página 24, com o título: “Pistoleiros protegiam plantadores de Maconha”. A reportagem se deu graças à prisão do “pistoleiro Zé Gago”, que delatou seus comparsas, e revelava ao público a história do “Sindicato da Morte” e de seus integrantes. Segundo a reportagem, “Gago” revelou a polícia que seu grupo roubava gado e contrabandeava açúcar, café e feijão. Além disso, seu grupo fornecia proteção aos plantadores de maconha em troca de comissões na venda da erva. O texto da matéria também trazia os nomes e os crimes cometidos pelos supostos integrantes do temido “Sindicato da Morte”, em conjunto com uma foto de cada um deles. Entre as fotografias estava a de Paulo Cavalcanti Lins, proprietário de terras e de engenho no Estado de Alagoas.

Paulo Cavalcanti Lins, por sua vez, no dia 18 de agosto de 1971, com base na Lei 5.250 de 9 de fevereiro de 1967, solicitou o direito de resposta, que “deveria ser publicado com o mesmo destaque dado a matéria anterior e no mesmo local, da reportagem aludida”. No dia 3 de setembro de 1971, o Diário publicou, na mesma página 24, o direito de resposta de Paulo, intitulado “Fazendeiro refuta acusações e declara que não é pistoleiro”. Segue abaixo um trecho do texto escrito pelo solicitante:

“Ilmo. Sr. Diretor do Diário de Pernambuco de Recife

Fui incluído entre “matadores de aluguel” do Sindicato da Morte de Alagoas, contrabandistas e protetores de plantadores de maconha.

Lamento senhor Diretor, que o Diário tenha servido de veículo a tão infamada notícia. Vivo com minha família, de trabalho honesto, plan-

²²⁷ Polícia diz que vai acabar com toda a maconha do Estado. **Diário de Pernambuco**. 07 de março de 1978, p 1

²²⁸ Apreendidos 60 quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. 16 de setembro de 1978, p 15

tando cana e fornecendo à usina Conceição do Peixe. Sou filho de Senhor de Engenho. Todos os meus antepassados são homens ligados a cultura da cana e do açúcar. Nunca pesou sobre nós acusação tão infamante. Já respondi Juri por infração do artigo 112 do Código Penal. Mas por questão de ordem pessoal. Fato ocorrido em plena Luz do dia, envolvendo a minha pessoa e a da vítima. [...]

Na esperança de merecer acolhida em seu jornal com a publicação desta, firmo-me V.S.”.²²⁹

De certa forma, essa notícia revela que os grandes proprietários de terra, além de dinheiro e *status* social, também recorriam à legislação e aos meios legais para se defender de acusações acerca do plantio ilícito de maconha. Por outro lado, embora fosse obrigado a publicar o direito de resposta, o Diário de Pernambuco também demonstrava uma certa força política em situações como essa. No caso dessa matéria, isso ficou explícito porque, em conjunto com o texto enviado por Paulo, o editor fez questão de publicar a fotografia do fazendeiro com os seguintes dizeres: “Paulo Cavalcanti Lins não é pistoleiro, mas matou o prefeito Jonas”.

De acordo com os casos trabalhados ao longo dessa seção, fica evidente que as representações do jornal acerca de pessoas com algum poder político e econômico mudaram com o passar do tempo. Ainda assim, mesmo com essa mudança na representação, e por falta de outras documentações além dos jornais, ao menos fica implícito a participação de coronéis, de políticos e de grandes proprietários de terra no plantio ilícito de maconha no agreste e no sertão dos Estados de Alagoas e de Pernambuco. Para dar uma ideia do volume de registros sobre essa questão no Diário de Pernambuco, a Tabela 4.3 mostra a quantidade de notícias em que ao menos uma dentre as expressões “político”, “coronel”, “fazenda com produção de maconha” e “fazendeiro” aparece durante todo o período deste estudo.

Tabela 4.3: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1957 a 1981, que relatavam a participação de pessoas influentes.

Envolvidos no cultivo de maconha	Quantidade
Político	40
Coronel	17
Fazenda com produção de maconha	41
Fazendeiro	22

Fonte: Jornal Diário de Pernambuco

²²⁹ Fazendeiro refuta acusações e declara que não é pistoleiro. **Diário de Pernambuco**. 3 de setembro de 1971, p. 24.

4.2.2 O “matuto desinformado”: parceiros, arrendatários e pequenos proprietários

Além do envolvimento de políticos, coronéis e fazendeiros com o cultivo ilícito de maconha, o Diário de Pernambuco também apontava o de pessoas de classes mais baixas da sociedade, as quais por sua vez, também merecem uma análise pormenorizada. Diferente dos casos anteriores, essa associação nem sempre era direta. Um traço comum entre as matérias desse tipo era que quase sempre apresentavam a descoberta de plantios ilícitos em sítios e pequenas porções de terra. Como exemplo, o excerto abaixo é uma nota de destruição de maconha publicada em agosto de 1971.

Descobertos os sítios em Tupanatinga e Buíque onde a maconha estava sendo cultivada em alta escala, os agentes do Departamento da Polícia Federal, à frente do inspetor Carlos Lobo realizaram investigações em Bom Jardim, Arcoverde e Garanhuns a procura de novas plantações. Nos sítios José Vicente e Salão (Tupanatinga) e poços (Buíque)²³⁰.

Uma parte significativa dessas matérias com a indicação de sítios e pequenas propriedades foi divulgada entre o final da década de 1950 até a segunda metade da década de 1970. Essas notícias geralmente denunciavam plantios ilícitos em Municípios como Santana do Ipanema, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Buíque, Bom Conselho, Tupanatinga, Águas Belas, Orobó e Correntes – todos do agreste alagoano e pernambucano. Nesse ponto, convém lembrar que, segundo Manuel Correia de Andrade, 85% dos proprietários de terra no agreste eram pequenos proprietários, caracterizados como sitiantes. Nesse contexto, como o jornal chamou esses espaços de sítios e pequenas porções de terra, e dado que os mesmos se localizavam em municípios do agreste, é muito provável que tais plantadores de maconha fossem pequenos proprietários de terra envolvidos com o cultivo ilegal.

Ao longo de todo o período deste estudo, a quantidade de notícias do Diário de Pernambuco que indicava a presença de agricultura de maconha em sítios variou de 4 na década de 1960²³¹ a 31 na década de 1970²³². Vale destacar que, ao longo desta última, as matérias que

²³⁰ Federais procuram plantações de maconha em Arcoverde e Garanhuns. **Diário de Pernambuco**. 7 de agosto de 1971, p. 24

²³¹ Conforme notícias publicadas no Diário de Pernambuco: Delegado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. **Diário de Pernambuco**. 1/10/1960, p. 10; Cultivador de maconha preso e a “erva maldita” queimada. **Diário de Pernambuco**. 21/09/1961. P. 7; Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. **Diário de Pernambuco**. 03/10/1964, p. 7; e (26/07/1969, p. 8).

²³² Baseado nas seguintes notícias: (6/05/1979, p. 24); (27/05/1971, p. 24) (1/05/1979, p. 5); (02/08/1971, p. 24); (01/08/1971, p. 24); (21/07/1971, p. 24); (14/10/1971, p. 28); (19/12/1971, p. 60); (05/03/1971, p. 24); (06/08/1971, p. 24); (7/08/1971, p. 24); (10/08/1971, p. 24); (4/08/1971, p. 24); ; (10/08/1971, p. 24); (1/01/1972, p. 59); (07/07/1972, p. 24); (12/07/1972, p. 24); (23/07/1971, p. 24); (12/07/1972, p. 24); (8/09/1972, p. 28); (23/07/1972, p. 28) (29/09/1972, p. 24); (8/05/1973, p. 24); (9/05/1973, p. 20); (12/05/1973, p. 24); (11/12/1973, p. 12); (15/05/1973, p. 24); (19/05/1973, p. 20); (29/08/1975, p. 14); (25/11/1975, p. 14); (3/12/1975, p. 4); (23/12/1977, p. 15).

abordavam a destruição de maconha em sítios perderam espaço para aquelas que traziam a destruição em fazendas. Além disso, o modo como o jornal representava essa categoria de produtores também variou. Em algumas matérias, eles eram apresentados sem muitos detalhes enquanto outras eram extensivamente trabalhadas, algumas vezes objetos de 3 a 4 reportagens.

Ainda que a categoria de produtores sitiantes fora apresentada de forma indireta, uma vez que o jornal apenas fazia alusão ao sítio e não ao proprietário, as demais categorias de pequenos produtores de maconha foram representadas por meio da relação desse pequeno produtor com a terra em que se dava a produção. Um primeiro exemplo são os parceiros, categoria apresentada pelo Diário de Pernambuco daqueles produtores de maconha tidos como parceiros em uma dada fazenda.

Um exemplo em que ocorreu a meação foi descoberto após diligências realizadas pelo Inspetor Hélio Mazzeo e mais 10 policiais do Serviço de Repressão ao Tóxico e Entorpecente (SRTE) da Superintendência da Polícia federal de Pernambuco. Na ocasião, o SRTE destruiu no sítio Patrimônio um plantio de maconha com 12 mil pés, descoberto no sertão pernambucano próximo à divisa com a Paraíba.

Nessa narrativa do jornal, o agricultor Joaquim Henrique da Silva foi posto como figura central. Embora acusado de ser um dos principais responsáveis pelo plantio, ao ser preso, ele apontou o nome de todos os demais envolvidos e relevou detalhes da negociação que o levou a plantar aquela maconha. De acordo com o agricultor, no primeiro dia do mês de janeiro, ele foi convidado pelo comerciante Quirino Magalhães – proprietário do restaurante Castelo de Ouro, em Serra Talhada – para trabalhar em um açude que o comerciante estava construindo no sítio Patrimônio – para amenizar os efeitos das constantes estiagens – no Município de Princesa Isabel. Desempregado, Joaquim aceitou o convite de Quirino e se mudou, com sua família, de Serra Talhada para Princesa Isabel. Ao chegar no sítio Patrimônio, Quirino lhe revelou que fizera um empréstimo de Cr\$ 13 mil e que estava com dificuldades para cumprir com seus compromissos financeiros. Foi então que o agricultor Joaquim sugeriu plantar maconha e dividir o lucro entre ambos. Ficou acordado que, enquanto aguardavam a colheita, Joaquim e sua família seriam mantidos por Quirino, com a promessa de posterior ressarcimento. Além disso, por medida de precaução, ficou estabelecido que os trabalhadores que construíam o açude não teriam acesso a todos os espaços da propriedade, à exceção de Geraldo, administrador do sítio e pessoa de confiança de Quirino.

Joaquim, que já possuía as sementes de maconha, era o responsável pelo plantio, pela limpeza na plantação, pela colheita e também por negociar com os futuros compradores

quando o produto final estivesse pronto para a comercialização. Afinal, ele já conhecia compradores de maconha em Serra Talhada, Betânia e demais cidades vizinhas – um dos nomes citados como comprador era o cabo de polícia Osvaldo Gomes de Sá²³³.

Este caso apresentado pelo Diário de Pernambuco retrata um pouco da heterogeneidade das relações sociais de produção no campo. Embora a matéria não esclarecesse quais eram os vínculos de trabalho dos construtores do açude, ao menos dois tipos de vínculo ficam explícitos: Geraldo foi contratado para ser o administrador do sítio e Joaquim estabeleceu uma relação de parceria em que acordou a divisão do produto em 50%, ou seja, uma meação, ainda que aparentemente não realizasse uma agricultura de subsistência.

Além disso, do texto da matéria, subentende-se que Joaquim era um homem de poucas posses que sobrevivia por meio de relações de dependência com proprietários de terra e com negociantes de maconha. Isso porque, de acordo com o jornal, Joaquim já tinha sido condenado a 3 anos de prisão na Comarca de Betânia por envolvimento com o tráfico de entorpecentes. Quirino, por sua vez, acabou preso e confirmou as declarações feitas por Joaquim. Em depoimento, o comerciante ressaltou que seu objetivo inicial era plantar milho, feijão e outros roçados. No entanto, vinha tendo prejuízos com as secas e a plantação de maconha pareceu uma alternativa rentável²³⁴. De certa forma, a maior parte dos casos de parceria para a produção de maconha ocorreu nos moldes dessa relação entre o agricultor Joaquim e o comerciante e proprietário Quirino.

Entretanto, o Diário de Pernambuco também divulgou casos em que o parceiro era o único responsável pela produção ilegal, ou seja, havia uma relação de parceria para o uso da terra, mas o proprietário aparentemente não tinha conhecimento sobre o plantio ilícito. Um desses foi o caso registrado no Município de Pedra (PE), em julho de 1972. Na ocasião, a Indústria Peixe, empresa dona de terras no referido Município, denunciou um de seus parceiros ao Serviço de Repressão ao Tóxico e Entorpecente. Segundo a denunciante, o agricultor e parceiro José Cosme Vicente e o seu cunhado Geraldo Pereira da Silva substituíram parte da lavoura de tomate pela de maconha, no sítio Veneza. Ao investigar a denúncia, o Inspetor da Polícia Federal, Pedro Cais, localizou a plantação e prendeu os responsáveis²³⁵.

De modo geral, as matérias que abordavam a produção de maconha por meio da relação de parceria apareceram no Diário de Pernambuco sobretudo entre 1965 e 1975. Além

²³³ Em outro trecho da matéria Osvaldo Gomes de Sá é citado como soldado.

²³⁴ Doze mil pés de maconha descobertos pela Federal. **Diário de Pernambuco**, 8 de maio de 1973, 24

²³⁵ Cultivo de maconha dá inquérito. **Diário de Pernambuco**, 2 de setembro de 1972, p 28.

disso, algumas vezes o jornal destacava que essas parcerias ocorriam em propriedades caracterizadas como sítios. Convém lembrar que, de acordo com Sigaud (1977), a pequena porção de terra cedida ao parceiro também recebia essa denominação.

Além dos parceiros, os arrendatários constituíam outra categoria social que se destacava no *Diário de Pernambuco* pelo envolvimento com a agricultura de maconha. De forma geral, eles eram agricultores que não possuíam terra, mas tinham condições financeiras para arrendá-las. Um exemplo de caso ilícito desse tipo foi o de Pompilho Gomes de Menezes. Arrendatário de terra na Fazenda Pipoca, no Município de Betânia, onde “a polícia encontrou grande quantidade de erva já pronta para o consumo”²³⁶. Outro exemplo dessa natureza foi a descoberta de 5 mil pés de maconha no sítio Caldeirão, localizado no Município de Triunfo (PE) já na fronteira com o Município de Princesa Isabel, sob responsabilidade do arrendatário Antenor Pereira de Souza e seu irmão Francisco Adalberto Nobrega. Segundo a polícia, a propriedade foi arrendada exclusivamente para o cultivo da maconha²³⁷. Contudo, em sua maioria, as reportagens não mencionavam o nome do proprietário da terra arrendada e nem mesmo se ele estava ciente ou não sobre a atividade ilícita praticada em sua propriedade. Além disso, elas não mencionavam os detalhes do contrato de arrendamento.

Na produção de maconha, uma característica que une os parceiros, os arrendatários e os pequenos proprietários é a aparente organização do trabalho em torno da mão de obra familiar. Dos 250 casos de destruição de maconha catalogados, pelo menos 100 deles ressaltavam a participação de familiares como os responsáveis pelos plantios. Os laços de parentescos mais comuns eram irmãos e cunhados. José Cosme Vicente, por exemplo, aquele parceiro da Indústria Peixe, teve o auxílio do cunhado Geraldo Pereira da Silva na agricultura ilícita²³⁸. O arrendatário do sítio Caldeirão, Antenor Pereira de Souza, como visto acima, trabalhava em sociedade com seu irmão Francisco Adalberto Nobrega, fato similar ao do lavrador Sebastião de Abreu Cavalcanti – proprietário do sítio Saguim, em Tupanatinga – que plantava maconha em sociedade com seu irmão Amâncio de Abreu Cavalcanti²³⁹. Aparentemente, os parceiros e os pequenos proprietários plantavam maconha em um sistema de agricultura familiar, no qual cada membro da família desempenhava seus trabalhos conforme a necessidade do momento. Embora a maconha não fosse produzida para a subsistência e sim para o comércio, Furtado (1981) ressaltou que uma unidade de subsistência é aquela que produz dois terços ou mais da produção para o autoconsumo.

²³⁶ Plantações de maconha são destruídas em duas cidades. *Diário de Pernambuco*. 11 de outubro de 1971, p. 28.

²³⁷ Polícia Federal localiza mais um plantio de maconha. *Diário de Pernambuco*. 7 de julho de 1972, p. 24.

²³⁸ Cultivo de maconha dá inquérito. *Diário de Pernambuco*. 2 de setembro de 1972, p. 28.

²³⁹ Maconha é apreendida também em Águas Belas. *Diário de Pernambuco*. 8 de agosto de 1971, p. 48.

Outra característica que os unia era a forma de representação dada pelo Diário de Pernambuco. Entre 1948 e 1976, os pequenos produtores, os parceiros e os arrendatários receberam todos a mesma designação: “matuto desinformado”. Em conjunto com essa expressão, o jornal evidentemente produziu uma narrativa em torno deles. Para isso, o corpo editorial utilizava o discurso de autoridades públicas que atuavam na repressão à maconha. Um exemplo dessa construção pode ser observado em uma matéria de 1971. De acordo com esta, um agricultor disse para o delegado Genivaldo Fonseca, da Delegacia de Costumes de Recife, que não sabia que o seu cultivo se tratava de maconha e que era proibido. Diante desse e de outros casos similares, o delegado Fonseca acreditava que muita gente no interior cultivava maconha sem saber que cometia um crime. Por conta disso, ele programou uma série de palestras nas principais cidades do interior do Estado, a fim de alertar os agricultores sobre a questão da maconha e a fim de esclarecer que em uma próxima batida eles não poderiam alegar ignorância. Nessas palestras, ele também informava as penalidades que os contraventores estariam sujeitos, advertindo-os ainda do mal que praticavam destruindo a vida de jovens inexperientes. No geral, segundo o delegado, quando a polícia chegava em locais com plantio ilícito, encontrava agricultores pobres e inofensivos, meros instrumentos nas mãos de traficantes inescrupulosos que lhes ofereciam dinheiro. Nesses casos, para evitar injustiças, o delegado fazia essa campanha de esclarecimento para que futuramente pessoas inocentes não pagassem pelos culpados²⁴⁰.

Um ano mais tarde, em 1972, esse assunto novamente ganhou destaque nas páginas do Diário de Pernambuco. Desta vez foi o delegado Expedito Laranjeira Araujo, responsável pelo Município de Custódia, quem promoveu uma reunião com os agricultores daquele município, na qual explicou as penalidades previstas em lei para os que se dedicassem ao plantio de maconha. No encontro, o delegado mostrou os efeitos da droga e os malefícios à juventude e ainda esclareceu que somente os traficantes da cidade ganhavam dinheiro com esse “comércio maldito”, ao usar os agricultores como seus instrumentos²⁴¹.

Nas duas notícias vistas, o jornal ressaltava o desconhecimento desses pequenos agricultores em relação ao negócio ilícito e os tratava, por isso, como pessoas ingênuas. Além das falas dos representantes da Lei, o jornal reforçava essa narrativa por meio de construções próprias. Um exemplo desse tipo foi uma matéria de julho de 1975, que informava a prisão de alguns trabalhadores contratados para cuidar de uma plantação em uma propriedade arrendada na Ilha do Pontal, localizada no Rio São Francisco, em Santa Maria da Boa Vista. O caso veio a público porque, apesar da propriedade ter sido arrendada por Antônio de Alves Barros, o

²⁴⁰ Campanha de esclarecimento vai mostrar maconha a agricultores. **Diário de Pernambuco**. 12 de novembro de 1971. P 22.

²⁴¹ Delegado incinera 1.500 quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. 29 de setembro de 1972, p. 28.

proprietário mantinha um encarregado pelas terras que, a uma certa altura, foi impedido de entrar na propriedade. Esse encarregado então procurou a polícia e informou que ninguém podia entrar no milharal, onde “os homens estão plantando um mato que eu nunca vi”²⁴². De posse dessa informação, o então Delegado da polícia do Município, o Sargento João Evangelista da Silva, foi até a referida propriedade e encontrou, entre os pés de milho, uma grande plantação de maconha e mais três quilos de sementes prontas para um novo plantio. O arrendatário, Antônio de Alves Barros, foi preso e confessou que recebeu as sementes de um traficante do Maranhão, que havia lhe prometido comprar toda a maconha que produzisse. Mesmo sem dar maiores detalhes sobre a condição dos subordinados a Antônio, o jornal escreveu que “os trabalhadores explicaram que também não sabiam o que era aquilo, mas o patrão determinou que fizessem o plantio e eles não tinham alternativa se não obedecer, sob pena de perderem o emprego”²⁴³.

Algumas matérias sobre esses “matutos desinformados” veiculavam uma narrativa bastante detalhada sobre a apreensão e, em alguns casos, até sobre a vida pessoal dos envolvidos. Um caso desse tipo foi a série de 4 reportagens sobre o agricultor Luiz Quezado de Farias. A primeira matéria, de 25 de novembro de 1975, com o título “Polícia Federal apreende maconha no interior”, trouxe informações convencionais como: uma fotografia de 5 sacos de 60 Kg cheios de maconha; uma descrição de que 9 kg de maconha em rama e 25 quilos de sementes foram apreendidas; uma propriedade, Sítio Joá, e um Município, Serrita, em que a plantação foi localizada; e um produtor, Luiz Quezado de Farias, também conhecido como “Nezinha”, autuado em flagrante. Nos parágrafos subsequentes, a reportagem acrescentou um depoimento do agricultor: ele disse que a “mercadoria” não lhe pertencia; que só soube tratar-se de entorpecente depois de preso; que a bem da verdade havia arrendado parte da sua propriedade para um desconhecido de São Paulo; e que na ocasião não indagou sobre o tipo de lavoura pretendida pelo arrendatário. “Eu arrendei e como não me interessava o que ele ia plantar, limitei-me a receber o dinheiro do aluguel das terras”, explicou. Ainda de acordo com o seu depoimento, em julho, o arrendatário voltou ao sítio, colheu a plantação e pediu para guardá-la com a promessa de retirá-la mais tarde.

Segundo o jornal, os policiais que realizaram o trabalho acreditavam que “Nezinha” não sabia o que era e quanto valia aquele produto. Os policiais calcularam que, na casa desse pequeno proprietário de terra, havia um total de Cr\$ 200 mil em maconha, enquanto ele, a

²⁴² Policial apreende na Ilha do Pontal mais de 130 quilos de maconha em rama. **Diário de Pernambuco**. 08 de julho de 1975, p. 14.

²⁴³ Policial apreende na Ilha do Pontal mais de 130 quilos de maconha em rama. **Diário de Pernambuco**. 08 de julho de 1975. P.14.

esposa e seus 12 filhos menores contraditoriamente passavam fome²⁴⁴. Nesse contexto, o jornal terminou a matéria com uma espécie de alerta para os muitos agricultores do interior supostamente enganados por traficantes, atravessadores e cultivadores de maconha. Esses “matutos” por sua vez, eram facilmente convencidos e sempre terminavam processados, muitos sem ao menos saber o crime que tinham cometido, tal como aconteceu com “Nezinha”, apresentado como a principal vítima dessa situação.

No dia 3 de dezembro do mesmo ano, por meio de uma espécie de editorial, mas sem assinante, o *Diário de Pernambuco* rememorou o caso do agricultor Luiz Quezado de Farias, para retomar o tema dos pequenos agricultores vítimas de golpe de traficantes de maconha. O editorial ressaltou que não cabia a sociedade julgar se Luiz, 37 anos de idade e pai de 12 crianças, era inocente ou culpado, embora fosse difícil crer que um agricultor, dado a sua experiência de vida rural, não imaginasse a identidade da perigosa planta. Ainda que Luiz provasse a sua boa-fé de não ter bisbilhotado o que não lhe pertencia, e sua versão dos fatos fosse verdadeira, o problema social em torno do cultivo de maconha persistia. Isso porque, de acordo com o editorial, a ingenuidade dos sertanejos e o baixo índice cultural, somado a necessidade de ganhar a vida, tornavam-se fatores atrativos para homens sem escrúpulos. Assim, os pequenos agricultores se tornavam vítimas fáceis e indefesas. Era necessária, portanto, toda a publicidade de casos como o de Luiz para que outros brasileiros em condições similares pudessem se precaver²⁴⁵.

De modo geral, a representação criada pelo jornal em torno desses “matutos desinformados” buscava destacar a simplicidade do homem do campo, as características do sertão e da vida do sertanejo. O termo “matuto” era designado para aqueles agricultores que possuíam pouco conhecimento científico, ou seja, aquelas que porventura não sabiam reconhecer e diferenciar a semente de *Cannabis* das sementes de gergelim ou de alfafa, por exemplo. Nesse sentido, o termo “matuto desinformado” girava em torno do seu desconhecimento sobre o que era produzido em sua própria propriedade ou, em alguns casos, sobre o que ele mesmo cultivava. Por outro lado, a expressão “matuto” também evidencia uma conotação pejorativa utilizada pelo jornal ao se referir a esses pequenos agricultores, como se eles não desenvolvessem ao longa da vida uma sabedoria própria em relação à prática da agricultura e aos cultivos agrícolas. De certa forma, o termo “matuto” pode ser comparado ao termo “jeca”, bastante uti-

²⁴⁴ Polícia Federal apreende maconha no interior. *Diário de Pernambuco*. 25 de novembro de 1975. P. 14.

²⁴⁵ Maconha: cem quilos. *Diário de Pernambuco*. 03 de dezembro 1975. P. 4

lizado até 1930 por moradores de centros urbanos para se referir preconceituosamente aos moradores do campo.

Ainda assim, na maior parte das reportagens, o jornal colocava os sertanejos como constantes vítimas dos traficantes de maconha que visavam diminuir seus riscos. Por outro lado, apesar dos vários casos recorrentes de pequenos produtores que diziam desconhecer a planta ilegal, o jornal, com exceção da notícia de “Nezinha”, não questionava se esse argumento não passava de uma estratégia desses agricultores para tentar diminuir a pena de uma eventual condenação, quando eram descobertos.

De maneira geral, no Diário de Pernambuco, as representações em torno dessa categoria de produtores de maconha não sofreram mudanças abruptas ao longo do período analisado. Para dar uma ideia do volume dos registros em questão, a Tabela 4.4 mostra a quantidade dessas notícias. Essas representações apenas sofreram mudanças abruptas bem próximo do final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980. A partir de então, o jornal começou a associar esse pequeno produtor a imagem de um traficante, consciente de seu ato ilícito.

Tabela 4.4: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1948 a 1981, que relatavam a participação de pequenos produtores.

Envolvidos no cultivo de maconha	Quantidade
Pequeno agricultor	10
Matuto desinformado	10
Parceiro	23
Foreiro	1
Meeiro	3
Arrendatário	9
Maconha localizada em sítio	45

Fonte: Diário de Pernambuco

4.2.3 “Os operários da maconha”: o trabalhador assalariado

Ao longo do período analisado, os trabalhadores assalariados compunham outra categoria social relacionada ao cultivo de maconha. Diferente dos atores sociais apresentados anteriormente, os assalariados só tinham sua força de trabalho para vender, ou seja, não possuíam terra e nem controle sobre o processo produtivo. Dois tipos foram identificados: os administradores e os trabalhadores exclusivamente contratados para as lavouras de maconha.

De acordo com as notícias do Diário de Pernambuco, alguns administradores se

envolviam com cultivares ilícitos. Um exemplo já trabalhado foi o caso do sítio Patrimônio, de 1972, em que o proprietário e comerciante Quirino Magalhães, ao negociar as tratativas com o agricultor Joaquim Henrique da Silva, apresentou seu administrador, Geraldo, como um homem de confiança e o designou como o único funcionário da propriedade a ter acesso à lavoura de maconha. Em outra reportagem, de 15 de maio de 1973, consta que Israel Alves da Rocha, administrador do sítio Coqueiro, localizado no Município de Buíque, foi preso por envolvimento com plantio ilegal. Segundo a matéria, Israel dedicava meio turno à agricultura de maconha e o restante do tempo às atividades gerais da propriedade. A produção se dava em sociedade com seu patrão, Roberto Andrade Filho, e outros dois “pistoleiros”, responsáveis pela segurança da plantação²⁴⁶.

Notícias sobre o envolvimento de administradores com a produção de maconha circularam nas páginas do Diário de Pernambuco até a segunda metade da década de 1970. Depois desse período, esses administradores cederam espaço a uma mão de obra contratada exclusivamente para essa atividade ilícita. Uma das primeiras notícias que destacou essa mão de obra apareceu em 9 de março de 1978. Essa reportagem apresentou uma entrevista concedida pelo Cabo Geraldo Alves dos Santos, policial de Belém de São Francisco, na qual havia feito a seguinte declaração:

Somente um fato, acredita o Cabo Geraldo, explicaria o fato dos trabalhadores rurais estarem trocando sua atividade nos roçados de cebola pela plantação de maconha: a oferta de até Cr\$ 100,00 por dia de trabalho, enquanto os ceboleiros pagam diárias que variam de Cr\$ 35 a Cr\$ 48²⁴⁷.

Essa fala do Cabo Geraldo revela que, de certo modo, a agricultura de maconha, no final da década de 1970, com a inserção de trabalhadores assalariados em regime temporário, passava por um momento de reorganização do seu sistema produtivo. Nesse sentido, diferente do administrador, geralmente contratado como um trabalhador fixo que realizava uma série de tarefas na propriedade, o assalariado temporário aparentemente era contratado para realizar determinadas tarefas no contexto da atividade ilegal. Como esse trabalhador só recebia sobre os dias que desempenhava alguma função, no restante de seu tempo livre, ele possivelmente procurava outros serviços, fosse uma atividade legal ou até mesmo outra lavoura de maconha.

²⁴⁶ Muita maconha em Buíque. **Diário de Pernambuco**. 15 de maio de 1973, p. 24

²⁴⁷ Agricultores preferem plantio de maconha a cebola no São Francisco. **Diário de Pernambuco**. 9 de março de 1978, p. 15. Ressalta-se que a grafia do número 8 estava borrada o que dificultou sua legibilidade. Assim, existe a possibilidade deste número ser, na verdade o número 3. Ainda assim, destaca-se que isso não altera a ordem de grandeza da cifra, já que permanece na casa dos 40.

Alguns meses depois da afirmação do Cabo Geraldo, o jornal, em reportagem de 2 de julho de 1978, publicou uma fala de Wladimir Cutarelli, na qual havia comparado o valor pago pelos fazendeiros em atividades lícitas e o valor pago pelos produtores de maconha. Segundo Cutarelli, em tempos normais, um fazendeiro pagava cerca de Cr\$ 40,00 enquanto um produtor de maconha cerca de Cr\$ 100,00 por dia²⁴⁸.

De acordo com essas duas reportagens, um “operário da maconha” recebia de duas a três vezes mais do que a média paga por outras atividades agrícolas da região, como a cebola. Essa maior remuneração provavelmente ocorria porque havia uma série de riscos associados à agricultura ilícita, que variava desde confrontos violentos até uma possível prisão em caso de flagrante. Ainda assim, muitos trabalhadores, dado a falta de renda e de oportunidades na região, aparentemente aceitavam os riscos. Embora extrapole a periodização da tese, uma reportagem de fevereiro de 1984 traz um bom exemplo sobre a questão da mão de obra assalariada no contexto do plantio ilícito. Segundo a notícia, no Município de Casa Nova, a polícia prendeu 12 das 20 pessoas que trabalhavam em uma plantação de maconha com 162 mil metros quadrados, próxima ao lago de Sobradinho e toda irrigada²⁴⁹.

De maneira geral, o Diário de Pernambuco mencionava a presença da mão de obra assalariada no plantio de maconha por meio de falas de delegados de polícia ou de representantes da segurança pública. Diferente dos agricultores classificados como “matutos”, esses trabalhadores assalariados eram representados de forma mais crítica, dado que algumas reportagens até os classificavam como traficantes, mesmo que, possivelmente, muitos deles na verdade fossem meros agricultores com poucos recursos ou mesmo sem-terra. Ao se tornarem diaristas nos cultivos ilegais, e sem deterem os meios de produção (as sementes, a terra, os utensílios de trabalho, por exemplo), esses agricultores se tornavam uma espécie de proletário rural que só tinha sua força de trabalho para vender. Nesse contexto, a agricultura ilegal de maconha se aproxima mais de uma produção capitalista, dado que a mão de obra, em troca de um salário, torna-se uma mercadoria passível de venda como outra qualquer. Porém, também é verdade que, dadas as condições de ilegalidade, essa agricultura não oferecia direitos trabalhistas e muito menos garantias na existência de eventuais problemas. Em geral, assunto ilícitos são resolvidos e mantidos segundo regras próprias. Por fim, a Figura 4.5 mostra a quantidade dessas notícias no Diário de Pernambuco.

²⁴⁸ Maconha: tráfico que destrói pessoas para enriquecer marginais. **Diário de Pernambuco**. 02 de julho de 1978, p. 18.

²⁴⁹ Federal apreende maconha. **Diário de Pernambuco**. 25 de fevereiro de 1984, p. 8.

Tabela 4.5: Quantidade de matérias sobre a agricultura de maconha, entre 1948 a 1981, que relatavam a participação de mão de obra assalariada

Envolvidos no cultivo da maconha	Quantidade
Administrador	8
Assalariado temporário	4

Fonte: Diário de Pernambuco

4.3 NEGÓCIO ILÍCITO

A principal diferença do mercado lícito para o ilícito, como o da maconha, advém do fato que o segundo não tem uma legislação que regulamenta questões como a contratação de mão de obra, a faixa salarial, o recolhimento de impostos, a garantia de padrões de qualidade dos produtos finais, entre outras. Ademais, diferente de atividades ilícitas como o roubo, que apenas transfere riquezas, já que a perda da vítima é o ganho do assaltante, a atividade associada a cadeia produtiva da maconha, e das drogas de maneira geral, produz riquezas porque, em todas as etapas de sua cadeia produtiva, ocorre a geração de emprego informal, a aquisição de insumos e de matérias-primas e a circulação dessa mercadoria em diferentes redes de comércio ilícito – etapas que evidentemente geram renda e agregam valor ao produto final (SOUZA, 2015). Nesse sentido, a maconha é um grande negócio ilícito.

O desenvolvimento da agricultura de maconha, tal como o de outros produtos agrícolas, passa por diversas etapas de produção: a preparação do solo, o plantio, a limpeza da plantação, a colheita, entre outras. Devido ao seu caráter ilegal, as informações acerca de cada fase do cultivo e as técnicas utilizadas no processo de produção são bastante esparsas. Ainda assim, algumas notícias do Diário de Pernambuco fornecem uma ideia sobre o calendário agrícola e alguns detalhes do plantio. Ao que se sabe, as sementes eram plantadas duas vezes por ano e a erva era colhida em março e ao final de setembro²⁵⁰. Ou seja, a agricultura de maconha era uma cultura de ciclo curto, dado que o agricultor colhia duas safras anuais – uma vantagem produtiva se comparada às culturas que davam apenas uma safra anual.

O Diário de Pernambuco também publicou algumas notícias que descreviam como ocorria o plantio das sementes de maconha. Conforme o relatório da Operação Despedida, já

²⁵⁰ Maconha sai de Pernambuco e Alagoas para o sul do Brasil e Países estrangeiros. **Diário de Pernambuco**. 6 de setembro de 1957, p. 18 e 24.

trabalhado no Capítulo 3, essas sementes eram primeiramente plantadas em sementeiras adaptadas em latas de querosene, para a geração de mudas. Depois disso, essas mudas eram replantadas em covas, que admitiam por volta de 5 pés cada²⁵¹. Embora não fique claro as motivações para um plantio em sistema de covas, é possível que essa estratégia garantisse que ao menos um dos pés chegasse a vida adulta e produzisse as flores desejadas. Além disso, muitas vezes a maconha era plantada em consorcio com outras plantas – principalmente milho, banana e feijão – como meio de proteger o plantio ilícito. Essa estratégia foi bastante utilizada ao longo do período analisado, dada que pelo menos 8 notícias descreveram a existência dessa manobra em plantações descobertas pela polícia²⁵².

As notícias também sugerem que a agricultura de maconha pouco a pouco passou por melhoramentos técnicos. Por exemplo, em uma notícia de março de 1978, que tratava dos desdobramentos da Operação Jaguar, a reprodução de uma fala do Delegado Wladimir Cutarelli trazia que uma dessas plantações, descoberta na Ilha do Canal, em Belém de São Francisco, surpreendera os agentes da polícia “pelos processos avançados e sofisticados empregados pelos proprietários, que implantaram arrojados métodos de irrigação e terras completamente adubadas”²⁵³. Em notícias posteriores, a utilização de defensivos agrícolas e a presença de uma rede de irrigação se tornam mais frequentes. Em 1979, por exemplo, o superintendente da Polícia, Walter Soares, concedeu uma entrevista sobre a destruição de um plantio de maconha, na divisa entre Pernambuco e Alagoas, avaliado em Cr\$ 3 milhões. Segundo o Superintendente, essa plantação recebia adubagem e irrigação, bem como empregava 10 trabalhadores assalariados²⁵⁴. Por fim, vale retomar uma reportagem já trabalhada acima que, embora extrapole a periodização da tese, de fevereiro de 1984, contribui para mostrar as presenças da irrigação, da utilização de insumos agrícolas e da mão de obra assalariada. Segunda a notícia, no Município de Casa Nova, a polícia descobriu uma plantação de maconha com 162 mil metros quadrados. A plantação, às margens do lago de Sobradinho, era toda irrigada e adubada e empregava 20 trabalhadores assalariados, dos quais 12 foram presos pela polícia²⁵⁵. De certo modo, esses exemplos sugerem que parte da modernização agrícola baseada na racionalização do uso da terra e na aplicação de técnicas produtivas, inicialmente direcionada para a fruticultura e outras culturas agrícolas do Vale do São Francisco, também foi utilizada na agricultura de maconha, o que certamente ajudou para a sua consolidação no sertão pernambucano.

²⁵¹ Apreendidos dois quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. 17 de fevereiro de 1979. Página 17.

²⁵² Notícias publicadas nas seguintes datas: (11/04/1962, p. 6); (3/08/1971, p. 24); (1/01/1972, p. 59); (11/12/1973, p. 12); (13/07/1974, p. 12); (8/07/1975, p. 14); (28/08/1975, p. 14); (13/06/1980, p. 17);

²⁵³ Interior produz 40% da maconha do País. **Diário de Pernambuco**. 4 de março de 1978, p. 15.

²⁵⁴ Descoberta plantação de maconha em Alagoas. **Diário de Pernambuco**. 22 de maio de 1979, p. 17.

²⁵⁵ Federal apreende maconha. **Diário de Pernambuco**. 25 de fevereiro de 1984, p. 8.

Ainda que as notícias do Diário de Pernambuco tragam vestígios sobre a estrutura produtiva da maconha no tocante à mão de obra, a uma rede de irrigação e à aplicação de insumos agrícolas, as demais etapas do processo produtivo – colheita e secagem, por exemplo – não apresentam informações consistentes. Por outro lado, em relação ao processo de armazenamento, as notícias informavam e até mesmo mostravam, por meio de fotografias, que a maconha era, normalmente, acondicionada “em sacos”²⁵⁶. Assim, depois de embalada, se não fosse descoberta e apreendida pela polícia, essa maconha estava pronta para entrar no circuito comercial.

4.3.1 O preço de mercado e o risco da atividade ilícita

Inferir os ganhos com a produção de maconha não é tarefa trivial, seja em virtude da ilegalidade dessa produção, seja em virtude da natureza da fonte analisada. Mesmo assim, embora o Diário de Pernambuco não trouxesse informações perenes sobre os preços desse produto, algumas notícias abordavam essa questão, o que, de certo modo, fornece uma amostra qualitativa e esparsa sobre os rendimentos da agricultura de maconha. Ao longo do período analisado, os preços foram apresentados de duas formas distintas pelo jornal.

A primeira forma consistia em declarar o montante total, em dinheiro corrente, que seria adquirido com a venda dessa mercadoria. Nesse caso, não havia uma separação entre o montante pertencente ao agricultor e o montante adquirido por cada um dos participantes da rede de tráfico (atravessadores, vendedores, entre outros). A forma como as notícias eram escritas sugere que o jornal simplesmente repassava um cálculo realizado pela polícia, que, por sua vez, seguia a seguinte regra para determinar o montante: (1) calculava a quantidade de maconha apreendida; (2) estimava quantos cigarros poderiam ser feitos; e (3) multiplicava a suposta quantidade de cigarros pelo seu preço corrente nos centros urbanos. Uma entrevista do delegado Wladimir Cutarelli, de 1978, ajuda a elucidar esse procedimento. Na ocasião, Cutarelli afirmou que naquele ano foram destruídos 127.060 pés de maconha. Segundo seus cálculos, cada pé produziria 1 kg de maconha, que renderia mais de 120 toneladas. Se transformada em cigarros – fininhos – produziria 423.698 unidades, que, vendidas ao preço de Cr\$ 25,00 cada, movimentaria a importância de Cr\$ 10.592.450²⁵⁷. Essa foi a principal forma de divulgação dos preços de maconha ao longo do período analisado: 25 matérias no total²⁵⁸.

²⁵⁶ Apenas para citar alguns exemplos de maconha pronta e acondicionada em sacos, ver notícias publicadas nas seguintes datas: (17/09/1979, p. 24); (3/10/1964, p. 7); (8/05/1971, p. 24).

²⁵⁷ Apreensão de maconha foi maior em 78. **Diário de Pernambuco**. 30 de dezembro de 1978, p. 15

²⁵⁸ Conforme notícias publicadas no Diário de Pernambuco nas seguintes datas: (5/06/1947, p. 3); (18/05/1951, p. 2); (16/10/1952, p. 4); (2/10/1958, p. 10) (28/02/1959, p. 6); (18/09/1960, p. 13); (1/10/1961, p. 1); (3/06/1964, p. 7); (4/07/1964, p. 5); (27/04/1968, p. 8); (30/01/1968, p. 7); (26/03/1970, p. 24); (30/03/1970, p. 28); (17/09/1970, p. 24); (22/05/1975, p. 14);

A segunda forma consistia na divulgação do preço que um produtor rural recebia por quilo de maconha. A primeira notícia desse tipo data de março de 1947 e tratava de um caso em que o agricultor Sebastião Horácio, morador de Santana do Ipanema, foi preso por vender “erva” na cidade de Recife a razão de Cr\$ 155,00 quilo²⁵⁹. Apenas para fazer uma comparação, no ano de 1947, a renda adquirida com a venda de um quilo de maconha equivalia a um ano de assinatura do jornal *Diário de Pernambuco* ou cerca de 50 quilos de feijão²⁶⁰, de acordo com os preços correntes divulgados pelo próprio jornal.

Em uma matéria de 1971, outro exemplo, o jornal discorreu sobre a destruição de um cultivo na propriedade de Cicero, no Município de Arcoverde. O proprietário revelou que vendia 1 kg de maconha por 80 cruzeiros, mas que já havia vendido por até 200 cruzeiros²⁶¹. Sete anos mais tarde, já no contexto das operações de destruição de plantio, planejadas pela Polícia Federal, o Delegado Wladimir Cutarelli afirmou que, em 1978, no Município de Belém de São Francisco, o quilo de maconha variou de 2 mil a 4 mil cruzeiros²⁶². Já em reportagem de 1979, consta que o superintendente da Polícia Federal de Alagoas, Walter Soares, declarou que a polícia alagoana destruiu uma plantação de maconha avaliada em Cr\$ 3 milhões. Um dos envolvidos declarou que naquele Estado um quilo de maconha valia 10 mil, mas se fosse levada para o Sul do país, a mesma quantidade chegaria a 30 mil ou mais, caso houvesse a escassez do produto²⁶³.

Tabela 4.6: Preço, em cruzeiros, de produtos de lavoura temporária

Produto	Belém de S. Francisco	Cabrobó	Floresta	Petrolina	Santa M. da Boa Vista
Mandioca	3,28	2,31	4,95	2,41	2,69
Milho	12,15	11,15	10,52	8,61	13,12
Cebola	11,57	10,39	11,91	10,49	10,24
Tomate	5,98	4,78	2,77	3,79	4,06
Feijão	62,17	59,98	48,18	42,33	62,93

Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário de Pernambuco (IBGE, 1980).

(28/08/1975, p. 14); (25/09/1975, 14); (28/09/1976, p. 12); (7/03/1978, p. 1); (4/11/1978, p. 15); (10/01/1979, p. 21); (5/10/1979, p. 17); (13/06/1980, p. 17); (13/05/1980, p. 1); (21/07/1981, p. 1).

²⁵⁹ Espalhada no Recife a “Herva do Diabo”. *Diário de Pernambuco*. 26 de março, p 5. 1947

²⁶⁰ Diretoria de renda da capital. *Diário de Pernambuco*. 21 de maio de 1947, p 8.

²⁶¹ Plantações de maconha são destruídas em duas cidades. *Diário de Pernambuco*. 14 de outubro de 1971, p 28.

²⁶² Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. *Diário de Pernambuco*. 13 de março de 1978, p 8.

²⁶³ Descoberta plantação de maconha em Alagoas. *Diário de Pernambuco*. 22 de maio de 1979, 17.

Os preços do quilo de maconha apresentados pelo Diário de Pernambuco nos últimos anos da década de 1970 parecem bastante atrativos. Apenas para se ter uma base comparativa, a Tabela 4.6 reúne os preços de gêneros alimentícios produzidos e comercializados em alguns dos municípios do alto sertão pernambucano. Vale destacar que, com exceção de Petrolina, os demais municípios possuíam agricultura ilegal de maconha. Os dados da Tabela 4.6 foram publicados no Censo Agropecuário de Pernambuco de 1980. De acordo com esses dados, como a maconha era um produto aparentemente mais rentável, mesmo com os riscos de uma atividade ilícita, atraía parte dos trabalhadores do campo.

Embora o Diário de Pernambuco apresentasse ganhos bastante pujantes em relação ao suposto lucro adquirido pelos agricultores de maconha, para além desse lucro, o jornal também elencava outras motivações que os levavam a se arriscar. Para isso, o jornal realizava uma série de matérias em que problematizava a realidade socioeconômica do sertanejo. Essa questão ficou latente principalmente a partir de 1975, período em que a maconha se espalhou pelo sertão pernambucano e período que coincidiu com duas grandes secas.

Segundo o jornal, alguns aspectos econômicos nacionais eram determinantes para o envolvimento de agricultores com o plantio de maconha – ponto de vista reforçado sobretudo por meio de falas de terceiros. Wladimir Cutarelli e representantes da Segurança Pública, por exemplo, apontavam que a opção do governo de importar cebola argentina prejudicava a produção de cebola do sertão pernambucano. Isso porque, essa importação causava uma queda no preço desse produto no mercado nacional, competitividade que desestimulava a produção sertaneja²⁶⁴, plantada principalmente às margens do rio durante o ano inteiro²⁶⁵. O desestímulo aos produtores de cebola também era reforçado pelo jornal em entrevistas com os próprios produtores. José Apolinário de Siqueira, por exemplo, declarou que trabalhava no ramo há mais de 40 anos. No entanto, devido ao valor elevado dos insumos necessários ao plantio, e devido aos baixos preços de mercado (30 centavos por quilo), ele abandonou essa produção para se dedicar apenas ao comércio e a plantação de pastagens para seus rebanhos. Acrescentou ainda que, em tais condições, somente famílias com vários membros continuariam se dedicando a tal cultivo. Já os pequenos agricultores, possivelmente, desapareceriam da região. Em sua perspectiva, se não ocorresse algum tipo de mudança na política nacional, a produção de cebola também desapareceria do Vale do São Francisco dentro de alguns poucos anos²⁶⁶.

²⁶⁴ Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. **Diário de Pernambuco**. Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de março de 1978, p 8; Freire acha negativa atuação de ministro. **Diário de Pernambuco**. 12 de abril de 1978, p, A-3;

²⁶⁵ Cebola pode sumir do S. Francisco. **Diário de Pernambuco**. 26 de março de 1978, p 17.

²⁶⁶ Cebola pode sumir do S. Francisco. **Diário de Pernambuco**. 26 de março de 1978, p 17.

Ainda segundo o jornal, alguns aspectos regionais também colaboravam para que os sertanejos migrassem para a agricultura ilegal. Entre esses estavam as constantes secas que assolavam o sertão pernambucano. Isso porque, a ocorrência desse fenômeno climático, em anos seguidos, provocava instabilidade em toda a produção agrícola – a cebola, por exemplo, não crescia o suficiente e, por isso, tinha as safras reduzidas, condição que afetava o nível de vida dos sertanejos pois esses não conseguiam pagar seus empréstimos bancários e suas dívidas com terceiros²⁶⁷. Em tempos como esses, o jornal argumentava que aumentava o poder de barganha dos traficantes e atravessadores que ofereciam dinheiro aos sertanejos para que plantassem maconha. Diante da crise, muitos cediam às propostas e se tornavam responsáveis pelas roças ilícitas. O traficante, por sua vez, só retornava para buscar o produto já pronto²⁶⁸. Esse ponto de vista era sempre respaldado por meio de falas de representantes da Segurança Pública do Estado de Pernambuco que atuavam diretamente no combate aos cultivos. Uma entrevista de Wladimir Cutarelli, publicada em 2 de julho de 1978, sintetiza alguns aspectos regionais que contribuíam para o envolvimento dos pequenos agricultores:

“A presença de água fácil e de calor é necessário para o plantio de maconha (...). Deus dá o calor e o São Francisco dá água. Esses dois fatores principais, aliados a outros de aspecto social, tais como os atinentes à safra de cebola (a região depende quase que essencialmente desse produto), faz com que o agricultor daquela área muitas vezes cheios de dívidas bancárias (empréstimos agrícolas), se torne presa fácil dos traficantes. Os traficantes surgem como verdadeiros chacais à procura de lavradores com situação financeira precária e os “seduzem” a plantar a erva, com promessas de lucros e riquezas quase imediatos”²⁶⁹.

Em resumo, o Diário de Pernambuco destacava principalmente o impacto das secas, dos empréstimos bancários e do baixo preço da cebola no mercado nacional como fatores determinantes para a participação dos pequenos agricultores no cultivo de maconha. Contudo, o jornal nunca ultrapassou esse limite para a realização de suas críticas e justificativas. Nesse sentido, ele nunca considerou elementos como a estrutura fundiária da região, a concentração de renda e nem mesmo o modelo agrícola implantado no vale do São Francisco pernambucano: uma agricultura moderna voltada a atender as demandas de mercado nacional em conjunto com uma agricultura de subsistência arcaica que não atendia totalmente as necessidades da população sertaneja. Por outro lado, as justificativas do jornal também não explicitavam os motivos

²⁶⁷ Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de março de 1978, p 8;

²⁶⁸ Sugerido fundo para combate de drogas. **Diário de Pernambuco**. 16 de maio de 1978, p A15; Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. **Diário de Pernambuco**. 13 de março de 1978, p 8;

²⁶⁹ Maconha: tráfico que destói pessoas para enriquecer marginais. **Diário de Pernambuco**. 2 de julho de 1978 p, 18.

que levavam os ditos fazendeiros e grandes proprietários de terra a se envolverem com essa agricultora.

A despeito disso, a presente tese deduz que muitos desses grandes proprietários se envolveram com a agricultura de maconha porque não conseguiram se inserir no contexto da agricultura moderna, implantada no vale do São Francisco. Alguns dos recursos destinados a essa região até foram capitados por uma pequena parcela de políticos e empresários locais; entretanto, a maior parte desses recursos na prática beneficiou empresas do Sul e do Sudeste que migraram para a região do Vale e passaram a se dedicar a essa agricultura moderna. Em certa medida, excluídos desse processo, os tradicionais fazendeiros do sertão pernambucano mantiveram seus *status* de proprietário de terra e de rebanhos, mas provavelmente passaram a investir na agricultura de maconha como alternativa de obter ganhos financeiros.

4.3.2 Os impactos da agricultura ilícita de maconha na vida sertaneja

A maconha, enquanto mercadoria ilícita, gerou transformações na vida de muitos que se envolveram com ela. Nesse sentido, o texto a seguir analisa essas transformações a partir de dois desdobramentos existentes nas notícias publicadas no Diário de Pernambuco e no Diário Oficial do Estado de Alagoas: o social e o econômico.

O primeiro desdobramento diz respeito aos efeitos sociais da agricultura ilegal, que, dada a ilegalidade, gerava uma série de conflitos no campo. Um primeiro tipo de conflito ocorria entre os agricultores ilegais e o Estado – até porque, enquanto os agricultores buscavam novos espaços para estabelecer e proteger os plantios de maconha, o Estado combatia esses mesmos plantios, conforme amplamente visto e discutido no Capítulo 3. Em muitos casos, esses conflitos se manifestavam por meio de violência policial. Além do caso da agricultora Francisca, espancada pelos agentes da Polinter na década de 1950, já tratado, as notícias da década de 1960 e de 1970 indicam que esse tipo de recurso continuou sendo utilizado pelos agentes repressores. Outro exemplo emblemático que ganhou as páginas do Diário de Pernambuco em 1979 foi a tortura de 5 trabalhadores rurais, residentes no Município de Iguaracy, investigados por plantar maconha. Segundo denúncias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguaracy, os 5 trabalhadores foram torturados por cerca de 20 horas no sítio Queimadas. Na denúncia, consta que os policiais invadiram a casa de Sebastião Henrique de Goes – um dos trabalhadores – e disseram a sua esposa, Maria Giselda Nunes de Goes, que seu marido seria “enforcado” se

ela não revelasse onde a maconha estava escondida. Maria também apanhou da polícia²⁷⁰. Por outro lado, esses agricultores também se armavam para proteger seus plantios e a si mesmos. Segundo o Superintendente da Polícia Federal, Fábio Calheiros, responsável pela operação PEBA, “eram raras as vezes que os proprietários dos plantios não reagiam a bala quando eram surpreendidos pela polícia”. Além disso, Calheiros ressaltou que, ao longo dessa operação, a polícia aprendeu grande quantidade de armas (revolveres, rifles, espingardas e munições) deixadas pelos cultivadores enquanto fugiam²⁷¹.

Outro tipo de conflito se passava entre os vários envolvidos no circuito ilegal: agricultores, intermediários, traficantes, comerciantes e financiadores. Esses envolvidos evidentemente não podiam recorrer as Instituições do Estado em caso de roubo, não pagamento, disputa por espaço e por mercado ou quaisquer outras questões do gênero. No geral, por serem questões internas à produção ilegal, eram resolvidas também na ilegalidade e geralmente baseada na violência. Em alguns casos, as desavenças eram resolvidas com a morte de uma das partes, como o caso publicado no dia 17 de agosto de 1972, em que o traficante Raimundo Pereira de Góis assassinou o agricultor João G. de Oliveira²⁷².

Além de casos de conflitos entre pessoas diretamente envolvidas com o cultivo, também ocorriam desavenças entre plantadores e membros da comunidade local que denunciavam os plantios ilícitos à polícia. Um exemplo desse tipo ocorreu quando o tenente Alencar realizava operações na região do Agreste. Na ocasião, o *Diário de Pernambuco* publicou, em 2 de setembro de 1960, que três cidadãos de Bom Conselho que denunciaram plantações ao Tenente depois reportaram que estavam sendo vítimas de ameaça de morte²⁷³. Já Alaíde Tenório de Albuquerque, casado, 43 anos de idade, também residente em Bom Conselho, mais especificamente no sítio Caborge, após denunciar plantadores, traficantes, compradores e vendedores à polícia, precisou de proteção policial pois estava sendo ameaçado²⁷⁴.

Em conflitos velados, os agricultores se viam coagidos a plantar maconha. Esse foi o caso, por exemplo, dos agricultores José Carlos Sobrinho e Cicero Heleno, donos de um sítio em Tupanatinga, e Manuel Pereira dos Santos, dono de sítio em Buíque. Eles foram presos por plantio de maconha. No entanto, culpavam o Sargento Batista, então delegado de Polícia de Tupanatinga, como o idealizador da plantação. Conforme a versão dos agricultores presos, o Sargento Batista garantia a compra do produto por preço razoável e justificava aos agricultores

²⁷⁰ Conhecido camponês torturado. *Diário de Pernambuco*. 25 de outubro de 1979. P. 22.

²⁷¹ Federal destrói 10t de maconha. *Diário de Pernambuco*. Diário, 13 de junho de 1980, p. 17.

²⁷² Traficante mata agricultor no Ceará e é preso com maconha. *Diário de Pernambuco*. 17 de agosto de 1972, p. 28.

²⁷³ Cultivadores de maconha, em Bom Conselho, ameaçam de morte possíveis denunciantes: recado de Alencar. *Diário de Pernambuco*. Diário de Pernambuco 2 de setembro de 1960, p. 7.

²⁷⁴ Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. *Diário de Pernambuco*. 03 de outubro de 1964, p. 7.

que aquela plantação dava bom dinheiro e valia a pena cultivá-la. Quanto à proibição, afirmava que em Tupanatinga e em Buíque, a maconha podia ser plantada enquanto ele fosse delegado. Os agricultores afirmaram que só fizeram os plantios por temer represálias do delegado, tido como um homem violento²⁷⁵.

As notícias trabalhadas até aqui fornecem apenas um breve panorama sobre a diversidade e a complexidade dos conflitos no campo em torno da agricultura ilícita. Nesse sentido, esses conflitos podiam ser explícitos – como a morte de uma das partes, a ameaça e o confronto armado – ou podiam ser velados – como o roubo de maconha nas lavouras, a chantagem que obrigava o pequeno produtor a se envolver com o plantio, entre outros. Em todos esses casos, o que se observa é uma vasta gama de sujeitos envolvidos: policiais, traficantes, políticos, pessoas da sociedade civil e trabalhadores responsáveis pelos cuidados da plantação. De maneira mais ampla, todos esses casos de conflitos são reflexos de uma série de leis que tornaram a maconha uma planta proibida.

Além desses conflitos que impactaram diretamente a vida dos envolvidos, o estudo da agricultura ilegal de maconha revela novas dimensões da questão agrária no campo nordestino. Afinal, a questão da propriedade é central para a sua produção, sobretudo, porque muitas plantações eram realizadas em terras devolutas – como as ilhas, por exemplo – espaços que dificultavam a identificação do responsável pelo plantio e a abertura de um processo jurídico. Outro ponto que insere a agricultura de maconha como uma nova dimensão da questão agrária é exatamente as condições de trabalho em que a agricultura ilícita ocorria. Nesse sentido, embora ela proporcionasse uma renda e um certo ganho econômico, essas condições eram, em geral, precárias: não garantiam direitos trabalhistas, oferecia risco de morte aos trabalhadores e podia levar a processos judiciais ou à prisão.

O segundo desdobramento está relacionado ao impacto econômico na vida daqueles que se envolviam com a produção ilegal. Nesse sentido, algumas notícias fornecem pistas sobre como o dinheiro da produção ilegal de maconha se refletia na vida material dos envolvidos. Um primeiro caso, refere-se à trajetória de vida de um suposto importante produtor e traficante de maconha. José Sabino de Oliveira era representado nas notícias do *Diário de Pernambuco* simplesmente como “coronel Sabino”. A primeira reportagem sobre ele foi publicada em 1957, quando o repórter Fernando Luís Cascudo acompanhou os agentes da CEFÉ em um levantamento dos campos de maconha existentes em Alagoas e Pernambuco. Na ocasião, o repórter destacou a existência de maconha nas propriedades de Sabino da seguinte maneira:

²⁷⁵ Federais procuram plantações de maconha em Arcoverde e Garanhuns. *Diário de Pernambuco*. 7 de agosto de 1971, p 24.

Estivemos, por exemplo, nas terras do famoso “coronel” José Sabino, nas imediações da Quixabeira Amargosa e serra do Bugi, onde nada menos de oito “matutos” cultivavam em suas terras plantações de maconha que é toda entregue ao José Sabino. Considerado o maior comprador da região²⁷⁶.

A reportagem apresentava José Sabino como um “coronel” envolvido com o cultivo de maconha. Essa representação era reforçada por membros da polícia, inclusive fora do Nordeste. Em maio de 1958, por meio da cessão Meridional, o Diário de Pernambuco noticiou os principais encaminhamentos de um congresso da CNFE, que acontecera na sede do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, para debater os problemas dos entorpecentes. No encontro, o delegado de São Paulo, Celso Teles, declarou que o Nordeste era o principal produtor da maconha que chegava no sul do país, com destaque para Alagoas. Na ocasião Celso Teles também afirmou que possuía um dossiê com os nomes dos principais plantadores de maconha. Entre eles, José Sabino de Oliveira, o “coronel” Sabino, era o principal exportador de maconha de Santana do Ipanema²⁷⁷.

Em 1959, José Sabino voltou às páginas do Diário de Pernambuco, também por meio da seção Meridional. Na ocasião, o jornal fez referência a uma reportagem investigativa do Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, que trazia uma extensa reportagem sobre a produção de maconha no Estado de Alagoas, com o intuito de apresentar aos seus leitores “o mais grave aspecto” dessa produção. Novamente, José Sabino foi apresentado como um dos principais produtores de maconha do Estado de Alagoas²⁷⁸.

Afim de compreender as narrativas em torno de José Sabino, a reportagem original do Jornal do Brasil também foi analisada nesta tese. Apresentado como um homem “magro e barbudo”, que em tempos de outrora era pedreiro e consertador de fossas, Sabino teve um grande crescimento financeiro desde que se envolvera com a produção e o comércio de maconha, o que o tornou um milionário, proprietário de fazendas e casas em diversas cidades alagoanas. Apesar de suas posses, Sabino sempre andava “maltrapilho” e, mesmo alvo de um mandado de prisão em Santana do Ipanema, ia todos os sábados na feira daquele Município. A reportagem também ressaltava que Sabino foi preso em flagrante com um pacote de maconha em São Paulo. Por conta disso, ficou 3 meses preso e gastou – segundo ele mesmo afirmava – mais de Cr\$ 500 mil para conseguir a liberdade. Por outro lado, pessoas influentes na sociedade

²⁷⁶ O comércio criminoso da maconha. **Diário de Pernambuco**. 06 de setembro de 1957, p15.

²⁷⁷ Diário Oficial do Estado de Pernambuco. 04 de março de 1958.

²⁷⁸ O texto que utiliza essas informações se baseou na seguinte fonte: Jornal do Brasil. 27 de fevereiro de 1959, Nº 47, p 1 a 9.

alagoana, como o deputado Federal Adeildo Nepomuceno Marques, minimizava as especulações e denúncias em torno do “coronel”. De acordo com esse deputado, Sabino era um “bode expiatório” do escândalo da maconha e não passava de “um pobre diabo” que morava em “uma casa alugada”. O jornal, por sua vez, publicou um contraponto afirmando que o Deputado Adeildo era próximo de Sabino e “ferrenho” defensor dos “lavradores de maconha”.

Até certo ponto, os jornais *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Brasil* expuseram diferentes narrativas em torno da vida de José Sabino. O *Diário de Pernambuco* o apresentava como um “coronel” dono de terras nas quais residiam e trabalhavam homens que não possuíam terra. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, apresentava-o como alguém de origem social baixa que, devido ao seu envolvimento com a produção de maconha, ascendera socialmente e passara a ser representado como um “coronel”. Embora exista essas duas narrativas em torno de Sabino, o que ambos jornais destacavam eram seus lucros exorbitantes advindos da agricultura de maconha. Nesse caso, o que fica explícito é que, tal como os grandes proprietários que se envolviam direta ou indiretamente com a produção de maconha, o termo “coronel”, utilizado para representar Sabino, estava muito mais relacionado a uma conotação pejorativa do que a representação de um *status* social e político.

Figura 4.3: Casa do coronel José Sabino



Fonte: *Diário de Pernambuco*: 10 de setembro de 1957, nº 205, p 24.

Já em relação às suas supostas riquezas, as especulações perdem força quando questões mais subjetivas da vida desses produtores são avaliadas. Sabino, por exemplo, ao ser representado como grande produtor de maconha, coronel e milionário deveria possuir muitas riquezas. A Figura 4.3, tirada por Cascudo e publicada no Diário de Pernambuco em 10 de setembro de 1957, mostra uma suposta propriedade de Sabino. A simplicidade da casa, de certo modo, põe em dúvida a existência de tal fortuna. A própria legenda da fotografia denominava a construção como um “rancho” e não como uma edificação suntuosa, o que contribui para minimizar as representações dos jornais em torno das riquezas geradas com a produção ilegal.

O caso do agricultor João Antônio da Silva, processado pelo Ministério Público de Alagoas por plantio ilegal de maconha, em 1963, traz à tona outros elementos da vida material desses produtores. O resultado desse processo foi publicado no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 22 de outubro de 1966²⁷⁹ e fornece detalhes sobre como os supostos produtores eram vistos na justiça e mesmo perante aos demais membros da sociedade civil. Segue uma breve descrição.

O processo foi julgado pela Comarca de Palmeira dos Índios. As ações que ali tramitaram foram vistas, relatas e discutidas e estão disponíveis nos autos de apelação crime n. 2.500. No trecho publicado pelo Diário Oficial consta que o Ministério Público acusou José Antônio da Silva, “Negro Fuiço” de estar envolvido com o plantio de maconha. Tal denúncia ocorreu depois que a polícia descobriu e apreendeu, em 19 de outubro de 1963, certa quantidade de maconha no quintal da residência do acusado, no sítio de “Ipueiras”, localizado no Município de Igaci, Comarca de Palmeira dos Índios.

Ainda segundo o processo, na ocasião da prisão, o réu confessou que, em setembro de 1963, colheu a maconha que havia plantado no sítio “Marias Pretas”, localizado no Município de Igaci. Depois de pronta, transferiu o produto para o sítio Ipueiras e o acondicionou, cerca de 50 kg, em dois recipientes de barro e em uma mala. Além disso, também guardou 10 kg de sementes em outro pote de barro. Na sequência, ele enterrou toda a produção no quintal – para não deixar vestígios, caso a polícia passasse por ali – enquanto aguardava o comprador do produto. Acrescentou ainda que, para despistar a polícia, queimou os talos da plantação.

Apesar de todas essas artimanhas, a polícia descobriu a maconha escondida no quintal da casa de José. Embora não fique claro os métodos utilizados pela polícia para tal descoberta, é possível que ela ocorreu por meio de denúncias de vizinhos de Joaquim, dado que no

²⁷⁹ Acórdão N. 15.661. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 22 de outubro de 1966. Nº 200, p. 7.

boletim de ocorrência consta o depoimento de duas testemunhas que, na ocasião, deram as seguintes declarações:

A maconha apreendida foi no quintal da casa do réu, que não é homem muito trabalhador, pois suas roças são muito pequenas e o produto delas não dava para ele viver com certo luxo, levando-se ainda em consideração ter muitos filhos e mais uma amante, no sítio “Marias Pretas” e a quem dá sustento necessário, conforme declarou José Bezerra de Araújo que adiantou “que já ouvirá falar que o acusado era traficante de maconha, transportando-a para São Paulo.

A testemunha Antônio Euclides do Nascimento, disse também que a muito comentavam em Ipueiras onde reside, que José Antônio da Silva vivia traficando com maconha para fora do Estado e todos no povoado observavam que José Antônio viva mais folgado que os demais ali residentes, pois trajava muito bem, possuindo uma família numerosa, sustentando uma amante no sítio “Maria Pretas” no município de Igaci²⁸⁰.

No entanto, em sessão de julgamento perante o juiz, o acusado afirmou que só confessou que trabalhava com maconha porque foi espancado pela polícia. Os testemunhos de acusação, por sua vez, também mudaram o discurso e afirmaram que, na verdade, o acusado era um homem trabalhador e que nunca se ouviu falar que ele plantava maconha. Apesar das divergências entre o boletim de ocorrência e os depoimentos frente ao juiz, em 2 de setembro de 1965, Antônio foi condenado a um ano de prisão e a pagar uma multa de 2 mil cruzeiros, com base no Artigo 221 do Código Penal.

A despeito das contradições presentes nos depoimentos das testemunhas, a apelação crime N° 2500 que condenou José Antônio da Silva por plantação ilegal de maconha traz algumas questões de interesse sobre o universo do sertanejo. Por exemplo, não fica claro se José era um pequeno proprietário de terra ou se era parceiro em algum dos sítios mencionados nos autos do processo. Além disso, pelos relatos dos dois testemunhos, José e sua família possuíam melhor condição financeira do que os seus vizinhos, aspecto que levantou suspeita sobre as suas atividades ilícitas. Um ponto a ressaltar é que José possuía 12 filhos e todos andavam “bem trajados”. Outro ponto é que José, além de sua família, sustentava uma amante no sítio “Marias Pretas”. Curiosamente, uma sensível melhora nas condições de vida, nesse caso pela produção e pela comercialização de maconha, possibilitava a manutenção de relacionamentos extraconjugais, de tal forma que chamava à atenção de moradores locais.

Nessa mesma linha, várias notícias publicadas pelo Diário de Pernambuco também

²⁸⁰ Acórdão N. 15.661. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**. 22 de outubro de 1966. N° 200, p. 7.

ressaltavam casos de adultério praticados por envolvidos com o plantio de maconha. Por exemplo, o jornal, em matéria de 4 de março de 1978, mencionou que Epamínondas Alves de Carvalho, um dos principais intermediários dos plantadores de maconha no São Francisco, era até pouco tempo atrás um verdadeiro “pé rapado”, mas que, depois de se envolver com o negócio ilícito, já havia adquirido três veículos do último modelo, patrocinava grandes festas na região e vinha sustentando duas amantes²⁸¹. Nesse sentido, ao lado de veículos e de exibições festivas, a manutenção de amantes aparentemente representava uma distinção social.

O lucro adquirido com o comércio de maconha também pode ser observado, ainda que de modo indireto, em notícias que reportavam objetos e utensílios pertencentes a acusados de plantar maconha. Um primeiro exemplo desse tipo, publicado em dezembro de 1977, foi o do agricultor João Dias da Silva. Casado, 63 anos e residente no Município de Bom Jardim, João Dias afirmou que plantava maconha há mais de quatro anos para ganhar um “dinheirinho extra”. De acordo com a reportagem, em depoimento à polícia, “usando calça e camisa azul, de óculos, com sotaque interiorano”, João contou que vendia 100 gramas de maconha por Cr\$100,00²⁸². Embora as notícias ressaltassem diversos aspectos da vida desses envolvidos com a agricultura ilícita, do que esta pesquisa foi capaz de mapear, essa foi a única que informou que um agricultor utilizava óculos. De certo modo, alguém que usava óculos, em 1977, no contexto do semiárido nordestino e do modo de vida sertanejo, não deixa de representar uma certa diferenciação social.

Por fim, um último exemplo desta tese é uma notícia publicada em agosto de 1981, ano do recorte final da análise, em que a Polícia Federal prendeu em flagrante o fazendeiro Pedro Flor, indiciado sob a acusação de plantar e comercializar maconha na região sertaneja. O fazendeiro foi surpreendido por agentes federais enquanto armazenava em sua casa “grande quantidade de sacos com maconha já preparada e pronta para ser comercializada”. Além de maconha, os agentes federais encontraram vários relógios de fabricação japonesa sem documentação fiscal, avaliados em Cr\$ 112.600,00. No processo de investigação deste caso, os policiais descobriram que tais relógios foram adquiridos como pagamento, feito por traficantes, em vendas anteriores²⁸³.

De certo modo, em termos de acumulação e de riqueza produzida, o conjunto dos casos apresentados expressam um lucro bastante modesto, pelo menos no que pode ser observado em relação à vida material daqueles que se envolveram diretamente com o plantio ilegal

²⁸¹ Interior produz 40% da maconha do País. **Diário de Pernambuco**. Diário de Pernambuco. 4 de março de 1978, p. 15.

²⁸² Polícia destrói “erva” no interior. **Diário de Pernambuco**. 23 de dezembro de 1977, p. 15.

²⁸³ Fazendeiro acusado de vender maconha em Serra Talhada. **Diário de Pernambuco**, 24 de outubro de 1979, p. 16.

de maconha. Nesse sentido, ainda que a economia das drogas gere emprego e renda ao longo da cadeia produtiva, no caso da produção de maconha, a renda que ficava com os produtores não era suficiente para gerar transformações socioeconômicas significativas que rompesse com o subdesenvolvimento da região.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A proibição da maconha no Brasil ocorreu de forma gradual. Desde a segunda metade do século XIX, algumas Câmaras Municipais – Rio de Janeiro, Campinas, Santos e São Luís – já haviam proibido o uso do pito de pango, por meio dos Códigos de Postura. De certa forma, essas Câmaras pretendiam refrear certos hábitos sociais existentes entre os escravos e provavelmente entre as camadas baixas da população.

Contudo, foi somente na primeira metade do século XX que o processo de proibição se concretizou. Grande parte dos países do mundo criaram leis para proibir o uso de determinadas substâncias. Nesse cenário, o Brasil, que já realizava uma campanha contra a maconha desde os oitocentos, criou um conjunto de leis para proibir o seu uso, consumo e comércio. Com o respaldo internacional, a proibição brasileira se deu por meio de um conjunto de leis sancionadas pouco a pouco. Em relação à maconha, o artigo 1º do capítulo I do Decreto nº 20.930 de 11 de janeiro de 1932, classificou a *Cannabis indica* como substância tóxica e a proibiu. Já o Decreto-Lei nº 891 oficializou uma série de mudanças significativas no âmbito das drogas. Cânhamo, *Cannabis sativa*, *Cannabis indica* e todas as denominações vulgares do gênero, constavam na lista do primeiro grupo, considerada a das substâncias mais perigosas e proibidas em território nacional. Além disso, o Estado também criou instituições públicas como a CNFE e as CEFES responsáveis pelo combate do que a partir de então ficou oficialmente caracterizado como droga ilegal. A justificativa foi de que era necessário dotar o país de uma legislação capaz de regular eficientemente a fiscalização dos entorpecentes e de atualizar a legislação brasileira com as mais recentes convenções sobre o tema.

A vigência de uma época de contrassensos nas políticas públicas sobre as chamadas drogas ilegais não evitou, no final das contas, a consolidação de um novo modo de ver e entender a *Cannabis*, respaldado sobretudo pela parcela proibicionista da população e pelas legislações sancionadas. Nesse jogo, fatalmente se perderam as prescrições médicas e as aplicações têxteis da planta. No entanto, nem todos os hábitos e tradições foram estilhaçados por esse processo de ruptura. Apesar de encarados com feitiços predominantemente pejorativos, seus usos nunca se extinguiram completamente. Vale o risco em dizer inclusive que o uso de maconha como psicoativo desde a primeira proibição só ganhou mais adeptos.

Frente a esses acontecimentos, a tese traçou a trajetória geográfica e socioeconômica da maconha nos Estado de Alagoas e de Pernambuco, para compreender o percurso realizado por esses cultivos até adentrar o vale do São Francisco no alto sertão pernambucano. Na

década de 1940, o cultivo de maconha ocorria em dois centros de produção: o primeiro estava localizado no vale do baixo São Francisco em áreas pertencentes à zona da mata dos Estados de Sergipe e de Alagoas. Em Sergipe, os Municípios que recebiam destaque eram Aquidabã e Propriá, enquanto que, em Alagoas, eram Igreja Nova, Porto Real do Colégio e São Miguel dos Campos, todos considerados produtores de maconha. O segundo centro produtor, por sua vez, localizava-se no interior do Estado de Alagoas, próximo à divisa com Pernambuco, com destaque para o Município de Palmeira dos Índios. Na década de 1950, as plantações se concentraram somente no segundo centro, com destaque para os Municípios Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema, sendo este último considerado pelos jornais da época o maior centro produtor do Estado. Nessa mesma década, alguns Municípios de Pernambuco, próximos à divisa com Alagoas, também despontaram como produtores. É o caso de Garanhuns e Águas Belas. Já na década de 1960, a produção de maconha estava bastante concentrada nos Municípios próximos à divisa entre Alagoas e Pernambuco. Nos primeiros 3 anos dessa década, os Municípios alagoanos São Sebastião e Porto Real do Colégio se tornaram grandes produtores. Entretanto, os dados indicam que, a partir de 1964, alguns Municípios pernambucanos – Arcoverde, Igaci, e Bom Conselho – também despontaram como produtores.

Na década de 1970, a maconha, aos poucos, adentrou o Estado de Pernambuco. Os dados indicam que, nos primeiros anos da referida década, os plantios estavam concentrados no vale do Moxotó e no vale do Pajeú. A partir de 1975, a destruição de plantações de maconha se tornou recorrente em Municípios do alto sertão pernambucano, como Serra Talhada, Floresta, Cabrobó, Belém de São Francisco e Salgueiro. Já nos dois primeiros anos da década de 1980, esses Municípios se tornaram os principais produtores de maconha do Estado de Pernambuco.

Essa constante mudança de Municípios produtores ocorreu, sobretudo, por causa do efeito balão. Ou seja, a ação de repressão por meio da destruição dos plantios muitas vezes passava a impressão de que essa era a melhor forma de combatê-los. No entanto, o efeito balão revela justamente a ineficácia desse tipo de política, dado que na prática ocorria a dispersão dos cultivos ilegais. Na prática, a política de repressão adotada pelo Estado brasileiro possivelmente contribuiu para a difusão dos plantios ilegais em Pernambuco.

Ademais, para além do efeito balão, outros fatores contribuíram para a interiorização dos plantios ilegais e a consequente consolidação da maconha no sertão pernambucano. Um primeiro deles foi a própria caatinga, que tem a sua parcela de contribuição porque servia para camuflá-los, protegendo-os na medida em que dificultava a visualização e o livre trânsito de terceiros, especialmente daqueles que não conheciam a região. Um segundo fator foi que essa agricultura fez uso das estruturas e dos recursos hídricos existentes. Nesse sentido, a água

podia ser retirada de açudes e poços, construídos com verba do DNCOS e de outros projetos que visavam diminuir os efeitos da seca, ou ser irrigada a partir de estruturas montadas às margens do rio São Francisco e de seus afluentes. No caso do São Francisco, a agricultura de maconha também podia ser desenvolvida nas inúmeras ilhas e ilhotas – que naturalmente apresentavam solos mais úmidos e férteis do que as áreas do continente afastadas do rio, eram prontamente receptíveis à irrigação de vazante e dificultavam o trabalho dos agentes de combate.

Além desses fatores naturais, existe uma série de fatores socioeconômicos. A incapacidade das políticas de desenvolvimento regional em atingir igualmente diferentes camadas sociais fez com que no sertão pernambucano também prevalecesse um modelo de agricultura já existente no campo nordestino: combinava uma agricultura de subsistência precária com uma agricultura moderna voltada às demandas externas. Continuou, assim, com os mesmos padrões de desigualdade social já existentes. Tais condições contribuíam para que a maconha se desenvolvesse nessa região porque muitos pequenos e grandes proprietários de terra, não inseridos no contexto da agricultura moderna, viam na agricultura de maconha uma renda viável, apesar de todos os riscos implícitos.

Em meio a esse cenário, a agricultura de maconha encontrou as condições necessárias para se reproduzir, a tal ponto que, nos dois primeiros anos da década de 1980, ela se consolidou no sertão pernambucano. Produzida em moldes similares à uma agricultura capitalista, essa agricultura se estruturava por meio de uma rede de irrigação, utilizava insumos e defensivos agrícolas, tinha uma significativa escala de produção, empregava mão de obra assalariada (embora precária e ilegal) e, por fim, conectava-se a um circuito comercial em torno de uma rede organizada para a distribuição e a venda de drogas, o chamado tráfico.

Por outro lado, essa realidade criou uma série de novos conflitos agrários no campo nordestino. Um primeiro tipo se dava entre os agricultores ilegais e o Estado. Neste caso, enquanto os agricultores buscavam novos espaços para estabelecer e proteger os plantios de maconha, o Estado buscava destruir e reprimir esses plantios. O segundo se dava entre os vários atores (agricultores, intermediários, traficantes, comerciantes e financiadores) envolvidos com a produção ilegal, que não podiam recorrer as Instituições do Estado em caso de roubo, não pagamento, disputa por espaço e por mercado, entre outros. No geral, por serem questões internas à produção ilegal, eram resolvidas também na ilegalidade e com violência. De maneira mais ampla, todos esses casos de conflitos são reflexos de uma série de leis que tornaram a maconha uma planta proibida e de contextos que expõem antigas e novas questões no campo nordestino.

Por fim, a maconha enquanto mercadoria necessitava de terra e do processo de trabalho para a sua produção. Contudo, em termos de acumulação e de riqueza produzida, o

conjunto dos casos apresentados ao longo dessa tese expressam um lucro bastante modesto, pelo menos no que pode ser observado em relação à vida material daqueles que se envolveram diretamente com o plantio ilegal de maconha. Nesse sentido, ainda que a economia das drogas gere emprego e renda ao longo da cadeia produtiva, no caso da produção de maconha, a renda que ficava com os produtores não era suficiente para gerar transformações socioeconômicas significativas que rompesse com o subdesenvolvimento da região e propiciasse transformações significativas na vida da população sertaneja.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras Artes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **As políticas de desenvolvimento econômico e social para o semi-árido durante o Regime Militar (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2011.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. D. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Aguardente de cana e outras aguardentes: por uma história da produção do consumo de licores na América Portuguesa. In: VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. **Álcool e drogas na história do Brasil**. Belo horizonte: PUC Minas, 2005. p. 71-92.
- ALVES, Isabel Cristina. **Trabalhos e estudos sobre a agricultura de plantas produtoras de fios no Brasil Colônia**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e posição no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005.
- ANDRADE, F. A. O secular problema das secas do Nordeste brasileiro. **Boletim Cearense de Agronomia**. V 11, 1970. 39-49.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O planejamento regional e o problema agrário no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da Unesp, 1994.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

ARAÚJO, Jose Amaury de Aragão. **Barragens no Nordeste do Brasil: experiência do DNOCS em barragens na Região Semiárida**. 2. ed. Fortaleza: DNOCS, 1990.

ARRUDA, Antônio de. A doutrina da Escola Superior de Guerra. **A Defesa Nacional: Revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros**, Rio de Janeiro, 1965.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo Norte do Brasil no ano de 1859**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, v. 1º, 1961.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos Arquivos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 23-72.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O feudo: A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: O Governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Dissertação (Dissertação de mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012.

BARNEY, Warf. High Points: an historical geography Of Cannabis. **Geographical Review**, v. 104, n. 4, p. 414-438, September 2014.

BARREIRA, César. **Parceria na cultura do algodão: sertões de Quixeramobim**. Dissertação (Dissertação de mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Brasília. Brasília. 1977.

BARROS, André; PERES, Marta. Proibição da maconha no Brasil e suas raízes históricas escravocratas. **Periferia**, v. 3, 2011.

BARROS, Souza. **O Nordeste: Visão Econômica e Outros Aspectos da Região**. 1. ed. [S.l.]: Ministério de Viação e Obras Públicas. 1957.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Razões econômicas, não economicistas, do golpe de 1964**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Natal: [s.n.]. 2014. p. 1-21.

BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. **Revista Brasileira de Ciências**, São Paulo, n. 20, 1997.

BAZZAZ, Fakhri. *et al.* Photosynthesis and cannabinoid content of temperate and tropical populations of Cannabis sativa. **Biochemical Systematics and Ecology**, England, v. 3, 15-18, 1975.

BERNARDES, Denis A. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. In: LIMA, M. C. **Denis A Bernardes. Octávio Ianni e a Questão Nordeste. A Sociologia crítica de Octavio Ianni: Uma homenagem**. 1. ed. Recife: UFEPE, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOTELHO, Adauto; PERNAMBUCO, Filho. Vícios sociais elegantes. Rio de Janeiro. 1924.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. O ‘problema público’ da maconha no Brasil: anotações sobre quatro ciclos de atores, interesses e controvérsias. **Dilemas: Revista de Estudos de conflito e Controle Social**. V. 7, 4. 2014.

BRANDÃO, Marcílio Dantas. **Dito, feito e percebido: controvérsias, performances e mudanças na arena da maconha**. Tese (Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2017.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, v. 1, 1995.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1884.

BURTON, Richard. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliana, v. II. 1983.

BUTSIC, Van; BRENNER, Jacob C. Cannabis (Cannabis sativa or C. indica) agriculture and the environment: a systematic, spatially-explicit survey and potential impacts. **Environmental Researctch Letters**, v. 11, n. 4, p. 2-10, 2016.

CÂMARA, Manoel Arruda da. **Dissertação sobre as Plantas do Brasil, que podem dar li-nhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta de cânhamo**. Rio de Janeiro: Na Impressão Regia, 1810.

CAMARGO, Aspásia Alcântara de 1981 ‘A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)’. Em Boris Fausto (org.), O Brasil republicano. Tomo 3, vol. 3, pp. 121-224, São Paulo, Difel (História Geral da Civilização Brasileira, 10).

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu vale. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 17, p. 83-93, 2011.

CAMPOS, José Nilson. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, 2014.

CANCELLI, Elizabeth. **Estratégia para o flagelo**. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas.1984.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: repressão e estado policial na era Vargas (1930-1945)**. Tese. (Doutorado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1991.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARLI, Gileno de. **SUDENE: 35 anos**. Recife: Sudene, 1996.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Jornal brasileiro de psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 55, p. 314-317, 2006.

CARNEIRO, Edilson. **O Quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 1966.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Amores e sonhos da flora: afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia**. São Paulo: Xamã, 2002.

CARNEIRO, Henrique Soares. **Filtros Mezinhas e Triacas - As drogas no mundo moderno**. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica LRDA, 1994.

CARNEIRO, Henrique Soares. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Outubro (São Paulo)**, São Paulo, v. 6, p. 115-128, 2002.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

CARVALHO, Jonatas. **Regulamentação e criminalização das drogas no Brasil: A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes (1936-1946)**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

CARVALHO, Otomar de. **A economia política do Nordeste (seca, irrigação e desenvolvimento)**. Rio de Janeiro: Campus: Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.

CARVALHO, Péricles Mello. A concretização da "Marcha para o Oeste". **Cultura Política**, Rio de Janeiro, n. Ano 1. Nº 8, Outubro 1941.

CHILCOTE, Ronaldo H. **Transição Capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

CIRANO, Marcos. **O escândalo da mandioca: e a morte do procurador**. Recife: Calandra, 1982.

COELHO, Jorge. **As secas do Nordeste e a Indústrias da Seca**. Petrópolis: Vozes, 1985.

COHN, Amélia. **Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

COLETÂNEA de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata. 1. ed. Brasília: [s.n.], Tomo I, 2007.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

DAGNINO, Renato Peixoto. A indústria de armamentos brasileira: sua importância para a avaliação da relação militares-estado e sociedade. In: OLIVEIRA, R. D. **Militares: pensamento**

estratégico e ação política. Campinas: Papirus, 1987. p. 125-132.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DINIZ, Renato de Oliveira. **A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas (1953-1997)**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: [s.n.], 1982.

DOMINGOS, Vieira Filho. Os escravos e o Código de Posturas de São Luís. **Revista Maranhense de Cultura II**, 1978.

DONALD, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: SUVALE, v. 3, 1972.

DÓRIA, José Rodrigues da Costa. Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício. In: BRASILEIROS, C. D. E. **Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958.

DOS SANTOS, Armando Pacheco. et al. **Mapeamento de áreas plantadas com "Cannabis Sativa" através de transparências coloridas infravermelhas (falsa-cor)**. IMPE - CPPq. São José dos Campos. 1983.

DREIFUSS, Rene Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. 3. ed. Fortaleza: DNOCS, 1953.

DUQUE, J. G. **Coletânea de artigos e estudos**. Esam. Mossoró, 1986.

ESCOHOTADO, Antônio. **Historia general de las drogas**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S. A., 2007. Edição digital.

ESTRELA, Ely Souza. **Três felicidades e um desengano: a experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho - BA**. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2004.

FERLINI, Vera. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru: Edusc, 2003.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Á sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra (1948-1955)**. Londrina: Ed. da UEL, 1997.

FERRAZ, Socorro; FERRAZ, Bartira Barbosa. **Sertão: Fronteira do Medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, Aldenor da Silva. Qual a cultura para substituir o café? a busca paulista por um sucedâneo. **REVISTA DESENVOLVIMENTO, FRONTEIRAS E CIDADANIA**, p. 01-27,

2017.

FIORE, Maurício. A medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexos acerca de debates institucionais e jurídicos. In: PINTO, R.; CARNEIRO, H. **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo/Belo Horizonte: Alameda/PUCMinas, 2005. p. 257-290.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: O capitalismo em construção 1906-1954**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. FORTES, L. R. S. **Retrato calado**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Rationality of the repression of illicit cannabis crops in Brazil: public drug policies and strategies of repression. **Sociology International Journal**, v. 3, p. 229-235, 2019.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Plantios Ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de *Cannabis* no polígono da maconha. **Especiaria (UESC)**, v. 9, p. 95-118, 2007.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; IULIANELLI, Jorge *Atílio Silva*. Plantios ilícitos de *Cannabis* no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, p. 11-39, 2011.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da Maconha no Brasil**. São Paulo: Três Estrelas, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: Aspectos da Influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: São Paulo, 1951.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 1ª edição digital. ed. São Paulo: [s.n.], 2013.

FURTADO, Celso. **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Desfeita**. 2. ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. In: FURTADO, C. I. C. **O Nordeste e a saga da**

Sudene (1958-1964). Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p. 29-71.

FURTADO, Celso. **O Nordeste e a saga da Sudene: 1958-1964.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARCIA, Celso. **O que é o Nordeste brasileiro.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GARCIA, César. et al. **A questão agrária e a Sudene.** Recife: Sudene, 1984.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. 13, 1975.

GOMES, Gustavo Maia. **Velhas secas em novos sertões:** continuidade e mudança na economia do Semiárido e dos Cerrados nordestinos. Brasília: IPEA, 2001.

GONÇALVES, Jose Sidnei; GONÇALVES, Simone Pereira. Transformações da produção do algodão brasileiro e os impactos nas paridades de preços no mercado interno. **Economia ensaios**, Uberlândia, v. 23, n. 1, 2008.

GOODMAN, D. Edwing.; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste.** Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

GOENDER, Jacob. **O Plano Trienal e o Combate à Inflação:** Novos rumos. [S.l.]: [s.n.], 1963.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante partes dos anos de 1821, 1822, 1923.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere - os intelectuais. O princípio educativo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** São Paulo: Fulgor, 1963.

GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e Desenvolvimento:** Uma reflexão política sobre a Doutrina de Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, J. Olympio, 1975.

GUSMÃO, Antônio Luiz. **O cultivo de coca nos países andinos: efeito balão, fatores explicativos e marcos de regulação em Bolívia, Peru e Colômbia.** Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009.

HIRSCHMAN, Albert. **Política Econômica na América Latina.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções, 1789- 1848.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2009.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

IGLÉSIAS, F. de Assis. Sobre o vício da diamba. In: **A Maconha**: coletânea de trabalhos brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951. p. 9-22.

IGLÉSIAS, F. de Assis. Sobre o vício da Diamba. In: **Maconha**: Coletânea de Trabalhos Brasileiros. Rio de Janeiro: [s.n.], 1958. p. 09-22.

JOHANN, Renata Finkler. **Nas Tramas dos Escravos de sua Majestade: O batismo e as redes de compadrio dos cativos da Real Feitoria do Linho Cânhamo**. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

JONES, Alberto Silva. **O mito da legalidade e do latifúndio: legalidade e grilagem no processo de ocupação das terras brasileiras (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra)**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2003.

JUNQUEIRA, Gilberto Carvalho. Considerações sobre a toxicofilia no Brasil. **Revista do Conselho Penitenciário do Distrito Federal**, Rio de Janeiro, janeiro a março 1970. ISSN 23.

KARL, Marx. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Biotêmpo, v. 1, 2013.

KOINONIA. **Jovens construindo políticas públicas para a superação de situações de risco, no plantio de maconha, na região submédio São Francisco**. Ministério da Justiça – Governo Federal. Brasil/Rio de Janeiro. 2006.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Brasil. Rio de Janeiro. 1956.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEMOES, Renato Luís do Couto Neto. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro. In: MATTOS, M. B. **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. p. 33-66.

LI, Hui-Lin. An archeological and historical account of Cannabis in China. **Economic Botany**, v. 28, p. 437-448, 1974.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Parceria e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

NOEMIA, Maria Queiroz da Luz. **Os caminhos do olhar: Circulação propaganda e humor em Recife - 1880-1914**. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2008.

MACHADO, Lia Osório. **A Estratégia Nacional de Defesa, a geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-americana**. Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. Rio de Janeiro: Sá Ribeiro Multimídia. 2011. p. 99-114.

MACNAMARA, Robert S. **A Essência da Segurança**: Reflexões de um secretário da defesa dos Estados Unidos. São Paulo: Ibrasa, 1968.

MACRAE, Edward. Antropologia: Aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S.; TOSCANO, D. **Dependência de Drogas**. São Paulo: Atheneu, 211. p. 25-34.

MACRAE, Edward; SIMÕES, Júlio Assis. **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias. Salvador: EDUFBA, 2000.

MANUAL BÁSICO DA ESG. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Estado Maior das Forças Armadas - Departamento de estudos, 1975.

MANUAL BÁSICO DA ESG. **Manual Básico da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro: Estado-Maior das Forças Armadas - ESG - Departamento de Estudos, 1989.

MARSON, Andrade Isabel. Imagens da condição feminina em "travels in Brasil" de Henry Koster. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 219-242, 1995.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, v. 2, 1985.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca do Nordeste**: Um falso problema. Petrópolis: Vozes, 1988.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **O jogo da verdade**. 2. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1970.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império (1871-1889)**. 2. ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antônio. **Capitalismo tardio e socialidade moderna**. 2. ed. Campinas: São Paulo, SP: Editora UNESP: Campinas: FACAMP, 2009.

MELO, Mário de Lacerda de. **Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1988.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MENZ, Maximiliano Mac. **Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo**: um estudo preliminar. Anais da "III Jornada de História Econômica". Montevideo: [s.n.]. 2003.

MENZ, Maximiliano Mac. Os escravos da Feitoria do Linho Cânhamo: trabalho, conflito e negociação. **Afro-Asia**, Salvador, v. 32, 2005.

MEZA, Ricardo Vargas. Drogas, conflito armado na Colômbia e segurança global. **Cadernos de Ciência - especiaria**, Campinas, v. 9, n. 15, p. 59-78, 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Atlas das áreas suscetíveis à desertificação do Brasil**. Secretaria de Recursos Hídricos e Universidade Federal da Paraíba. Brasília. 2007.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Quando a razão começa a julgar a loucura: a institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco. **Cadernos de História UFPE**, Recife, v. 7, n. 7, p. 37- 84, 2010.

MIRANDA, Marcia Eckert. **Continente de São Pedro**: a administração pública no período colonial. Porto Alegre: Ministério Público do Estado do RS / Corag. 2000.

MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: Sudene, 1992.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta**: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Secult, 2002.

MOREIRA, Erika Macedo. **A criminalização dos trabalhadores rurais no polígono da macanha**. Dissertação (mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVAIS, Fernando Antônio. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial: (1777-1808)**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Noiva da Revolução**: Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Fabio Lucas Pimentel de. **Estrutura e evolução de capital em Pernambuco: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva**. Unicamp. Campinas. 2011.

OLIVEIRA, Márcia Maria Nobrega de. **“O Samba é Fogo” - Fluxos corporais e a noção de existência na Ilha do Massangano**. Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010.

OLIVEIRA, Nathália Fernandes de. **A repressão policial às religiões de matriz- Afro-brasileiras no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2015.

OLMO, Rosa Del. **A face oculta da droga**. Rio de Janeiro: revan, 1990.

OTTO, Guerra. A Batalha das secas. In: ROSADO **Memorial da seca**. Brasília: Esam, 1981. p. 151-196.

PAES, Reginaldo Alves. **Alternativas para o Desenvolvimento Sustentável do Submédio São Francisco**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília. Brasília. 2009.

PARREIRAS, Décio. Canabismo ou maconhismo: estudos brasileiros. In: **A Maconha: Coleção de trabalhos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951. p. 331-286.

PAULA, Dilma Andrade de. **O debate parlamentar na criação da Comissão do Plano de Aproveitamento da Bacia do São Francisco (1946-1948):** Significados da atuação de Manoel Novais. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: [s.n.]. 2015. p. 17.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Suvale, v. 2, 1972.

PINTO, Estevão. **Associação comercial de Pernambuco**. Recife: Oficinas Graphicas do Jornal do Commercio, 1940.

POETZSCHER, Júlio. **A juta no Brasil e no mercado mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1940.

POLLINI JÚNIOR, Airton Brazil. **A aliança para o Progresso versus o Consenso de Washington: recomendações dos organismos econômicos internacionais**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico) Unicamp. Campinas. 1999.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. **Imagens e narrativas sobre trabalhadores rurais do Nordeste do Brasil (1960 –1963)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: [s.n.]. 2015.

POSSÍDIO, Edson Lustosa de. **Petrolina: um sertão verde**. Embrapa. Petrolina. 1997.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PROST, Antonie. **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

QUEIROS, Maurício Vinhas. Brasil e Japão: analogias e contrastes históricos. **Revista debate e Crítica**, p. 95-122, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira: da Colônia a Primeira República**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

REYDON, Bastiaan. **Mercados de terras agrícolas e determinantes de seus preços no Brasil: um estudo de casos**. Unicamp. Campinas. 1992.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **No Submédio São Francisco: uma reflexão sobre o cultivo de maconha no Brasil**. 1º Encontro da rede de estudos rurais. Niterói: [s.n.]. 2006.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O Pólo sindical do Submédio São Francisco: das lutas por**

reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2008.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo durante o governo João Goulart.** Dissertação (mestrado em História) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

RIOS, Kênia Souza. **Campos de concentração do Ceará: isolamento e poder na seca de 1932.** Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

ROBINSON, Rowan. **O Grande Livro da Cannabis.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ROCHA, Andréa Pires. **Trajetórias de adolescentes apreendidos como “mulas” do transporte de drogas na região da fronteira (Paraná) Brasil-Paraguai.** Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Franca. 2012.

ROCHA, Luiz Carlos. **As Drogas.** São Paulo: Ática, 1987.

RODRIGUES, Thiago. **Política e Drogas nas Américas.** São Paulo: Educ: Fapesp, 2004.

ROSA, Lilian. **A Comissão Parlamentar de Inquérito da grilagem da Bahia: primeiras notas.** IV Seminário Internacional de Governança de Terras e Desenvolvimento Econômico. Campinas: [s.n.]. 2018.

RUGENDAS, João Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil.** São Paulo: Martins, 1972.

SÁ JR, Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. **Estudos Cebrap**, n. 3, p. 87-148, 1973.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. **Dos velhos aos novos coronéis: um estudo das redefinições do coronelismo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1974.

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz. Relações de poder e representações sociais. In: ARAÚJO, M. L. C. D.; NETO, M. D. C.; LIMA, A. E. V. **Sonhos submersos.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2000.

SAAD, Luísa Gonçalves. **Fumo de negro: a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932).** Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2013.

SACHET, Celestino; SACHET, S Sérgio. **Santa Catarina: 100 Anos De História - do povoamento à Guerra do Contestado.** Florianópolis: Século Catarinense, v. 1, 1997.

SAES, Alexandre Macchione. **Industrialização e política local: constrangimentos Nacional de Tecidos de Juta no início do século XX.** XIII Encontro de História Anphu - Rio. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2008. p. 9.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem as nascentes do rio S. Francisco e pela província de Goyaz.** São Paulo: Nacional, 1937.

SANTOS, Laura; VIDAL, Sérgio. Boletim Drogas e Violência no Campo. **koinonia presença ecumênica e serviço**, 2009. Disponível em: http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=341&cod_boletim=31 Acesso em 29 de junho de 2016

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Imagens de negros: a imprensa paulista no final do século XIX, e como através de suas páginas, os brancos viam os negros**. Dissertação (mestrado Antropologia) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1986.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do Discurso do Rio Amazonas à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 115-135, julho-dezembro 2007.

SEREJO, Tereza Cristina Leal de. **Coronéis sem patente: a modernização conservadora no sertão pernambucano**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro. 1979.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudos sobre os trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de São Paulo. São Paulo. 1977.

SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Museu Nacional - UFRJ. Rio de Janeiro. 1986.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA: em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2001.

SILVA, Augusto. **Rafael pinto Bandeira: de bandoleiro a governador - relações entre os poderes público e privado em Rio Grande de São Pedro**. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 1999.

SILVA, Augusto da. **A economia da ilha de Santa Catarina no Império português**. II Encontro de Economia Catarinense. Chapecó: [s.n.]. 2008. p. 398-418.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da. *et al.* **Os Diários de Langsdorff**. (org) Danuzio Gil Bernardino da Silva. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, 1997.

SILVA, Flávia Ferreira. **Capital internacional e a Petrobrás na ditadura brasileira: um estudo a partir dos 'contratos de risco' (1964-1984)**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2018.

SILVA, José Graziano da. **A irrigação e a problemática fundiária do Nordeste**. Campinas: CEDOC-IEUNICAMP, 1989.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Iliane Jesuina da. **Estado e agricultura no primeiro governo Vargas (1930-1945)**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2010.

SILVA, Ligia Osório. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SILVA, Ligia. Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da lei de 1850**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Projetos de irrigação e o desenvolvimento do Submédio do vale do São Francisco**. I Semana de Ciências Sociais da UNIVASF – O Papel das Ciências Sociais no Nordeste: um desafio. Juazeiro: [s.n.]. 2015. p. 69-78.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1966.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano**. Bahia. 2013.

SOUZA, Ricardo Luiz de. O uso de drogas e tabaco em ritos religiosos na sociedade brasileira: uma análise comparativa. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, 2004.

SOUZA, Taciana Santos de. **A economia das Drogas em uma abordagem heterodoxa**. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.

SPIX, Johann B. Von; MARTIUS, Carl F.P. Von. **Viagem pelo Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, 1938.

SUDENE. **I Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste**. Sudene. Recife. 1966.

SUDENE. **III Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste**. Sudene. Recife. 1966.

SUDENE. **IV Plano Diretor de desenvolvimento econômico e social de desenvolvimento do Nordeste**. Sudene. Recife. 1968.

SUDENE. **Sudene 10 anos**. Sudene. Recife. 1969.

SUDENE. **Modernização regional em curso: 30 anos de SUDENE**. Recife: Sudene, 1990.

SUDENE; UFPE. **Diagnóstico socioeconômico das propriedades beneficiadas em oito núcleos do Projeto Sertanejo**. Recife: UFPE, 1986.

TAVARES DO SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição. **Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.

TOLLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. Brasiliense: [s.n.], 1982.
TORCATO, CARLOS EDUARDO MARTINS. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2016.

VARGA, Istvan Van Deursen. **Certezas Médicas, Subversões Francesas, Paixões Barrocas, Especiarias Africanas**. PPGAS/USP. São Paulo. 1995.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. V. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil III: A realidade nacional em 1933 - Retrospecto das realizações do Governo, em 1934**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil: II o ano de 1932 - A Revolução e o Norte 1933**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio. **O Ceará e os seus homens de trabalho: Improviso agradecendo**, em Fortaleza, a manifestação das classes operárias, a 15 de outubro de 1940. Brasília: Casa civil, 1940.
VARGAS, Getúlio. **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1937 pelo Presidente da República Getúlio Dornelles Vargas**. Rio de Janeiro. Imprensa Oficial. 1937.

VARGAS, Getúlio. **As diretrizes da nova política do Brasil**. [S.l.]: [s.n.].

VASCONCELOS, Sobrinho, João. **Núcleos de desertificação no polígono das secas – nota prévia**. UFPE. Recife, p. 69-73. 1971.

VELHO, Gilberto. **Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquias**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio, 1998.

VERDCOURT, B. **Herbarium Royal Botanic Gardens**. Collection Flora of tropicak East Africa. 1975

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. **Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo**. Dissertação (mestrado em Administração). Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2001.

VIEIRA FILHO, Domingos. Os escravos e o Código de Posturas de São Luís. **Revista Maranhense de Cultura II**, São Luís, 1978.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **Democracia, Estado e Indústria em A Nova Política do Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2013.

WEHLING, Arno. **Conjuntura portuguesa e ação econômica no Rio Grande do Sul**. Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Instituto Histórico do Rio Grande do Sul. 2009.

Fontes

Observação: para garantir a abertura correta dos links dos documentos, recomenda-se copiar o endereço e colá-lo direto no navegador. Alguns links, se acessados diretos deste texto, não abrem corretamente.

Brasil. **Mensagem Número 33**. Série: Projeto de Lei Congresso Nacional (PLN). 1964.

Ministério Público – Procuradoria da República do Estado de Pernambuco. **Processo nº 42/82**. Grupo 7, Ação Criminal. Distrito 51. Recife. 12/11/1982.

Ministério Público – Procuradoria da República do Estado de Pernambuco. **Processo nº 44/81**. Grupo 7, Ação Criminal. Distrito 51. Recife. 12/11/1982.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (São Paulo). **Resolução Nº 103**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1870/resolucao-103-03.05.1870.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. (São Paulo). **Resolução Nº 71**. 2 de abril de 1876. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1876/resolucao-71-02.04.1876.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Decreto nº 20.930 de 11 de Janeiro de 1932**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20930-11-janeiro-1932-498374-publicacaooriginal-81616-pe.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Decreto nº 780**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-780-28-abril-1936-472250-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Lei Nº 175 de 7 de janeiro de 1936**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-175-7-janeiro-1936-505857-publicacaooriginal-76071-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Constituição de 1934**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-541-15-dezembro-1948-363894-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Emenda Constitucional Nº 10 de 1964**. Disponível em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Decreto-Lei nº1.106, de 16 de junho de 1970**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1106-16-junho-1970-375379-norma-pe.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República: casa civil (Brasil). **Decreto-Lei Nº 1.207, de 7 de fevereiro de 1972**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1207.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República: casa civil (Brasil). **Decreto Nº 74.744, de 22 de outubro de 1974**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D74744.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República: casa civil (Brasil). **Lei Nº 6,088 de 16 de julho de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6088.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República: Casa Civil (Brasil). **Lei nº 5.499, de 4 de junho de 1968**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Lei Nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5969-11-dezembro-1973-357380-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Lei Nº 5.969 de 11 de dezembro de 1973**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5969-11-dezembro-1973-357380-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República – Casa Civil (Brasil). **DECRETO-LEI Nº 898, DE 29 DE SETEMBRO DE 1969**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados (Brasil). **Projeto de Lei nº 3.295 de 1965**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CD684637FD5B3F7767360F38543F664D.proposicoesWeb1?codteor=1194937&file-name=Dossie+-PL+3295/1965. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República – Casa Civil (Brasil). **Lei Nº 4.451, de 4 de novembro de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4451.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Presidência da República – Casa Civil (Brasil). **LEI Nº 5.726, DE 29 DE OUTUBRO DE 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L5726.htm. Acesso em: 10/02/2020.

Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 49 de 1971**. P.3. Disponível em: <https://www.ca->

mara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessio-nid=881E5E589AA6197839C3F0B11ADC2519.proposicoesWeb2?codteor=1192296&file-name=Avulso+-PL+49/19. Acesso em: 10/02/2020.

IBGE. Censo Agropecuário de Pernambuco 1970. Pernambuco. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/45/ca_1970_v3_t10_pe.pdf. Acesso em: 10/02/2020.

IBGE. Censo Agropecuário de Pernambuco 1980. Pernambuco. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/46/ca_1980_v2_t3_n12_pe.pdf. Acesso em: 10/02/2020.

IBGE. Censo Agrícola de Pernambuco 1960. Pernambuco. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/44/ca_1960_v2_t6_p1_pe.pdf. Acesso em: 10/02/2020.

JORNAIS

Diário de Pernambuco

“Blitz” contra a maconha no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 132, n 237, p 1, 17 out. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/43523. Acesso em: 13/02/2020.

Agricultores preferem plantio de maconha a cebola no São Francisco. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n 65, p 15, 9 mar. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/114222. Acesso em: 14/02/2020.

Alagoas produz, por ano, 50 toneladas de maconha: capital de 1 bilhão (sic) invertido. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 134, n 48, p6, 28 fev. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/54868. Acesso em: 12/02/2020.

Alencar Diz que não teme a morte no dever de reprimir o bandidismo. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n175, p 7, 5 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/4461. Acesso em: 13/02/2020.

Alencar tem atribuições limitadas. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n 177, p 7, 9 ago. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/4551. Acesso em: 13/02/2020.

Anúncios. **Diário de Pernambuco**. Ano LXVII, n 234, p 4, 15 out. 1891. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_07/4244. Acesso em: 11/02/2020.

Anúncios. **Diário de Pernambuco**. Ano XLIV, n 150. P 3. 3 de jul. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/21199. Acesso em: 11/02/2020.

Apenas produzem: não são viciados. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, n 243, p 16, 24 out. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51911. Acesso em: 13/02/2020.

Apenas produzem; não são viciados. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, n 243, p 16, 24 out. 1958. http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51911. Acesso em: 13/02/2020.

Apreendidos 60 quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n 252, p 15, 16 set. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/123443.

Apreendidos dois quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n 47, p 17, 17 fev. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/131113. Acesso em: 13/02/2020.

Apreensão de maconha foi maior em 78. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n, 356, p, 15, 30 dez. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/128609. Acesso em: 14/02/2020.

Campanha de esclarecimento vai mostrar maconha a agricultores. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 147, n262, p 22, 12 nov. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/21404. Acesso em: 9/02/2020.

CASCUDO, Luís. O comércio criminoso da maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 132, n, 203, p, 15, 6 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42644. Acesso em: 9/02/2020.

Cebola pode sumir do S. Francisco. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano, 153, n, 81, p, 17, 26 mar. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/115018. Acesso em: 14/02/2020.

Comissão de Entorpecentes soube que Alencar queimou a maconha de Bom Conselho. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n 251, p 13, 6 nov. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/6353. Acesso em: 12/02/2020.

Commercio. **Diário de Pernambuco**. Ano 80, n 269, p 4, 30 de nov. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/5980. Acesso em: 11/02/2020.

Commercio. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 80, n 265, p 25 nov. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/5964. Acesso em: 11/02/2020.

Conforma-se as denúncias dos “States” contra as plantações e comércio de maconha no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 132, n 206, p 1, 11 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42728. Acesso em: 12/02/2020.

Conhecido camponês torturado. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n, 290, p, 22, 25, out. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/144438. Acesso em: 9/02/2020.

Coronéis protegem plantadores, mas a polícia poderá reprimi-los. **Diário de Pernambuco**. Recife. P 20, 24 out. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51915. Acesso em: 13/02/2020.

Cultivador de maconha preso e a “erva maldita” queimada. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 136, n 216, p 7, 21 set. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/12505. Acesso em: 14/02/2020.

Cultivadores de maconha, em Bom Conselho, ameaçam de morte possíveis denunciadores: recado de Alencar. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n, 198, p, 7, 2 set. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/5041. Acesso em: 9/02/2020.

Cultivo de maconha dá inquérito. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano, 147, n 209, p 28, 2 set. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/31831. Acesso em: 14/02/2020.

Débito e importação forçam agricultores a cultivar maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n, 69, p, 8, 13 mar. 1978. http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/114441. Acesso em: 14/02/2020.

Delegado de Águas Belas apreendeu considerável quantidade de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n 222, p 10, 1 out. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/5660. Acesso em: 12/02/2020.

Delegado incinera 1.500 quilos de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 147, n 222, p 28, 29 set. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/32941. Acesso em: 14/02/2020.

Descoberta plantação de maconha em Alagoas. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n, 136, p, 17, 22 maio. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/135881. Acesso em: 14/02/2020.

Descobertas duas plantações da erva maldita. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano ilegível, n 135, p 8, 11 jun. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/60121. Acesso em: 13/02/2020.

Descontente na missão, Alencar arriou as armas e recolheu contingente militar. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n 195, p 9, 30 ago. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/4985. Acesso em: 13/02/2020.

Destruição das plantações de maconha em todo o país. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, 99, p 8, 04 mai. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/47913. Acesso em: 12/02/2020.

Diário Policial. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n 120, p 24, 27 mai. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/15813. Acesso em: 14/02/2020.

Diretoria de renda da capital. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano, 122, n, 166, p, 8, 21 mai. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/26117. Acesso em: 14/02/2020.

Doze mil pés de maconha descobertos pela Federal. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 148, n 121, p 24, 8 mai. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/41998. Acesso em: 14/02/2020.

Entorpecentes: Comissão pede ao exército para destruir maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 139, n 113, 2º caderno, p 9, 17 de mai. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/29312. Acesso em: 13/02/2020.

Espalhada no Recife a “Herva do Diabo”. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 122, n, 71, p,

5, 26 mar. 1947. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_12/25550. Acesso em: 14/02/2020.

Exército vai destruir plantações de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 135, n 206, p 1, 13 set. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/5287. Acesso em: 13/02/2020.

Ex-prefeito e plantador de maconha é preso. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 149, n 332, p 12, 11 dez. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/50569. Acesso em: 13/02/2020.

Fazendeiro acusado de vender maconha em Serra Talhada. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n. 159, p. 16, 24 out. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/144386. Acesso em: 9/02/2020.

Fazendeiro refuta acusações e declara que não é pistoleiro. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n 203, p 24, 3 set. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/19050. Acesso em: 14/02/2020.

Federais apreendem maconha em fazenda. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 149, n 185, p 12, 13 jul. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/58548. Acesso em: 13/02/2020.

Federais destruíram uma plantação de maconha no município de Itaíba. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 144, 213, p 8, 14 set. 1969. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/73736. Acesso em: 11/02/2020.

Federais procuram plantações de maconha em Arcoverde e Garanhuns. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n 180, p 24, 7 ag. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/18136. Acesso em: 14/02/2020.

Federais são acusados de matar trabalhador. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 156, n 242, p 39, 6 set. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/32864. Acesso em: 11/02/2020.

Federal apreende maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 159, n, 55, p 8, 25 fev. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/72500. Acesso em: 14/02/2020.

Federal destrói 10t de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 155, n, 158, p, 17, 13 jun. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/9379. Acesso em: 9/02/2020.

Fome provoca saque à feira de Serra Talhada. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 159, n 37, p 1 e A 12, 7 fev. 1984. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/71837; http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/71848. Acesso em: 11/02/2020.

Forças Federais para destruir os campos de maconha do Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 132, n 205, p 24, 10 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42727. Acesso em: 13/02/2020.

Foto. CASCUDO, Luís. Forças federais para destruir os campos de maconha no Nordeste. **Di-**

ário de Pernambuco. Recife. Ano 132, n, 205, p, 24, 10 nov. 1957. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42727. Acesso em: 9/02/2020.

Freire acha negativa atuação de ministro. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 153, n, 98, p, 3, 12 abr. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/115842. Acesso em: 14/02/2020.

Governador afirma que lutou com forças para atacar a maconha de frente. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 134, n 42, p 1, 22 fev. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/54729. Acesso em: 12/02/2020.

Governador prevê um levante dos flagelados que trabalham nas obras contra as secas em Pernambuco. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 133, n 189, p 28, 10 ago. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/50087. Acesso em: 9/02/2020.

Grande campanha contra entorpecente. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 233, 226, p 2, 3 out. 958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51429. Acesso em: 12/02/2020.

Incinerados 300 quilos de maconha de uma partida de 12 tons. Que Alencar apreendeu. **Diário de Pernambuco.** Ano 135, n 211, p 13, 18 set. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/5389. Acesso em: 12/02/2020.

Indústria da maconha em nosso Estado produz milionários. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 142, n 164, p 3, 3º caderno. 16 jul. 1967. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/51485. Acesso em: 13/02/2020.

Interior produz 40% da maconha do País. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 153, n, 60, p, 15, 4 mar. 1978. http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/113968. Acesso em: 9/02/2020.

Intervenção do Exército na caçada às plantações clandestinas de maconha. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 132, n 207, p 1, 13 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42748. Acesso em: 13/02/2020.

Maconha apreendida pelo D.O.P.S. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 133, n 222, p 3, 28 set. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51272. Acesso em: 12/02/2020.

Maconha é apreendida também em Águas Belas. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 146, n 181, p 48, 8 ago, 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/18196. Acesso em: 14/02/2020.

Maconha foi apreendida. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 1435, n 205, p 9, 11 set. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/5245. Acesso em: 12/02/2020.

Maconha sai de Pernambuco e Alagoas para o sul do Brasil e Países estrangeiros. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 132, n 203, p 1 e 18, 6 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42630; http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42647. Acesso em: 13/02/2020.

Maconha: cem quilos. **Diário de Pernambuco.** Recife. Ano 151, n 326, p 4 3 nov. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/77967. Acesso em: 14/02/2020.

Maconha: tráfico que destrói pessoas para enriquecer marginais. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n, 177, p, 18, 2 jul. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/119821. Acesso em: 14/02/2020.

Muita maconha em Buíque. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 148, n 128, p 24, 15 maio. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/42308. Acesso em: 14/02/2020.

No sertão alagoano, os maiores centros de cultura da “erva maldita” no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. Ano 132, n 204, p 32, 7 e 8 set. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/42679. Acesso em: 13/02/2020.

Notícias publicadas pelo Diário de Pernambuco referente a queima de plantios de maconha: Presos maconheiros e devastadas várias plantações da erva, em Águas Belas. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 134, n 283, p 5, 12 dez. 1959. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/60777. Acesso em: 12/02/2020.

O alcoolismo é, hoje, o maior problema de saúde pública. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 150, n 23, p 3, 25 jan. 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/25599. Acesso em: 11/02/2020.

O Nordeste e o problema político do tráfico da maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 161, n 132, p 17, 19 jul. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/41576. Acesso em: 13/02/2020.

Pernambuco e Alagoas traçam um plano comum de combate á plantação e comércio de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 1133, n 243, p 20, 24 out. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51915. Acesso em: 12/02/2020.

PINTO, Carlos; ANDRADE, Antônio. Alagoas produz por ano 50 toneladas de maconha. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. Ano LXVIII, n. 47, p, 1-10, 27 fev. 1957. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1959_00047.pdf. Acesso em: 9/02/2020.

Plantações de maconha são destruídas em duas cidades. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n 237, p 28, 11 out. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/20408. Acesso em: 14/02/2020.

Plantações de maconha são destruídas em duas cidades. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n, 237, p, 28, 14 out. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/20408. Acesso em: 14/02/2020.

Plantio de maconha no Nordeste acabará. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, n 223, p 1, 30 set. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51332. Acesso em: 12/02/2020.

Plantios de maconha causam preocupação às autoridades. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 146, n 102, p 24 6 mai. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/15101. Acesso em: 14/02/2020.

Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 139, n 226, p 7, 3 out. 964. **Diário de Pernambuco**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/31842. Acesso em: 14/02/2020.

Polícia de Bom Conselho apreende partida de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 139, n, 226, p 7, 3 out. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/31842. Acesso em: 9/02/2020.

Polícia destrói “erva” no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n. 246, p. 15, 23 dez. 1977. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/110698 9/02/2020. Acesso em: 9/02/2020.

Polícia diz que vai acabar com toda a maconha do Estado. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n 63, p 1, 7 março. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/114124. Acesso em: 13/02/2020.

Polícia Federal apreende maconha no interior. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 151, n 318, p 14. 25 nov. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/77643. Acesso em: 14/02/2020.

Polícia Federal destrói 65 mil pés de maconha. **Diário de Pernambuco**. Ano 153, n 193, p 1. 18 jul. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/120590. Acesso em: 13/02/2020.

Polícia Federal localiza mais um plantio de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 147, n 159, p 24, 7 jul. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/29620. Acesso em: 14/02/2020.

Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do estado. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 143, n 23, p 7, 30 jan. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/56414. Acesso em: 13/02/2020.

Polícia vai incinerar hoje maconha apreendida no interior do Estado. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 143, n 23, p 7, 30 jan. 1968. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/56414. Acesso em: 13/02/2020.

Policial apreende na Ilha do Pontal mais de 130 quilos de maconha em rama. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 150, n 181, p 14, 8 jul. 1975. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/72031. Acesso em: 14/02/2020.

Polínter intensifica em Alagoas combate ao tráfico de maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 136, n 225, p 1 e 15, 1 out. 1961. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/12677; http://memoria.bn.br/DocReader/029033_14/12691. Acesso em: 12/02/2020.

Político traficante preso com 2 milhões em tóxicos. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 154, n 270, p 17, 5 out. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/029033_15/143263. Acesso em: 13/02/2020.

Prefeito já teme ameaça de saque à feira livre. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 155, n 122, p B-5, 8 mai. 1980. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/7245. Acesso em: 11/02/2020.

Prêmios em dinheiro a quem denunciar plantações de maconha ou tráfico de entorpecente no Estado. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, n 209, p 7, 18 set. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/50894. Acesso em: 12/02/2020.

Publicações a pedido: Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta - Estatutos. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 79, n 79, p 2, 18 jan. 1903. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/4324. Acesso em: 11/02/2020.

Publicações a Pedido: Relatório da Companhia Fábrica de Tecidos de Cânhamo e Juta. **Diário de Pernambuco**. Ano 80, n 3, p 2, 14 abr. 1904. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_08/5194. Acesso em: 11/02/2020.

Repercute no Sul do País a campanha contra a ‘erva do diabo’ em Pernambuco. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 133, n 226, p 7, 3 out. 1958, p 7. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_13/51418. Acesso em: 12/02/2020.

Seca aumenta e sertanejo perde lavoura. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 156, n 57, p, A-1, 27 fev. 1981. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_16/23010. Acesso em: 11/02/2020.

Sugerido fundo para combate de drogas. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 153, n, 130, p, 15, 16 maio. 1978. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/117460. Acesso em: 14/02/2020.

Toxocomania, velho problema sempre atual. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 159, n 146, 2º caderno, p 2, 2 jun. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/70781. Acesso em: 13/02/2020.

Traficante mata agricultor no Ceará e é preso com maconha. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano 147, n, 195, p, 28, 17 ago. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/31231. Acesso em: 9/02/2020.

Várias. **Diário de Pernambuco**. Recife. Ano, 99, n 271, p 3, 21 nov. 1925. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_10/13445. Acesso em: 11/02/2020.

O Sete D’Abril

Rio de Janeiro: Posturas da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. **O Sete D’Abril**. Rio de Janeiro. V 1, n777, p 1, 7 jan. 1839. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/709476/2820>. Acesso em: 8/02/2020.

Última Hora

Lança-chamas: solução para destruir cultivo clandestino da “erva maldita” **Última Hora**. Recife. p 6, 27 out. 1963. Acesso em: 8/02/2020.

Polinter tortura mulher em Alagoas: Mantinha grande quantidade de liamba. **Jornal Última Hora**. Recife n 371, p 7, 28 jul. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/765147/4162>. Acesso em: 8/02/2020.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco

Agricultura e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº. 91. 26 abr. 1936, p. 1. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20/05/2017.

Agricultura e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº. 91. 26 abr. p. 1. 1936. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 8/02/2020.

Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife. Nº 115, p, 3623, 25 maio. 1965. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em 20/05/2017.

Edital público. Diário Oficial do Estado de Pernambuco. Recife. 29 de julho de 1936. Nº, 162, p. 26. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 8/02/2020.

Edital público. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. 24 de março de 1937. P. 25. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 8/02/2020.

Edital público. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº, 166, p 25-26, 2 ag. 1936. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 24/05/2017

Publicações Particulares: Companhia Fábrica Yolanda S.A. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Ano 49, n 63, p 25 e 26, 28 de mar. 1937. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DO_193703/675; http://200.238.101.22/docreader/DO_193703/676. Acesso em: 8/02/2020.

Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Pernambuco. Nº 143, p. 4, 7 jul. 1940. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20/05/2017.

Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Nº 115, p. 3623, 25 mai. 1965. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 23/05/2018.

Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº 266, p. 19, 01 dez. 1940. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 20/05/2017.

Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº 266. p. 19, 01 dez. 1940. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em: 24/05/2018.

Sem título. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**. Recife. Nº 28, p 1267, 9 fev. 1968. Disponível em: <https://www.cepe.com.br/>. Acesso em 20/05/2017

El País

Wall Street é atraída pela maconha. **El País**. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/28/economia/1538148867_728510.html. Acesso em 14/06/2019.

Diário Oficial do Estado de Alagoas

Acórdão N. 15.661. **Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió.** Ano LIV, n 200, p, 7, 22 out. 1966.

Combate ao cultivo e ao comércio da maconha. **Diário Oficial Estado de Alagoas.** Maceió. Ano LI, n 163, sem página, 2 ago. 1963.

Combate ao cultivo e ao comércio da maconha. **Diário Oficial Estado de Alagoas.** Alagoas. Nº 163, sem pagina, 02. 1963.

Diário Oficial do Estado de Alagoas. 27 de setembro de 1961. Número 212. Sem página.

Incinerados 600 kg de maconha. **Diário Oficial do Estado de Alagoas.** Maceió. Ano XLIX, nº 222, p 1. 8 out. 1961

Polícia apreende maconha na cidade de Igreja Nova. **Diário Oficial do Estado de Alagoas.** Maceió. Ano XLIX, n 166, sem página, 29 de jul. 1961.

Preso em Santana do Ipanema traficantes de maconha do Sul do país: 2 sacos da “erva”. **Diário Oficial do Estado de Alagoas.** Maceió. Ano XLIX, n 212, sem página, 27 set. 1961.